



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 875

Terça-feira - 29 de Novembro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Ascurra.....	1
Braço do Trombudo	4
Caçador.....	4
Camboriú.....	14
Campo Alegre	14
Campos Novos	29
Canoinhas.....	29
Capinzal	64
Catanduvas.....	74
Concórdia	74
Cordilheira Alta	75
Corupá	81
Eral Velho	81
Forquilha	81
Fraiburgo.....	90
Garopaba.....	99
Garuva	99
Gaspar	99
Guaramirim.....	102
Herval do Oeste	102
Imbituba	105
Iomerê	107
Irineópolis	108
Itaiópolis	110
Itapoá	110
Joaçaba	111
Lages	118
Lauro Muller	118
Leoberto Leal.....	119
Luzerna	121
Massaranduba.....	123
Meleiro	129
Monte Carlo	130
Nova Trento.....	130
Palhoça	131
Passo de Torres.....	150
Pinheiro Preto	151
Porto Belo.....	153
Porto União.....	153
Rio do Sul.....	167
São Bento do Sul.....	169
São Lourenço do Oeste.....	171
São Pedro de Alcântara.....	173
Schroeder.....	174
Timbó	186
Tunápolis.....	191
Vargeão.....	191
Videira.....	192
Vitor Meireles.....	203

Consórcios

ARIS	203
CINCO	204
CIS/AMAUC.....	204
CIS/AMREC.....	205

Antônio Carlos

PREFEITURA

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 239/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°.: 239/2011; Origem: Processo Licitatório n°. 147/2011 - Pregão Presencial n°. 086/2011 - Registro de Preço; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Pauli Mecanica de Veículos Ltda Me; Objeto: contratação de empresa especializada para a execução de serviços de lavagem da frota de veículos e máquinas da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Antônio Carlos; Valor: R\$ 46.046,00 (Quatro mil cento e setenta e cinco reais); Prazo: 23/11/2011 - 22/11/2012.

Antônio Carlos, 23 de Novembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

Decreto N.º 2326, de 25 de novembro de 2011.

DECRETO N.º 2326, de 25 de novembro de 2011.

Homologa provisoriamente a classificação do Processo Seletivo Simplificado, de acordo com o Decreto nº 2295, de 03/10/2011, referente ao Edital nº 02/2011.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas provisoriamente a classificação do Processo Seletivo, referente ao Edital nº 002/2011, conforme quadro de classificação segue:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CARGO: ATENDENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL (991005)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	DATA NASCIMENTO
031	Elaine Cristina Marcelo	084.122.719-55	8.0	1º	
028	Edilaine Fabichaski	041.620.189-01	7.5	2º	
036	Franciane Felipe	061.019.939-06	----	NC	
002	Lauriane da Silva Costa dos Santos	070.990.829-65	----	NC	
010	Suzana Paz Forte	031.110.799-02	----	NC	
006	Cleuci Cordeiro Coelho	044.299.229-77		Faltou	
019	Marcela da Silva Costa Ramos	070.990.919-56		Faltou	
072	Maria De-vair Ferreira Vaz	787.409.679-72		Faltou	

CARGO: SERVENTE (999001)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	DATA NASCIMENTO
049	Eliane de Oliveira	006.319.879-75	9.0	1º	
040	Lorines Fátima Osório	050.566.339-25	8.5	2º	
008	Rosângela Sibirino	065.548.899-57	8.01	3º	12/06/1982
022	Isabel Maria Crespi	702.379.649-53	8.0	4º	09/05/1966
035	Sirlei Augustin	079.347.689-58	7.0	5º	
024	Rita de Cácia Bertolotti	973.700.889-87	6.5	6º	
029	Marlene Martins Flor	769.620.679-68	----	NC	
021	Bárbara Alexandre Rodrigues Campos Lorenzi	016.806.667-03		Faltou	
025	Joanilda Rodrigues de Godois	767.485.029-34		Faltou	
042	Leonilza Verbinenn	716.975.949-72		Faltou	
043	Juliana Melchiorretto Zucatelli	052.867.729-27		Faltou	
057	Salma Maria Gomes	453.754.299-34		Faltou	
069	Juliana Deise Berti	073.228.939-48		Faltou	
082	Luzia dos Santos	843.182.959-15		Faltou	

CARGO: CRECHEIRA (991002)

079	Aline de Freitas Correa	061.322.119-26	7.0	1º	28/04/1988
076	Jéssica Ribeiro	079.217.409-79	7.0	2º	06/01/1991
005	Luiziana da Silva	080.221.779-62	6.02	3º	15/11/1991
073	Joamara de Moura Silva	092.033.719-82	6.03	4º	29/12/1992
085	Luzia Aparecida Vizontainer	698.957.169-15	6.0	3º	23/12/1970
067	Daiane Gomes de Azevedo	082.793.109-32	5.5	6º	
063	Gabriela Alves	087.515.039-05		Faltou	

CARGO: PROFESSOR I (143000)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	PROVA ESCRITA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO	DATA NASC
066	Cátia Vanilde Darolt	037.188.109-99	8.0	8.0	9,6	1º	
083	Simone Poli Ferrari	947.280.389-04	8.0	4.0	8.8	2º	
039	Julite Andreoni Tambosi	488.731.529-53	7.5	6.3	8.76	3º	
075	Evanir Zancanaro Manfrini	864.070.409-06	7.0	6.0	8.2	4º	
034	Emília Lacerda Gusmão Moser	439.541.545-87	6.5	8.0	8.0	5º	
077	Ilda Tambosi	716.360.139-53	6.5	4.8	7.5	6º	
044	Daniela Hasse Dallabona	025.329.029-57	6.0	7.0	7.4	7º	
059	Cintia Poffo	056.753.629-75	5.5	7.0	6.9	8º	
065	Andreza Gentila Filipini	003.351.079-23	5.5	6.0	6.7	9º	24/05/1979
064	Edilaine Fernandes Tobias	156.578.988-18	5.5	6.0	6.7	10º	04/07/1979
027	Lilian Cordula Machado Trindade	511.385.811-00	5.5	5.5	6.5	11º	
047	Patricia Rigo da Cruz	710.937.299-53	5.5	4.5	6.4	12º	
033	Cinara Machado	743.689.299-87	6.0	-	6.0	13º	
048	Melissa Mandel Merini	907.306.669-72	5.5	-	5.5	14º	

070	Andresa Cristina Zermiani	069.512.169-32				NC
038	Vanesa dos Santos Machado Vieira	033.611.059-00				Faltou
053	Rosana Schmitt	628.462.727-00				Faltou
054	Anna Flavia Schmitt Wyse Baranski	086.494.117-03				Faltou

SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS
CARGO: SERVENTE (999003)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	DATA NASCIMENTO
026	Bruno Gadotti	947.107.599-87	8.0	1º	
060	Vicente Pereira Junior	081.264.059-45		Faltou	

CARGO: MOTORISTA (985001)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO
001	Éderson Roweder	057.135.789-09	8.0	1º	31/10/1985
074	Elisio Pedroso Junior	069.614.519-77	8.0	2º	18/11/1989
030	Osmar Pinho	636.776.959-53	7.5	3º	
058	Adelir Rodrigues	035.331.789-60	6.0	4º	08/10/1977
032	Ariel Ricardo da Silva	039.969.509-50	6.0	5º	13/04/1984
003	Vilson Luiz Seifert	833.809.149-91	5.5	6º	
004	Airton Hibens	484.725.309-49	5.0	7º	
056	Francisco Vilson Frainer	498.462.649-68	----	NC	
009	Jean Carlo Silva dos Santos	944.709.369-87		Faltou	
011	Cláudio Ruczowski	033.438.929-12		Faltou	
012	Jean Carlos Hinckel	786.084.229-72		Faltou	
037	Edson Carvalho Vieira	163.716.648-62		Faltou	
061	Daniel da Cruz	051.615.459-17		Faltou	
071	Valdenir Carneiro de Limas	024.666.079-13		Faltou	
081	Sidnei Maфра	049.220.249-48		Faltou	
084	Charles Luiz Lorenzi	019.268.399-35		Faltou	

CARGO: PEDREIRO I (951001)

NÃO HOUVE INSCRITOS

CARGO: PEDREIRO II (951002)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO
050	Decassio Serpa	017.456.089-31	7.5	1º	
046	Anísio Quintino de Freitas	008.815.339-80		Faltou	

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL (72004)

NÃO HOUVE INSCRITOS

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM (072001)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	DATA NASCIMENTO
078	Maria Odete Correia Possamai	687.131.779-15	9.0	1º	
052	Jéssica Fernanda Dalpiaz	078.447.599-76	8.0	2º	
068	Terezinha Ivanira Fachini Scarpa	733.107.869-00	7.0	3º	03/05/1963
007	Edvania de Oliveira Teodoro Machado	008.672.351-01	7.04	4º	11/09/1984
062	Alcione Muller	022.800.829-85	7.0	5º	22/06/1979
013	Carmen Miranda Alves Fernandes Prussek	024.886.069-87	6.5	6º	18/12/1975
045	Vilson Carlos da Silva	064.276.409-33	6.5	7º	22/11/1988
055	Débora Hames	079.118.979-13		Faltou	

CARGO: SERVENTE DE SAÚDE (991001)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
082	Luzia dos Santos	843.182.959-15		Faltou

SECRETARIA DE SAÚDE – PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO (999082)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTAS	CLASSIFICAÇÃO	DATA NASCIMENTO
---------------	----------------	-----	-------	---------------	-----------------

017	Priscila Ticiane Raimondi	072.516.669-01	10.0	1º	
015	Lorita Maria Lenzi da Silva	047.313.899-92	9.5	2º	
023	Jhonata Alex Moser	074.500.049-50	8.5	3º	
016	Alda Maria Dalmolin	439.596.799-04	6.5	4º	27/06/1948
051	Beatriz Reinert	684.269.339-04	6.5	5º	06/09/1965
018	Lírio Danna	293.261.419-34	5.5	6º	

CARGO: ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO (999081)

NÃO HOUVE INSCRITOS

Art. 2.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 25 de novembro de 2011.
MOACIR POLIDORO
 Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto na forma regulamentar
 Município de Ascurra em, 25 de novembro de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
 Fiscal de Tributos

(Footnotes)

1 - Maior nota nas questões de conhecimento específico (item 5.3- Edital nº 02/2011)

2 Maior nota nas questões de conhecimento específico (item 5.3- Edital nº 02/2011)

3 Maior nota nas questões de conhecimento específico (item 5.3- Edital nº 02/2011)

4 Maior nota nas questões de conhecimento específico (item 5.3- Edital nº 02/2011)

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Portaria 141/2011
 PORTARIA 141/2011

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado nas Leis 0504/2005 de 23.12.05 e na Lei 0512/2006 de 05.04.06, etc.

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que o 8º sorteio do concurso "Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer", será realizado no dia 30 de novembro de 2011, as 16:30h, na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 28 de novembro de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
 Prefeito Municipal

Pregão 48/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO 54/2011

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 48/2011.

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 15:00 horas do dia 12.12.2011, estará selecionando a melhor proposta para aquisição de uma retro-escavadeira nova. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br .

Braço do Trombudo, em 28 de novembro de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
 Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.015

DECRETO nº 5.015, de 03 de outubro de 2011.

Suplementa dotação orçamentária por remanejamento entre despesas da Prefeitura Municipal.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.784, de 22/12/2010, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada por remanejamento a seguinte modalidade de despesa, na importância de R\$ 289.000,00 (duzentos e oitenta e nove mil reais), conforme segue:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.002 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

SOMA R\$ 30.000,00

02.02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

3.3.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 58.000,00

SOMA R\$ 58.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0020.2.071 - MANUTENÇÃO DE SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 71.000,00

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

SOMA R\$ 77.000,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.046 - APLICAÇÃO DO RECURSOS DO FUNDEB 60%

3.1.91.00.0000 - Transferências Intra-orçamentárias R\$ 35.000,00

12.361.0011.2.047 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%

3.1.91.00.0000 - Transferências. Intra-orçamentárias R\$ 38.000,00

12.361.0011.2.048-APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

12.365.0011.2.055 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.91.00.0000 - Transferências Intra-orçamentária R\$ 10.000,00

SOMA R\$103.000,00

02.09 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 SOMA R\$ 21.000,00
 TOTAL R\$289.000,00
 (duzentos e oitenta e nove mil reais).

Art. 2º Para atender a suplementação orçamentária constante do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação da modalidade de aplicação abaixo discriminada:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.002 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

3.1.91.00.0000 - Transferências Intra-orçamentária R\$ 30.000,00

SOMA R\$ 30.000,00

02.02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

3.1.91.00.0000 - Transferências Intra-orçamentária R\$ 58.000,00

SOMA R\$ 58.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0020.2.071 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

3.1.91.00.0000 - Transferências Intra-orçamentária R\$ 77.000,00

SOMA R\$ 77.000,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.046 - APLICAÇÃO DO RECURSOS DO FUNDEB 60%

3.1.90.000.000 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

12.361.0011.2.047 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

12.361.0011.2.048 - APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

12.365.0011.2.055 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

SOMA R\$103.000,00

02.09 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

3.1.91.00.0000 - Transferências Intra-orçamentária R\$ 21.000,00

SOMA R\$ 21.000,00

TOTAL R\$289.000,00

(duzentos e oitenta e nove mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto Nº 5.016

DECRETO nº 5.016, de 03 de outubro de 2011.

Suplementa dotação orçamentária no Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador, por conta de remanejamento de Despesa.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.784, de 22/12/2010, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, por remanejamento entre despesas, na importância de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais), conforme segue:

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.030 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 4.300,00

SOMA R\$ 4.300,00

TOTAL R\$ 4.300,00

(quatro mil e trezentos reais).

Art. 2º Para atender a suplementação orçamentária constante do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação da modalidade de aplicação abaixo discriminada:

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.030 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.4.90.00.0000 - Aplicações diretas R\$ 3.000,00

3.3.50.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.300,00

SOMA R\$ 4.300,00

TOTAL R\$ 4.300,00

(quatro mil e trezentos reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto Nº 5.049

DECRETO nº 5.049, de 28 de outubro de 2011.

Suplementa dotações Orçamentárias do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2011, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Caçador - IPASC, por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.784, de 22/12/2010, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada as seguintes dotações orçamentárias, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2011, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Caçador - IPASC, na importância de R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais), pelo Superávit Financeiro, conforme segue:

09.01 - INSTITUTO PREVIDENCIA SOCIAL SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAÇADOR

04.122.0007.2.034 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IPASC

3.1.90.00.0156 - Aplicações Diretas R\$ 125.000,00

4.4.90.00.0156 - Aplicações Diretas R\$ 240.000,00

SOMA R\$ 365.000,00

TOTAL R\$ 365.000,00

(trezentos e sessenta e cinco mil reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto Nº 5.064

DECRETO nº 5.064, de 21 de novembro de 2011.

Aprova desmembramento de terreno urbano, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano com área de 5.166,21 m² (cinco mil, cento e sessenta e seis metros e vinte e um decímetros quadrados), de propriedade de Fausto de Azambuja Buba ME e Syomara Ecinelli de Lima Buba, localizado na Rodovia Engº Lourenço Faoro, bairro Martelo, devidamente matriculado sob o nº 27.335, do R.I. desta Comarca, ficando após o desmembramento constituído de três lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante deste Decreto:

I - Lote "A", com 1.202,18 m² (um mil, duzentos e dois metros e dezoito decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com a Rodovia Engº Lourenço Faoro, medindo 29,95 metros; ao Sul, com a área "B", medindo 19,93 metros; ao Leste, com Alexandre José Bortolini, (matricula nº 2.051), medindo 56,00 metros, e; Oeste, com Terfens - Administração e Locação de Imóveis Ltda., (matricula nº 14.663), medindo 45,54 metros;

II - Lote "B", com 2.911,26 m² (dois mil, novecentos e onze metros e vinte e seis decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, em dois planos, sendo o primeiro com Alexandre José Bortolini (matricula nº 2.051), medindo 20,00 metros e o segundo com a área "A", medindo 19,93 metros; ao Sul, com a área "C", medindo 18,81 metros; ao Leste, com Armindo Bombassaro (matricula nº 10.208), rua Fausto M. Quadros, Agenor Félix Téchio (matricula nº 16.431) e com Lurdes Corrêa de Mello Pereira (matricula nº 7.131), medindo 114,17 metros, e; a Oeste com Terfens - Administração e Locação de Imóveis Ltda., (matricula nº 14.663), medindo 114,17 metros.

III - Lote "C", com 1.052,77 m² (um mil, cinqüenta e dois metros e sessenta sete decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com a área "B", medindo 18,81 metros; ao Leste, com a rua Mario D'Agostini, Imobiliária Almar Ltda., (matricula nº 2.996), Santos Reinaldo Moraes (matricula nº 8.370), Luiz Celso Somenzi (matricula nº 8.174), Sebastião José de Souza (matricula nº 8.490), João Maria dos Santos (matricula nº 10.444) e com Joel de Souza Negretti (matricula nº 7.078), medindo 113,33 metros, e; a Oeste com Terfens - Administração e Locação de Imóveis Ltda., (matricula nº 14.663), medindo 111,91 metros.

Parágrafo único. O lote "C", com área de 1.052,77 m² (um mil, cinqüenta e dois metros e sessenta e sete decímetros quadrados) será doado para a Prefeitura Municipal de Caçador, em atendimento ao art. 47 da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de

divergências entre as medidas e confrontações resultantes destes desmembramentos, nos termos do art. 19 da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

Art. 3º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto Nº 5.065

DECRETO Nº 5.065, de 21 de novembro de 2011.

Corrige o Valor de Referência Municipal - VRM, para fins de cobrança de tributos, taxas, contribuição de melhoria e outros créditos.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990, art. 191, da Lei Municipal nº 54, de 15/12/1983, que institui o Código Tributário do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º - Fica corrigido o Valor de Referência Municipal - VRM, de que trata o art. 191, da Lei Municipal nº 54, de 15/12/1983, que institui o Código Tributário Municipal, passando de R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais) para R\$ 176,00 (cento e setenta e seis reais), para fins de cobrança de tributos, taxas, contribuição de melhoria e outros créditos, para o exercício financeiro de 2012, correspondendo ao índice de 6,95% (seis vírgula noventa e cinco por cento).

Art.2º - Na aplicação do presente Decreto, serão observadas as demais disposições da Lei Municipal nº 54, Código Tributário do Município de Caçador, suas alterações e demais normas que regulamentam a matéria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda

Portaria Nº 21.063

PORTARIA Nº 21.063, de 27 de setembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E :

RETIFICAR a Portaria nº 20.290, de 18/03/11 que concedeu

Progressão Funcional a diversos Servidores da Secretaria de Educação, no que se refere à Servidora ELIANE CAVALHEIRO CACHINSKI, que passa a ser do nível 1.3E para nível 1.3F, a contar de 1º de março de 2011.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária de Educação.

Portaria Nº 21.177

PORTARIA Nº 21.177, de 09 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07 de 27 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais do Magistério, e suas alterações

RESOLVE:

REENQUADRAR as funcionárias abaixo relacionadas, lotadas na Secretaria de Educação, especificando nome, cargo, carga horária, escola de atuação, referência antiga e referência atual, a contar de 1º de novembro de 2011.

Nome	Cargo	c.h.	Escola	Ref antiga	Ref atual
Eliane Cavaleiro Cachinski	Professora 1º ao 5º ano	40	EMEB Henrique J. Berger	1.3/F	4.3/F
Maria Lidia Vieira de Medeiros	Professora 1º ao 5º ano	40	EMEB Irmão Venâncio José EMEB Morada do Sol	1.3/F	4.3/F

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária de Educação.

Portaria Nº 21.183

PORTARIA nº 21.183, de 16 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, conforme Laudo Médico, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e período de afastamento, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	C.H	Sec.	Dias de afastamento	A contar de
-----	------	-------	-----	------	---------------------	-------------

1089	Francisco de Assis Machado	Operador Máquinas	44	003	120 dias	11/07/11
520	Sidnei Zanatta	Operador Máquinas	44	003	1 ano	27/10/11

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário de Administração e Fazenda.

Portaria Nº 21.184

PORTARIA Nº 21.184, de 16 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, os(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, para atuarem junto a Secretaria de Educação, especificando: nome, cargo, carga horária, motivo, escola de atuação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	C.H.	Escola	Motivo	Período da Contratação
Adriana Aparecida Pontes	Servente Educação	44	EMEB Henrique J. Berger	Vaga transitória	11/11/11 a 20/12/11
Aginaldo Pelegrini de Souza	Professor	20	Sec. de Educação	Vaga transitória	01/11/11 a 20/12/11
Edinéia Dias de Souza	Prof. 1º ao 5º ano	20	EMEB Pierina S. Perret	v.v. Olinda S. Parizotto - licença saúde	01/11/11 a 20/12/11
José Marcos Godoy	Professor	20	Sec. Educação	Vaga transitória	01/11/11 a 20/12/11
Jucelaine Teresinha Pereira C. da Silva	Prof. Ed. Infantil	20	CMEI Santa Clara	v.v. Jane M. dos Santos - licença saúde	10/11/11 a 20/12/11
Jussara Fonsaca	Prof. 1º ao 5º ano	20	EMEB Henrique J. Berger	v.v. Rita Fávero - licença prêmio	16/11/11 a 16/12/11
Lais de Souza Moraes	Professora	20	Sec. de Educação	Vaga transitória	01/11/11 a 20/12/11
Lenir Teixeira	Merendeira	44	EMEB Maria L. Barbosa	v.v. Cristiane Lima - licença prêmio	16/11/11 a 20/12/11
Maristela Ceolla	Prof. 1º ao 5º ano	20	EMEB Henrique J. Berger	v.v. Rita Fávero - licença prêmio	16/11/11 a 16/12/11
Nair Bellaver Moriggi	Prof. 1º ao 5º ano	20	EMEB Pierina S. Perret	v.v. Juliana V. Ferreira - licença saúde	09/11/11 a 06/12/11

Vanderléia Soares Gonzaga	Professora 5ª a 8ª	15	EMEB Henrique J. Berger	v.v. Flaviane Quaresma - licença maternidade e v.v. Renato Vogel - licença s/ vencimentos	08/11/11 a 20/12/11
---------------------------	--------------------	----	-------------------------	---	---------------------

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária de Educação.

Portaria Nº 21.185

PORTARIA Nº 21.185, de 16 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o art. 120, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER 02 (dois) anos, de licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares, a Servidora Pública Municipal JANETE DA APARECIDA CORDEIRO DA SILVA, ocupante do cargo de Servente da Educação, com 44h semanais, lotada na EMEB Morada do Sol, a partir de 21 de novembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária de Educação.

Portaria Nº 21.186

PORTARIA nº 21.186, de 16 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionadas, licença para tratamento de saúde, conforme Laudo Médico, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e período de afastamento, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Sec.	Dias de afastamento	A contar de
10876	Deisiane Ap. de Paulo	Professora 1ª a 4ª série	005	15	10/11/11

10987	Deisiane Ap. de Paulo	Professora 5ª a 8ª série	005	15	10/11/11
8660	Ecleides de Fátima Bleichuehl	Professora 5ª a 8ª série	005	15	08/11/11
10594	Juliana Velasques Ferreira	Professora 1ª a 4ª série	005	30	07/11/11
11110	Dirce Stiegler Pucci	Professora	005	60	26/10/11
2465	Marilucy Wierzbicki	Secretária Escolar	005	15	21/10/11
2465	Marilucy Wierzbicki	Secretária Escolar	005	30	11/11/11
2652	Marinice Aparecida Chaves	Servente	005	180	11/11/11
5022	Rosi Maria Fonseca	Merendeira	005	30	10/11/11
6946	Silmara Adamczski	Professora	005	10	07/11/11

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária de Educação.

Portaria Nº 21.187

PORTARIA Nº 21.187, de 16 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal LUCIA SPEGGIORIN, ocupante do cargo de Professora, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente 1.582 (mil quinhentos e oitenta e dois) dias, ou, 04 (quatro) anos, 04 (quatro) meses e 02 (dois) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição protocolada sob o nº 20022010.1.00029/11-6, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 29/09/2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária de Educação.

Portaria Nº 21.188

PORTARIA nº 21.188, de 16 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, mais o previsto na Lei Complementar nº 7, de 17/12/99 e a Lei Complementar nº 22, 28/12/2001, que dispõe sobre o novo Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Caçador, e dá outras providências

RESOLVE:

REDUZIR a carga horária da servidora Pública da Secretaria de Educação, abaixo relacionada, especificando código, nome, cargo, redução de carga horária, motivo, local de atuação e período, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Redução		Escola de Atuação	Motivo	A contar
			DE	PARA			
11082	Maristela Ceolla	Supervisora Educacional	40	20	EMEB Henrique Júlio Berger	v. excedente	16/11/2011

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária de Educação.

Portaria Nº 21.189

PORTARIA Nº 21.189, de 16 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

PRORROGAR O CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, da servidora SILVANA MITTANK LOPES DE SOUZA, no cargo de Servente da Educação, Ref. 1.3A, carga horária de 44h semanais, em vaga vinculada à Servidora titular Marínes Manentti que se encontra em licença para tratamento de saúde, para atuar na EMEB Pierina Santin Perret, durante o período de 12 de novembro de 2011 à 20 de dezembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária de Educação.

Portaria Nº 21.194

PORTARIA Nº 21.194, de 18 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras

providências

RESOLVE:

PRORROGAR OS CONTRATOS, por tempo determinado, dos(as) cidadãos(as), a seguir relacionados, para atuarem junto a Secretaria de Educação, especificando: nome, cargo, carga horária, motivo, escola de atuação e período da prorrogação, conforme segue:

Nome	Cargo	C.H.	Escola	Motivo	Período da Prorrogação
Bibiane Baldassani das Neves	Professora	40	EMEB Irmão V. José	v.v. Jane Maristela dos Santos - licença saúde	11/11/11 a 20/12/11
Rosa Alice Gonçalves	Servente	44	EMEB Maria L. Barbosa	v.v. Marilucy L. Stanke - licença saúde	16/11/11 a 20/12/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária de Educação.

Portaria Nº 21.197

PORTARIA Nº 21.197, de 18 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos termos da Lei nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei nº 1.932, de 02/07/2003,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 16/10/2011 a 15/11/2011, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
10458	Ademilson Fernandes	Fiscal de Obras	27	IPPUC	1.000
3277	Gisele Aparecida Mandelli	Fiscal de Postura	27	IPPUC	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

NEWTON MARÇAL SANTOS

Presidente IPPUC.

Portaria Nº 21.199

PORTARIA Nº 21.199, de 22 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e Lei Complementar nº 217, de 10/06/11, que dá nova redação ao art. 29 e acrescenta os arts. 29-A e 29-B, à Lei Complementar nº 093, que altera o Regime Próprio de

Previdência Social do Município - RPPS,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora Karen Fernanda Ribeiro, para exercer a função de Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais - IPASC, em substituição à servidora Joice Luiza Flores de Matias Wagner que se encontra em licença, durante o período de 08 de novembro de 2011 à 20 de março de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 21.200

PORTARIA Nº 21.200, de 22 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

PRORROGAR O CONTRATO em caráter temporário, da cidadã MARIANA SOARES PHILIPPI, no cargo de Engenheira Ambiental, Ref. 38, carga horária de 35h semanais, para atuar na área de Educação Ambiental junto à Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA, durante o período de 01/11/2011 a 31/12/2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

DENISE CHIARELLO HARTMANN

Presidente FUNDEMA.

Aviso de Licitação PR 17-2011 ASSISTENCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 17/2011

TIPO: Menor Preço por item

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS DESTINADAS AO ATENDIMENTO DO PLANTÃO SOCIAL

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14h00min do dia 14/12/2011.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 14/12/2011.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, Ramal 210, no horário de expediente em vigor.

e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br

Caçador, 25 de Novembro de 2011.

MARINÊS D. COLAÇO

Secretária Municipal de Assistência Social

Aviso Dispensa de Licitação 03-2011 FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Caçador

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Caçador/SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2011

A Fundação Municipal do Meio Ambiente de Caçador/SC torna pública a Dispensa de Licitação nº 03/2011 para a contratação de execução de estrutura de concreto armado para sustentação de recalque de água tratada na Avenida Fahdo Thomé destinada ao abastecimento do bairro Champagnat e Parque das Araucárias, conforme projetos e memoriais, através da empresa Clair Dalla Rosa & Cia Ltda com sede neste município de Caçador e inscrita no CNPJ nº 10.338.661/001-85, pelo valor total (materiais e serviços) de R\$ 13.930,00 (treze mil novecentos e trinta reais), prazo de execução: 90 dias, de conformidade com o artigo 24, Inciso I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 25 de novembro de 2011.

DENISE CHIARELLO HARTMANN

Presidente da FUNDEMA

Dispensa de Licitação 07-2011 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Estado de Santa Catarina

Município de Caçador/SC

Fundo Municipal de Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2011

O Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador/SC torna pública a Dispensa de Licitação nº 07/2011 para a contratação de empresa especializada para execução de 40 horas de Curso prático-teórico de panificação e confeitaria para quinze usuários do CRAS Bairro Martello, através da empresa Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI-CNPJ sob nº 03.774.688/0006-60, com sede na cidade de Caçador/SC, pelo valor total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para execução até 31.12.2011, de conformidade com o artigo 24, Inciso XIII, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 24 de Novembro de 2011.

MARINES D. COLAÇO

Secretária Municipal de Assistência Social

Contrato 136-2011 PREFEITURA

Contrato nº 136/2011 - 2º aditamento ao contrato administrativo 117-2010 acrescenta quantidades nos serviços em 25% na contratação de empresa para prestação de serviços técnicos em informática para Polícia Militar. Referente ao processo licitatório nº 113/2010 PR nº 64/2010. Contratado: TELECAL TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA /CNPJ nº 81.340.382/0001-02. O valor acrescido nas quantidades anteriores contratadas, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) ao preço total do Contrato Principal é de R\$ 4.387,50 (quatro mil trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) estando o mesmo de acordo com os percentuais estabelecidos no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93 e alterações subseqüentes. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

Ata 27-A - Tomada de Preços 01-2011 PREFEITURA

ATA Nº 27-A

ATA DA TOMADA DE PREÇOS nº 01/2011 PREFEITURA

Procedimento Administrativo Licitatório nº 92/2011

Recebimento de Nova Proposta da Empresa Zanco Construtora Ltda.



Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, às dezesseis horas e dez minutos, na sala da Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Avenida Santa Catarina, nº 195, nesta cidade de Caçador, SC, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, designada pelo Decreto nº 5.061 de 11 de Novembro de 2.011, para analisarem a nova proposta apresentada pela Empresa Zanco Construtora Ltda, nos termos do Item 5.6. do Edital de Tomada de Preços nº 01/2011. Primeiramente verificou-se que a apresentação formal de nova proposta nos termos do art. 44 e parágrafos e incisos da Lei 123/2006 transcritos no Edital, ocorreu no prazo de dois dias após a abertura do processo, que a referida empresa apresentou comprovação de ser EPP e pode ser beneficiada. A proposta apresentada ficou em R\$ 837.185,82 (oitocentos e trinta e sete mil, cento e oitenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) ou seja abaixo da outra concorrente, desta forma fica declarada vencedora do processo licitatório.

Concluídos os procedimentos e análises da nova proposta apresentada, o senhor Presidente solicitou que sejam comunicadas as empresas interessadas e publicada a presente ata no Diário Oficial dos Municípios para a contagem de prazo de recursos. Nada mais havendo a constar, foi encerrada a reunião, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pela Comissão Especial de Licitação.

Caçador/SC 25 de novembro de 2011.

LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA

Presidente

ARION MARÇAL SANTOS

Membro

CARINE MARCON

Membro

Resumo Ata de Habilitação e Propostas TP 01-2011 PREFEITURA

RESUMO ATA DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

PROCESSO LICITATÓRIO 92-2011 TOMADA DE PREÇO 01/2011 -
PREFEITURA

Empresas que protocolaram proposta:

ROTESMA PRE FABRICADOS DE CIMENTO LTDA neste ato representada pelo Senhor NERI MILLER

ZANCO CONSTRUTORA LTDA - EPP neste ato representada pela Sra. FABIANE ZANCO BORTOLANZA.

HABILITAÇÃO - Abertos os envelopes de habilitação das proponentes que compareceram após rubricados os documentos a Comissão verificou que as empresas ROTESMA PRE FABRICADOS DE CIMENTO LTDA e ZANCO CONSTRUTORA LTDA -EPP atenderam as condições do Edital quanto a fase habilitatória, atendendo plenamente aos requisitos do Edital, razão pela qual os representantes presentes abrem mão de recurso desta fase possibilitando a abertura dos envelopes contendo as propostas.

PROPOSTAS DE PREÇO - Abertos os envelopes contendo as propostas verificou-se que os valores ficaram dentro do valor máximo estabelecido pelo Edital, no entanto a empresa ZANCO CONSTRUTORA LTDA EPP-, requereu o benefício da Lei das micro empresas, desta forma o Presidente da Comissão suspendeu por cinco minutos a sessão para fazer o cálculo da possível vantagem que a proponente requereu. Retomados os trabalhos e sem que houvesse um consenso pela Comissão, o Presidente suspendeu a sessão para posterior declaração da empresa vencedora que se dará no prazo de três dias úteis e serão comunicadas as proponentes o resultado. Os representantes presentes concordaram com a decisão.

Caçador, 24 de Novembro de 2011.

IPASC

Portaria n. 438, de 03 de Novembro de 2011

PORTARIA n. 438, de 03 de Novembro de 2011.

Concede aposentadoria especial de professor, a Maria Luiza Fonseca, nos termos do art.6º da EC,nº 41/03 da Constituição Federal. O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela lei municipal 093/06.

Resolvem,

Art. 1º Aposentar, Maria Luiza Fonseca, portadora do CPF-401.097.559-87 CI- SSI-3.919.901 PIS - 10107945999, nos termos do art. 6º da EC 41/03, e art.36 ₤ 1º da Lei Municipal 0.093/06, detentora da matrícula nº 175, ocupante do cargo de provimento efetivo de professor, da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Caçador. a partir de 03 de Novembro de 2011.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria especial de professor em caráter integral correspondente a 100% de sua remuneração de contribuição, observada a metodologia de cálculo definida pela Lei Federal nº 10887/4 de espécie com paridade, perfazendo um total de R\$ 3.467,99 (Três mil quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa e nove centavos mensais, que será pago pelo IPASC..

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Registre-se e Publique-se,

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 03 de Novembro de 2011.

FERNANDO SCOLARO

Diretor presidente

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Diretora Administrativa

Portaria n. 439, de 18 de Novembro de 2011.

PORTARIA n. 439, de 18 de Novembro de 2011.

Concede aposentadoria a SINEIDE DO CARMO ROTTA,

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela lei municipal 093/06.

Resolvem,

Art. 1º Aposentar, SINEIDE DO CARMO ROTTA , portadora do CPF-401.064.039-15 CI- 10/R 390490 PIS 101.079.449-25, a partir de 18 de Novembro de 2011 nos termos do art. 3º da EC 47/05, Fórmula 85/95 da CF, detentor da matrícula nº 1049, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Secretário, da Secretaria de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Caçador.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Tempo de Contribuição em caráter integral correspondente a 100% de sua remuneração de contribuição, de espécie com paridade, perfazendo um total de R\$ 3.232,98 (Três mil duzentos e trinta e dois reais e noventa e oito centavos) mensais, que será pago pelo IPASC, a partir de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Registre-se e Publique-se,

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 18 de Novembro de 2011.

FERNANDO SCOLARO
Diretor presidente

KAREN FERNANDA RIBEIRO
Diretora Administrativa

Portaria n.º 440, de 03 de Novembro de 2011.

PORTARIA n.º 440, de 03 de Novembro de 2011.

Restabelece a aposentadoria por tempo de contribuição de Ademir Matoso.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006,

E CONSIDERANDO despacho em Mandado de Segurança nº 2009.0511964-7 junto ao Tribunal de Justiça do Estado.

R E S O L V E M:

Art. 1.º - Restabelecer a aposentadoria por tempo de contribuição de ADEMIR MATOSO, Matrícula nº 232, aposentado pelo Decreto nº 1655, de 02/12/1997, no cargo de Servente I, percebendo proventos no valor de R\$ 890,97 (Oitocentos e noventa reais e noventa e sete centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 03 de Novembro de 2011, em cumprimento ao Mandado de Segurança acima citado.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 21 de Novembro de 2011.

FERNANDO SCOLARO
Diretor Presidente.

KAREN FERNANDA RIBEIRO
Diretora Administrativa.

Balancete Financeiro**IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2011

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.236.815,63	Despesa Orçamentária	491.618,60
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	212.185,13	Despesas exceto Intra-orçamentárias	491.618,60
RECEITA PATRIMONIAL	509.545,22	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	487.703,19
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	615,55	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.915,41
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	418.437,02		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	96.032,71		
Receita Extra - Orçamentária	799.439,82	Despesa Extra - Orçamentária	594.362,32
DEPOSITOS	105.755,48	DEPOSITOS	102.222,99
CONSIGNACOES	36.360,89	CONSIGNACOES	34.519,24
PREVIDENCIA SOCIAL	767,95	PREVIDENCIA SOCIAL	705,80
PENSAO ALIMENTICIA	511,60	PENSAO ALIMENTICIA	502,06
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	10.489,63	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	8.971,58
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M	17.158,57	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA	17.024,13
PLANOS DE SEGUROS	23,14	PLANOS DE SEGUROS	23,14
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	7.410,00	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	7.292,53
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	69.394,59	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	67.703,75
DEPOSITOS A TRANSFERIR	46.427,71	DEPOSITOS A TRANSFERIR	44.517,87
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	22.966,88	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	23.185,88
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	491.618,60	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	492.139,33
OBRIGACOES A PAGAR	491.618,60	OBRIGACOES A PAGAR	492.139,33
FORNECEDORES	3.915,41	FORNECEDORES	4.436,14
PESSOAL A PAGAR	27.068,79	PESSOAL A PAGAR	27.068,79
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.519,19	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.519,19
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	459.115,21	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	459.115,21
INTERFERENCIAS ATIVAS	202.065,74		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	202.065,74		
REPASSES PREVIDENCIARIOS RECEBIDOS F	202.065,74		
Saldos anteriores	30.720.530,31	Saldos atuais	31.670.804,84
BANCO C/ MOVIMENTO	15.299,06	BANCO C/ MOVIMENTO	61.345,35
INVESTIMENTOS DO RPPS	30.705.231,25	INVESTIMENTOS DO RPPS	31.609.459,49
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	32.756.785,76	Total	32.756.785,76

Caçador, 25/11/2011

 Roberto Vitória
 Contador CRC-SC 020.968/O-0

 Karen Fernanda Ribeiro
 Diretora Administrativa

 Fernando Scolari
 Diretor Presidente


Camboriú

PREFEITURA

Resultado de CC 2/11 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº002/2011-FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi "FRACASSADA". Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 28 de Novembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 6.720 de 28 de Novembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.720 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VI; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. CRISTIANE BAYERL QUOST MARIANO, para exercer o cargo de Professor Auxiliar I, Registro no Sistema sob o nº 954964; Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível PA1, Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 759,17 (setecentos e cinquenta e nove reais, dezessete centavos) mensais, pelo período de 28 de novembro de 2011 à 28 de maio de 2012, ou até a Homologação do Concurso Público e Convocação dos aprovados.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 006/2011, em 15º lugar, realização de atividades especiais para atender o aumento de demanda por serviços públicos, devido a excesso de contingente populacional;

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 28 de novembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.514 de 24 de Novembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.514 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Terapeuta Ocupacional - MÁRIO CÉSAR DEUNÍSIO, Matrícula Funcional nº 000457, Registro no Sistema sob nº 954493, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 09 de maio de 2004 à 09 de maio de 2009.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 24 de novembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.515 de 24 de Novembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.515 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Agente Operacional I - CLAUDIO CARDOSO, Matrícula Funcional nº 000142, Registro no Sistema sob nº 36100, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo 08 de agosto de 2006 à 08 de agosto de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 24 de novembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.516 de 24 de Novembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.516 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Professora I - ANA LUIZA DA CRUZ KMIETIK, Matrícula Funcional nº 000451, Registro no Sistema sob nº 954462, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 11 de agosto de 2006 á 11 de agosto de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 24 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.517 de 24 de Novembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.517 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Professora I - JOICE LINZMEYER, Matrícula Funcional nº 000469, Registro no Sistema sob nº 954475, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 02 de outubro 2006 á 02 de outubro de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 24 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.518 de 24 de Novembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.518 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Assistente Social - IMELDA JÚLIA WATZKO, Matrícula Funcional nº 000453, Registro no Sistema sob nº 954465, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 02 de outubro 2006 á 02 de outubro de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 24 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.519 de 24 de Novembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.519 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Agente Operacional I - LOURIVAL IOHANSON, Matrícula Funcional nº 000479, Registro no Sistema sob nº 954485, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo 03 de outubro 2006 á 03 de outubro

de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 24 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.520 de 24 de Novembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.520 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Psicólogo - MARCO AURÉLIO BECKHAUSER, Matrícula Funcional nº 000486, Registro no Sistema sob nº 954500, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 06 de novembro 2006 à 06 de novembro de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 24 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.521 de 24 de Novembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.521 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO CHEFE DE SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar Pagamento de um Terço de Férias ao Chefe do

Serviço de Saneamento Ambiental - CLAUDIO DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000254, Registro no Sistema sob nº 313130, referente ao período aquisitivo: 01 de outubro de 2009 à 30 de setembro de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 24 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.522 de 24 de Novembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.522 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Auxiliar de Enfermagem - MARILENA PISKE, Matrícula Funcional nº 000051, Registro no Sistema sob nº 293270, referente ao período aquisitivo: 01 de fevereiro de 2011 à 31 de janeiro de 2012, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 05 de dezembro de 2011 à 03 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 24 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Pregão 80/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 80/2011

O objeto da licitação consiste aquisição de material permanente – MOBILIÁRIO - para equipar a Biblioteca da nova Sede da Escola Municipal de Educação Básica Maria José Silva Bernardes.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
	<p>ESTANTE FACE DUPLA</p> <p>Estante face dupla totalmente confeccionada em chapa de aço de baixo teor de carbono, sem arestas cortantes e rebarbas, com acabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (anti-ferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras. Contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 01 (uma) base em formato retangular, fechada, confeccionada em chapa nº 20 (0,90mm), com altura de 17,5 cm; 01 (um) reforço interno em "Omega" confeccionado em chapa nº 20 (0,90mm) soldado na extensão da mesma; 02 (dois) anteparos laterais soldados a base e fixado nas laterais da estante através de 06 (seis) parafusos 3/8" de cada lado. - 01 (uma) travessa superior horizontal (chapéu), confeccionado em chapa nº 20 (0,90mm) e dobrado em forma de "U" com altura de 7,0cm; 02 (dois) anteparos laterais em chapa nº 16 (1,50mm) soldados a travessa e fixado nas laterais da estante através de 06 (seis) parafusos 3/8" de cada lado. - 02 (duas) Laterais de sustentação, com altura de 2,0 (dois) metros e largura de 58 cm, confeccionadas em chapa nº 18 (1,20mm). - Cada lateral deverá possuir 09 (nove) linhas retas de 04 (quatro) fendas cada, com dimensões de 2,8 cm de altura por 10,5 cm de largura, permitindo encaixe das bandejas em passos de 17,5 cm. 				
1	<p>- 08 (oito) prateleiras com dimensões de 93 cm de comprimento e 23,5 cm de profundidade, confeccionadas em chapa nº 20 (0,90mm), com dobras nas laterais que permitem as mesmas a união as laterais pelo sistema de encaixe (sem parafusos).</p> <p>- Dimensões: Altura: 2,0 (dois) metros, Largura: 1,0 (um) metro, Profundidade: 58 cm.</p> <p>- Estante na cor verde texturizada; miolo e sinalização na cor cinza lisa.</p> <p>Exigências:</p> <p>1) Apresentação de laudo de comprovação da espessura da camada de tinta em substrato de base ferrosa de acordo com a NORMA ASTM D 7091/05;</p> <p>2) Apresentação de laudo de determinação da aderência de acordo com a NORMA ASTM D 3359/09;</p> <p>3) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência a nevoa salina de acordo com a NBR 8094/83. (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO); e</p> <p>4) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada para materiais metálicos, de acordo com a NBR 8095/83. (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO).</p>	PEÇAS	25	1.342,00	33.550,00

2	<p>LATERAL DE FECHAMENTO</p> <p>Acabamento lateral para estantes, totalmente confeccionada em chapa nº 20 de aço de baixo teor de carbono (0,90mm), sem arestas cortantes e rebarbas, com acabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (anti-ferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras. Contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> · 09 (nove) linhas retas de 04 (quatro) fendas cada, com dimensões de 2,8 cm de altura por 10,5 cm de largura, unidos as laterais da estante nas extremidades através de 04 (quatro) parafusos ¼" x ½" com porcas. · Dimensões: Altura: 2,0 (dois) metros, Largura: 58 cm, Profundidade: 3,5 cm. · Lateral na cor verde texturizada. <p>Exigências:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Apresentação de laudo de comprovação da espessura da camada de tinta em substrato de base ferrosa de acordo com a NORMA ASTM D 7091/05; 2) Apresentação de laudo de determinação da aderência de acordo com a NORMA ASTM D 3359/09; 3) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência a nevoa salina de acordo com a NBR 8094/83. (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO); e 4) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada para materiais metálicos, de acordo com a NBR 8095/83. <p>(MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO).</p>	PEÇAS	10	215,00	2.150,00		<p>EXPOSITOR ARTICULADO</p> <p>Expositor com prateleiras articuláveis, totalmente confeccionado em chapa de aço de baixo teor de carbono, sem arestas cortantes e rebarbas, com acabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (anti-ferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras, contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> · 01 (uma) base retangular, fechada, confeccionada em chapa nº 20 (0,90mm), com altura de 17,5 cm; 02 (dois) anteparos laterais soldados a base e fixado nas laterais da estante através de 04 (quatro) parafusos 3/8" de cada lado. · 01 (uma) travessa superior horizontal (chapéu), confeccionada em chapa nº 20 (0,90mm) e dobrado em forma de "U" com altura de 7,0 cm; 02 (dois) anteparos laterais em chapa nº 16 (1,50mm) soldados a travessa e fixado nas laterais da estante através de 04 (quatro) parafusos 3/8" de cada lado. · 02 (duas) Laterais de sustentação com altura de 2,0 (dois) metros e largura de 44,5 cm, confeccionadas em chapa nº 18 (1,20mm). · Cada lateral deverá possuir 09 (nove) linhas retas de 03 (três) fendas cada, com dimensões de 2,8 cm de altura por 10,5 cm de largura, permitindo encaixe das bandejas em passos de 17,5 cm. · 04 (quatro) prateleiras inclinadas com dimensões mínimas de 92,1 cm de comprimento e 29,0 cm de profundidade, confeccionadas em chapa nº 20 (0,90mm), fixadas as laterais através de parafusos. 					
---	---	-------	----	--------	----------	--	---	--	--	--	--	--

3	<p>04 (quatro) prateleiras planas com dimensões mínimas de 93,0 cm de comprimento e 37,0 cm de profundidade, confeccionadas em chapa nº 20 (0,90mm), com dobras nas laterais que permitem as mesmas a união as laterais pelo sistema de encaixe (sem parafusos).</p> <p>· Dimensões: Altura: 2,0 (dois) metros, Largura: 1,0 (um) metro, Profundidade: 44,5 cm.</p> <p>· Expositor na cor verde texturizada; miolo da estante e sinalização na cor cinza lisa.</p> <p>Exigências:</p> <p>1) Apresentação de laudo de comprovação da espessura da camada de tinta em substrato de base ferrosa de acordo com a NORMA ASTM D 7091/05;</p> <p>2) Apresentação de laudo de determinação da aderência de acordo com a NORMA ASTM D 3359/09;</p> <p>3) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência a nevoa salina de acordo com a NBR 8094/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO); e</p> <p>4) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada para materiais metálicos, de acordo com a NBR 8095/83. (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO).</p>	PEÇAS	03	1.280,00	3.840,00
---	--	-------	----	----------	----------

4	<p>LATERAL DE FECHAMENTO</p> <p>Acabamento lateral para estantes, totalmente confeccionada em chapa de aço 20 de baixo teor de carbono (0,90mm), sem arestas cortantes e rebarbas, com acabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (anti-ferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras. Contendo:</p> <p>· 09 (nove) linhas retas de 03 (três) fendas cada, com dimensões de 2,8 cm de altura por 10,5 cm de largura, unidos as laterais da estante nas extremidades através de 04 (quatro) parafusos ¼" x ½" com porcas.</p> <p>· Dimensões: Altura: 2,0 (dois) metros, Largura: 44,5 cm, Profundidade: 3,5 cm.</p> <p>· Lateral na cor verde texturizada.</p> <p>Exigências:</p> <p>1) Apresentação de laudo de comprovação da espessura da camada de tinta em substrato de base ferrosa de acordo com a NORMA ASTM D 7091/05;</p> <p>2) Apresentação de laudo de determinação da aderência de acordo com a NORMA ASTM D 3359/09;</p> <p>3) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência a nevoa salina de acordo com a NBR 8094/83. (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO); e</p> <p>4) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada para materiais metálicos, de acordo com a NBR 8095/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO).</p>	PEÇAS	02	151,00	302,00
---	--	-------	----	--------	--------

ESTANTE FACE SIMPLES INFANTIL

Estante face simples, totalmente confeccionada em chapa de aço de baixo teor de carbono, sem arestas cortantes e rebarbas, com acabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (anti-ferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras. Contendo:

- 01 (uma) base em formato retangular fechada confeccionada em chapa nº 20 (0,90mm), com altura de 17,5 cm; 02 (dois) anteparos laterais soldados a base e fixado nas laterais da estante através de 04 (quatro) parafusos 3/8" de cada lado.
- 01 (uma) travessa superior horizontal (chapéu), confeccionado em chapa nº 20 (0,90mm) e dobrado em forma de "U" com altura de 7,0 cm; 02 (dois) anteparos laterais em chapa nº 16 (1,50mm) soldados a travessa e fixado nas laterais da estante através de 04 (quatro) parafusos 3/8" de cada lado.
- 02 (duas) laterais de sustentação, com altura de 1,5 metros e largura de 32,0 cm, confeccionadas em chapa nº 18 (1,20mm).
- Cada lateral com 07 (sete) linhas retas de 03 (três) rasgos cada, com dimensões de 2,8 cm de altura por 10,5 cm de largura, permitindo encaixe das bandejas em passos de 17,5 cm.
- 03 (três) prateleiras com dimensões de 93,0 cm de comprimento e 23,5 cm de profundidade, confeccionadas em chapa nº 20 (0,90mm), com dobras nas laterais que permitem as mesmas a união as laterais pelo sistema de encaixe (sem parafusos).

· Dimensões: Altura: 1,50 metros, Largura: 1,0 (um) metro, Profundidade: 32 cm.

· Estante na cor verde texturizada; miolo e sinalização na cor cinza lisa.

Exigências:

- 1) Apresentação de laudo de comprovação da espessura da camada de tinta em substrato de base ferrosa de acordo com a NORMA ASTM D 7091/05;
- 2) Apresentação de laudo de determinação da aderência de acordo com a NORMA ASTM D 3359/09;
- 3) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência a nevoa salina de acordo com a NBR 8094/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO); e
- 4) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada para materiais metálicos, de acordo com a NBR 8095/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO).

5

PEÇAS 02

630,00

1.260,00

6	<p>LATERAL DE FECHAMENTO Estante Infantil Acabamento lateral para estantes face simples, totalmente confeccionada em chapa de aço de baixo teor de carbono nº 20 (0,90mm), sem arestas cortantes e rebarbas, com acabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (anti-ferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras.</p> <p>Contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 07 (sete) linhas retas de 03 (três) rasgos cada, com dimensões de 2,8 cm de altura por 10,5 cm de largura, unidos as laterais da estante nas extremidades através de 04 (quatro) parafusos 1/4" x 1/2" com porcas. - Dimensões: Altura: 1,50 metros, Largura: 32 cm, Profundidade: 3,5 cm. - Lateral na cor verde texturizada. <p>Exigências:</p> <p>1) Apresentação de laudo de comprovação da espessura da camada de tinta em substrato de base ferrosa de acordo com a NORMA ASTM D 7091/05;</p> <p>2) Apresentação de laudo de determinação da aderência de acordo com a NORMA ASTM D 3359/09;</p> <p>3) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência a nevoa salina de acordo com a NBR 8094/83. (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO); e</p> <p>4) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada para materiais metálicos, de acordo com a NBR 8095/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO).</p>	PEÇAS	02	106,00	212,00
---	--	-------	----	--------	--------

	<p>EXPOSITOR ARTICULADO INFANTIL Expositor com prateleiras articuláveis e base inferior fechada, totalmente confeccionada em chapa de aço de baixo teor de carbono, sem arestas cortantes e rebarbas, com acabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (anti-ferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras.</p> <p>Contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 01 (uma) base em formato retangular, fechada, confeccionada em chapa nº 20 (0,90mm), com altura de 17,5 cm; - 02 (dois) anteparos laterais soldados a base e fixado nas laterais da estante através de 04 (quatro) parafusos 3/8" de cada lado. - 01 (uma) travessa superior horizontal (chapéu), confeccionado em chapa nº 20 (0,90mm) e dobrado em forma de "U" com altura de 7,0 cm; - 02 (dois) anteparos laterais em chapa nº 16 (1,50mm) soldados a travessa e fixado nas laterais da estante através de 04 (quatro) parafusos 3/8" de cada lado. - 02 (duas) Laterais de sustentação, com altura de 1,5 metros e largura de 44,5 cm, confeccionadas em chapa nº 18 (1,20mm). - Cada lateral deverá possuir 07 (sete) linhas retas de 04 (quatro) rasgos cada, permitindo encaixe das bandejas em passos de 17,5 cm. - 03 (três) prateleiras inclinadas com dimensões de 92,1 cm de comprimento e 29,0 cm de profundidade, confeccionadas em chapa nº 20 (0,90mm), fixadas as laterais através de parafusos. 				
--	---	--	--	--	--

7	<p>03 (três) prateleiras planas com dimensões de 93,0 cm de comprimento e 37,0 cm de profundidade, confeccionadas em chapa nº 20 (0,90mm), com dobras nas laterais que permitem as mesmas a união as laterais pelo sistema de encaixe (sem parafusos).</p> <p>· Dimensões: Altura: 1,50 metros, Largura: 1,0 (um) metro, Profundidade: 44,5 cm.</p> <p>· Expositor na cor verde texturizada; miolo e sinalização na cor cinza lisa.</p> <p>Exigências:</p> <p>1) Apresentação de laudo de comprovação da espessura da camada de tinta em substrato de base ferrosa de acordo com a NORMA ASTM D 7091/05;</p> <p>2) Apresentação de laudo de determinação da aderência de acordo com a NORMA ASTM D 3359/09;</p> <p>3) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência a nevoa salina de acordo com a NBR 8094/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO); e</p> <p>4) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada para materiais metálicos, de acordo com a NBR 8095/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO).</p>	PEÇAS	02	957,00	1.914,00
---	--	-------	----	--------	----------

8	<p>LATERAL DE FECHAMENTO - EXPOSITOR ARTICULADO INFANTIL</p> <p>Acabamento lateral para estantes multimeios face dupla e expositor, totalmente confeccionada em chapa de aço de baixo teor de carbono nº 20 (0,90mm), sem arestas cortantes e rebarbas, com acabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (anti-ferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras.</p> <p>Contendo:</p> <p>· 07 (sete) linhas retas de 04 (quatro) rasgos cada, com dimensões de 2,8 cm de altura por 10,5 cm de largura, unidos as laterais da estante nas extremidades através de 04 (quatro) parafusos ¼" x ½" com porcas.</p> <p>· Dimensões: Altura: 1,50 metros, Largura: 44,5 cm, Profundidade: 3,5 cm.</p> <p>· Lateral na cor verde texturizada.</p> <p>Exigências:</p> <p>1) Apresentação de laudo de comprovação da espessura da camada de tinta em substrato de base ferrosa de acordo com a NORMA ASTM D 7091/05;</p> <p>2) Apresentação de laudo de determinação da aderência de acordo com a NORMA ASTM D 3359/09;</p> <p>3) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência a nevoa salina de acordo com a NBR 8094/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO);</p> <p>4) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada para materiais metálicos, de acordo com a NBR 8095/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO).</p>	PEÇAS	02	146,00	292,00
---	--	-------	----	--------	--------

9	<p>BIBLIOCANTO INFANTIL FORMATO BORBOLETA 1,20MM, 18X18X12 Bibliocanto Infantil dobrado em "L", confeccionado em chapa de aço de baixo teor de carbono, com cabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (anti-ferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó na cor vermelha, com camada mínima de tinta de 70 micras. Contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espessura da chapa nº 18 (1,20mm). • Contorno e detalhes internos cortados no formato de Borboleta. • Dimensões: Altura: 18 cm, Largura 18 cm, Profundidade: 12 cm. • Bibliocanto na cor verde texturizada. <p>Exigências:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Apresentação de laudo de comprovação da espessura da camada de tinta em substrato de base ferrosa de acordo com a NORMA ASTM D 7091/05; 2) Apresentação de laudo de determinação da aderência de acordo com a NORMA ASTM D 3359/09; 3) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência a nevoa salina de acordo com a NBR 8094/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO); e 4) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada para materiais metálicos, de acordo com a NBR 8095/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO). 	PEÇAS	30	32,00	960,00
---	---	-------	----	-------	--------

10	<p>BIBLIOCANTO INFANTIL FORMATO JOANINHA 1,20MM, 20X18,5X12 Bibliocanto Infantil dobrado em "L", confeccionado em chapa de aço de baixo teor de carbono, com cabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (anti-ferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó na cor vermelha, com camada mínima de tinta de 70 micras. Contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Chapa de aço nº 18 (1,20mm). • Contorno e detalhes internos cortados no formato de Joa-ninha. • Dimensões: Altura: 20 cm, Largura 18,5 cm, Profundidade: 12 cm. • Bibliocanto na cor verde texturizada. <p>Exigências:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Apresentação de laudo de comprovação da espessura da camada de tinta em substrato de base ferrosa de acordo com a NORMA ASTM D 7091/05; 2) Apresentação de laudo de determinação da aderência de acordo com a NORMA ASTM D 3359/09; 3) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência a nevoa salina de acordo com a NBR 8094/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO); e 4) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada para materiais metálicos, de acordo com a NBR 8095/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO). 	PEÇAS	30	32,00	960,00
----	--	-------	----	-------	--------

<p>CARRINHO PARA LIVROS</p> <p>Carrinho para transporte de livros, totalmente confeccionado em chapa de aço de baixo teor de carbono, sem arestas cortantes e rebarbas, com acabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (anti-ferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras. Sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 02 (duas) estruturas tubulares em aço 20x20mm com parede de 1,20mm de espessura; semi-fechadas com chapa nº 16 (1,5mm) com 09 fendas de 2,8 cm de altura por 10,5 cm de largura cada. • 03 (três) níveis de bandejas confeccionadas em chapa nº 20 (0,90mm), sendo duas superiores inclinadas com divisória central e 01 (uma) inferior plana, medindo 490mm de largura e 490mm de comprimento, unidas a estrutura do carrinho através de solda. • 02 (dois) suportes para rodas confeccionados em chapa nº 16 (1,50mm), com 04 (quatro) rodízios giratórios com roda de 3" de diâmetro. • Capacidade total de carga: 170 kg. • Dimensões: Altura: 1,05 metros, Largura: 53 cm, Comprimento: 53 cm. • Carrinho na cor verde texturizada. <p>Exigências:</p> <p>1) Apresentação de laudo de comprovação da espessura da camada de tinta em substrato de base ferrosa de acordo com a NORMA ASTM D 7091/05;</p> <p>2) Apresentação de laudo de determinação da aderência de acordo com a NORMA ASTM D 3359/09;</p> <p>3) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência a nevoa salina de acordo com a NBR 8094/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO);</p> <p>4) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada para materiais metálicos, de acordo com a NBR 8095/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO).</p>					<p>BIBLIOCANTO</p> <p>Bibliocanto, totalmente confeccionado em chapa de aço de baixo teor de carbono, sem arestas cortantes e rebarbas, com acabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (anti-ferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras. Contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Confeccionado em chapa nº 18 (1,20mm) • Dobrado em forma de "L" com 01 (uma) fenda em forma de retângulo, distribuído ao longo da peça. • Dimensões: Altura: 20 cm, Largura: 13 cm, Base: 13 cm. • Bibliocanto na cor verde texturizada. <p>Exigências:</p> <p>1) Apresentação de laudo de comprovação da espessura da camada de tinta em substrato de base ferrosa de acordo com a NORMA ASTM D 7091/05;</p> <p>2) Apresentação de laudo de determinação da aderência de acordo com a NORMA ASTM D 3359/09;</p> <p>3) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência a nevoa salina de acordo com a NBR 8094/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO); e</p> <p>4) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada para materiais metálicos, de acordo com a NBR 8095/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO).</p>	PEÇAS	275	12,00	3.300,00
11	PEÇAS	01	854,00	854,00					

13	CAIXA PARA PERIÓDICOS Caixa para periódicos com fundo aberto, totalmente confeccionado em chapa de aço de baixo teor de carbono, sem arestas cortantes e rebarbas, com acabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (anti-ferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras. Contendo: - Confeccionada em chapa nº 18 (1,20 mm). - 03 (três) fenda retangulares distribuídos nas abas laterais e frontal. - Dimensões: Altura: 20 cm, Largura: 10 cm, Profundidade: 20 cm. - Caixas na cor verde texturizada. Exigências: 1) Apresentação de laudo de comprovação da espessura da camada de tinta em substrato de base ferrosa de acordo com a NORMA ASTM D 7091/05; 2) Apresentação de laudo de determinação da aderência de acordo com a NORMA ASTM D 3359/09; 3) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência a nevoa salina de acordo com a NBR 8094/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO); e 4) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada para materiais metálicos, de acordo com a NBR 8095/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO).	PEÇAS	20	37,00	740,00
----	---	-------	----	-------	--------

14	EXPOSITOR DE MESA Expositor de mesa, totalmente confeccionado em chapa de aço de baixo teor de carbono, sem arestas cortantes e rebarbas, com acabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (anti-ferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras. Sendo: - Confeccionado em chapa nº 18 (1,20mm). - 01 (uma) fenda em forma de retângulo, distribuído ao longo da peça. - Dimensões: Altura: 21 cm, Largura: 13 cm, Profundidade: 18,5 cm. - Expositor na cor verde texturizada. Exigências: 1) Apresentação de laudo de comprovação da espessura da camada de tinta em substrato de base ferrosa de acordo com a NORMA ASTM D 7091/05; 2) Apresentação de laudo de determinação da aderência de acordo com a NORMA ASTM D 3359/09; 3) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência a nevoa salina de acordo com a NBR 8094/83. (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO); e 4) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada para materiais metálicos, de acordo com a NBR 8095/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO).	PEÇAS	05	37,00	185,00
----	---	-------	----	-------	--------

15	<p>PLACA DE SINALIZAÇÃO DUPLA</p> <p>Placa de sinalização para estantes face dupla, totalmente confeccionado em chapa de aço de baixo teor de carbono, sem arestas cortantes e rebarbas, com acabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (anti-ferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras. Sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Confeccionada em chapa nº 20 (0,90mm). 01 (uma) placa superior para título e 02 (duas) inferiores para acervo. Não acompanha adesivos ou serigrafia. Dimensões: Altura: 53 cm, Largura: 54 cm, Profundidade: 3,0 cm. Placa na cor cinza lisa. <p>Exigências:</p> <p>1) Apresentação de laudo de comprovação da espessura da camada de tinta em substrato de base ferrosa de acordo com a NORMA ASTM D 7091/05;</p> <p>2) Apresentação de laudo de determinação da aderência de acordo com a NORMA ASTM D 3359/09;</p> <p>3) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência a nevoa salina de acordo com a NBR 8094/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO); e</p> <p>4) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada para materiais metálicos, de acordo com a NBR 8095/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO).</p>	PEÇAS 05		97,00	485,00
16	<p>MESA RETANGULAR -1800X900X740</p> <p>Mesa retangular nas dimensões de 1800x900x740, composta por:</p> <p>§ Tampo em MDF (chapa de baixa densidade) 15 mm com revestimento BP (melamínico de baixa pressão) e acabamento das bordas em ABS de 2mm.</p> <p>§ 01 (uma) caixa de devolução em aço com espessura de 0,75mm e dimensões de 150x120x270mm encaixada no meio do tampo da mesa.</p> <p>§ Estrutura composta por 02 (dois) pés de aço com baixo teor de carbono e parede 1,2mm, sendo 02 (duas) peças verticais de 40X40mm e 01 (uma) travessa de 20x40 unidas com solda, com pintura em epóxi pó na cor alumínio; 02 (duas) barras de tubo 20x40 do mesmo material e acabamento dos pés fazem a união entre os mesmos por meio de parafusos e porcas (formando a estrutura) e a fixação do tampo por parafusos 4,2x13.</p> <p>§ Ponteiras e sapatas com regulagem de altura fazem o acabamento nas pontas dos tubos 40x40.</p> <p>§ Mesa na cor cinza.</p> <p>Exigências:</p> <p>1) Apresentação de laudo de comprovação da espessura da camada de tinta em substrato de base ferrosa de acordo com a NORMA ASTM D 7091/05;</p> <p>2) Apresentação de laudo de determinação da aderência de acordo com a NORMA ASTM D 3359/09;</p> <p>3) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência a nevoa salina de acordo com a NBR 8094/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO); e</p> <p>4) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada para materiais metálicos, de acordo com a NBR 8095/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO).</p>	PEÇAS 04		955,00	3.820,00

17	<p>MESA RETANGULAR PARA COMPUTADOR -1600X600X740</p> <p>Mesa retangular para computador nas dimensões de 1600x600x740, composta por:</p> <p>§ Tampo em MDF (chapa de baixa densidade) 15mm, com revestimento BP (melamínico de baixa pressão) e acabamento das bordas em ABS de 2mm. Apresenta passagem de fiação por meio de furo de diâmetro 60mm com acabamento em peça plástica (passa fio).</p> <p>§ Estrutura composta por 02 (dois) pés de aço com baixo teor de carbono e parede 1,2mm, sendo 02 (duas) peças verticais de 40X40mm e 1 (uma) travessa de 20x40 unidas com solda, com pintura em epóxi pó na cor alumínio; 02 (duas) barras de tubo 20x40 do mesmo material e acabamento dos pés fazem a união entre os mesmos por meio de parafusos e porcas (formando a estrutura) e a fixação do tampo por parafusos 4,2x13.</p> <p>§ Ponteiros e sapatas com regulagem de altura fazem o acabamento nas pontas dos tubos 40x40.</p> <p>§ Mesa na cor cinza.</p> <p>Exigências:</p> <p>1) Apresentação de laudo de comprovação da espessura da camada de tinta em substrato de base ferrosa de acordo com a NORMA ASTM D 7091/05;</p> <p>2) Apresentação de laudo de determinação da aderência de acordo com a NORMA ASTM D 3359/09;</p> <p>3) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência a nevoa salina de acordo com a NBR 8094/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO); e</p> <p>4) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada para materiais metálicos, de acordo com a NBR 8095/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO).</p>	PEÇAS	04	492,00	1.968,00
----	---	-------	----	--------	----------

18	<p>CADEIRA BIBLIOTECA EMPILHÁVEL SEM BRAÇO CROMADA</p> <p>Cadeira para biblioteca empilhável sem braço cromada. Sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confeccionada em tubo redondo 3/4". - Empilhável. - Superfície da Armação cromada. - Acabamento estofamento em poliéster. - Dimensões: Altura: 75 cm, Largura: 46 cm, Profundidade: 54 cm. - Cadeira na cor verde. 	PEÇAS	32	290,00	9.280,00
----	--	-------	----	--------	----------

<p>CADEIRA APROXIMAÇÃO GIRATÓRIA Cadeira para biblioteca aproximação giratória. § Assento e Encosto com estrutura plástica injetada em polipropileno copolímero de alta resistência. § Apóia braços integrado a estrutura de aço com acabamento em polipropileno injetado na mesma cor da cadeira. § Estrutura de sustentação em tubo de aço industrial redondo 22,22 mm, parede 2,25 mm, apoiada sobre 05 (cinco) rodízios de duplo giro e duplo rolamento com 50 mm de diâmetro em nylon com capa, semiesfera plástica injetada junto a estrutura, que facilita o giro, banda de rolagem em nylon para uso em carpetes, tapetes e similares. § Acabamento em banho de cromo com base niquelada sobre aço polido tratado quimicamente, com espessura de camada que atende a requisitos de resistência e durabilidade. § Dimensões: Largura: 57 cm, Profundidade: 53,5 cm, Altura: 84 cm. § Cadeira na cor verde. Exigências: 1) Apresentação de laudo de comprovação da espessura da camada de tinta em substrato de base ferrosa de acordo com a NORMA ASTM D 7091/05; 2) Apresentação de laudo de determinação da aderência de acordo com a NORMA ASTM D 3359/09; 3) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência a nevoa salina de acordo com a NBR 8094/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO); e 4) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada para materiais metálicos, de acordo com a NBR 8095/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO).</p>	PEÇAS	01	400,00	400,00
<p>ARMÁRIO DUPLO – 10 PORTAS Armário Duplo com 10 (dez) portas, confeccionado em chapa de aço de baixo teor de carbono, com acabamento pelo sistema de tratamento químico da chapa (anti-ferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras. Contendo: § 02 (duas) laterais e uma divisória vertical central confeccionadas em chapa de aço nº 24 (0,60mm). § 01 (um) fundo e 02 (dois) meio-tampas (superior e inferior) confeccionados em chapa de aço nº 24 (0,60mm), reforço interno (esquadro) confeccionado em chapa de aço nº 18 (1,2mm) fixando as laterais. § 01 (um) acabamento frontal composto de dois fechamentos, um superior e um inferior, em chapa nº 24 (0,60mm) soldado a um acabamento da divisória central em chapa nº 20 (0,90mm). § A base deverá ser confeccionada em chapa de aço nº 18 (1,2mm) e possuir quatro pés reguláveis (sapatas) para correção de pequenos desníveis. § O armário deverá conter 10 (dez) compartimentos com porta, sendo que a porta deverá conter 02 (duas) dobradiças internas. § Área de entrada de cada porta de no mínimo 31x 24 cm e área interna 32,5x30x42,5 cm. § As portas deverão possuir na parte frontal perfurações em forma de quadrados de 5x5mm que servem como ventilação dos compartimentos. § Montagem através de rebites. § Dimensões: Altura: 1,85 metros, Largura: 60 cm, Profundidade: 45 cm.</p>				

20	§ Corpo do armário na cor cinza lisa e portas na cor verde texturizada. Exigências: 1) Apresentação de laudo de comprovação da espessura da camada de tinta em substrato de base ferrosa de acordo com a NORMA ASTM D 7091/05; 2) Apresentação de laudo de determinação da aderência de acordo com a NORMA ASTM D 3359/09;				
	3) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência a nevoa salina de acordo com a NBR 8094/83 (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO); e 4) Apresentação de laudo de comprovação que os materiais possuem resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada para materiais metálicos, de acordo com a NBR 8095/83. (MÍNIMO 310 HORAS DE EXPOSIÇÃO).	PEÇAS 02	952,00	1.904,00	
VALOR TOTAL EM R\$					68.376,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

- Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 09/12/2011, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC - Data/horário/local para início julgamento do pregão: dia: 09/12/2011, às 10h, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC.

- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.02 – Serviço de Ensino Fundamental; Função: 12 – Educação; Subfunção: 361 – Ensino Fundamental; Programa: 10 – Ensino Fundamental; Projeto: 1.004 – Construção, Reforma e Adequação de Unidades Escolares do Ensino Fundamental; Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente; Recurso: 0.1.0103 – Recursos FUNDEB – 40% (código reduzido: 62, valor reservado R\$ 58.017,00);.

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 80/2011".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 25 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de Licitação PR44/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2011

PROCESSO Nº 205/2011

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 12/12/2011 às 17:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MOVÉIS DE ESCRITÓRIO PARA O CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada no Salão Paroquial na Rua; São João Batista, Praça Lauro Muller, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 28 de novembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação TP 19_11

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO 211/2011

TOMADA E PREÇOS Nº 19/2011

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 21/12/2011 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preços, do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA CABEAMENTO ESTRUTURADO QUE VISA FORNECER FACILIDADES DE CONEXÃO PARA DADOS, VOZ, IMAGEM, SEGURANÇA E ELÉTRICA ESTABILIZADA NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, DE ACORDO COM PROJETOS E MEMORIAIS EM ANEXO.

O Edital que está amparado na Lei 8666/93 encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada temporariamente no Salão Paroquial, à Rua São João Batista, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 29 de novembro 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

"AUTORIZA A CELEBRAÇÃO de Convênio de COOPERAÇÃO TÉCNICA e FINANCEIRA COM A SOCIEDADE BENEFICENTE OPERÁRIA, ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL

LEI Nº. 4854 DE 17/11/2011

"AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA COM A SOCIEDADE BENEFICENTE OPERÁRIA, ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVÉS DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E ADOTA

OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, através da Fundação Cultural de Canoinhas, a celebrar convênio de cooperação técnica e financeira a título de contribuição, bem como promover repasse, para a entidade descrita abaixo:

Entidade Valor Máximo (R\$) /

Fonte de Recurso Objetivo

SOCIEDADE BENEFICENTE OPERÁRIA

CNPJ Nº 83.786.186/0001-83 Até R\$3.000,00 (três mil reais) a título de contribuição.

Recursos Ordinários da Fundação Cultural de Canoinhas.

Colaboração financeira com a finalidade de custear despesas gerais para a promoção do evento denominado 57ª FESTA DO TIRO, visando promover atividades culturais e de entretenimento para a população canoinhense.

§1º. O repasse a título de contribuição visa custear despesas gerais para a promoção do evento denominado 57ª FESTA DO TIRO, sendo que estas contemplam quaisquer despesas que concorram diretamente para a realização do tradicional evento canoinhense.

§2º. As despesas decorrentes desta lei serão realizadas por conta de dotação específica do orçamento da Fundação Cultural de Canoinhas.

§3º. O valor do repasse poderá ser liberado em até 02 (duas) parcelas ou em parcela única, a critério da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º. A liberação do recurso fica condicionada à formalização do instrumento de convênio, que por sua vez condiciona-se à apresentação de Certidões Negativas de Débitos referente Contribuições Previdenciárias e Contribuições ao FGTS, e ainda, a apresentação de demais documentos exigidos pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

§1º. O Poder Executivo, no ato do pagamento da cota única ou das parcelas dos recursos, poderá exigir os comprovantes de regularidade fiscal atualizados, citados no caput deste artigo, no caso de sua validade encontrar-se expirada.

§2º. As Certidões Negativas poderão, eventualmente, ser substituídas por Certidões de Regularidade (Positiva com efeitos de Negativa).

Art. 3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Aplicações apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, serão suspensos os repasses dos recursos incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º. É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência do convênio firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, nos termos do inciso V do art. 9º do Decreto Estadual nº307/03, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda a Resolução TCE/SC nº16/1994 e suas alterações.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso dos recursos em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 (Lei nº 4.564/2010) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2011 (Lei nº 4.658/2010) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$3.000,00 (três mil reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 19: Fundação Cultural de Canoinhas

Unidade 19.01: Fundação Cultural de Canoinhas

Atividade 2.033 - Manutenção da Fundação Cultural de Canoinhas

3.3.50.00.00.00.00 - Transf. Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 3.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

Art. 6º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 (Lei nº 4.564/2010) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2011 (Lei nº 4.658/2010) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no exercício financeiro corrente, o valor de R\$3.000,00 (três mil reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 19: Fundação Cultural de Canoinhas

Unidade 19.01: Fundação Cultural de Canoinhas

Atividade 2.033 - Manutenção da Fundação Cultural de Canoinhas

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 3.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

Art. 7º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de novembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 17/11/2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário de Administração e Finanças

“DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO do CONSELHO MUNICIPAL de ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEI Nº. 4852 DE 14/11/2011

“DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º. Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social do município de Canoinhas, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no art. 17, § 4º, da Lei n. 12.435, de 06 de julho de 2011.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social de Canoinhas é vinculado à estrutura do órgão da administração pública municipal responsável pela coordenação da política de assistência social que lhe dará apoio administrativo, assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

§ 1º As ações deliberativas/reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social, contribuindo para a continuação do processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

§ 2º As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas às atividades e aos serviços prestados pelas entidades e organizações de assistência social públicas e privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§ 3º O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da Política.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º. São atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

I - Elaborar e aprovar seu regimento interno e o conjunto de normas administrativas definidos pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento.

II - Aprovar a política municipal de assistência social, elaborada em consonância com a política nacional e estadual de assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação.

III - Convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas, constituir a comissão organizadora e o respectivo regimento interno.

IV - Encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos.

V - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem

como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais.

VI - Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, no âmbito do município, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências.

VII - Aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), Recursos Humanos (NOB RH/SUAS).

VIII - Zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito das três esferas de governo e efetiva participação dos segmentos representativos dos Conselhos.

IX - Aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

X - Aprovar os critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento.

XI - Propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços.

XII - Inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como inscrever os serviços, programas, projetos, benefícios e as ações da assistência social, no âmbito municipal.

XIII - Informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição das entidades e organizações de assistência social, a fim de que este adote as medidas cabíveis.

XIV - Encaminhar a documentação ao gestor municipal das entidades e organizações de assistência social que compõem a rede socioassistencial no município para inclusão no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, e guarda.

XV - Acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual, do Distrito Federal e municipal, efetivadas na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e Comissão Intergestores Bipartite (CIB), estabelecido na NOB/SUAS e aprovar seu relatório.

XVI - Divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais.

XVII - Estabelecer e fortalecer a interlocução com os demais Conselhos das Políticas Setoriais.

XVIII - Regulamentar a forma de concessão e valor para o pagamento dos auxílios natalidade e funeral e outros benefícios eventuais, conforme o disposto no § 2º do art. 22 da Lei n. 12.435 de 6 de julho de 2011.

XIX - Na falta de conselho municipal do idoso, estabelecer a forma de participação do idoso no custeio de entidade de longa permanência, observando-se o limite definido em lei de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso.

XX - Acionar o Ministério Público como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais.

XXI - Publicar no respectivo Diário Oficial todas as suas deliberações.

SEÇÃO II

DO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º. Para o exercício de suas atribuições, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) solicitará os seguintes documentos e informações:

I - Da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) a política municipal de assistência social;
- b) o plano municipal de assistência social;
- c) o plano de ação;
- d) a proposta orçamentária da assistência social para apreciação e aprovação;
- e) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), selecionados conforme

indicadores de vulnerabilidade, contendo ações, prazos e metas a serem executadas, articulando-se as ofertas da assistência social e as demais políticas pertinentes;

f) o plano- de aplicação do fundo municipal, balancete mensal e prestação de contas ao final do exercício;

g) as informações relativas ao volume de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso;

h) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) às entidades e organizações de assistência social;

i) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

j) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

k) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético execução física e financeira.

II - Das entidades e organizações de assistência social:

a) o estatuto social;

b) o plano de trabalho;

c) o relatório anual de execução;

d) os documentos contábeis.

III - Do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS):

a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembleia Geral, principalmente as atas;

b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - Do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS).

V - Da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas atribuições.

SEÇÃO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é composto de, no mínimo, 12 membros e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I - Seis representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes.

II - Seis representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, eleitos em foro próprio, da seguinte forma:

a) dois representantes dos usuários e/ou organizações de usuários da assistência social;

b) dois representantes de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS;

c) dois representantes de entidades de trabalhadores do setor.

Parágrafo único. No caso de não haver inicialmente representação de um dos segmentos do inciso II do presente artigo, a vaga poderá ser preenchida por um dos demais segmentos, conforme Regimento Interno.

Art. 6º. Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Municipal de Assistência Social, organizada nas seguintes formas:

I - Grupos que têm como objetivo a luta por direitos, reconhecidos como legítimos.

II - Movimentos sociais, as associações, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social.

Parágrafo único. Os movimentos sociais deverão comprovar sua existência de, no mínimo, dois anos, por meio de:

a) um instrumento de comunicação e informação de circulação regional;

b) relatório de atividades ou de reuniões do movimento;

c) documento oficial de sua criação e existência.

Art. 7º. Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

Art. 8º. Serão consideradas entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei 12.435 de 6 de julho de 2011, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

§ 1º As entidades e organizações de assistência social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

I - De atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993, Lei n. 12.435 de 2011, e Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;

II - De assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, da Lei n. 12.435 de 2011 e respeitadas as deliberações do CNAS.

III - De defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socio-assistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, da Lei n. 12.435 de 2011 e respeitadas as deliberações do CNAS.

§ 2º As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei n. 8.742 de 1993, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações independentemente do recebimento ou não de recursos públicos, conforme Resolução do CNAS e regulamento pelo CMAS, sobre os parâmetros que definem sobre a inscrição de entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos Municipais dos Municípios.

§ 3º Na hipótese de atuação em mais de um município ou estado, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

§ 4º Somente poderão executar serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social vinculados à rede socioassistencial que integra o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) as

entidades e organizações inscritas de acordo com este artigo.

Art. 9º. Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, Recursos Humanos e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do CMAS.

Art. 10. Os representantes do Governo de que trata o inciso I do art. 5º devem ser indicados e nomeados pelo respectivo Chefe do Poder Executivo.

Art. 11. A eleição da sociedade civil de que trata o inciso II do art. 5º ocorrerá em foro próprio, coordenado pela sociedade civil com o apoio do CMAS.

§ 1º Caberá à Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações, a convocação do foro de que trata o presente artigo, por meio de chamamento público em diário de grande circulação municipal.

§ 2º Após a escolha dos representantes da sociedade civil, a Presidência do CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a nominata para a respectiva nomeação em forma de Decreto.

§ 3º O processo de eleição dos representantes da sociedade civil será fixado em regimento interno próprio para esta finalidade.

Art. 12. A função dos conselheiros do CMAS não será remunerada, mas considerada como de serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou grupos de trabalho e participação em atividades afins.

Parágrafo único. O ressarcimento de despesas e o adiantamento ou pagamento de diárias aos Conselheiros e pessoas a serviço do CMAS obedecerá às normas instituídas pelo Município aos servidores públicos em atos idênticos ou assemelhados.

Art. 13. Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de dois anos, permitida uma única recondução.

Art. 14. A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

Art. 15. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) será presidido por um de seus integrantes, eleito entre seus membros em reunião plenária, para mandato de dois anos.

Art. 16. Junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) poderá atuar, com direito a voz, um representante do Ministério Público, indicado pelo Procurador Geral de Justiça, bem como representantes dos Conselhos Municipais afins e de todas as entidades da sociedade civil, inscritas no Conselho e representantes e ou organizações de usuários da assistência social.

Art. 17. Os membros referidos do art. 5º, incisos I e II, desta Lei poderão perder o mandato antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

I - Por renúncia;

II - Pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do

conselho, ou cinco alternadas;

III - Pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro, por decisão da maioria dos membros do CMAS;

IV - Por requerimento da entidade da sociedade civil, da qual o conselheiro representa;

V - Por interesse do responsável do Chefe do Poder Executivo quando se tratar de conselheiro por ele indicado.

Parágrafo único. No caso de perda do mandato será designado novo conselheiro para a titularidade da função, respeitando as respectivas suplências de que trata o art. 5º, incisos I e II, da presente Lei.

SEÇÃO IV DA ORGANIZAÇÃO

Art. 18. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) compor-se-á dos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II - Mesa Diretora;

III - Comissões;

IV - Secretaria Executiva.

§ 1º A Assembleia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§ 2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral para mandato de dois anos, é composta pelos seguintes cargos:

a) Presidente;

b) Vice-Presidente;

§ 3º A composição da Mesa Diretora deverá obedecer aos princípios da paridade e da alternância governamental e sociedade civil, respeitadas as seguintes condições:

a) quando houver vacância no cargo de presidente não poderá o vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regimento Interno do Conselho;

b) sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno.

§ 4º As Comissões Temáticas serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembleia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros titulares e suplentes e poderão participar como colaboradores, os representantes de outras entidades, outros representantes dos usuários ou de organizações de usuários, ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

a) de Normas, Regulamentos e Inscrições;

b) de Financiamento e Orçamento;

c) de Políticas;

d) de Divulgação e Comunicação.

§ 5º O CMAS poderá instituir grupos de trabalho de caráter temporário, composto por conselheiros titulares e suplentes, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo, inclusive, convidar para participar destes grupos de trabalho representantes de órgãos ou entidades públicas e privadas e de outros poderes, sem direito a voto.

§ 6º As ações de capacitação dos Conselheiros deverão ser

programadas, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, a ser previsto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

§ 7º A Secretaria Executiva, órgão de apoio técnico administrativo do Conselho, será composta de, no mínimo, por um Secretário Executivo de nível superior, das categorias profissionais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, designado para o assessoramento do CMAS, cuja competência será definida em Regimento Interno.

§ 8º A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do CMAS para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações.

§ 9º A Secretaria Executiva subsidiará a Assembleia Geral com assessoria técnica e poderá se valer de consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio técnico-logístico ao Conselho.

§ 10 Compete ao gestor responsável pela execução da política municipal de assistência social organizar o quadro de pessoal do CMAS, respeitando o disposto no §7º do presente artigo para compor a Secretaria Executiva, a serem nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO V DO FUNCIONAMENTO

Art. 19. A Assembleia Geral reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quorum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 20. O CMAS tem autonomia de se autoconvocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões serão abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas respeitando o mínimo 05 (cinco) dias.

Art. 21. A cada nova gestão será realizado o Planejamento Estratégico do CMAS, com o objetivo de definir metas, ações, estratégias e prazos, envolvendo todos os Conselheiros, titulares e suplentes, e os técnicos do Conselho.

CAPÍTULO III DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA E DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

Art. 22. A coordenação e execução da Política e do Plano Municipal de Assistência Social ficam a cargo da Secretaria responsável pela Assistência Social no Município, competindo-lhe:

I - Coordenar e executar as ações no campo da assistência social;
II - Elaborar o diagnóstico social e propor o plano de assistência social do município;

III - Propor ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) a política municipal de assistência social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridades e de elegibilidades, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos;

IV - Elaborar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais áreas governamentais, especialmente a da seguridade social, encaminhando-a ao Chefe do Poder Executivo, depois de apreciada e aprovada pelo CMAS;

V - Encaminhar para a apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), os relatórios trimestrais e anuais de atividade e de realização financeira dos recursos destinados à assistência social;

VI - Prestar assessoramento técnico às entidades e organizações de assistência social;

VII - Formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;

VIII - Coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro da rede socioassistencial Governamental e da sociedade civil do Município e encaminhar para o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009;

IX - Articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, bem como os demais setores afins;

X - Expedir atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);

XI - Elaborar e submeter à deliberação do CMAS os planos anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

XII - Envidar esforços para a garantia de apoio técnico ao Conselho Municipal de Assistência Social, bem como a órgãos municipais e entidades não-governamentais, no sentido de tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);

XIII - Alimentar o Sistema de Informações Sociais;

XIV - Destinar recursos financeiros do município e demais esferas, a título de participação no custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, estabelecidos pelo CMAS.

CAPÍTULO IV DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 23. Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), instrumento de captação e aplicação de recursos que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiar a execução da política de assistência social, apoiando serviços, programas, projetos e benefícios específicos de assistência social.

Art. 24. No exercício da orientação e controle do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), o Conselho Municipal de Assistência Social adotará as seguintes medidas:

I - Orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos; aos critérios de partilha; ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;

II - Certificar se a Secretaria Municipal de Assistência Social divulga amplamente, para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, projetos socioassistenciais, bem como os recursos disponibilizados pelo poder público;

III - Assegurar que o orçamento do município disponibilize recursos próprios destinados à assistência social, alocados no Fundo Municipal, o que constitui condição para os repasses de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

IV - Apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função - Assistência Social, por ocasião de sua apreciação, considerando os seguintes aspectos:

a) se contempla a apresentação dos programas e das ações, em coerência com o plano municipal de assistência social, de acordo com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de proteção social básica e proteção social especial de média e/ou de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);

b) se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não-governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor desta política.

V - Decidir sobre a regularidade do plano de ação anual, indicando se está regular, autorizando o repasse de recursos do FMAS, ou

não regular, não autorizando o referido repasse;

VI - Analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer indicando se está regular, autorizando o repasse dos recursos do FNAS; ou não regular, não autorizando o repasse dos referidos recursos, fazendo-se constar, ainda, avaliação sobre os seguintes aspectos que envolvem o plano de ação, além de sugestões para melhoria do processo:

- a) a análise da documentação recebida do órgão gestor da assistência social, bem como de sua capacidade de gestão;
- b) relação com o plano municipal de assistência social;
- c) a execução e a aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo fundo de assistência social;
- d) regularização no alcance da previsão de atendimento;
- e) a qualidade dos serviços prestados;
- f) articulação com as demais políticas sociais.

VII - Verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de Assistência Social (SUAS), se o plano de ação está em conformidade com o plano municipal de assistência social, aprovado pelo próprio Conselho;

VIII - Analisar o plano de ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços co-financiados pelos pisos de proteção social básica e de proteção social especial;

IX - Convocar o Conselho para análise e deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do SUAS;

X - Certificar se o município recebe, com regularidade, recursos do FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social, e propor medidas saneadoras para solução do problema, previstas no Regime Interno;

XI - Verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de assistência social e propor medidas para solução do problema, previsto no Regime Interno;

XII - Aprovar o Regime Interno do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Art. 25. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS):

- I - Recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social e outros legalmente instituídos;
- II - Dotação consignada anualmente no Orçamento do Município e os outros recursos adicionais que lhe sejam destinados;
- III - Doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;
- IV - Receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;
- V - As parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força da lei e de convênios;
- VI - Recursos de convênios firmados com outras entidades;
- VII - Percentual de 5% (cinco por cento) da receita líquida advinda da exploração de jogos e loterias municipais e ingressos para espetáculos e eventos realizados em locais públicos;
- VIII - Doações em espécie;
- IX - Recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando a ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de atendimento;
- X - Rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras;
- XI - Outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º Os recursos previstos nos incisos I a XI do presente artigo serão automaticamente transferidos para a conta do FMAS, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º Os recursos que compõem o FMAS serão depositados em instituições financeiras oficiais, em contas especiais, sob a

denominação - Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Art. 26. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pela Política Municipal, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Parágrafo único. O orçamento do FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 27. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) serão aplicados em:

- I - Financiamento total ou parcial de programas, projetos, serviços e benefícios de Assistência Social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por órgãos conveniados;
- II - Pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado, para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;
- III - Aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;
- IV - Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;
- V - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;
- VI - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;
- VII - Pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Orgânica de Assistência Social;
- VIII - Atendimento das ações socioassistenciais de caráter emergencial;
- IX - Provimento de recursos às entidades não-governamentais vinculadas aos objetivos da Política Municipal de Assistência Social e inscritas no CMAS competente, conforme disposto na Lei Orgânica de Assistência Social;
- X - Custeio das despesas dos Conselheiros em representações e ou participações em seminários, cursos e eventos e outros relevantes à consecução da Política Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Incluem-se neste artigo os recursos necessários ao atendimento de situações de vulnerabilidade, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e os casos de calamidade pública, conforme disposto no art. 22 e parágrafos da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Art. 28. O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As transferências de recursos para organizações governamentais e da sociedade civil de assistência social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos, serviços e benefícios aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 29. As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), quadrimestralmente e anualmente, de forma analítica.

§ 1º O FMAS deverá ter contabilidade própria capaz de tornar evidente suas operações e permitir o exercício das funções de controle e avaliação de resultados.

§ 2º A escrituração contábil do FMAS far-se-á com base em documentos hábeis, segundo normas e padrões estabelecidos na legislação pertinente, com elaboração de balancetes mensais e

balanços anuais.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. Cumpre ao Poder Executivo Municipal prover a infra-estrutura necessária para o funcionamento do CMAS, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros.

Art. 31. Será emitido certificado a todos os Conselheiros regularmente nomeados, ao término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados.

§1º Os Conselheiros admitidos anteriormente a esta Lei e que se encontram ativos quando da publicação desta, deverão receber o certificado ao término do seu mandato.

§2º Será expedido pelo CMAS aos interessados, quando requerido, certificado de participação nas Comissões Temáticas e nos Grupos de Trabalho.

Art. 32. Poderão ser convidados a participar das reuniões do CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse.

Art. 33. O CMAS deverá estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

I - Ampliação do universo de atenção para os segmentos excluídos e vulnerabilizados;

II - Demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;

III - Articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;

IV - Racionalização dos eventos do CMAS, de maneira a garantir a participação dos Conselheiros, principalmente daqueles que fazem parte de outros Conselhos;

V - Garantia da construção da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 34. As Assembleias Gerais do CMAS são abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 35. O Regimento Interno do CMAS complementarizar a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei para seus integrantes e estabelecerá as normas de funcionamento do CMAS, devendo ser submetido à Assembleia Geral que será especialmente convocada para este fim, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante Decreto.

Parágrafo único. Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de dois terços dos membros do CMAS e homologação, por Decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 37. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.789 de 08 de agosto de 1996, a Lei nº 3.300 de 25 de abril de 2001 que altera a Lei 2.789 e a Lei 2.787 de 05 de agosto de 1996 que cria o Fundo Municipal de Assistência Social.

Canoinhas/SC, 14 de novembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de

Administração e Finanças, em 14/11/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário de Administração e Finanças

“DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO do MUNICÍPIO de CANOINHAS e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LEI Nº. 4851 DE 14/11/2011

“DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

TÍTULO I DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

CAPÍTULO I DA NATUREZA

Art. 1º. O Sistema Municipal de Ensino do Município de Canoinhas, como um todo orgânico, abrange:

I - A política educacional;

II - As formas de relacionamento entre os vários níveis da Administração Federal, Estadual, Municipal e Particular da educação e do ensino;

III - Os órgãos da administração direta da educação e do ensino;

IV - A legislação da educação e do ensino com seus componentes filosóficos doutrinários e curriculares, bem como, de estrutura, de organização e de decisão relativos à educação e ao ensino e de orientação didática e pedagógica, disciplinar e de obediência pública e privada;

V - Os alunos, pais, professores, gestores, profissionais do ensino e da educação, funcionários;

VI - O currículo entendido na variedade e na soma total das diversas situações de aprendizagem;

VII - Os processos de controles qualitativos e quantitativos de educação e de ensino respeitadas a variedade de incentivos e de demanda escolar incluindo a obrigatoriedade e o direito a educação e ao ensino;

VIII - A população do Município de Canoinhas tomada como um todo, com atenção especial aquela em idade escolar;

IX - A criação e manutenção da rede escolar nos níveis do ensino fundamental seguida de educação infantil, pública e privada, sua organização, dinamização e o seu financiamento pelo Poder Público e pela Iniciativa Privada, desde a família, à empresa e à comunidade em geral.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 2º. O Sistema Municipal de Ensino, inspirado nos princípios da democracia e respeito à liberdade e à solidariedade humana, tem como objetivos essenciais no que tange a educação e ao ensino, proporcionar diretrizes administrativo-pedagógicas ao Município de Canoinhas e a sua comunidade civil pelos meios legais e institucionais; disciplinando a educação escolar que se desenvolve, predominantemente através do ensino, em instituições próprias, vinculando-se ao mundo do trabalho e a prática social.

Art. 3º. A ação do Sistema Municipal de Ensino reger-se-á pelas seguintes e principais bases de ordem legal:

I - Constituição Federal

II - Constituição Estadual;
III - Lei Orgânica do Município de Canoinhas/SC;
IV - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
V - Legislação federal, estadual e municipal aplicável ao setor;
VI - A presente Lei;
VII - Outras normas legais que venham a ser editadas e lhe sejam pertinentes.

TÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 4º. A Administração Oficial do Sistema Municipal de Ensino será exercida pela Secretaria Municipal de Educação, esta com as atribuições do Poder Público Municipal e pelo Conselho Municipal de Educação, o qual exercerá as funções de órgão normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador da Educação e do Ensino.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 5º. O Sistema Municipal de Ensino compreenderá:

I - As escolas oficiais de ensino fundamental, mantidas pelo Poder Público Municipal, nas modalidades: regular, educação de jovens e adultos, educação especial e educação no campo;

II - Os Centros de Educação Infantil, mantidos pelo Poder Público Municipal;

III - As instituições de educação infantil, instituídas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - Os órgãos municipais da Secretaria Municipal de Educação:

a) Conselho Municipal de Educação.

b) Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

c) Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Trabalhadores da Educação - FUNDEB.

SEÇÃO I

DA DENOMINAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Art. 6º. As escolas oficiais de ensino fundamental e de educação infantil são aquelas criadas, mantidas e administradas pelo Poder Público do Município de Canoinhas - SC, assim, denominadas:

I - Escola Municipal - que oferece o ensino fundamental completo ou parte dele, atendendo crianças, adolescentes e adultos, incluindo turmas de Educação Infantil de 4 e 5 anos;

II - Centro de Educação Infantil - CEI - que oferece a educação infantil para crianças de 0 a 3 anos e 4 e 5 anos.

III - Pré-Escola - que oferece a educação infantil para crianças de 4 e 5 anos.

IV - Creche - que oferece a educação infantil para crianças de 0 a 3 anos.

§ 1º A nomenclatura prevista neste artigo aplica-se em todos os casos da Educação Básica e que tiver sido adotada no Projeto Político Pedagógico do respectivo estabelecimento.

§ 2º Os estabelecimentos de ensino que se destinam à Educação Especial, à Educação de Jovens e Adultos, à Educação Profissional ou a Atividades Complementares poderão adotar a nomenclatura prevista nos incisos acima, em conformidade com nível de ensino que ministram.

§ 3º As alterações na denominação poderão se dar por decreto do Chefe do Poder Executivo ou por autorização do Conselho Municipal de Educação.

CAPÍTULO III

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 7º. A Secretaria Municipal de Educação, ao exercer suas

funções abrange:

I - O planejamento, a execução, a supervisão e o controle da ação educacional e do ensino;

II - A orientação, supervisão e inspeção dos estabelecimentos de educação e ensino, nos vários níveis e modalidades, públicos e particulares;

III - O apoio técnico e didático-pedagógico para as iniciativas educacionais e de ensino e o relacionamento com os demais sistemas de ensino: federal e estadual, em matéria de políticas e de legislação educacionais, incluindo os aspectos: financeiro e técnico;

IV - Os estudos e pesquisas permanentes para a avaliação dos recursos financeiros de custeio e investimento do Sistema Municipal de Ensino;

V - A assistência e amparo ao estudante, garantindo-lhe o acesso e a permanência em estabelecimentos de educação ou ensino, em atenção ao nível de sua formação, bem como, de sua idade e desenvolvimento;

VI - A constante busca pela melhoria e qualidade da educação e do ensino, nos diferentes níveis e/ou modalidades ofertados a comunidade pela sua rede de ensino;

VII - As formas de colaboração com a União e os Estados na oferta do ensino obrigatório, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

VIII - As políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações;

IX - A elaboração e o acompanhamento do cumprimento do Estatuto do Magistério Público Municipal e o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério e da Educação atuantes na Rede Municipal de Educação e Ensino, ouvindo o Conselho Municipal de Educação;

X - A garantia do ensino fundamental obrigatório preferencialmente à população em idade escolar correspondente;

XI - O atendimento à população, especialmente, àquela em idade escolar, garantindo a gratuidade do ensino nos estabelecimentos de Educação Básica do Município;

XII - Assegurar a integração das iniciativas de caráter organizacional e administrativa da educação e do ensino com os programas de financiamento e de planejamento com os órgãos públicos federais;

XIII - Desenvolver a pesquisa e/ou o planejamento para a formação dos professores, administradores e demais especialistas em educação e ensino, no Município de Canoinhas, através da capacitação em serviço.

Art. 8º. A Secretaria Municipal de Educação velará pela observância das leis federais, estaduais e municipais que legislam sobre educação e ensino e pelo cumprimento das decisões do Conselho Municipal de Educação.

Art. 9º. A estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação deverá possibilitar sua presença administrativa e pedagógica nos estabelecimentos de educação e ensino que abrangem a Rede Municipal de Ensino e as instituições de Educação Infantil da Rede Particular, em assuntos relacionados à educação e ao ensino e, com instituições privadas de educação;

Art. 10. A estrutura funcional e administrativa da Secretaria Municipal de Educação será definida em lei própria.

CAPÍTULO IV

DOS CONSELHOS DA EDUCAÇÃO

Seção I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 11. O Conselho Municipal de Educação é órgão colegiado da

estrutura da Secretaria Municipal de Educação, com funções e competências normativas, consultivas, recursais, de supervisão e fiscalização exercidas no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, na forma do Regimento próprio, incumbindo-lhe:

I - Baixar normas relacionadas sobre a educação e o ensino na forma da legislação vigente, aplicáveis no âmbito do sistema;

II - Baixar normas complementares para o regular funcionamento do Sistema Municipal de Ensino;

III - Proceder à avaliação do funcionamento do Sistema Municipal de Ensino, assegurando o fiel cumprimento dos princípios, leis e normas pertinentes, inclusive estabelecendo mecanismos de integração, no processo avaliativo, dos Sistemas Federal e Estadual de Ensino, nos termos da Lei;

IV - Credenciar e supervisionar o funcionamento das unidades escolares integrantes do Sistema Municipal de Ensino, adotando ou determinando as medidas de controle pertinentes, para a garantia do padrão de qualidade e para o saneamento das deficiências identificadas;

V - Aprovar a indicação para a oferta de outras modalidades de ensino que não se incluam nas prioridades constitucionalmente estabelecidas, observados os recursos orçamentários próprios alocados previamente de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentária;

VI - Elaborar ou reformular o seu Regimento Interno submetendo-o à aprovação do Chefe do Poder Executivo, através do Secretário Municipal de Educação;

VII - Determinar/aprovar estudos para a reformulação de currículos e programas educacionais para adequá-los às peculiaridades locais e regionais e às expectativas da comunidade;

VIII - Deliberar sobre propostas pedagógicas ou curriculares que lhe sejam submetidas através da Secretaria Municipal de Educação;

IX - Deliberar sobre a proposta de tipologia escolar e a de suas reformulações;

X - Estabelecer/aprovar critérios para a expansão da rede municipal de ensino, de conformidade com a tipologia escolar adotada;

XI - Propor medidas que visem ao aperfeiçoamento do ensino no município;

XII - Aprovar calendários escolares por ano letivo, adequando-os às peculiaridades regionais, especialmente para as atividades de educação do campo, através dos planos de matrícula;

XIII - Manter intercâmbio com o Conselho Estadual de Educação e com demais os Conselhos Municipais de Educação;

XIV - Articular-se com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e demais Conselhos Municipais que abranjam crianças, adolescentes e jovens para adoção coletiva de medidas que lhes assegurem o acesso ao processo educativo e a permanência na escola;

XV - Aprovar o Regimento Escolar Comum para a Rede Municipal de Ensino, de abrangência geral ou parcial, bem como o Regimento Escolar das unidades integrantes do Sistema Municipal de Ensino e suas alterações;

XVI - Aprovar os currículos, matrizes curriculares e suas reformulações do ensino fundamental das unidades do Sistema Municipal de Ensino e suas reformulações;

XVII - Estabelecer normas sobre validação, convalidação, aproveitamento de estudos, classificação e reclassificação, recuperação, adaptação e avaliação dos conhecimentos e das aprendizagens resultantes de atividades extraclasse ou exercidas no mundo do trabalho e, em práticas sociais;

XVIII - Deliberar sobre experiências pedagógicas, avaliando seus resultados na forma como estabelecerem os projetos aprovados;

XIX - Avaliar e aprovar critérios e procedimentos para matrícula, transferência e movimentação do aluno no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, inclusive para ações conjuntas com o Sistema Estadual de Ensino relacionadas com a chamada escolar indispensável ao atendimento da demanda;

XX - Emitir pareceres sobre:

a) Assuntos e questões de natureza educacional que lhe forem submetidos pela Secretaria Municipal de Educação, inclusive

quanto à observância da legislação específica;

b) Regularização de vida escolar e de equivalência de estudos;

c) Acordos, contratos e convênios relativos a assuntos educacionais; e

d) Outras matérias de interesse local e regional, relacionadas com o Sistema Municipal de Ensino que lhe sejam submetidas.

XXI - Deliberar, como instância final administrativa, sobre recursos interpostos contra decisões de natureza pedagógica e didática, adotadas pelos titulares de órgãos executivos e administrativos da Secretaria Municipal de Educação, bem como, nas unidades integrantes da estrutura do Sistema Municipal de Ensino, observados os níveis de competências e prazos constantes do Regimento Escolar e do Regimento da Secretaria Municipal de Educação e do Regimento do Conselho;

XXII - Exercer outras competências inerentes à natureza do órgão.

§ 1º Demais atribuições inerentes ao Conselho Municipal de Educação, estão descritos no regimento interno do órgão.

§ 2º As Resoluções, os Pareceres e Indicações do Conselho Municipal de Educação terão eficácia a partir da homologação por ato do Secretário Municipal de Educação, que poderá determinar, de forma motivada e fundamentada o reexame sobre qualquer matéria se for justificado pelas peculiaridades do processo educativo, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 12. A organização interna do Conselho Municipal de Educação, a especificação de sua competência e dos seus serviços, o seu funcionamento, as formas sob as quais são baixados os seus atos, as relações com os demais órgãos da Administração Pública e Privada; o recebimento, o encaminhamento de consultas, processos e proposições, as formas de votação e demais atividades inerentes às suas finalidades, serão fixadas em regimento, elaborado pelo Conselho, homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Educação constituir-se-á de membros, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, escolhidos dentre educadores de reputação ilibada e de notável saber e experiência em matéria de educação e ensino, consideradas as suas funções como de relevante interesse público, com prioridade sobre qualquer outra.

Seção II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Art. 13. O Conselho Municipal de Alimentação Escolar é órgão colegiado responsável pela operacionalização da política governamental destinada a programas suplementares de alimentação escolar nas unidades de ensino integrantes do Sistema Municipal de Ensino, inclusive adotando procedimentos de controle e de fiscalização, em conjunto com o Secretário Municipal de Educação, para a observância da legislação especial aplicável, dentre as quais:

I - Acompanhar todas as licitações e aquisições realizadas para a alimentação escolar;

II - Realizar visitas periódicas, observando sempre:

a) O estoque de alimentos;

b) As condições de armazenagem

c) Verificar as condições de transporte dos alimentos;

d) Acompanhar a oferta das refeições aos alunos, que deverá condizer com o cardápio planejado;

e) Avaliar a satisfação e a aceitação dos alunos em relação ao que está sendo servido, e se a quantidade oferecida está sendo suficiente;

f) Solicitar esclarecimentos ao nutricionista, quanto aos cardápios utilizados, quando necessário;

g) Solicitar à vigilância sanitária local que realize o controle de qualidade dos alimentos, conforme termo de compromisso firmado entre a Escola e o FNDE;

h) Verificar preparo/manuseio das refeições.

III - Receber o Relatório Anual de Gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo acerca da aprovação ou não da execução do Programa;

IV - Comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à

Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;
V - Fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;
VI - Realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares.

Art. 14. O Regimento Interno a ser aprovado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal conterà as normas de funcionamento do Colegiado.

Art. 15. O Conselho Municipal de Alimentação Escolar emitirá para o Secretário Municipal de Educação e para os órgãos ministeriais competentes, na forma da legislação especial aplicável, relatórios sobre o nível de desempenho do programa no Município, sugerindo as medidas que julgar pertinentes.

Seção III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 16. O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb é um colegiado, cuja função principal é proceder ao acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, no âmbito de cada esfera Municipal, Estadual ou Federal. O Conselho não é uma unidade administrativa do Governo, assim, sua ação deve ser independente e, ao mesmo tempo, harmônica com os órgãos da Administração Pública local.

Art. 17 - São atribuições do Conselho de acompanhamento e controle social do Fundeb:

I - Reunir-se periodicamente, pelo menos uma vez por mês, para analisar os demonstrativos e relatórios que são colocados pelo Poder Executivo à disposição do colegiado para acompanhamento permanente das ações realizadas com os recursos financeiros recebidos do Fundo;

II - Acompanhar e controlar a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do Fundeb;

III - Requisitar do Poder Executivo, quando necessário, cópias dos documentos para esclarecimento de quaisquer fatos relacionados à aplicação dos recursos do Fundeb;

IV - Supervisionar a realização do censo escolar;

V - Acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito de suas respectivas esferas governamentais de atuação;

VI - Instruir, com parecer, as prestações de contas a serem apresentadas ao respectivo Tribunal de Contas.

VII - Apresentar o parecer ao Poder Executivo em até 30 dias antes do vencimento do prazo para apresentação da prestação de Contas ao Tribunal;

VIII - Realizar visitas a obras, escolas e outras localidades onde estejam sendo realizados ou oferecidos serviços com a utilização de recursos do Fundo, com o objetivo de verificar a efetiva e regular aplicação dos recursos e a adequabilidade, finalidade e utilidade do bem ou serviço resultante dessa aplicação; e

IX - Acompanhar e controlar a execução dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, verificando os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais relativos aos recursos repassados, responsabilizando-se:

a) Pelo recebimento e análise da Prestação de Contas desses Programas, encaminhando ao FNDE o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, acompanhado de parecer

conclusivo;

b) Notificar o órgão Executor dos Programas e o FNDE quando houver ocorrência de eventuais irregularidades na utilização dos recursos.

Art. 18. O Município poderá integrar o Conselho do Fundeb ao Conselho Municipal de Educação, instituindo câmara específica para o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, conforme prevê legislação vigente, porém essa Câmara deve atender os mesmos critérios e impedimentos estabelecidos para criação do Conselho do Fundeb.

Art. 19. O Conselho não é o gestor ou administrador dos recursos do Fundeb. Seu papel é acompanhar toda a gestão dos recursos do Fundo, seja com relação à receita, seja com relação à despesa ou uso desses recursos. A administração dos recursos do Fundo é de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo e do Secretário de Educação, que têm a responsabilidade de aplicá-los em favor da educação básica pública, na forma estabelecida nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

Seção IV

DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES

Art. 20. A Associação de Pais e Professores é uma entidade jurídica de direito privado, criada com a finalidade de:

I - Atuar, em conjunto com o Conselho de Escola, na gestão da unidade escolar, participando das decisões relativas à organização e funcionamento escolar nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros.

II - Colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional, para a assistência ao escolar e para a integração escola-comunidade.

III - Promover o intercâmbio entre a família do aluno, os Professores, a Direção de Escolas ou Coordenação de Centros de Educação Infantil do estabelecimento,

IV - Propor medidas que visem ao aprimoramento do ensino ministrado e à assistência de modo geral ao corpo discente.

§ 1º A organização e o funcionamento da Associação de Pais e Professores serão definidos em Estatuto próprio, de conformidade com a legislação em vigor.

§ 2º O Estatuto da Associação de Pais e Professores será registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Município.

Art. 21. É facultado ao município de Canoinhas criar Conselhos Escolares em sua Rede Municipal de Ensino ou integrar as ações da Associação de Pais e Professores com a do Conselho Escolar.

Parágrafo Único. Para o cumprimento do caput do artigo, a Secretaria Municipal de Educação deverá expedir documento a ser aprovado pelo Conselho Municipal de Educação com todos os requisitos necessários para tal procedimento.

CAPÍTULO V

DAS FORMAS DE GESTÃO DO SISTEMA DE ENSINO

Art. 22. A gestão democrática do ensino público, nas três esferas da administração - Sala de Aula, Escola e Secretaria Municipal de Educação - reger-se-á, na forma da Lei, pelos seguintes preceitos:

I - Na Sala de Aula:

- a) Constituição de comunidade e espírito de cooperação mútua;
- b) Assunção de responsabilidades individuais e de grupo;
- c) Respeito às liberdades individuais e estímulo ao crescimento de todos;
- d) Acatamento e ajuda interpessoal para melhor aprendizagem;
- e) Exercício democrático da autoridade magistral sereno e promocional de todos;
- f) Conhecimento e participação em planos, programas e projetos

de ensino e da escola;

- g) Observância da disciplina consensualmente aceita e das normas escolares em vigor;
- h) Adoção de metodologias ativas, significativas e participativas para os processos de ensino planejados de acordo com o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar;
- i) Geração e formação de lideranças entre alunos;
- j) Funcionamento de Conselhos de Classe.

II - Na Escola:

- a) Desenvolvimento do espírito de comunidade escolar;
- b) Manutenção de clima favorável às boas relações interpessoais;
- c) Cumprimento efetivo de responsabilidades individuais e institucionais;
- d) Adoção de planejamento participativo;
- e) Realização, comunicação e divulgação de planos, projetos, programas, de recursos disponíveis e de resultados alcançados;
- f) Exercício democrático e competente da autoridade institucional e promocional da comunidade escolar;
- g) Funcionamento de Conselhos de Escola e participação efetiva da comunidade escolar.

III - Na Secretaria Municipal de Educação:

- a) Desenvolvimento do espírito de parceria no sistema municipal de educação;
- b) Exercício democrático da autoridade central competente e promocional do sistema de ensino;
- c) Participação de órgãos ou segmentos na tomada de decisões relevantes;
- d) Incentivo constante ao bom funcionamento do Conselho Municipal de Educação.
- e) Cumprimento das legislações, visando prioritariamente, o benefício dos alunos e de toda a comunidade escolar;
- f) Fortalecimento constante do princípio da ação colegiada no contexto educativo no âmbito da rede municipal de ensino.

Art. 23. A Secretaria Municipal de Educação reconhecerá a autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira dos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Governo Municipal. Parágrafo Único. O cumprimento das normas legais do Sistema Municipal de Ensino e do direito financeiro público, bem como, de orientações regulamentares será considerado no reconhecimento da autonomia de que trata este artigo.

Art. 24. O Município de Canoinhas estabelecerá, através do Sistema Municipal de Ensino, o regime de colaboração com o Estado e com a assistência da União, adotando medidas para:

§ 1º Para assegurar o acesso à escola:

I - Recensear, de três em três anos, a população em idade escolar de ensino fundamental e os jovens e adultos que não tiveram acesso a essa etapa da educação básica;

II - Fazer-lhes a chamada anual, garantindo-lhes a matrícula;

III - Zelar pela frequência do aluno à escola.

§ 2º O Município assegurará a todos, em primeiro lugar, o acesso obrigatório e gratuito ao ensino fundamental e a Educação Infantil de 4 e 5 anos.

§ 3º Estabelecer parceria com o governo de Santa Catarina ou, com outros setores da sociedade civil para o atendimento da escolaridade das pessoas jovens e adultas, mediante convênio específico assinado entre os chefes dos poderes executivos das duas esferas de governo.

§ 4º As cláusulas do convênio a que se refere o parágrafo anterior deverão respeitar as diretrizes indicadas nos artigos 62 ao 70 dessa lei.

§ 5º Estabelecer parceria com o governo de Santa Catarina, com entidades filantrópicas, assistenciais e/ou confessionais, ou com outros órgãos da sociedade civil para o desenvolvimento de projetos de inclusão e atendimento específicos às pessoas com deficiência, os de condutas típicas e os de altas habilidades, mediante

convênio específico assinado entre os chefes dos poderes executivos das duas esferas de governo.

§ 6º As cláusulas do convênio a que se refere o parágrafo anterior deverão respeitar as diretrizes indicadas nos artigos 71 ao 75 dessa lei.

§ 7º Estabelecer parceria com entidades filantrópicas, assistenciais e/ou confessionais para o desenvolvimento e o atendimento da Educação Infantil, mediante convênio específico assinado pelo chefe do poder executivo.

§ 8º As cláusulas do convênio a que se refere o parágrafo anterior deverão respeitar as diretrizes indicadas no artigo 71 dessa lei.

TÍTULO III DOS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 25. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Art. 26. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando; seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho através da abrangência dos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e de pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, políticas e religiosas.

Parágrafo Único. A educação escolar se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino em instituições próprias.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 27. O município de Canoinhas organizou seu sistema de ensino com liberdade de organização nos termos da legislação vigente em nível federal, estadual e municipal.

Art. 28. O Município de Canoinhas incumbir-se-á de:

I - Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do seu sistema de ensino, integrando-o às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - Baixar normas complementares para o seu Sistema de Ensino;

IV - Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - Oferecer a Educação Infantil em Centros de Educação Infantil e Pré-Escolas, com prioridade, o Ensino Fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 29. O Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas assegurará às unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino que o integram, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira observadas as normas gerais de direito financeiro público através de programas suplementares

definidos a partir de determinações dos órgãos financeiros da Administração Municipal em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. A Educação Básica será ministrada, obrigatoriamente, na Língua Portuguesa e atenderá aos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - Respeito à liberdade e apreço a tolerância;
- V - Coexistência das instituições públicas e privadas;
- VI - Gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais;
- VII - Valorização do profissional do magistério e da educação escolar;
- VIII - Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e regulamentos;
- IX - Garantia de padrão de qualidade;
- X - Valorização e aproveitamento da experiência extra-escolar;
- XI - Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XII - Promoção da integração escola-comunidade.

Art. 31. A organização escolar da Educação Básica, em todos os seus níveis, será regulamentada por normas editadas pelo Conselho Municipal de Educação que atenderá as legislações federais.

Art. 32. A organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento de ensino e educação, em nível interno escolar, será regulada nos respectivos: Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico; sendo necessária aprovação da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único. Nos demais casos deverão ser observadas normas editadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 33. Sem prejuízo de soluções supervenientes, serão estimuladas formas de organização interescolares e outras, integradas por uma base comum, tais como:

- I - Quando o estabelecimento de ensino contar com menos de 10 (dez) alunos matriculados no Ensino Fundamental;
- II - Parcerias, regime em que o estabelecimento recebe a colaboração unilateral de outro estabelecimento ou instituição escolar ou social, civil, militar, religiosa ou familiar, associação para a qual as partes objetivem aperfeiçoar condições de ensino; e.
- III - Organizações de centros interescolares que reúnam atividades complementares em áreas de estudo para formação geral do aluno, atividades esportivas, culturais ou de lazer, além de reforço e/ou aprofundamento de disciplinas comuns a vários estabelecimentos de ensino do sistema municipal.

Parágrafo Único. A Educação do Campo terá organização a partir das Diretrizes Curriculares Municipais.

Art. 34. A organização de escolas, cursos ou classes experimentais com currículos, métodos didático-pedagógicos e períodos escolares próprios, serão permitidos, dependendo o seu funcionamento, para fins de validade legal, de ato autorizatório expedido pela Secretaria Municipal de Educação, após parecer favorável do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Educação organizará documento próprio com os requisitos mínimos a ser considerados para a autorização das indicações registradas no caput do artigo e o encaminhará para parecer e consequente aprovação do

Conselho Municipal de Educação.

Art. 35. O número de alunos por classe deverá obedecer aos critérios pedagógicos que visam compatibilizar a otimização do rendimento e da aprendizagem com a demanda escolar.

Parágrafo Único. Instrumento normativo será elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e deverá ter parecer e aprovação do Conselho Municipal de Educação para regulamentar o disposto neste artigo e sendo definido na Campanha de Matrícula para as escolas da Rede Municipal de Ensino de Canoinhas.

Art. 36. A classificação ou reclassificação do aluno matriculado no Ensino Fundamental será feita:

- I - Em caso de transferência, para candidatos de outras escolas, no ciclo ou série que compreenda o nível indicado pelo estabelecimento de procedência ou em nível mais avançado de adiantamento, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na etapa adequada à progressão da aprendizagem.
- II - Independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na etapa adequada à progressão da aprendizagem.
- III - Para qualquer série/ano, além dos critérios de promoção e transferência, poderá ser efetuada a classificação ou reclassificação do aluno, independente de escolarização anterior, tomando por base sua experiência e grau de desenvolvimento pessoal.
- IV - A reclassificação tomará como base as normas curriculares gerais, cuja seqüência deve ser preservada, e se constatar apropriação de conhecimento por parte do aluno, superior a 70% dos respectivos conteúdos.
- V - Não poderá ser reclassificado o aluno que estiver reprovado ou evadido na série/ano.

Art. 37. Para os alunos com altas habilidades, a classificação/reclassificação, é de competência e iniciativa da unidade escolar.

§ 1º A unidade escolar deverá garantir que a avaliação para classificação dos alunos com altas habilidades abranja todas as disciplinas e conteúdos referentes às séries que o aluno pretende avançar.

§ 2º Os resultados desta avaliação deverão ser convalidados em Conselho de Classe e registrados em ata.

Art. 38. A unidade escolar, ao receber um aluno por transferência ou que ficou afastado dos estudos, poderá proceder à sua reclassificação, exceto no 1º ano do ensino fundamental, isto é, matriculando-o na série adequada, tomando por base sua experiência e grau de desenvolvimento pessoal, obedecido o disposto na referida Resolução.

Art. 39. Cabe à escola expedir históricos escolares, declarações de conclusão de séries, conforme classificação para efeito de transferência, guia de transferência com as especificações necessárias, na forma regulamentar curricular.

CAPÍTULO II DOS CURRÍCULOS DE ENSINO

Art. 40. Os estabelecimentos de ensino, na elaboração dos seus currículos de ensino e demais ordenamentos de atividades escolares, deverão propor, para conhecimento da administração oficial do Sistema Municipal de Ensino, o seu projeto pedagógico, o qual, como um todo orgânico, deverá obedecer:

- I - As diretrizes gerais para a elaboração e implementação do projeto político pedagógico registrado abaixo:
 - a) Organizar a equipe de estudos para subsidiar filosoficamente o trabalho de elaboração e implementação do projeto político pedagógico;
 - b) Reunir professores, associação de pais, conselho escolar e

professores para integrar a equipe, promovendo estudos e estabelecendo diretrizes de trabalho a partir da realidade da comunidade escolar;

c) Organizar conselhos escolares com todos os envolvidos no processo para iniciar o trabalho.

d) Buscar junto à equipe estabelecida acima, os encaminhamentos coerentes com a comunidade escolar, para a efetiva implementação do projeto.

Parágrafo Único. Os currículos de Ensino deverão ter aprovação da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e estar em acordo com as diretrizes curriculares nacionais para as etapas dos níveis de ensino da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, bem como, das modalidades de ensino.

Art. 41. Na constituição e tratamento metodológico do Projeto Pedagógico, como um todo orgânico, os estabelecimentos de ensino deverão assegurar os princípios da qualidade do ensino, do relacionamento entre as diversas atividades educacionais, em vista da formação integral dos educandos.

Art. 42. Os currículos, como parte do Projeto Pedagógico, em todos os níveis de ensino, respeitadas as idades próprias de cada nível, deverão promover o desenvolvimento das capacidades físicas, mentais, emocionais, sociais, culturais, políticas e religiosas, bem como, toda a variedade de conhecimentos e habilidades profissionais, respeitando o processo natural de crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente.

Art. 43. Na organização dos currículos, respeitando o que sobre eles dispõe a legislação superior da Educação no Brasil, os estabelecimentos deverão dar atendimento prioritário às características e condições dos discentes.

Art. 44. No Sistema Municipal de Ensino, os currículos serão organizados conforme normas do Conselho Municipal de Educação, com observância das seguintes especificações:

I - Observância dos mínimos curriculares estabelecidos pelas diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação.

II - De estudo de língua estrangeira moderna, sendo uma obrigatória, no ensino fundamental, podendo ter mais uma de livre opção do estabelecimento de ensino.

III - Ministração do Ensino Religioso, obrigatório nos estabelecimentos oficiais, ao nível do ensino fundamental, facultativo, porém, para os alunos.

IV - Especificação da vinculação da formação escolar às atividades do trabalho.

V - No âmbito de todo currículo escolar deverão ser ministrados conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e dos povos indígenas brasileiros, nos termos da Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 45. A Educação Física, a formação artística e outras atividades de capacitação e formação cultural, humana e social, e as que são voltadas para o trabalho, estarão incluídas no Projeto Político Pedagógico e poderão ser realizadas em convênio ou parceria com outras instituições educacionais congêneres ou instituições civis e sociais.

Art. 46. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Canoinhas, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Art. 47. Os currículos escolares terão a base comum de conteúdos fixados pelas diretrizes curriculares nacionais, organizados em séries/anos e/ou ciclos de estudo, serão complementados com a especificação de conteúdos do projeto político pedagógico de cada

escola e no planejamento didático de cada turma, considerando o estágio de desenvolvimento dos alunos.

Art. 48. Para o atendimento das disposições constantes deste artigo, os currículos e Projetos Político-Pedagógicos poderão atender também os interesses da comunidade escolar.

Parágrafo Único. Compõe a comunidade escolar o conjunto de:

I - Docentes e especialistas lotados e em exercício na Unidade Educacional;

II - Pessoal técnico-administrativo e de serviços lotado e em exercício na Unidade Educacional;

III - Pais ou responsáveis pelos educandos;

IV - Educandos matriculados e com frequência regular na Unidade Educacional.

Seção I

DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 49. A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, será oferecida em creches e pré-escolas; as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação - órgãos competentes do sistema de ensino; e, submetidos a controle social.

Art. 50. O currículo da Educação Infantil será concebido como um conjunto de práticas que buscarão articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Art. 51. A educação infantil poderá ser oferecida em:

I - Creches, para crianças de até três anos de idade;

II - Pré-Escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade;

III - Centros Municipais de Educação Infantil para crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade;

§ 1º É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

§ 2º A Rede Municipal de ensino está autorizada a criar e manter Centros de Educação Infantil Rurais, devidamente aprovados pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 52. A Educação Infantil, na Rede Municipal de Ensino de Canoinhas, terá por objetivos:

I - O desenvolvimento integral da criança até os 05 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social;

II - Proporcionar à criança o desenvolvimento de sua auto-imagem e o convívio no seu processo de socialização com a percepção das diferenças e contradições sociais;

Art. 53. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I - A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II - Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, etc.);

III - A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV - Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
V - A não retenção das crianças na Educação Infantil.

Parágrafo Único. Todos os estabelecimentos de ensino da Educação Infantil oportunizarão aos pais ou responsáveis o acompanhamento de seu desenvolvimento, mediante boletins ou formulários de acompanhamento definidos pela Unidade Escolar em seus Projetos Político-Pedagógicos.

Art. 54. Este Sistema Municipal de Ensino permitirá a definição de critérios para o acesso à Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Canoinhas, através de Editais de Matrícula expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, a cada final de ano letivo para as matrículas do ano subsequente.

Seção II DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 55. O ensino fundamental, com duração mínima de nove anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
II - A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º A Educação Básica que compreende o Ensino Fundamental, será organizada em nove anos e poderá ter turmas organizadas por ciclos de estudos a partir da alfabetização.

§ 2º É facultado também ao Sistema Municipal de Ensino, desdobrar o Ensino Fundamental em ciclos.

§ 3º O Ensino Fundamental regular será ministrado em Língua Portuguesa e em processos próprios de aprendizagem definidos a partir do Projeto Político Pedagógico da Escola.

§ 4º O Ensino Fundamental será presencial, sendo o ensino à distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

§ 5º O controle de frequência do aluno fica a cargo da escola, conforme disposições do regimento escolar, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas ministradas.

§ 6º O total de horas letivas, nos termos desta Lei, compreenderá o tempo de atividades escolares desenvolvidas pelo aluno, sob a orientação direta do professor e avaliação na escola.

§ 7º A escola estimulará a frequência do aluno, e analisará de imediato, os casos de ausência persistente, juntamente com os pais ou responsáveis, programando alternativas de solução.

§ 8º Em caso de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares, a escola junto com o Conselho Tutelar, procurará resolver a questão.

§ 9º Para os alunos matriculados na rede municipal de ensino que iniciaram seu curso de Ensino Fundamental organizado em 08 (oito) séries anuais, terão assegurado o direito de concluir seus estudos em 08 anos, no mínimo.

Art. 56. As escolas deverão estabelecer como norteadores de suas ações pedagógicas, os princípios Éticos, dos Direitos e Deveres da Cidadania e os princípios Estéticos.

Art. 57. Os Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares da rede municipal de ensino de Canoinhas deverão prever:

I - O diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo

educativo, contextualizados no espaço e no tempo;

II - A concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar;

III - O perfil real dos sujeitos - crianças, jovens e adultos - que justificam e instituem a vida da e na escola, do ponto de vista intelectual, cultural, emocional, afetivo, socioeconômico, como base da reflexão sobre as relações vida-conhecimento-cultura-professor-estudante e instituição escolar;

IV - As bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico;

V - A definição de qualidade das aprendizagens e, por consequência, da escola, no contexto das desigualdades que se refletem na escola;

VI - Os fundamentos da gestão democrática, compartilhada e participativa (órgãos colegiados e de representação estudantil);

VII - O programa de acompanhamento de acesso, de permanência dos estudantes e de superação da retenção escolar;

VIII - O programa de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, regentes e não regentes;

IX - As ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa (Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, Prova Brasil, dados estatísticos, pesquisas sobre os sujeitos da Educação Básica), incluindo dados referentes ao IDEB e/ou que complementem ou substituam os desenvolvidos pelas unidades da federação e outros;

X - A concepção da organização do espaço físico da instituição escolar de tal modo que este seja compatível com as características de seus sujeitos, que atenda as normas de acessibilidade, além da natureza e das finalidades da educação, deliberadas e assumidas pela comunidade educacional.

XI - O reconhecimento da identidade pessoal de alunos, professores e outros profissionais e a identidade de cada unidade escolar e de seus respectivos sistemas de ensino.

XII - O reconhecimento de que as aprendizagens são constituídas pela interação dos processos de conhecimento com os de linguagem e os afetivos; e, as diversas experiências de vida de alunos, professores e demais participantes do ambiente escolar.

XIII - A garantia da igualdade de acesso para alunos a uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional.

XIV - A garantia da base comum nacional e sua parte diversificada para o ensino fundamental buscando integrar-se em torno do paradigma curricular, que vise a estabelecer a relação entre a educação fundamental e a vida cidadã através da articulação entre vários dos seus aspectos;

XV - Os processos de ensino voltados para as relações com sua comunidade local, regional e planetária, visando à interação entre a educação fundamental e a vida cidadã; os alunos, ao aprenderem os conhecimentos e valores da base nacional comum e da parte diversificada, estarão também constituindo sua identidade como cidadãos, capazes de serem protagonistas de ações responsáveis, solidárias e autônomas em relação a si próprios, às suas famílias e às comunidades.

XVI - A utilização da parte diversificada do currículo do ensino fundamental para enriquecer e complementar a base nacional comum, propiciando, de maneira específica, a introdução de projetos e atividades do interesse de suas comunidades.

Art. 58. A matrícula no Ensino Fundamental é obrigatória a partir dos 06 (seis) anos de idade.

Seção III DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Art. 59. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade; ancora-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade

social da vida coletiva no país.

Parágrafo Único - A Rede Municipal de Ensino de Canoinhas poderá constituir de forma diversa das demais unidades escolares a composição dos profissionais do magistério e da educação para os estabelecimentos de ensino que ofertam a educação do campo; garantir-se-á que haja equipe técnica, administrativa, docente, pedagógica e de serviços gerais, a partir de exposição de motivos aprovada pelo conselho e autorizada pelo titular da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 60. O Sistema Municipal de Ensino viabilizará as adaptações necessárias à adequação, às peculiaridades da vida rural do Município de Canoinhas, especialmente:

I - Promovendo adaptação de conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural.

II - Autorizando a organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

III - Promovendo adequações à natureza do trabalho na zona rural.

IV - Inserindo de forma interdisciplinar, novas práticas pedagógicas no currículo escolar básico.

V - Proporcionando momentos de formação continuada contextualizada temas pedagógicos ao contexto do campo.

VI - Organizando no calendário escolar, momentos para planejamento, objetivando avaliação do programa e do desenvolvimento da qualidade do ensino.

VII - Disponibilizando materiais didático-pedagógicos e ferramentas específicas para a educação do campo.

VIII - Proporcionando alfabetização e elevação da escolaridade para jovens e adultos do campo, com o apoio de entidades educacionais parceiras.

IX - Desenvolvendo atividades práticas que estimulem a pesquisa e o planejamento da propriedade rural.

X - Buscando apoio das parcerias para desenvolver ações integradas e sustentáveis no meio rural.

XI - Desenvolvendo ações em parceria com o governo federal para aprimoramento das ações junto aos povos tradicionais que integram o campo de Canoinhas.

Art. 61. As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394 de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia, identificada no Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino e, a partir das orientações do Programa Interdisciplinar de Educação do Campo.

Parágrafo Único. O Programa Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas contemplará a Formação do Currículo, pela Base Nacional Comum - Matriz Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental, Parte Diversificada: Hortas, Pomares e Jardins e Conteúdos Mínimos das Áreas de Conhecimento desenvolvidos através dos Eixos Norteadores de modo interdisciplinar:

I - Eixo Humano - alimentação; saúde e saneamento; higiene e doenças; sexualidade; vida familiar e social; trabalho - educação financeira, economia geral - crédito rural; administração da propriedade, do lar e planejamento em geral; ciência e tecnologia; diversidade étnicorracial, cultura; artesanato; associativismo/cooperativismo.

II - Eixo Agrossilvipastoril - meio ambiente, agricultura, fruticultura, olericultura, silvicultura, uso e manejo do solo; defensivos agrícolas; saneamento ambiental; paisagismo e jardinagem; irrigação e drenagem; pecuária; suinocultura; avicultura; piscicultura; pequenos animais.

Art. 62. O Sistema de Ensino, através de regulamentação da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de

Educação, fixará as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.

§ 1º O ano letivo, observado o disposto nos artigos 23, 24 e 28 da LDB 9.394/96, poderá ser estruturado independente do ano civil.

§ 2º As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem.

Art. 63. Além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica, o Sistema de Ensino, normatizará a formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, contemplando os seguintes componentes:

I - Estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva no município de Canoinhas.

II - Indicadores para as Propostas Pedagógicas das escolas rurais que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico; e, respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.

Parágrafo Único. A formação de professores das escolas rurais acontecerá nos horários estabelecidos nos programas de formação continuada estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

Seção IV

DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 64. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental em idade própria.

Parágrafo Único. Será atribuição do sistema de ensino de Canoinhas:

I - Assegurar gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho.

II - Ofertar, mediante cursos e exames promovidos através de ações integradas e complementares realizados a partir de convênios e projetos com órgãos especializados ou, até mesmo, por iniciativa da própria Rede Municipal de Ensino.

III - Viabilizar e estimular, em qualquer tempo, o acesso e a permanência do trabalhador na escola garantindo o compromisso do Poder Público com a Educação plena do cidadão.

Art. 65. O Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas oferecerá a Educação de Jovens e Adultos para contemplar a formação no Ensino Fundamental.

Art. 66. As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental, estabelecida e vigente e que estende sua competência para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos no ensino fundamental, será a base legal para a regulamentação das atividades na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

§ 1º Os componentes curriculares da educação de jovens e adultos e obedecerão ainda, aos princípios, aos objetivos e às diretrizes curriculares nacionais.

§ 2º Cabe à Secretaria Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Educação a normatização dos estabelecimentos e a regulamentação para a formulação das Propostas Pedagógicas da Educação de Jovens e Adultos, bem como, parecer e aprovação

para a celebração de convênios para a oferta dessa modalidade de ensino.

Art. 67. A regulamentação para a formulação das Propostas Pedagógicas da Educação de Jovens e Adultos, elaborada pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação definirá ainda a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitando a identidade desta modalidade de educação.

Art. 68. Obedecidos o disposto no Art. 4º, incisos I e VII da LDB 9.394/96 e a regra da prioridade para o atendimento da escolarização universal obrigatória, será considerada idade mínima para a inscrição e realização de exames supletivos de conclusão do ensino fundamental a de 15 anos completos.

§ 1º Fica vedada, em cursos de Educação de Jovens e Adultos, a matrícula e a assistência de crianças e de adolescentes da faixa etária compreendida na escolaridade universal obrigatória, ou seja, de seis a quatorze anos completos.

§ 2º Para que haja oferta variada para o pleno atendimento dos adolescentes, jovens e adultos situados na faixa de 15 (quinze) anos ou mais, com defasagem idade-série, tanto sequencialmente no ensino regular quanto na Educação de Jovens e Adultos, assim como nos cursos destinados à formação profissional, nos termos do § 3º do artigo 37 da Lei nº 9.394/96, torna-se necessário:

I - Fazer a chamada ampliada de estudantes para o Ensino Fundamental em todas as modalidades, tal como se faz a chamada das pessoas de faixa etária obrigatória do ensino;

II - Estabelecer, de forma colaborativa, política própria para o atendimento dos estudantes adolescentes de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, garantindo a utilização de mecanismos específicos para esse tipo de alunado que considerem suas potencialidades, necessidades, expectativas em relação à vida, às culturas juvenis e ao mundo do trabalho;

III - Incentivar a oferta de EJA nos períodos escolares: diurno e noturno, com avaliação em processo.

Art. 69. A duração dos cursos presenciais de EJA atenderá a formulação do Parecer CNE/CEB nº 29/2006, acrescentando o total de horas a serem cumpridas, independentemente da forma de organização curricular:

I - Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, a duração deve ficar a critério dos sistemas de ensino;

II - Para os anos finais do Ensino Fundamental, a duração mínima deve ser de 1.600 (mil e seiscentas) horas;

Parágrafo Único. Para a definição do disposto no inciso I do caput do artigo, deverá haver aprovação do Conselho Municipal de Educação do Projeto Político Pedagógico para o atendimento a essa modalidade de ensino.

Art. 70. Esse sistema de ensino se responsabilizará diretamente com o princípio de publicidade:

I - Divulgar a relação dos cursos e dos estabelecimentos autorizados à aplicação de exames supletivos, bem como das datas de validade dos seus respectivos atos autorizadores.

II - Acompanhar, controlar e fiscalizar os estabelecimentos que ofertarem esta modalidade de educação básica, bem como no caso de exames supletivos.

Art. 71. As unidades ofertantes desta modalidade de ensino, quando da autorização dos seus cursos, apresentarão à Secretaria Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Educação, o regimento escolar para efeito de análise e avaliação.

Parágrafo Único. A proposta pedagógica deve ser apresentada para efeito de registro e arquivo histórico.

Art. 72. Os estabelecimentos de Educação de Jovens e Adultos expedirão históricos escolares e declarações de conclusão e, registrarão os respectivos certificados, ressalvados os casos dos

certificados de conclusão emitidos por instituições estrangeiras, a serem revalidados pelo Conselho Municipal de Educação.

Seção V

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 73. A educação especial, modalidade de educação escolar para alunos com deficiência, será oferecida, preferencialmente, nas escolas de ensino fundamental, nos Centros de Educação Infantil e na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

Parágrafo Único. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, nas escolas de ensino fundamental e de Educação de Jovens e Adultos, bem como nos Centros de Educação Infantil para atender as peculiaridades da clientela de educação especial, que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Art. 74. Poderão receber apoio técnico e financeiro do Poder Público Municipal, as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, atendendo a alunos sem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, que:

I - Comproven finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto.

II - Apliquem seus excedentes financeiros em educação.

III - Garantam à destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao Poder Público no caso de encerramento de suas atividades.

IV - Assegurem qualidade dos serviços prestados, em consonância com a política do município para o atendimento as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

V - Prestem contas ao Poder Público Municipal dos recursos recebidos.

Art. 75 - O sistema municipal de ensino assegurará aos alunos com deficiência:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas, para atender as suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

III - Temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em tempo maior o currículo previsto para a série/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande defasagem idade/série.

IV - Professores com especialização adequada em nível superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

V - Articulação com os órgãos oficiais afins, para oferta da educação especial para o trabalho.

VI - Conhecimento da demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.

VII - Setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.

VIII - Atendimento Educacional Especializado com a função de complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da

disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para a plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Art. 76 - Nas escolas especiais, os currículos devem ajustar-se às condições do educando e ao disposto no Capítulo II da LDB nº 9.394/96 e as resoluções emanadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 77 - Esse Sistema de Ensino poderá constituir parcerias com instituições de ensino superior para a realização de pesquisas e estudos de caso relativos ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, visando ao aperfeiçoamento desse processo educativo.

CAPÍTULO III DAS POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR

Seção I DA EDUCAÇÃO INFORMAL

Art. 78. A Educação Informal poderá ocorrer no ensino regular ou de forma específica, destinando-se à formação e aprendizagem do saber e das artes relacionados, entre outros campos e áreas como música, canto, dança, ginástica olímpica, esportes em geral, artes marciais, cursos especiais de desenho, informática, folclore, culturas diversas relacionadas com o saber científico, prática de conhecimentos agrotécnicos e tecnológicos, trabalhos manuais e todos os campos de formação humana, individual e social.

§ 1º A Educação Informal será oferecida aos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, promovendo o permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e, oportunizando de forma indireta, algum tipo de profissionalização.

§ 2º A implantação de projetos de educação informal nos termos do caput desse artigo, dependerá de prévia aprovação da Secretaria Municipal de Educação.

Seção II DA JORNADA ESCOLAR

Art. 79. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola a partir da estruturação que a Secretaria Municipal de Educação, oportunizar para as Unidades Escolares.

§ 1º A Educação Infantil, ministrada em qualquer uma das formas de oferta, terá 30 (trinta) minutos de recreio;

§ 2º O Ensino Fundamental, terá 15 (quinze) minutos de recreio, incluído nas 04 (quatro) horas de Trabalho Escolar Efetivo; desde que haja atividade de acompanhamento das atividades junto aos alunos, especificado no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

Seção III DO REGIME DE PROGRESSÃO E DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES PARA OS CURRÍCULOS DE ENSINO

Art. 80. A Parte Diversificada é componente obrigatório do currículo escolar, devendo estar organicamente articulada à Base Nacional Comum, tornando o currículo um todo significativo e integrado.

Art. 81. Os componentes da Matriz Curricular de horário parcial estão distribuídos entre a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada, podendo ser acrescidos de Atividades Complementares nos horários ampliado e integral.

Parágrafo Único. O planejamento da Parte Diversificada constará do Projeto Político Pedagógico da escola, oportunizando o exercício da autonomia e retratando a identidade da unidade escolar.

Art. 82. O funcionamento, a carga horária e os turnos para o

desenvolvimento da jornada ampliada deverão considerar:

I - Atividades Complementares Curriculares devem ser desenvolvidas em contraturno, com uma carga horária máxima de quatro horas/aulas semanais por aluno.

II - Ampliação da jornada de efetivo trabalho escolar deve ser desenvolvida em, no máximo 7 horas/aula por dia em, no máximo 3 dias letivos semanais;

III - Escola em Tempo Integral com carga horária diária de 8 horas/aula durante todos os dias letivos da semana;

§ 1º Os horários estabelecidos pela Escola, deverão respeitar o turno em que foi autorizado, tendo em vista o benefício do aluno, cumprindo o Calendário Escolar.

§ 2º O horário de funcionamento das atividades devem ser prioritariamente nos turnos manhã, tarde e noturno. No turno intermediário, das 12h00min às 13h30min e das 17h00min às 19h00min poderão funcionar excepcionalmente atividades de formação geral (Ex: Música, fanfarra, percussão, banda, e outras) mediante solicitação da escola e autorização da Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º A escola poderá realizar parcerias com outras instituições e desenvolver a atividade complementar em outro local disponível na comunidade, desde que não ofereça risco a integridade dos alunos.

Art. 83. As vagas e critérios de participação dos alunos matriculados atenderão aos critérios gerais para a formação das turmas de atividade complementar e nas escolas de tempo integral:

I - O projeto do curso/atividade proposta deverá indicar o número mínimo de alunos por turma, levando em consideração a complexidade da atividade e a relação professor/alunos;

II - Caso haja desistência de alunos inscritos nas atividades, a vaga deverá ser imediatamente ocupada por outro participante;

III - As atividades deverão contemplar alunos da Educação Especial, sendo que o número mínimo de participantes na atividade será estabelecido conforme as necessidades dos alunos e legislação específica;

IV - Poderão participar das atividades somente alunos regularmente matriculados na Rede Pública Municipal, não havendo, a princípio necessidade de manter as mesmas turmas do ensino regular;

V - As atividades poderão ocorrer em locais diversos da escola de matrícula regular do aluno, desde que haja condições para o seu transporte e segurança;

VI - A escola deverá priorizar a participação de alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, bem como as necessidades socioeducacionais e considerar o contexto social descrito no Projeto Político-Pedagógico da Escola;

VII - Os alunos do ensino fundamental menores de 14 anos não poderão participar de atividades propostas no período noturno;

VIII - As Atividades Complementares Curriculares em Contraturno poderão ser socializadas por alunos e professores em eventos promovidos pela escola ou em âmbito municipal.

Art. 84. As unidades escolares poderão inscrever atividades complementares diversas das propostas pela Rede Municipal de Ensino, desde que a Associação de Pais e Professores e ou Conselho Escolar de cada estabelecimento de ensino realizem uma reunião para selecionar e aprovar a proposta de Atividade Complementar Curricular.

Parágrafo Único. A Escola deverá encaminhar uma cópia da Ata desta reunião à Secretaria Municipal de Educação juntamente com a proposta da atividade aprovada. Cada escola poderá inscrever 01 (uma) Atividade Complementar Curricular em Contraturno, por nível de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental. Outras atividades que já estão incorporadas ao cotidiano e a cultura escolar ou já possuem materiais e equipamentos para o desenvolvimento das atividades podem ser propostas pela escola e serão analisadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 85. A Proposta de Atividade Complementar Curricular em Contraturno encaminhada pela escola deverá conter, no mínimo:

- I - Nome da escola,
- II - Modalidade de Ensino,
- III - Turmas/Turnos para o desenvolvimento das atividades complementares;
- IV - Número de alunos mínimos para a formação das turmas;
- V - Relação de materiais necessários;
- VI - Carga horária total da atividade complementar, carga horária diária e carga horária semanal por aluno;
- VII - Conteúdos/Atividades propostos,
- VIII - Objetivos Gerais da escola e da atividade complementar,
- IX - Encaminhamentos Metodológicos,
- X - Perfil do Professor para atuar nessa ação;
- XI - Propostas de Avaliação,
- XII - Resultados Esperados para os alunos, escola e comunidade;
- XIII - Referências Bibliográficas.

§ 1º Só serão autorizados professores ou instrutores, após a aprovação da Secretaria Municipal de Educação no que se refere a proposta encaminhada pela unidade escolar.

§ 2º Após aprovada a proposta de atividade complementar, a Secretaria Municipal de Educação procederá ao registro da atividade no Sistema de Informação Escolar para que haja registro no histórico escolar do aluno e para emissão do diário de classe.

§ 3º Cada aluno poderá ser matriculado em até 3 atividades propostas pela escola, a qualquer momento do período letivo, de forma alternada ou concomitante desde que haja compatibilidade de horários;

§ 4º Caso a escola ofereça mais do que uma atividade complementar para a mesma etapa de ensino, existe a possibilidade de o aluno transitar de uma atividade para a outra, se for do interesse dele.

§ 5º No Histórico Escolar do aluno será registrado no campo Observações o total da carga horária cumprida no Programa no ano letivo, que será obtida somando-se a carga horária frequentada em cada atividade na qual esteve matriculado.

§ 6º A observação a ser apostilada no Histórico Escolar terá a seguinte redação: "O aluno cumpriu X horas no Programa de Atividades Complementares Curriculares em Contraturno, no ano letivo".

Art. 86. A Secretaria Municipal de Educação deve realizar acompanhamento pedagógico, monitorar e avaliar as Atividades Complementares Curriculares em Contraturno de acordo com o projeto apresentado. Poderá ainda solicitar a qualquer tempo o cancelamento da atividade quando comprovadas irregularidades e o não cumprimento da legislação vigente.

Parágrafo Único. Para solicitar o cancelamento da atividade, a escola deverá consultar a Associação de Pais e Professores e ou Conselho Escolar, protocolar junto ao Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, ofício assinado pelo diretor e cópia da ata da reunião constando a justificativa da decisão.

Art. 87. O professor ou instrutor de cada atividade complementar curricular em contraturno deverá elaborar o seu planejamento, o qual deverá conter: conteúdo que será trabalhado, encaminhamentos metodológicos que serão adotados, recursos utilizados, procedimentos avaliativos e referências bibliográficas utilizadas pelo professor ou instrutor para elaboração de suas aulas.

§ 1º Ainda que não sejam atribuídas notas para estas atividades, é importante que o professor defina, anteriormente, expectativas de aprendizagens condizentes com o conteúdo trabalhado.

§ 2º As atividades complementares curriculares, bem como o conteúdo a ser trabalhado devem constar no Projeto Político-Pedagógico e, portanto, na Proposta Pedagógica Curricular. Nesse sentido, é fundamental a atuação do Especialista em Assuntos Educacionais ou do Pedagogo na realização da articulação entre os conteúdos curriculares e os conteúdos trabalhados nas atividades complementares.

Art. 88. A Rede Municipal de Ensino poderá ofertar educação em tempo integral, parcial ou com jornada ampliada desde que o Projeto Político Pedagógico seja previamente analisado e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

TÍTULO V

DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 89. O Ensino, nos diversos níveis e modalidades, será ministrado em estabelecimentos autorizados, existentes no município, sob critérios que assegurem a plena utilização de seus recursos materiais e humanos, locais e regionais.

Art. 90. Os estabelecimentos de ensino incluídos aqueles de educação e ensino informal serão mantidos no Sistema Municipal de Ensino, quando integrados à Rede Municipal de Ensino;

Art. 91. No Sistema Municipal de Ensino, considerar-se-á cada um dos estabelecimentos escolares, para efeito de relacionamento funcional, como unidade autônoma, ainda que legalmente subordinada à Rede Municipal de Ensino ou entidade mantenedora.

Parágrafo Único. O disposto no presente artigo não exime da responsabilidade legal da respectiva entidade mantenedora.

CAPÍTULO II

DA INTEGRAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 92. Para que haja a efetiva integração dos estabelecimentos no Sistema Municipal de Ensino, é indispensável a existência dos seguintes atos:

I - Ato de Criação;

II - Ato de Autorização de Funcionamento;

Parágrafo Único. Para os efeitos desta Lei, entende-se:

a) Por ato de criação, o documento expresso e específico pelo qual o interessado cria o estabelecimento de ensino e manifesta a intenção de mantê-lo, sujeitando o seu funcionamento as disposições legais e normativas do Sistema Municipal de Ensino;

b) Por ato de autorização de funcionamento o documento da autorização municipal competente, pelo qual o interessado é autorizado a pôr em funcionamento, por tempo determinado ou indeterminado o respectivo estabelecimento de ensino, independentemente de sua natureza, se de ensino ou educação formal ou informal.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Seção I

DA CRIAÇÃO

Art. 93. A criação de estabelecimento de ensino obedece aos seguintes preceitos:

I - Os mantidos e administrados pelo Poder Público Municipal e são criados por ato do Poder Executivo Municipal;

II - Os mantidos por pessoas físicas ou jurídicas são criados na obediência de legislação específica no âmbito do direito civil e comercial;

Seção II

DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Art. 94. A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental ou, demais instituições do Sistema Municipal de Ensino, pertencentes à Rede Municipal serão atribuições do Sistema de Ensino, mediante avaliação de comissão instituída para esse fim.

§ 1º Os pedidos de autorização para funcionamento de estabelecimento de Educação Infantil, mantidos pela iniciativa privada, deverão ser instruídos como pré-requisito com a documentação de sua criação.

§ 2º A criação de estabelecimento de Educação Infantil, mantido pela iniciativa privada, deverá atender as determinações específicas pela Secretaria Municipal de Educação e aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 3º A comissão de avaliação para proceder ao ato de autorização de funcionamento dos estabelecimentos de Educação Básica, será indicada por ato do chefe do poder executivo, respeitando as determinações de representatividade orientada pelo Conselho Municipal de Educação.

Seção III DA DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR

Art. 95. Considera-se documentação escolar o conjunto ordenado de papéis que documentam e comprovam o registro dos fatos relativos à vida escolar dos alunos e da instituição de ensino.

Art. 96. A secretaria da escola é o departamento que se encarrega da documentação escolar, dos arquivos, da correspondência e dos registros escolares, devendo organizá-lo de forma que possa ser consultado, com facilidade.

§ 1º Cada estabelecimento de ensino terá espaço físico adequado destinado aos serviços da secretaria e que seja um local de fácil acesso para melhor atendimento a todos os membros da comunidade escolar e local.

§ 2º Seu papel é o de proceder, segundo determinadas normas, ao registro:

I - Da vida escolar dos alunos.

II - Da vida funcional dos professores, dos técnicos e administrativos, bem como, demais servidores da unidade escolar.

III - Dos fatos escolares.

IV - Dos registros financeiros da escola e da Associação de Pais e Professores.

V - Da organização legal do ensino e da educação.

Art. 97. O arquivamento de documentos escolares, das instituições de ensino, observará as seguintes modalidades:

I - O próprio documento no original ou em fotocópia autenticada;

II - Documentos em fotograma obtidos por microfilmagem;

III - Gravados em arquivos de sistema computadorizado.

Art. 98. Quando o arquivamento obedecer ao inciso I do artigo anterior será organizado em duas modalidades:

a) Arquivo Ativo, para pronta consulta e escrituração;

b) Arquivo Passivo, quando concluída a escrituração pela conclusão de curso, transferência, trancamento de matrícula ou abandono do curso, encerramento do ano letivo.

Art. 99. O arquivamento microfilmado, ou gravado a partir de sistema computadorizado, pelo reduzido espaço que ocupa no arquivo, possibilita condições especiais de armazenamento e facilidade de consulta e reprodução será sempre da modalidade de Arquivo Ativo.

Art. 100. Sob a supervisão da Direção da Escola e do Administrador Escolar, a pessoa responsável pelo manuseio e reprodução dos documentos arquivados será do Secretário da Unidade Escolar, pessoalmente ou por pessoa habilitada, por ele autorizada. Parágrafo Único. O documento reproduzido, de preferência em suas cores originais, será autenticado pelo Secretário da Unidade, com o carimbo do órgão emissor do documento com o nome, cargo e registro do emitente, com a declaração: "Cópia de Xerox", "Cópia de Microfilme" ou "Cópia do Computador".

Art. 101. As provas parciais e os exames finais serão registrados

em atas, com o nome do aluno, sua assinatura, a data de realização da prova ou exame, a disciplina, período e a avaliação em graus numéricos e alfabéticos por extenso, com a assinatura do professor, visadas pelo Supervisor Escolar ou Coordenador Pedagógico, ou outra autoridade equivalente autorizada, e do Diretor da Unidade, reunidas as atas e organizadas por curso, período letivo e ano de realização da avaliação.

Art. 102. O Sistema Municipal de Ensino, mediante prévia identificação do seu representante, terá acesso aos arquivos escolares para verificar a regularidade dos registros.

Art. 103. Os documentos de identificação pessoal, certificados militares e CPF serão registrados pelos seus números, órgão emissor e data de emissão, nos requerimentos de matrículas nas unidades escolares.

§ 1º Os documentos dos alunos serão transferidos para o arquivo passivo por motivo de conclusão de curso, transferência para outra unidade de ensino, trancamento de matrícula ou abandono de curso.

§ 2º Será fornecida pelo Secretário e visada pelo Diretor da Unidade, certidão ou cópia do documento arquivado, mediante requerimento do interessado ou órgão reconhecidamente legal.

Art. 104. Os livros de ata dos órgãos colegiados, textos de estatuto ou regimento, resoluções e normas regimentais, documentos dos servidores e demais documentos que possam ser encadernados ou arquivados em pastas, facilmente identificáveis não precisam passar pelo processo de microfilmagem ou computação, desde que possam ser localizados com facilidade.

Art. 105. O estabelecimento de ensino regulamentará em seu regimento escolar demais formas de organização e manutenção da escrituração escolar e do arquivo.

Parágrafo Único. A escrituração e o arquivamento dos documentos deverão assegurar, em qualquer tempo, a verificação:

I - Da identidade de cada aluno;

II - Da regularidade de seus estudos;

III - Da autenticidade da vida escolar.

Seção IV DO REGISTRO, ESCRITURAÇÃO E ARQUIVOS ESCOLARES

Art. 106. Os atos escolares serão escriturados, de acordo com a lei, em livros e formulários padronizados para efeito de registro, comunicação dos resultados e arquivamento.

Art. 107. Os livros de escrituração escolar conterão termos de abertura e de encerramento.

Art. 108. A autenticidade e certificação dos documentos e escrituração escolar se verificarão pela aposição da assinatura da Direção da unidade escolar, cabendo a responsabilidade por toda a escrituração e expedição de documentos escolares.

Art. 109. São os seguintes os livros de registro e escrituração:

I - Livro de atas de reuniões, exames;

II - Livro de atas de incineração de documentos;

III - Livros de expedição de Certificação e Diploma;

IV - Livros caixa.

Seção V DA INCINERAÇÃO

Art. 110. Periodicamente, a Direção do estabelecimento, determinará a seleção dos documentos existentes no arquivo, a fim de serem excluídos os considerados sem relevância comprobatória.

Parágrafo Único. Os documentos passíveis de incineração ou destruição serão especificados no regimento escolar, que indicará,

também, a forma e o momento de fazê-lo.

Art. 111. Na oportunidade da incineração de documentos escolares deverão ser feitos registros competentes, mediante lavratura das respectivas atas.

Parágrafo Único. Constarão, explicitamente, das atas de incineração a natureza e o número dos atos e/ou documentos, nomes dos antigos alunos, o ano letivo, a série/ano ou período, o grau e a modalidade de ensino a que se referem, bem como os outros dados que atualmente possam auxiliar na identificação dos documentos incinerados ou destruídos.

Art. 112. Lavradas as atas, podem ser incinerados os seguintes documentos escolares e escrituração:

I - Diário de classe 05 (cinco) anos

II - Planejamento didático-pedagógico a critério do estabelecimento de ensino

III - Calendários escolares a critério do estabelecimento de ensino

IV - Provas finais 01 (um) ano após a sua aplicação

V - Ficha individual 02 (dois) anos

VI - Requerimento de matrícula 01 (um) ano

VII - Guia de transferência recebida 01 (um) ano

VIII - Requerimento de transferência 01 (um) ano

IX - Notas fiscais e faturas, 05 (cinco) anos.

Art. 113. São documentos de guarda obrigatória:

I - Referentes ao estabelecimento de ensino:

a) Atos de criação, autorização de funcionamento, reconhecimento, ampliação da oferta educacional,

b) Aprovação e/ou reformulação do regimento escolar e de matrizes curriculares,

c) Desativação de cursos, habilitações e/ou modalidades de ensino, etc.

d) Leis, pareceres, resoluções;

II - Relativos ao corpo discente:

a) Livros de registro de matrículas, de expedição de certificados e/ou diplomas, de atas de reuniões, de atas de incineração de documentos, de atas de exames e processos especiais de avaliação, de registros de recuperações, de termos de visita de inspetores, etc.

b) Relatórios finais, pasta individual de alunos, documentos onde são transcritos os dados de identificação do aluno (envelope, pasta, formulário, etc.),

c) Histórico escolar do aluno expedido pela escola de origem, no caso de aluno transferido;

d) Histórico escolar de aluno referente à(s) série/ano(s) ou período(s) cursado(s) no estabelecimento;

e) Cópia de certificado ou diploma, se for o caso;

f) Outros documentos que possam ter possibilitado o ingresso do aluno naquele estabelecimento de ensino, tais como pareceres do Conselho Municipal de Educação e,

g) Documentos relativos a estudos feitos no estrangeiro.

Seção VI

DO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES ESCOLARES

Art. 114. O encerramento de atividades de estabelecimento de ensino, no seu todo ou em parte pode ocorrer:

I - Por decisão expressa da entidade mantenedora;

II - Por cassação da autorização de funcionamento, em ato expresso da autoridade competente, em qualquer tempo, ainda que de estabelecimento já credenciado e mesmo reconhecido.

Parágrafo Único. Em qualquer dos casos:

a) Deverão ser resguardados, rigorosamente, os direitos adquiridos dos alunos que em hipótese alguma, poderão ser prejudicados em seus estudos;

b) Amplo direito de defesa deverá ser oportunizado à(s) entidade(s) mantenedora(s);

c) O procedimento de cassação, ouvido o Conselho Municipal de

Educação, será atribuição da Secretaria Municipal de Educação.

d) Os recursos de que terão direito a(s) entidade(s) mantenedora(s) deverão ser encaminhados, em primeira instância, ao Conselho Municipal de Educação; e.

e) Poderá haver recurso em segunda instância, ao Ministério Público, superado o primeiro recurso de parecer prévio denegatório.

CAPÍTULO IV

DOS PRÉDIOS ESCOLARES

Art. 115. Os prédios escolares deverão oferecer condições técnico-pedagógicas adequadas ao desenvolvimento integral do processo educativo.

Parágrafo Único. A adequação técnico-pedagógica a que se refere este artigo abrangerá todas as dependências escolares necessárias ao atendimento dos corpos docente e discente, técnico-administrativo e da participação comunitária.

Art. 116. O Prédio Escolar é uma construção composta de salas de aula e demais dependências de apoio necessárias ao perfeito funcionamento da escola.

Art. 117. A manutenção e conservação envolvem gastos com material, mão-de-obra, cronograma de execução e contrato com a empresa prestadora de serviço (se necessário), eleita nos termos da legislação vigente.

Art. 118. Nos prédios escolares são obrigatórias instalações para o atendimento da recreação e da prática da educação física e, ainda assegurar condições de acesso e movimentação de portadores de deficiências físicas.

Parágrafo Único. Para cumprimento do disposto neste artigo, os estabelecimentos de ensino e educação atenderão às normas expedidas pelo Conselho Municipal de Educação, e das normas emanadas dos órgãos de: higiene, segurança e saúde pública.

Art. 119. Caberá à Secretaria Municipal de Educação em relação à manutenção:

I - Cooperar no controle e uso adequado do recurso, quando esse for encaminhado pelo poder municipal;

II - Nos serviços de manutenção do tipo não programável - supervisionar a operacionalização dos serviços ou o desempenho da Associação de Pais e Professores e direção de escola, conforme o caso;

III - Nos serviços de manutenção programável - supervisionar a operacionalização dos serviços da firma contratada ou definir o atendimento, emitindo a solicitação de serviços e supervisionar a operacionalização do serviço da firma contratada, conforme o caso.

Art. 120. Caberá à unidade escolar:

I - Identificar a ação a ser executada;

II - Reunir-se com a Associação de Pais e Professores e definir orçamento e plano de ação;

III - Organizar ações para a fonte dos recursos;

IV - Acompanhar a execução do serviço;

V - Receber o material e/ou serviço;

VI - Informar a Secretaria Municipal de Educação qualquer irregularidade na execução do serviço.

Seção I

DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

Art. 121. O Sistema de Ensino de Canoinhas deverá organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos.

Parágrafo Único. A acessibilidade deve ser assegurada mediante

a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação - incluindo instalações, equipamentos e mobiliários - e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações.

Art. 122. Será responsabilidade do Sistema Municipal de ensino, efetivar a promoção de ações visando à articulação intersetorial na implementação das políticas públicas que garantam acessibilidade em todos os prédios escolares em prazo determinado em plano de trabalho específico.

CAPÍTULO V

DO ANO, DO SEMESTRE E DOS PERÍODOS LETIVOS

Art. 123. O ano, o semestre e os períodos letivos independem do ano civil.

Art. 124. Os estabelecimentos de Educação Básica, observados e cumpridos os prazos mínimos estabelecidos na Legislação do Ensino e da Educação; e, regulamentado pelo Conselho Nacional de Educação, deverão proporcionar estudos de recuperação aos seus alunos, que demonstrem aproveitamento insuficiente, no decorrer do ano escolar e letivo, mediante programas e atividades especiais e respeitando os critérios de implantação dos Estudos de Recuperação, determinada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 125. Os estabelecimentos de ensino, independentemente do seu nível escolar, poderão funcionar entre os períodos letivos e de férias escolares, proporcionando:

I - Cursos especiais da natureza suplementar aos ministrados durante o ano letivo;

II - Atividades de recuperação para alunos que não tenham apreendido os conteúdos de aprendizagem, durante o ano letivo, ou para jovens e adultos em considerável atraso, proporcionando-lhes avanços úteis e até necessários;

III - Suplementação de atividades escolares para acompanhamento de crianças, adolescentes, jovens e adultos com dificuldades psicossociais e ou de deficiências múltiplas;

IV - Atendimento aos alunos de ensino fundamental, proporcionando-lhes aceleração, especialmente, para correção do avanço etário;

V - Cursos de aperfeiçoamento dos Corpos Docente e Administrativo.

Parágrafo Único. As direções dos estabelecimentos de ensino que oferecerem atividades escolares nos períodos de férias deverão atender a viabilidade do cumprimento do regime de trabalho dos seus professores e funcionários, em vista dos preceitos trabalhistas e legais correspondentes.

Art. 126. Os estabelecimentos de ensino, independentemente do nível de ensino, ou da modalidade e forma, adotados para encerrar o ano letivo e todas as atividades didático-pedagógicas deverão comprovar como efeito de regra comum:

I - O cumprimento dos 200 dias letivos e correspondentes 800 horas de aula, efetivamente ministradas; e.

II - O cumprimento integral dos conteúdos de aprendizagem mínimos previstos no respectivo projeto pedagógico.

§ 1º Pelo menos duzentos dias de trabalho efetivo, assim entendido como os momentos diferenciados da atividade docente que se caracterizam pelo desenvolvimento de atividades de planejamento, capacitação em serviço, dias de estudo reuniões pedagógicas e de conselhos de classe, avaliações de recuperação de estudos e aquelas diretamente relacionadas com o educando; bem como, toda e qualquer ação incluída no projeto político pedagógico da escola, excluído o tempo reservado a exames finais, quando houver.

§ 2º Carga horária mínima anual de oitocentas horas, envolvendo a participação de docentes e educandos, excluído o tempo reservado a exames finais, quando houver.

§ 3º O calendário escolar determinado pela Secretaria Municipal de Educação que garantirá a adequação às peculiaridades da comunidade a ser atendida, considerando os fatores climáticos e econômicos que envolvam o modo de vida das comunidades rurais ou urbanas, sem reduzir o número mínimo de horas de efetivo trabalho escolar dos educandos, previstos nesta Lei.

§ 4º Nos afastamentos legais do membro do magistério, em exercício na escola, o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas é de responsabilidade da respectiva unidade escolar.

§ 5º O não cumprimento do disposto neste artigo, submete a direção do estabelecimento de ensino, juntamente com os professores a atividades complementares até a satisfação plena do presente artigo.

CAPÍTULO VI

DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

DA PROMOÇÃO E EXPEDIÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR

Seção I

DA AVALIAÇÃO ESCOLAR

Art. 127. A verificação do rendimento escolar é da responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, na forma do seu regimento interno e do projeto pedagógico compreendendo a avaliação do aproveitamento e da apuração da assiduidade, a partir das determinações de Secretaria Municipal de Educação, para toda a Rede Municipal de Ensino;

Art. 128. Admite-se a adoção de critérios que permitam avanços sucessivos dos alunos pela conjugação dos elementos de idade e rendimento escolar, de acordo com normas que o Conselho Municipal de Educação vir a estabelecer.

Parágrafo Único. Será indispensável a elaboração de instrumentos e procedimentos de observação, de acompanhamento contínuo, de registro e de reflexão permanente sobre o processo de ensino e aprendizagem.

Art. 129. A avaliação do aluno será contínua, de forma global, através da verificação da aprendizagem, em atividades realizadas dentro ou fora da sala de aula e através da apuração da frequência.

§ 1º Na avaliação dos alunos será dada maior ênfase aos resultados obtidos no decorrer do ano escolar que contará com a recuperação de estudos, aplicada a partir dos critérios estabelecidos nesta lei;

§ 2º Os estabelecimentos de ensino, ao fixarem em seus regimentos e projetos pedagógicos, os critérios para a verificação do rendimento escolar, deverão atender aos pressupostos básicos de avaliação, previsto na legislação superior e o disposto nesta Lei, com atenção especial para as condições do crescimento humano e das situações sociais dos alunos;

Art. 130. A avaliação do rendimento escolar será expressa numa escala de valores de 1,0 (um) a 10,0 (dez), admitindo-se fracionamento de 0,5 (zero vírgula cinco) pontos.

§ 1º A escala de valores expressa acima, somente valerá para avaliação realizada pelo aluno, ou seja, se o mesmo não apresentar a avaliação, ele não poderá sequer obter a nota mínima - 1,0 (um);

§ 2º Sempre que a avaliação bimestral do aluno resultar em número fracionado de 0,1 a 0,4, este deverá ser arredondado para 0,5 e, de 0,6, a 0,9, arredondado para número inteiro superior.

Art. 131. A forma de expressar o resultado do rendimento escolar deverá ser previsto no Projeto Pedagógico e respectivo regimento escolar. Basear-se-á em avaliação contínua e cumulativa, a ser expresso em notas, conceito descritivo ou outra espécie de menção constante no Projeto Político Pedagógico, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o ano letivo preponderarão sobre os de exames

finalis, caso estes sejam previstos no Projeto Político Pedagógico, observando:

I - Quando a avaliação for expressa em conceito, o Projeto Político-Pedagógico deverá estabelecer a equivalência em notas, para conversão em caso de transferência de séries/anos em curso para unidades de ensino que adotam a nota;

II - Na apreciação dos aspectos qualitativos deverão ser considerados a compreensão e o discernimento dos fatos e a percepção de suas relações; a aplicabilidade dos conhecimentos; as atitudes e os valores, a capacidade de análise e de síntese, além de outras competências comportamentais e intelectivas, e habilidades para atividades práticas;

III - O período letivo terá 04 (quatro) bimestres onde estarão registrados em boletins, expedidos pela Unidade Escolar aos alunos, as médias das verificações de rendimento do aluno nas disciplinas em que a Matriz Curricular determinar para o trabalho junto a cada série do Ensino Fundamental;

IV - Os alunos que alcançarem os níveis de apropriação de conhecimento e de desenvolvimento de competências, que no seu registro em notas ou conceito, não seja inferior a 70% (setenta por cento) dos conteúdos efetivamente trabalhados por disciplina, ou parâmetro específico previsto no Projeto Político Pedagógico relativo ao desenvolvimento de competências;

V - Os alunos com rendimento igual ou superior a nota 3,0 (30 % de aproveitamento) na média anual dos bimestres e inferior ao previsto no inciso anterior e que, após submetidos a exame final, alcançarem média 7,0 (sete) em cada disciplina ou componente curricular, obedecendo, se, para o cálculo da pontuação final.

VI - Os estabelecimentos de ensino deverão oferecer, a título de recuperação paralela de estudos, novas oportunidades de aprendizagem, sucedidas de avaliação, sempre que verificado o rendimento insuficiente (inferior a 70%) durante os bimestres, antes do registro das notas.

VII - Para atribuição de nota resultante da avaliação das atividades de recuperação paralela de estudos, previsto no parágrafo anterior, deverá ser utilizado o mesmo peso da que originou a necessidade de recuperação, prevalecendo o resultado maior obtido.

VIII - As atividades deverão ser planejadas pelos professores, juntamente com a coordenação pedagógica (ou equivalente) da escola.

IX - O exame final para alunos do ensino fundamental deve estar previsto no Projeto Político Pedagógico de cada estabelecimento de ensino oferecendo, a título de recuperação de estudos, novas oportunidades de aprendizagem dos conteúdos em que os alunos tiveram rendimento insuficiente durante o ano letivo, e posteriormente, oferecer o exame final que será elaborado tendo por base estes estudos de recuperação.

X - O espaço de tempo entre o resultado final do último bimestre e os exames finais, quando oferecidos pela unidade escolar, deverá ser de, no mínimo cinco dias.

XI - O Projeto Político Pedagógico deverá prever adequações curriculares e adoção de estratégias, recursos e procedimentos diferenciados, quando necessário, para a avaliação da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, atendida regulamentação específica.

XII - O registro das notas, no Boletim ou equivalente, bem como no Histórico Escolar, deverá especificar a média dos bimestres e a pontuação obtida no Exame Final, juntamente com a observação quanto à situação de aprovado ou reprovado.

XIII - Ter-se-ão como aprovados, quanto à assiduidade, os alunos de frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das horas de efetivo trabalho escolar.

XIV - Cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série/ano, diplomas e certificados de conclusão de curso.

XV - A preponderância dos resultados obtidos durante o ano letivo sobre os de exames finais, se dará pela conversão da média anual dos bimestres, multiplicada por 1,7 em pontos, cujo resultado, somado ao resultado da multiplicação da nota do Exame final,

multiplicada por 1, 3, igualmente convertida em pontos, conforme fórmula a seguir: (Média anual dos bimestres x 1,7) (Nota do exame final x 1,3) > 14 pontos;

XVI - Aos alunos que não atingirem a frequência mínima determinada para a aprovação e conseqüente promoção, não será dado o direito de prestar exame final para efeitos de compensação de presença do total de horas da respectiva série e curso.

XVII - Cada exame pode durar, no máximo, 01h30min (uma hora e trinta minutos).

XVIII - Cada aluno só pode fazer no máximo dois exames por dia.

XIX - O registro de assinatura da presença dos alunos em formulário timbrado da Unidade Escolar, com nome do Professor titular da cadeira e a disciplina correspondente, bem como o dia de aplicação do exame, devem ser providenciados pela Unidade Escolar através da Secretaria da Escola;

XX - Os exames finais devem ficar arquivados na Unidade Escolar para efeitos de revisão, durante o prazo mínimo de 05 (cinco) anos;

XXI - Se o aluno faltar no dia Exame, só poderá fazê-lo em outra oportunidade, se apresentar Atestado Médico desde que o mesmo seja apresentado em até 48 (quarenta e oito) horas após a data marcada para o Exame Final.

Art. 132. O processo de promoção dos alunos, ao final de cada série/ano e na conclusão dos respectivos níveis de ensino, ficará na dependência de critérios estabelecidos por este Sistema Municipal de Ensino e será em todos os casos, um processo decorrente da competente avaliação do rendimento escolar, previsto também no projeto pedagógico e no respectivo regimento escolar.

Art. 133. Para que o aluno obtenha aprovação e conseqüente promoção, é necessário que tenha frequentado, pelo menos, setenta e cinco por cento (75%) do total de horas da respectiva série e curso.

Art. 134. Na Educação Infantil, em Creches, Centros de Educação Infantil e Pré-Escolas, o processo de avaliação deverá incidir predominantemente sobre os aspectos de maturidade e crescimento pessoal do aluno, facultados os avanços progressivos, sem caráter de repetência.

Parágrafo Único. A avaliação em Nível de Educação Infantil deverá então, ser realizada de forma descritiva com registros que contemplem os diferentes aspectos do desenvolvimento e aprendizagem do aluno de acordo com sistema de informação específico.

Art. 135. Nos casos em que um aluno se vir impedido, por razões comprovadas, de cumprir o mínimo de frequência previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) poderá haver recurso ao Conselho Municipal de Educação.

Art. 136. Cabe ao Conselho Municipal de Educação aprovar a fixação das normas específicas para a regulamentação da matrícula, promoção e de transferências, asseguradas as peculiaridades do Sistema Municipal de Ensino e das unidades escolares.

Art. 137. Ficam instituídos exames classificatórios ou de equivalência para aqueles alunos que, não podendo comprovar escolaridade anterior, pretendam matricular-se em série/ano, além da primeira do Ensino Fundamental.

§ 1º Os exames classificatórios de que trata o presente artigo, não poderão habilitar a matrícula além da quinta (5ª) série ou sexto (6º) ano do Ensino Fundamental.

§ 2º É competência do Conselho Municipal de Educação aprovar a regulamentação da forma e da extensão dos exames classificatórios, no Sistema Municipal de Ensino.

Art. 138. Comprovada a promoção do estudante, é competência dos estabelecimentos de ensino, estes, uma vez credenciados ou reconhecidos, expedir a competente titulação, mediante

certificados ou diplomas.

§ 1º Os estabelecimentos de ensino poderão expedir certificados de conclusão de séries, lavrando o respectivo registro, garantida sua guarda e condição de arquivo.

§ 2º A autenticidade da documentação escolar expedida, é da estrita responsabilidade da direção dos estabelecimentos de ensino.

Seção II

DA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

Art. 139. A recuperação de estudos é um processo obrigatório de atendimento especial ao aluno cuja aprendizagem não se realizou de maneira satisfatória, conforme determinações da lei de diretrizes e bases.

Art. 140. A recuperação de estudos deverá constituir um conjunto especial integrado ao processo ensino-aprendizagem, além de se adequar às dificuldades do aluno ao longo do período letivo.

Art. 141. O estabelecimento de ensino proporcionará recuperação paralela, durante o período letivo de maneira contínua.

Art. 142. A recuperação de estudos no decorrer do período letivo destina-se a corrigir as deficiências que persistam após a aplicação de verificação do conhecimento.

Art. 143. A recuperação de estudos estará prevista em calendário escolar do estabelecimento, com fundamentação legal na LDB nº 9.394/96 Art. 24 - Inciso V - alínea e, a recuperação será paralela atendendo aos seguintes princípios:

I - A recuperação paralela deve ser uma prática aplicada por todos os professores de Ensino Fundamental dos anos iniciais e finais;

II - A recuperação paralela terá os mesmos critérios adotados para todos os docentes de Ensino fundamental;

III - A recuperação deverá ser de conteúdos e notas, ou seja, o professor não poderá recuperar somente a nota dos alunos sem antes fazer a exposição dos conteúdos de forma diferente da aplicada anteriormente uma vez que, se não se apresentaram boas notas na avaliação referente a determinado conteúdo, é porque a metodologia aplicada para explicar, não foi bem entendida pelos alunos;

IV - A recuperação de estudos será oferecida sempre que for diagnosticada, no aluno, 70% de insuficiência no rendimento durante todo o processo regular de apropriação de conhecimentos e do desenvolvimento de competências.

V - A recuperação paralela acontecerá no espaço máximo entre duas e cinco aulas, após a avaliação;

VI - As notas deverão ser registradas no diário de classe ou documento equivalente enfatizando no próprio diário:

a) Que é atividade de recuperação;

b) A que conteúdo se refere;

c) A data de aplicação da atividade;

d) Registro de lembrete enviado aos pais destacando os itens acima.

VII - Quando acontecer a recuperação e depois de registrada em diário, valerá a nota maior, desconsiderando a nota mais baixa entre as duas;

VIII - Os pais serão avisados sobre a temática da recuperação;

IX - Não se recupera média bimestral;

X - Não se recupera uma avaliação que o aluno não fez.

Art. 144. A recuperação de estudos se processará através de: aulas ou atividades avaliação planejada através de instrumentos variados de avaliação.

CAPÍTULO V

DA OFERTA E DA MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 145. A Educação e o ensino constituem dever do Poder Público Municipal da comunidade, da empresa e da família, e a sua oferta e manutenção constitui-se como responsabilidade e o seu financiamento deverão provir de recursos públicos privados.

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de origem pública terão sua aplicação e prestação de contas definidas em legislação específica, conforme o poder de origem.

Art. 146. Os recursos financeiros oriundos do Poder Público deverão atender prioritariamente:

I - À manutenção da administração da Educação e do Ensino, do Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas;

II - Ao aumento de oportunidade escolar, especialmente da população em idade escolar e para o cumprimento da escolarização obrigatória, como dever dos municípios;

III - À melhoria e ao aperfeiçoamento do ensino e à assistência do Magistério; e,

IV - Ao desenvolvimento científico e tecnológico da educação e do ensino, no município de Canoinhas.

Art. 147. Os recursos financeiros e materiais, de origem privada, destinados à educação e ao ensino, terão sua aplicação regulada pelo que dispuserem as normas estatutárias e ou regimentais das empresas e instituições e, especialmente, a expressão da vontade do doador e as suas disposições particulares concretas, no caso de doações.

Seção II

DO DEVER DO MUNICÍPIO

Art. 148. O dever do município com a Educação e o Ensino é extensivo a totalidade da população, principalmente àquela em idade escolar e será efetivado com os seguintes pressupostos e garantias:

I - O ensino fundamental obrigatório e gratuito na Rede Municipal de Ensino de Canoinhas para toda população em idade escolar;

II - O atendimento com o ensino fundamental obrigatório e gratuito para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

III - Atendimento educacional especializado e gratuito aos educandos portadores de necessidades educativas especiais, preferencialmente na Rede Municipal de Ensino de Canoinhas;

IV - Oferta do ensino noturno regular e supletivo adequados às condições dos educandos quando não for possível suprir a procura de vagas para o Ensino Fundamental no período diurno;

V - Acesso aos níveis mais elevados da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - Oferta de educação infantil e gratuita a crianças de zero a cinco (0-5) anos de idade;

VII - Condições físicas adequadas para o funcionamento das escolas;

VIII - Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com ensino que ofereça características e modalidades adequadas às suas condições, necessidades e disponibilidades, garantindo-lhes, em suas condições de trabalho, o acesso e a permanência na escola;

IX - Atendimento ao educando no ensino fundamental em estabelecimentos oficiais do Município, por meio de programas suplementares de material didático pedagógico, transporte, alimentação escolar, assistência e programas de saúde;

X - Padrões mínimos de qualidade de ensino definidos pelo Conselho Municipal de Educação, como a variedade e quantidade de mínima, por aluno, com equipamentos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem;

XI - Corpo docente, adequadamente formado e em número suficiente para atender a demanda escolar;

XII - Remuneração condigna ao Corpo Docente, Técnico-Administrativo e Pedagógico, nos estabelecimentos de ensino;

XIII - Ampliação progressiva, no ensino fundamental, do período de permanência na escola, além das quatro horas de efetivo trabalho escolar em sala de aula, prevista na LDB (Lei nº 9.394/96) e nesta Lei.

Parágrafo Único. A ampliação do período de permanência dos alunos nas escolas da rede pública do Ensino Fundamental dar-se-á de forma progressiva a partir da vigência desta Lei e atenderá as escolas públicas, deste nível, visando alcançar o regime de tempo integral nas escolas situadas nas áreas em que as condições econômicas, sociais e pedagógicas o recomendarem.

Art. 149. O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, associação comunitária, organização sindical ou outra entidade de classe legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público acionar o Poder Público para exigi-lo. § 1º Compete ao Município em regime de colaboração e com assistência do Estado e da União:

I - Recensear, anualmente, a população em idade escolar para o ensino fundamental e os jovens e adultos que a ele não tiverem acesso, na idade própria;

II - Fazer-lhes a chamada pública;

III - Fazer a matrícula dos que estão em idade escolar do ensino fundamental, nos termos desta Lei;

IV - Zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência a escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegura, em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando, em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada como crime de responsabilidade.

§ 4º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade do ensino, o poder público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior, na forma estabelecida pelo Conselho Municipal de Educação.

Seção III

DA RESPONSABILIDADE DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE

Art. 150. É dever da família, pais ou responsáveis, e da comunidade em geral, criar condições para o cumprimento da obrigatoriedade do Ensino Fundamental; matricular seus filhos e educandos com a idade de 04 (quatro) a dezessete (17) anos e proporcionar-lhes os meios necessários, em estabelecimentos públicos ou da iniciativa privada.

Parágrafo Único. O descumprimento do dever constitucional da obrigatoriedade escolar no ensino fundamental sujeita os pais ou responsáveis às penalidades da Lei.

Art. 151. No caso de iniciativa privada a mesma vincula-se às seguintes condições e pressupostos:

I - Cumprimento das normas gerais da educação nacional e as do Sistema Municipal de Ensino;

II - Avaliação da qualidade de ensino e a do corpo docente e técnico-administrativo e Pedagógico pelo Poder Público correspondente;

III - Condições físicas e de equipamentos para funcionamento com qualidade;

IV - Capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no artigo 213 da Constituição Federal.

§ 1º Em situações de penúria e de necessidades graves, persiste o direito natural dos pais ou responsáveis a boa educação e ensino de seus filhos, podendo, como direito subjetivo, exigir do município as condições mínimas educacionais, para o cumprimento do seu dever.

§ 2º As normas e exigências complementares para o cumprimento das condições previstas nesta seção e artigos serão expedidas pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 152. A comunidade escolar, co-responsável pelo processo educacional, participará das atividades escolares através de Associações e colegiados próprios;

§ 1º As instituições mencionadas neste artigo tem por finalidade colaborar com a escola objetivando assegurar ao educando a ampliação de oportunidades educacionais e a melhor qualidade de ensino.

§ 2º As instituições de que trata este artigo poderão fixar contribuições para os seus associados ou participantes, na conformidade dos seus regimentos ou estatutos.

§ 3º A Secretaria Municipal de Educação incumbe assegurar a cooperação e integração escola-comunidade, através de outras Secretarias Municipais e de órgãos nacionais e internacionais, para que se dê o efetivo atendimento social aos educandos, na forma de bolsas de estudo e de trabalho, alimentação escolar, material didático e bibliográfico, atendimento médico e odontológico, transporte escolar e outros que possam estar presentes na competência do Poder Público e da Comunidade.

Art. 153. As instituições comunitárias e empresariais e outras similares poderão participar diretamente nas atividades escolares e nas deliberações que visam o desenvolvimento da escola e busca de soluções para as necessidades educacionais dos educandos se o regimento interno e o Projeto Político Pedagógico das unidades escolares assim previrem;

Art. 154. A doação de mecanismos e providências para que os estabelecimentos de ensino tenham os necessários e suficientes acervos bibliográficos, é competência e dever do município através da Secretaria Municipal de Educação, reservada idêntica obrigatoriedade à comunidade educativa do respectivo estabelecimento de ensino em cooperação com a administração oficial da Educação e do ensino no município.

§ 1º A quantidade e qualidade do acervo bibliográfico incluem a presença necessária de livros especializados para a ampliação do conhecimento e da pesquisa e de obras literárias indispensáveis ao desenvolvimento cultural e científico da comunidade educativa.

§ 2º Na adoção de livros e do acervo bibliográfico, a Secretaria Municipal de Educação, após análise do conjunto de obras, por equipe técnica, prestigiará também os autores catarinenses, privilegiando os aspectos culturais e sociais do Estado, do Município e do povo.

TÍTULO VI

DOS RECURSOS FINANCEIROS E A FORMA DE SUA APLICAÇÃO

CAPÍTULO I

DA ORIGEM DOS RECURSOS

Art. 155. São recursos públicos destinados à educação os originários de:

I - Receita de impostos próprios do Estado e do Município;

II - Receita de transferências constitucionais e outras transferências;

III - Receita do Salário-Educação e de outras contribuições sociais;

IV - Receita de incentivos fiscais;

V - Outros recursos previstos em lei;

VI - Produto das aplicações financeiras das disponibilidades dos recursos públicos destinados à educação.

CAPÍTULO II

DA DESTINAÇÃO

Art. 156. O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) ou o que constar na Constituição Estadual e da Lei Orgânica do Município, resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público, na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 157. Para a manutenção e o desenvolvimento do ensino serão realizadas despesas em vista da consecução de objetivos básicos de instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam à:

- I - Remuneração e aperfeiçoamento de pessoal docente e técnico-administrativo;
- II - Aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- III - Uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
- IV - Levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas, visando principalmente ao aprimoramento da qualidade e para a expansão do ensino;
- V - Realização de atividades-meio necessária ao funcionamento do Sistema Municipal de Ensino;
- VI - Concessão de bolsas de estudo e de trabalho à alunos em escolas públicas e privadas e para estas últimas, respeitando o disposto sob o artigo 213 da Constituição Federal;
- VII - Aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar;

Art. 158. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

- I - Pesquisas, quando não vinculadas às instituições de ensino, ou, quando efetivamente fora do Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas que não visem ao aprimoramento da qualidade do ensino ou à sua expansão;
- II - Subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;
- III - Formação de quadros especiais para a administração pública ou privada, militares ou civis, inclusive, diplomáticas;
- IV - Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutico-psicológica, e outras formas de assistência social;
- V - Obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
- VI - Pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividades alheias à manutenção e desenvolvimento do ensino.

TÍTULO VII DO PESSOAL EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

CAPÍTULO I DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO

Seção I DA ADMISSÃO

Art. 159. Nas instituições da rede pública, a admissão do pessoal técnico-administrativo e pedagógico será feito por concurso público, regulamentado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O pessoal docente, técnico-administrativo e pedagógico será lotado na Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º Em situações de falta de profissionais habilitados para as diversas atividades e funções, a administração oficial do Município poderá compor o quadro do Corpo Técnico-Administrativo e Pedagógico, para os seus estabelecimentos, em caráter temporário, por contrato e de profissionais em formação de nível superior.

Art. 160. Nas instituições da rede privada de ensino para a Educação Infantil a que se refere à competência do Município, a admissão obedecerá as disposições do seu regimento e ou estatuto, ressalvado o que, sobre a matéria, dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob o TÍTULO VI - "Dos Profissionais da Educação".

Seção II DA FORMAÇÃO

Art. 161. A formação de professores e equipe administrativa e técnico-pedagógica para o ensino e a Educação Básica e respectivos níveis e ou modalidades e da Educação Superior, é obtida em cursos e estabelecimentos de ensino ajustados às finalidades e terão as seguintes garantias:

- I - A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante capacitação em serviço;
- II - Aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 162. A formação de docentes para atuarem na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, obtida em universidades.

Parágrafo Único. É admitida excepcionalmente, como formação mínima para o exercício do magistério, na educação infantil, na educação especial e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a obtida em nível médio, na modalidade Magistério, com habilitações específicas para a educação infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental.

Seção III DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 163. O Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas, no que se refere à valorização dos profissionais da educação, baseia-se nos seguintes princípios:

- I - Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho;
- II - Valorização decorrente da titulação ou habilitação e da avaliação do seu desempenho;
- III - Liberdade de opinião, de idéias, de cultura religiosa e de convicção política e ideológica;
- IV - Condições adequadas de trabalho;
- V - Remuneração condigna e justa para o seu bom desempenho como educador;
- VI - Valorização em decorrência de sua importância para a formação do cidadão e o respeito à cidadania.

Art. 164. Aos profissionais integrantes da Rede Pública Municipal de Ensino de Canoinhas, além dos princípios gerais de admissão, formação e valorização de todos os profissionais da educação, ficam acrescidas as seguintes garantias:

- I - Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração, definidos em lei própria;
- II - Ingresso, exclusivamente, por concurso público;
- III - Progressão profissional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho;
- IV - Piso salarial profissional.

Parágrafo Único. A efetiva experiência docente de, no mínimo, dois anos, é pré-requisito para o exercício de quaisquer outras funções de magistério ou atividades técnicas em estabelecimento de ensino, conforme a legislação em vigor - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.

Art. 165. As unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Canoinhas, já existentes, e as que forem criadas deverão estabelecer o quadro dos seus profissionais de magistério e educação, cujas vagas serão preenchidas por concurso público de títulos e avaliações.

Seção IV DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 166. A formação continuada, entendida como aperfeiçoamento e atualização profissional, faz parte da valorização dos profissionais do magistério e da educação e deverá ser assegurada nos termos dos estatutos e planos de carreira do magistério público.

Art. 167. A formação continuada, direito e dever dos profissionais

do magistério e da educação, terá a definição, o apoio, o planejamento e a coordenação geral do órgão executivo do Sistema Municipal de Ensino.

§ 1º O Poder Público proporcionará o acesso à formação continuada a todo o seu quadro de profissionais em atividade na educação de forma rotativa, priorizando as áreas mais necessitadas.

§ 2º Os profissionais do magistério e da educação da Rede Pública Municipal de Canoinhas que freqüentam programas de formação continuada, fora dos programas oficiais ou conveniada, deverão ter seus títulos avaliados por comissão especial, se utilizados para progresso de carreira.

§ 3º Cabe às instituições executoras expedir a titulação correspondente.

Art. 168. A Formação Continuada realizada em instituições da rede privada, suposto o credenciamento e ou reconhecimento, e sua titulação por elas expedido, tem idêntico valor à da Rede Pública Municipal de Ensino de Canoinhas e sua validade é nacional.

CAPÍTULO II DOS SERVIÇOS DE DOCÊNCIA E APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

Art. 169. Os serviços de docência e apoio técnico-pedagógico para o acompanhamento da ação educativa e didático-pedagógica dos estabelecimentos de ensino, integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas, ao nível da Educação Básica, serão feitos harmonicamente, mediante os seguintes serviços:

I - Direção de Escolas;

II - Direção de Centros de Educação Infantil;

III - Especialistas em Assuntos Educacionais;

IV - Pedagogos.

Seção I DAS DIREÇÕES DE ESCOLA

Art. 170. A Administração dos estabelecimentos de ensino e a designação dos respectivos titulares é competência do Município e atenderá a legislação específica federal e municipal.

Art. 171. A direção dos estabelecimentos de ensino entendida como um todo orgânico, e atendidos os diversos níveis de modalidades de ensino, será exercida por profissionais habilitados, na conformidade das disposições legais que regulamentam a matéria e que atendam aos requisitos abaixo:

I - Elaborar as diretrizes gerais de ação da escola na parte pedagógica em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;

II - Participar das diretrizes gerais de ação da Secretaria Municipal de Educação na parte administrativa de documentos e de pessoal em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;

III - Fundamentar pedagógica e filosoficamente as ações que emanarão das ações determinadas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico em nível de Educação Municipal;

IV - Subsidiar o desenvolvimento de ações diretas na escola, no nível de suporte pedagógico, tais como:

a) Calendário Escolar;

b) Conselho de Classe;

c) Dias de Estudos;

d) Estratégias e motivação nas atividades de sala de aula;

e) Horário de Aulas;

f) Manuseio do Livro Didático;

g) Organização e uso da Biblioteca;

h) Planejamento da Escola;

i) Planejamento dos Professores;

j) Projeto Político Pedagógico;

k) Recuperação de Estudos;

l) Regimento Escolar;

m) Registro de Informações;

n) Replanejamento.

V - Garantir e promover dias de estudo para os professores de todas as áreas de Ensino;

VI - Garantir a execução dos planejamentos dentro das diretrizes emanadas das ações pedagógicas em nível de Secretaria Municipal de Educação;

VII - Garantir que os professores e demais funcionários cumpram as determinações da escola;

VIII - Acompanhar o serviço da Secretaria de escola;

IX - Receber pais e alunos sempre que acontecer algum problema na escola;

X - Cumprir as determinações do cargo de confiança que lhe foi concedido;

XI - Trabalhar em consonância com a Associação de Pais e Professores;

XII - Supervisionar o funcionamento geral da escola;

XIII - Responsabilizar-se por todas as ações tomadas pelos envolvidos com a escola.

Seção II DAS DIREÇÕES DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 172. A direção dos Centros de Educação Infantil, entendida como um todo orgânico, será exercida por profissionais habilitados, na conformidade das disposições legais que regulamentam a matéria e que atendam aos requisitos abaixo:

I - Elaborar diretrizes gerais de ação no Centro de Educação Infantil, na parte pedagógica em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;

II - Participar das diretrizes gerais de ação da Secretaria Municipal de Educação parte administrativa de documentos e de pessoal em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;

III - Fundamentar pedagógica e filosoficamente as ações que emanarão das ações determinadas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico em nível de Educação Municipal;

IV - Subsidiar o desenvolvimento de ações diretas no Centro de Educação Infantil, em nível de suporte pedagógico, tais como:

a) Calendário Escolar;

b) Conselho de Classe;

c) Dias de Estudos;

d) Estratégias e motivação nas atividades de sala de aula;

e) Organização e uso da Biblioteca da Educação Infantil;

f) Planejamento da Geral do Centro de Educação Infantil;

g) Planejamento dos Professores;

h) Projeto Político Pedagógico;

i) Regimento Escolar;

j) Registro de Informações;

k) Replanejamento.

V - Garantir e promover dias de estudo para os professores de todas as áreas de ensino;

VI - Garantir a execução dos planejamentos dentro das diretrizes emanadas das ações pedagógicas em nível de Secretaria Municipal de Educação;

VII - Garantir que os professores e demais funcionários cumpram com as determinações do Centro de Educação Infantil;

VIII - Receber pais e alunos sempre que for necessário;

IX - Cumprir as determinações do cargo de confiança que lhe foi concedido;

X - Trabalhar em consonância com a APP;

XI - Supervisionar o funcionamento geral do Centro de Educação Infantil;

XII - Responsabilizar-se por todas as ações tomadas pelos envolvidos com o Centro de Educação Infantil.

Seção III DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA REALIZADA ATRAVÉS DOS ESPECIALISTAS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS E PEDAGOGOS

Art. 173. Os Pedagogos e Especialistas em Assuntos Educacionais farão todo o suporte pedagógico na escola, subsidiados por todos

os setores que envolvem o universo escolar.

Art. 174. Respeitadas as peculiaridades de cada função que especifica o trabalho dos Pedagogos e Especialistas em Assuntos Educacionais, todos terão como funções básicas:

I - Garantir que a escola cumpra a sua função social de construção do conhecimento;

II - Diagnosticar junto a comunidade escolar (direção, especialistas, professores, pais, alunos, APP) as suas reais necessidades e recursos disponíveis e identificar a situação pedagógica da escola;

III - Garantir a articulação entre escola, família e comunidade;

IV - Promover a articulação entre escola, família e comunidade;

V - Coordenar a elaboração do Projeto Político Pedagógico acompanhando sua execução e oferecendo subsídios atualizados para os docentes;

VI - Promover a participação dos pais e alunos no Projeto Político Pedagógico;

VII - Providenciar, junto a administração superior, recursos financeiros, materiais, físicos e humanos necessários à viabilização do Projeto Político Pedagógico na escola;

VIII - Coordenar, juntamente com o diretor e secretário de escola, o Conselho de Classe em seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos;

IX - Garantir a participação de pais e alunos no Conselho de Classe;

X - Coordenar a elaboração e acompanhar a execução do planejamento curricular garantindo que a realidade do aluno seja ponto de partida e o redirecionador permanente do currículo;

XI - Promover a avaliação permanente do currículo visando o replanejamento;

XII - Garantir o acesso e a permanência na escola;

XIII - Organizar e distribuir os recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola;

XIV - Promover o aperfeiçoamento permanente de professores através de reuniões pedagógicas, encontros de estudos visando a construção da competência docente;

XV - Garantir a articulação vertical e horizontal entre os conteúdos pedagógicos;

XVI - Garantir a unidade teoria-prática, conteúdo-forma, meio-fim, todo, partes, técnico-político, saber-não-saber;

XVII - Promover a construção de estratégias pedagógicas que visam separar a rotulação, discriminação e exclusão das classes marginalizadas;

XVIII - Participar da elaboração do Regimento Escolar;

XIX - Coordenar o processo de elaboração e atualização do Regimento Escolar, garantindo seu cumprimento;

XX - Garantir que os professores sejam escolhidos a partir de critérios pedagógicos;

XXI - Garantir que a escola não se desvie de sua verdadeira função;

XXII - Garantir que cada área do conhecimento recupere o seu significado e se articule com a globalidade do conhecimento historicamente construído;

XXIII - Promover a análise crítica dos textos didáticos e a elaboração de materiais didáticos mais adequados aos alunos e coerentes com as concepções do homem e da sociedade que direcionam a ação pedagógica;

XXIV - Influir para que todos os funcionários da escola se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos;

XXV - Contribuir para que a organização de turmas e o horário escolar considerem as condições materiais de vida dos alunos compatibilizando estudo-trabalho;

XXVI - Discutir alternativas de distribuição de merenda de forma a atender a reais necessidades dos alunos;

XXVII - Estimular e promover iniciativas de participação e democratização das relações na escola;

XXVIII - Estimular a reflexão coletiva de valores: liberdade, justiça, honestidade, respeito, solidariedade, fraternidade, comprometimento social;

XXIX - Coletar, organizar e atualizar informações e dados

estatísticos da escola que possibilite constante avaliação do processo educacional;

XXX - Coletar, atualizar e socializar a legislação do ensino e de administração de pessoal;

XXXI - Assegurar a organização, atualização e trâmite legal dos documentos recebidos e expedidos pela escola;

XXXII - Contribuir para a criação, organização e funcionamento das diversas associações escolares: Grêmio Estudantil, Conselhos Escolares, APP;

XXXIII - Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;

XXXIV - Buscar atualização constante.

§ 1º A Orientação Educacional será instituída nos estabelecimentos para especificamente encaminhar na Unidade Escolar:

a) A promoção do desenvolvimento humano, social e intelectual da clientela que compreende os educandos;

b) Incumbência do aconselhamento vocacional dos educandos, em cooperação com os professores, a família e a comunidade;

c) Dar apoio aos alunos em necessidades pessoais e em dificuldades comportamentais; e

d) Auxílio aos educandos em suas necessidades de saúde e de relacionamento pessoal e institucional.

e) Auxiliar aos alunos em suas dificuldades de aprendizagem.

§ 2º A Supervisão Escolar será instituída nos estabelecimentos para especificamente encaminhar na Unidade Escolar:

a) O acompanhamento dos docentes quanto ao atendimento amplo de suas obrigações a nível pedagógico;

b) O assessoramento aos docentes através da ligação do trabalho dos professores com as determinações do Projeto Político pedagógico da Unidade Escolar;

c) Suporte pedagógico em nível de estruturação do trabalho docente com as determinações atuais dos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de Ensino;

d) Promover a integração entre os alunos no que tange as diversas práticas e atividades formativas intelectivas, culturais e de preparação para o trabalho.

§ 3º A Administração Escolar será instituída nos estabelecimentos para especificamente, encaminhar na Unidade Escolar:

a) A supervisão direta nas documentações para garantir a correta especificação das atividades da escola, expressa nos mais variados documentos;

b) A associação da escola com a comunidade para garantir a completa aplicação do Projeto Político Pedagógico e das diversas atividades que se desenvolvem na escola envolvendo APPs, Grêmio Estudantil, Conselhos Escolares, etc;

c) Redirecionamento de recursos financeiros adquiridos pela Unidade Escolar para a garantia, em primeira instância, da satisfação das necessidades pedagógicas da escola;

§ 4º - Ao Pedagogo será instituída nos estabelecimentos para especificamente encaminhar e atuar na Unidade Escolar:

a) Realizar tarefas inerentes à profissão, tais como planejar, orientar, decidir, escolher formas de ensino e material didático apropriado aos programas de ensino que se pretende atingir;

b) Promover cursos de aperfeiçoamento para os professores municipais e propor programas de formação continuada para docentes;

c) Promover sessões de estudo, acompanhar e dar apoio ao trabalho docente para efetivar a qualidade de ensino nas unidades educacionais;

d) Supervisionar o ensino, verificando sua adequação às determinações pedagógicas e aos padrões curriculares, supervisionar programas de caráter cívico, cultural, artístico e esportivo;

e) Orientar os trabalhos de secretaria de escola visando à correta apresentação dos planos de curso e disciplina, acompanhar notas, diários, históricos escolares e documentação escolar pertinente à vida escolar do educando;

f) Instruir na composição do projeto político-pedagógico da

unidade de ensino;

- g) Acompanhar a execução e implementação dos planos municipais de educação;
 - h) Coordenar junto com o Orientador Educacional o conselho de classe em seu planejamento, execução e avaliações;
 - i) Garantir que a escola cumpra sua função social de socialização e construção do conhecimento;
 - j) Acompanhar a execução do currículo, estudando-o com os professores, proporcionando métodos e técnicas para aplicação do mesmo;
 - k) Planejar, coordenar e elaborar diagnósticos, utilizando recursos pedagógicos e técnicas especiais para intervir no processo ensino aprendizagem, quando necessário;
 - l) Apresentar relatórios periódicos ou a pedido;
 - m) Fornecer dados estatísticos acerca das atividades desenvolvidas;
 - n) Colaborar para que aconteça a articulação teórica e prática, realizando o trabalho de apoio pedagógico aos educandos que apresentam dificuldades de aprendizagem, contribuindo para a redução dos índices de repetência e evasão das unidades escolares;
 - o) Atender alunos com dificuldades de aprendizagem em atividades de reforço escolar;
 - p) Esclarecer os professores nos aspectos didáticos e pedagógicos, orientando-os na execução do planejamento escolar;
 - q) Realizar cronograma de acompanhamento quinzenalmente com o professor regente, atendendo suas dificuldades;
 - r) Trabalhar de forma integrada com os demais profissionais das unidades educacionais;
 - s) Participar de reuniões e eventos promovidos pela Unidade Escolar e Secretaria Municipal de Educação, quando solicitado ou convocado;
 - t) Participar da promoção e execução de ações de integração escola-comunidade;
 - u) Colaborar com a Unidade Escolar quando docentes estiverem de atestado médico;
 - v) Avaliar juntamente com o professor e orientador educacional, a necessidade de encaminhamento do educando para atendimento junto ao Programa Espaço Crescer (Fonoaudióloga, Psicóloga e Assistente Social ao Educando).
 - x) Buscar atualização permanente na área pedagógica e de informática;
- Executar outras atividades que lhe forem determinadas.

Art. 175. A administração do Sistema Municipal de Ensino incumbir-se-á de assessorar os estabelecimentos de ensino, na organização e desenvolvimento do serviço dos Pedagogos e Especialistas em Assuntos Educacionais.

Art. 176. Os serviços dos Coordenadores Pedagógicos, como tarefa dos estabelecimentos de ensino, deverá ser definida em seus regimentos, quanto a forma, a estrutura e o funcionamento deste serviço.

Art. 177. As funções dos Coordenadores Pedagógicos serão desempenhadas por profissionais legalmente habilitados.

Seção IV DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

Art. 178. A Supervisão Pedagógica, no âmbito dos estabelecimentos de ensino e educação, será competência, enquanto organização, funcionamento e acompanhamento, das Direções de Escola, das Direções de Centros de Educação Infantil e dos Coordenadores Pedagógicos dos respectivos estabelecimentos de ensino os quais deverão definir, nos respectivos regimentos.

Art. 179. Os estabelecimentos de ensino, ao nível da educação básica, manterão atividades permanentes de Supervisão Pedagógica que será efetivada diretamente pela Diretoria de Ensino da

Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade precípua de:

- I - Elaborar as diretrizes gerais de ação da Secretaria Municipal de Educação, na parte pedagógica em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;
- II - Participar das diretrizes gerais de ação da Secretaria Municipal de Educação, na parte administrativa de documentos e de pessoal em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;
- III - Fundamentar pedagógica e filosoficamente as ações que emanarão das ações determinadas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico em nível de educação municipal pré-determinada pelo Sistema Municipal de Ensino;
- IV - Subsidiar o desenvolvimento de ações diretas na escola, em nível de suporte pedagógico, tais como:
 - a) Calendário Escolar;
 - b) Conselho de Classe;
 - c) Dias de Estudos;
 - d) Estratégias e motivação nas atividades de sala de aula;
 - e) Horário de Aulas;
 - f) Manuseio do Livro Didático;
 - g) Organização e uso da Biblioteca;
 - h) Planejamento da Escola;
 - i) Planejamento dos Professores;
 - j) Projeto Político Pedagógico;
 - k) Recuperação de Estudos;
 - l) Regimento Escolar;
 - m) Registro de Informações;
 - n) Replanejamento.
- V - Garantir e promover Cursos de Capacitação e Aperfeiçoamento, bem como dias de estudo para os professores de todas as áreas de Ensino;
- VI - Auxiliar e subsidiar o trabalho pedagógico nas creches e centros de educação infantil;
- VII - Participar de encontros em nível de microrregião, estado, ou nacional no que se refere ao trabalho pedagógico;
- VIII - Garantir a execução dos planejamentos dentro das diretrizes emanadas das ações pedagógicas no nível da Secretaria Municipal de Educação;
- IX - Promover o processo de ensino-aprendizagem entre professores;
- X - Responsabilizar-se pelo constante aprimoramento dos professores e alunos, promovendo e continua melhoria da qualidade do ensino.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação manterá atividades permanentes de supervisão pedagógica, visando o cumprimento da legislação em vigor, bem como a verificação periódica das atividades escolares, em vista da qualidade do ensino e da administração dos Estabelecimentos de Ensino pertencentes à Rede Municipal de Ensino de Canoinhas.

§ 2º Para dar cumprimento ao disposto neste artigo, a Secretaria Municipal de Educação estabelecerá a estrutura e o funcionamento da supervisão pedagógica, bem como, as competências dos profissionais que hão de cumprir e desenvolver este serviço.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 180. A Secretaria Municipal de Educação organizará serviço onde inscreva, obrigatoriamente, para registro, todos os estabelecimentos de educação básica pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino.

Art. 181. O registro e autorização para o funcionamento de estabelecimentos de educação básica, independentemente de seus níveis e modalidades, poderá ser suspenso ou passado pela autoridade competente, após comprovação de irregularidades, mediante processo administrativo específico, ouvido previamente o Conselho Municipal de Educação e, em todos os casos, preservados os direitos dos alunos e o de ampla defesa dos estabelecimentos de

ensino.

Art. 182. Não haverá distinção entre os estudos realizados em estabelecimentos públicos e privados autorizados.

Art. 183. A Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação apoiarão a organização de cursos ou escolas experimentais, com currículos, métodos e períodos escolares próprios para dar atendimento ao ensino básico.

Art. 184. A expedição de autorização de funcionamento de estabelecimento de ensino fundamental e de educação infantil, integrante do Sistema Municipal de Ensino, será atribuição do Conselho Municipal de Educação.

Art. 185. Cabe ao Conselho Municipal de Educação autorizar, credenciar, supervisionar respectivamente os estabelecimentos e os cursos de educação integrantes do Sistema Municipal de Ensino, sem prejuízo da avaliação geral promovida pelo Ministério da Educação.

Parágrafo Único. Os atos de autorização e de credenciamento que se refere este artigo serão homologados pelo Prefeito Municipal.

Art. 186. As deliberações do Conselho Municipal de Educação que não dependem de homologação da autoridade superior, terão vigência imediata após a publicação e registro da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 187. O Magistério, nos estabelecimentos públicos e privados de ensino, só poderá ser exercido por profissionais devidamente habilitados.

TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 188. O Plano Municipal de Educação está articulado com os planos: nacional e estadual de educação e terá como objetivos básicos:

I - Erradicação do analfabetismo;

II - Universalização do atendimento do Ensino Fundamental obrigatório e a expansão da educação infantil;

III - Melhoria da qualidade do ensino;

IV - Formação humanística, científica e tecnológica;

V - Progressiva ampliação do tempo de permanência na escola, do aluno de ensino fundamental;

VI - Buscar eficiência e qualidade na educação municipal através da reorganização da estrutura técnico-administrativa e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e das Unidades Escolares;

VII - Eliminar quadros de evasão e repetência através da implementação de um projeto Político Pedagógico e de reformas e ampliação da rede física dos estabelecimentos de ensino;

VIII - Buscar a valorização do profissional da educação através da implantação de:

IX - Estatuto do Magistério;

X - Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal;

XI - Capacitação constante;

XII - Estabelecer parcerias com Estado e Universidades para reciclagem e aperfeiçoamento de pessoal;

XIII - Informatizar e reestruturar o sistema administrativo da Secretaria Municipal de Educação e das Unidades Escolares;

XIV - Buscar recursos financeiros através do MEC e outros convênios para a implementação de projetos na área pedagógica, de capacitação de pessoal e de reforma e ampliação da rede física das escolas;

XV - Trabalhar em conjunto com outros setores da administração pública municipal para alcançar os objetivos propostos pela administração municipal;

XVI - Incentivar e trabalhar em parceria com o Conselho Municipal de Educação para a implantação de um Sistema Municipal de

Educação eficiente;

XVII - Incentivar e organizar projetos e atividades na área da cultura, esportes e lazer visando resgatar valores e costumes culturais, integrar a comunidade e projetar o município no cenário estadual e nacional;

XVIII - Contemplar a Educação Infantil nos projetos de capacitação de profissionais e implementação de uma prática pedagógica voltada para o cumprimento das determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

XIX - Reduzir índices de analfabetismo através de incentivo a programas de alfabetização de jovens e adultos e de permanência na escola dos alunos em idade escolar estabelecida na Constituição Federal;

XX - Incentivar a implementação de um Sistema de Ações Integradas que promova e dê suporte a entidades e programas, como:

a) Conselhos Escolares,

b) Associações de Pais e Professores - APPs;

c) Grêmio Estudantil;

d) Merenda Escolar;

e) Atividades desportivas e culturais;

f) Uniforme Escolar;

g) Transporte Escolar;

h) Suportes Tecnológicos para a Educação e o Ensino;

i) Reordenamento da arquitetura para garantir acessibilidade, bem como, de todas as outras formas de acessibilidades exigidas na legislação vigente;

XXI - Incentivar o trabalho do Conselho Municipal da Alimentação Escolar para organizar programas junto a Secretaria Municipal de Educação, de melhorias na qualidade do atendimento e dos produtos utilizados para a merenda escolar.

Art. 189. O número mínimo e máximo de alunos em salas de Educação Infantil e Ensino Fundamental será definido na Campanha de Matrícula pela Secretaria Municipal de Educação, a cada final de ano letivo para aplicação no letivo subsequente.

Art. 190. As instituições de educação infantil, municipais e particulares diante da presente lei, terão o prazo máximo de dois (02) anos, a contar da publicação desta lei, para procederem a sua integração no respectivo Sistema Municipal de Ensino.

Parágrafo Único. Para o cumprimento do disposto neste artigo, os estabelecimentos de educação infantil, deverão solicitar, em processo próprio a Secretaria Municipal de Educação e a quem compete regularmente à matéria e sua vinculação ao Sistema Municipal de Ensino.

Art. 191. Os estabelecimentos de educação e ensino, respeitado o que sobre a matéria dispõe a Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional, terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta lei, para adaptarem seus estatutos e regimentos escolares, a legislação da educação e do ensino nacional e desta lei; bem como, a regulamentação e normas específicas editadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 192. A falta de material ou de uniforme escolar, quando este for exigido, não constituirá impedimento para que o aluno possa participar das atividades escolares nas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, observadas as normas dos respectivos regimentos.

Art. 193. Caberá aos pais ou responsáveis legais de crianças e adolescentes de educação Básica providenciar a matrícula e zelar pela frequência escolar, punida a inobservância na forma da lei.

Art. 194. Os filhos de profissionais cuja atividade seja itinerante, terão assegurado a transferência da matrícula de seus filhos e a consequentemente vaga nas escolas mantidas pelo Poder Público Municipal, independentemente, do nível ou modalidade conforme sua idade e progresso escolar.

Parágrafo Único. A matrícula de que trata o presente artigo será garantida em qualquer época do ano letivo, independente de vaga na Rede Pública Municipal de Ensino de Canoinhas.

Art. 195. Os estabelecimentos de ensino somente poderão efetuar matrícula de aluno estrangeiro, quando a situação de permanência de seus pais ou responsáveis ou do respectivo aluno, maior de idade, estiver devidamente legalizada pela autoridade competente do país.

Art. 196. Cabe ao Conselho Municipal de Educação em cooperação com a Secretaria Municipal Educação, fixar os critérios de aproveitamento de estudos realizados em regimes diversos aos previstos na presente lei.

Art. 197. Os estabelecimentos de ensino e educação submetidos às disposições da presente Lei, são aqueles definidos no artigo 5º desta lei, observadas, primordialmente, as diretrizes constantes da Lei Nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 198. Ficam automaticamente ajustadas, quanto à nomenclatura as disposições da legislação anterior a vigência da presente lei.

Art. 199. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 200. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a lei Nº. 4.578 de 11/08/2010.

Canoinhas/SC, 14 de novembro de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14/11/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário de Administração e Finanças

Aprova Desmembramento de Área de Terras DECRETO Nº. 307/2011 APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:
DECRETAR

Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 7.729,88m² (Sete mil, setescentos e vinte e nove metros quadrados e oitenta e oito decímetros quadrados), procedido por CONSTRUZA - CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, situado à Rua Nair Mafalda Bertão Zaniolo, Bairro Industrial Nº 2, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 30.584, nº30.585 e nº30.586 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 01 com área de 413,28m², lote nº. 02 com área de 403,03m², lote nº. 03 com área de 402,49m², lote nº. 04 com área de 401,96m², lote nº. 05 com área de 401,42m², lote nº. 06 com área de 400,89m², lote nº. 07 com área de 400,36m², lote nº. 08 com área de 399,82m², lote nº. 09 com área de 417,25m² e lote nº. 10 com área de 4.099,60m² sendo que este só pode ser vendido ao confrontante, todos pertencentes à quadra 1405, conforme requerimento protocolado sob nº.6972/2011.

Art.2o - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de novembro de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 23/11/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Ratifica Decreto Nº. 092/2011 Desmembramento de Área de Terras DECRETO Nº. 306/2011 RATIFICA DECRETO Nº. 092/2011 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:
RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 092/2011, que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 2.461,34 m² (dois mil, quatrocentos e sessenta e um metros e trinta e quatro decímetros quadrados), procedido por VILSON JOSÉ ANDRETTA, situado na Rua Nery Waltrick, Centro nesta cidade, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 6.090 e 25.143 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 20 com área de 558,97 m², lote nº. 21 com área de 947,37 m² e lote nº. 22 com área de 955,00 m² todos pertencentes à quadra nº. 861, conforme requerimento protocolado sob nº. 912/2011.

Art. 2o - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de novembro de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 23/11/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Ratifica Decreto Nº. 145/2009 Desmembramento de Área de Terras DECRETO Nº. 305/2011 RATIFICA DECRETO Nº. 145/2009 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 145/2009, que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), procedido por JOSÉ DO PRADO BRANCO, situado na Rua Vergílio Trevisani esquina com Rua Saulo de Carvalho, Bairro Jardim Esperança, nesta cidade, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 18.903, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº.01 com área de 320,00 m² e lote nº. 27 com área de 280,00 m², ambos pertencentes à quadra nº. 208, conforme requerimento protocolado sob nº. 3463/2009.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de novembro de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 23/11/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL da PREFEITURA ATRAVÉS de CONVENIO COM O ESTADO e ANULAÇÃO de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

DECRETO Nº 301/2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVÉS DE CONVENIO COM O ESTADO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 4.853 de 14/11/2011, resolve:

DECRETAR

ART. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 4.853 de 14 de novembro de 2011, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Função 20: Agricultura
Programa 106: Assistência ao Pequeno Produtor Rural
Subfunção 606: Extensão Rural
Projeto 1.039 - Aquisição de Máquinas/Implementos Agrícolas
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 50.000,00
Recurso 152: Recursos de Convênio Estado
Produto: Máquinas/Implementos agrícolas
Unidade de medida: Unidade

Meta Física: 5.

ART. 2º. Para suporte de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), referente à convênio com o Governo Estadual.

ART. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 3º da Lei 4.853 de 14 de novembro de 2011, no valor de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais), com a seguinte classificação institucional:

A)
Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Função 20: Agricultura
Programa 106: Assistência ao Pequeno Produtor Rural
Subfunção 606: Extensão Rural
Projeto 1.039 - Aquisição de Máquinas/Implementos Agrícolas
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 9.000,00
Recurso 130: Recursos Ordinários
Produto: Máquinas/Implementos agrícolas
Unidade de medida: Unidade
Meta Física: conforme item "A" do artigo 1º.

ART. 4º. Para suporte de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e

seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 (Lei 4.564/2010) e seus anexos e na Lei Orçamentária Anual 2011 e seus anexos, o valor de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais), conforme a seguinte classificação institucional:

A)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Atividade 2.053: Manutenção das Atividades de Coleta e Destino de Resíduos
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 8.000,00
Recurso 130: Recursos Ordinários

B)
Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Atividade 2.037 - Realização de Evento para o Produtor Rural
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.000,00
Recurso 130: Recursos Ordinários

ART. 5º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas, 14 de novembro de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14/11/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

"AUTORIZA A CELEBRAÇÃO de Convênio de COOPERAÇÃO TÉCNICA e FINANCEIRA COM A LIGA ESPORTIVA CANOINHENSE, ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL da P
DECRETO Nº 298/2011

"AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA COM A LIGA ESPORTIVA CANOINHENSE, ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVÉS DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 4.848 de 03/11/2011, RESOLVE:
DECRETAR

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar convênio de cooperação técnica e financeira a título de contribuição, bem como promover repasse, para a entidade descrita abaixo:

Entidade Valor Máximo (R\$) /

Fonte de Recurso Objetivo

LIGA ESPORTIVA CANOINHENSE, inscrita no CNPJ sob nº. 82.773.797/0001-24. Até R\$17.100,00 (dezesete mil e cem reais) a título de contribuição.

Recursos Ordinários da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas. Colaboração financeira com a finalidade de custear despesas com a organização dos serviços de arbitragem para a realização dos XXVIII Jogos da Primavera de Canoinhas que ocorrerão de 11 a 22 de outubro de 2011 e do Campeonato Citadino de Futebol 2011, visando incentivar a prática de atividades esportivas aos munícipes de Canoinhas.

§1º. O repasse a título de contribuição visa custear despesas com a organização dos serviços de arbitragem para a realização dos XXVIII Jogos da Primavera de Canoinhas que ocorrerão de 11 a 22 de outubro de 2011 e do Campeonato Citadino de Futebol 2011, sendo que estas contemplam a remuneração dos árbitros das diversas modalidades esportivas que integram os jogos, bem como com demais despesas que concorram para a execução do serviço de arbitragem durante as competições.

§2º. As despesas decorrentes desta lei serão realizadas por conta de dotação específica do orçamento da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas.

§3º. O valor do repasse poderá ser liberado em até 04 (quatro) parcelas ou em parcela única, a critério da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º. A liberação do recurso fica condicionada à formalização do instrumento de convênio, que por sua vez condiciona-se à apresentação de Certidões Negativas de Débitos, junto ao INSS, ao FGTS, Certidão Negativa Municipal de Regularidade de Transferências Voluntárias, Certidão Negativa Municipal de Tributos e Certidão Negativa de Dívidas com a União e ainda a apresentação de demais documentos exigidos pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

§1º. O Poder Executivo, no ato do pagamento da cota única ou das parcelas dos recursos, poderá exigir os comprovantes de regularidade fiscal atualizados, citados no caput deste artigo, no caso de sua validade encontrar-se expirada.

§2º. As Certidões Negativas poderão, eventualmente, ser substituídas por Certidões de Regularidade (Positiva com efeitos de Negativa).

Art. 3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Aplicações apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, serão suspensos os repasses dos recursos incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º. É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência do convênio firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, nos termos do inciso V do art. 9º do Decreto Estadual nº307/03, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda a Resolução TCE/SC nº16/1994 e suas alterações.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso dos recursos em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

ART. 5º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 5º da Lei 4.848 de 03 de novembro de 2011, no valor de R\$ 17.100,00 (Dezesete mil e cem reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas

Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas

Atividade 2.032 - Manutenção da Fundação Mun de Esportes

3.3.50.00.00.00.00 - Transf. Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos.. 17.100,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

Art. 6º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 (Lei nº 4.564/2010) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2011 (Lei nº 4.658/2010) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no exercício financeiro corrente, o valor de R\$17.100,00 (dezesete mil e cem reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Atividade 2.014 - Organização e Coordenação da Festa do Mate - FESMATE

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 17.100,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

ART. 7º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas, 10 de novembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 10/11/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR Convênio de COOPERAÇÃO CIENTÍFICA e TECNOLÓGICA COM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE do CONTESTADO - FUNc e DA

DECRETO Nº 299/2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA COM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - FUNc E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 4.849 de 03/11/2011, resolve:

DECRETAR

ART. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Convênio de Cooperação Científica e Tecnológica, com a Fundação Universidade do Contestado - FUNc, para implantação da Incubadora Tecnológica de Canoinhas.

ART. 2º - O Poder Executivo Municipal repassará a Fundação Universidade do Contestado - FUNc, o valor de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais), pelo período de 12 (doze) meses, a iniciar no mês de outubro de 2011.

Parágrafo único: os recursos para pagamento do Convênio de que trata esta lei, serão oriundos do orçamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo.

ART. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 3º da Lei 4.849 de 03 de novembro de 2011, no valor de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais), com a seguinte classificação institucional:

A)
Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Função 23: Comércio e Serviços
Programa 15: Economia Melhor
Subfunção 691: Promoção Comercial
Atividade 2.013 - Manutenção da Sec. Mun. de Desenvolvimento Econômico
3.3.50.00.00.00.00 - Transf. a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos 36.000,00
Recurso 130 - Recursos Ordinários

ART. 4º - Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2010 (Lei nº 4.564/2010) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 4.658/2010) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no exercício financeiro de 2010, o valor de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais), com a seguinte classificação institucional:

A)
Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Função 23: Comércio e Serviços

Programa 15: Economia Melhor

Subfunção 695: Turismo

Atividade 2.014 - Organização e Coordenação da Festa do Mate - FESMATE

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 36.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

ART. 5º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas, 10 de novembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 10/11/2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

"HOMOLOGA INSCRIÇÃO do Processo Seletivo SIMPLIFICADO PREVISTO NO Edital Nº 09/SMS/2011"

DECRETO Nº 300/2011

"HOMOLOGA INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 09/SMS/2011"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

HOMOLOGAR

Art.1º - Ficam homologadas as inscrições do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Edital nº 09/SMS/2011, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de novembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14/11/2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Estado de Santa Catarina

Município de Canoinhas

Processo Seletivo Edital Nº 09/SMS/2011

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - BAIRRO CRISTO REI - 01 VAGA - 40 HORAS

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DEFERIMENTO
03	Rosangela Vorel Czarny - CPF: 053.046.979-01	Deferido
01	Elani Niepicuy Rodrigues - CPF: 950.731.919-00	Deferido
02	Graziele de Moraes - CPF: 085.278.189-06	Deferido
04	Jucineli Aparecida Dada de Azevedo - CPF: 003.562.039-05	Deferido

"HOMOLOGA Resultado do Processo Seletivo SIMPLIFICADO PREVISTO NO Edital N° 001/SMDR/2011"

DECRETO N° 303/2011

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL N° 001/SMDR/2011"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: HOMOLOGAR

Art.1º - Fica homologado o resultado do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais para atuarem junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, no Edital n° 001/SMDR/2011, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de novembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 18/11/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

MÉDICO VETERINÁRIO - 1 VAGA - 30h

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
12	Silvana Aparecida Fritz	61,25	1º - Aprovada
4	Giane Helenita Pontarolo	60	2º - Classificada
9	Danielle Borges Menin Neto	52,5	3º - Classificada
8	Isabela Lader	48,75	Reprovada
11	Graziele Amaral Pinheiro	46,25	Reprovada
6	Erani Demetrio	45	Reprovado
10	Karin Sanchuki	43,75	Reprovada
7	Gilmara Vanessa Colaço da Silveira	32,5	Reprovada
2	Klarissa Scremim Figueiredo	---	Faltou
3	Karina Furmann	---	Faltou
5	Marco Antonio Conte	---	Faltou

"HOMOLOGA Resultado do Processo Seletivo SIMPLIFICADO PREVISTO NO Edital N° 009/SMS/2011"

DECRETO N° 308/2011

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL N° 009/SMS/2011"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: HOMOLOGAR

Art.1º - Fica homologado o resultado do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Edital n° 009/SMS/2011, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de novembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 23/11/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - BAIRRO CRISTO REI - 01 VAGA - 40 HORAS

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
01	Elani Niepicuy Rodrigues - CPF: 950.731.919-00	6,5	1º - Aprovada
03	Rosangela Vorel Czarny - CPF: 053.046.979-01	5,0	2º - Classificada
02	Graziele de Moraes - CPF: 085.278.189-06	4,5	3º - Classificada
04	Jucineli A. D. de Azevedo - CPF: 003.562.039-05	3,5	Reprovada

Edital de Tomada de Preços n.º 15/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 177/2011

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 15/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 29 de dezembro de 2011, às 10h15min, a abertura das propostas para empresa especializada para o fornecimento de sistemas de Gestão Pública para a Administração Direta e Indireta do Município de Canoinhas, através de licenças de uso com acesso simultâneo de usuários. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Contrato 0217/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0217/2011

Pregão Eletrônico 0133/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: CEIFAGRIL COM DE PEÇAS E IMPL AGRICOLAS LTDA

OBJETO: Aquisição de 02 Adubadoras Semeadoras, para Patrulha Agrícola da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, recursos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, referente ao Programa PRODESA conforme contrato de repasse nº. 0331340-04/2010.

VALOR R\$: 5.296,00

VIGÊNCIA: 25/11/2011 A 31/12/2011

Edital 091/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 767 91/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZW4523	8767002918	7455/0	14/08/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZX9776	8767002927	7455/0	16/08/2009	R\$ 85,12	218 * I
MEF4316	8767002885	7455/0	14/08/2009	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 21 DE NOVEMBRO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 908/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 908/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IHG5767	55071093B	6599/2	18/10/2011	230 * V
LXT3566	55037824D	6920/0	21/10/2011	233
LYA2695	54942991C	5061/0	22/09/2011	163 c/c 162 * I
LYA2695	54942991C	6599/2	22/09/2011	230 * V
LYA2695	54942992C	5010/0	22/09/2011	162 * I
MAM1446	54942533C	6548/2	23/09/2011	229
MDM1021	54943482C	6599/2	06/10/2011	230 * V
MEP1679	54943479C	6599/2	06/10/2011	230 * V
MGB9911	54943334C	5010/0	29/09/2011	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 21 DE NOVEMBRO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLÍCIA

Edital 909/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 909/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANS4457	55269626D	5541/2	13/10/2011	181 * XVII
BLS8359	55269611D	5541/2	10/10/2011	181 * XVII
LWW2043	55269633D	5541/2	14/10/2011	181 * XVII
LXV4878	54942757C	5215/2	24/01/2011	170
LXV4878	54942758C	5207/0	24/01/2011	169
LYL3472	55269553D	5541/2	20/09/2011	181 * XVII
MCW5197	55269628D	5541/2	13/10/2011	181 * XVII
MEL6134	55269629D	5541/2	13/10/2011	181 * XVII
MHO7520	55269614D	5541/2	10/10/2011	181 * XVII
MIQ0424	55269610D	5541/2	10/10/2011	181 * XVII
MIQ6193	55269539D	5541/2	15/09/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 21 DE NOVEMBRO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 910/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 910/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAQ0449	55071182B	6920/0	26/02/2009	R\$ 127,69	233
ACN4692	54940658C	6920/0	28/01/2009	R\$ 127,69	233
AFD9029	54941748C	6920/0	17/11/2009	R\$ 127,69	233
AGD6361	54941512C	6920/0	28/05/2009	R\$ 127,69	233
AIF8271	54941420C	6912/0	05/06/2009	R\$ 53,20	232
BGF0100	54943019C	6920/0	14/02/2011	R\$ 127,69	233
BGJ2633	54941637C	6920/0	25/08/2009	R\$ 127,69	233
BOC2424	54940680C	6920/0	13/03/2009	R\$ 127,69	233
CME6596	54941517C	6920/0	28/05/2009	R\$ 127,69	233
COD6857	54941613C	6920/0	05/08/2009	R\$ 127,69	233
CSZ5279	54942693C	6920/0	19/01/2011	R\$ 127,69	233
GRK8537	54942688C	6920/0	12/01/2011	R\$ 127,69	233
IDI6690	54941540C	6920/0	22/06/2009	R\$ 127,69	233
IHD8194	54941239C	6920/0	15/05/2009	R\$ 127,69	233
IHU6367	54941879C	5118/0	03/02/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
ILK5320	54941673C	6637/2	28/08/2009	R\$ 127,69	230 * IX
ILO5262	54941541C	6920/0	22/06/2009	R\$ 127,69	233
IMB7591	54941630C	6920/0	25/08/2009	R\$ 127,69	233
JFM6985	54941639C	6920/0	01/09/2009	R\$ 127,69	233
LWT4123	54943015C	6920/0	08/02/2011	R\$ 127,69	233
LWW4955	54942983C	6599/2	05/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXB2101	54941217C	6920/0	17/04/2009	R\$ 127,69	233
LXU0652	54941684C	5169/1	10/10/2009	R\$ 957,69	165
LXW0717	54942686C	6920/0	11/01/2011	R\$ 127,69	233
LXY4389	54940657C	6920/0	23/01/2009	R\$ 127,69	233
LXZ6581	54941248C	6920/0	22/05/2009	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYT0562	54941548C	6920/0	30/06/2009	R\$ 127,69	233
LYX5547	54940721C	5169/1	01/02/2009	R\$ 957,69	165
LYX5547	54940722C	5010/0	01/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYX5547	54940723C	5061/0	01/02/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LYX5547	54940724C	5061/0	31/01/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LYX5547	55070382B	5010/0	31/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYZ6464	54940882C	6599/2	24/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYZ6464	54940883C	5061/0	24/04/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LZI4266	54942746C	5010/0	28/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
LZI4266	54943464C	5010/0	27/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
LZS0645	55070839B	6610/2	28/02/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LZW5183	54943008C	6920/0	04/02/2011	R\$ 127,69	233
LZY2053	54941115C	6599/2	23/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAE0718	54941747C	6920/0	17/11/2009	R\$ 127,69	233
MAF3179	54941518C	6920/0	28/05/2009	R\$ 127,69	233
MAG2348	54941734C	6920/0	04/11/2009	R\$ 127,69	233
MAL1056	54940861C	6920/0	17/02/2009	R\$ 127,69	233
MAL8829	54941228C	6920/0	07/05/2009	R\$ 127,69	233
MAN6244	54941640C	6920/0	01/09/2009	R\$ 127,69	233
MAS0599	54940908C	6912/0	19/06/2009	R\$ 53,20	232
MAX2194	54941028C	6653/1	25/03/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MBE4416	54940863C	6920/0	17/02/2009	R\$ 127,69	233
MBL6462	54942654C	6920/0	01/12/2010	R\$ 127,69	233
MBO8529	54940578C	6599/2	23/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBO8529	54941038C	5169/1	07/04/2009	R\$ 957,69	165
MBO8529	54941039C	5177/0	07/04/2009	R\$ 191,53	166
MBO8529	55071190B	5037/1	27/03/2009	R\$ 574,61	162 * III
MBO8529	55071191B	5088/1	27/03/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * III
MBS6423	54940748C	6637/2	17/12/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MCI4167	54942594C	6920/0	19/11/2010	R\$ 127,69	233
MCK3230	54943022C	6920/0	16/02/2011	R\$ 127,69	233
MCM3067	54941351C	5061/0	23/04/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCM3067	54941351C	6599/2	23/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCM3067	54941352C	5010/0	23/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCR0366	54940984C	6599/2	09/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCR0366	54940985C	6912/0	09/10/2009	R\$ 53,20	232
MCV6596	55070294B	6912/0	17/02/2009	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDJ3155	54940659C	6920/0	28/01/2009	R\$ 127,69	233
MDN2892	54941173C	6599/2	18/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDN5230	54941159C	7285/0	19/07/2009	R\$ 85,12	250 * III
MDN5230	54941354C	6700/2	13/05/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
MEE5493	54942982C	5010/0	05/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEG3788	54940688C	6920/0	20/03/2009	R\$ 127,69	233
MER7305	54941012C	6637/1	18/03/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MER7305	54941041C	5169/1	08/04/2009	R\$ 957,69	165
MEY6648	54940729C	6637/1	26/06/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MFK5511	54941611C	6920/0	05/08/2009	R\$ 127,69	233
MFN3525	54941158C	6912/0	10/07/2009	R\$ 53,20	232
MFP6632	55070093B	6610/2	23/11/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MFP6632	55070095B	6653/1	23/11/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MFP6632	55070097B	6637/1	23/11/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MFR1271	55071117B	6599/2	14/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFR1271	55071118B	5142/0	14/02/2009	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MFY7318	54941268C	6912/0	30/06/2009	R\$ 53,20	232
MGD9610	54940692C	6920/0	20/03/2009	R\$ 127,69	233
MGH9109	54941030C	5010/0	27/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGH9109	54941032C	6602/0	27/03/2009	R\$ 191,53	230 * VI
MGH9109	54941033C	5061/0	27/03/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGS1556	54943473C	5010/0	11/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGS1556	54943474C	5061/0	11/08/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MKI7750	55037620D	6920/0	12/08/2011	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 21 DE NOVEMBRO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 911/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 911/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABI5164	54941455C	6041/2	02/06/2009	R\$ 127,69	207
AIF8271	54941421C	5207/0	05/06/2009	R\$ 53,20	169
AJC1206	55070419B	5185/2	17/03/2009	R\$ 127,69	167
AJC1206	55070419B	5193/0	17/03/2009	R\$ 191,53	168
AJP2014	54941577C	5525/0	20/10/2010	R\$ 85,12	181 * XV
AKE5021	54240494D	5541/2	29/07/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
ALH8018	55070077B	6530/0	10/01/2009	R\$ 127,69	228
BGW5450	54941800C	6050/1	19/12/2010	R\$ 191,53	208
BGW5450	54942810C	5215/2	19/12/2010	R\$ 191,53	170
BGW5450	54942811C	5843/3	19/12/2010	R\$ 127,69	196
BHO3871	54240521D	5541/2	05/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
CAU8145	54240548D	5541/2	11/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
GRE2873	55070534B	5550/0	18/09/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
GRE2873	55070535B	5207/0	18/09/2009	R\$ 53,20	169
IKN1745	54942615C	5835/0	21/01/2011	R\$ 127,69	195
IKN1745	54942616C	5215/2	21/01/2011	R\$ 191,53	170
IKN1745	54942617C	7056/1	21/01/2011	R\$ 191,53	244 * III
ILK5320	54941671C	7056/1	28/08/2009	R\$ 191,53	244 * III
LXU0652	54941809C	6041/2	21/11/2009	R\$ 127,69	207
LXW6622	54940808C	5428/2	27/02/2009	R\$ 191,53	181 * V
LXX2443	54240504D	5541/2	01/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LYH1988	55070300B	6068/1	10/03/2009	R\$ 127,69	209
LYH8550	54942813C	5428/1	23/12/2010	R\$ 191,53	181 * V
LZC6847	54942855C	5541/4	20/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LZI4266	54943466C	5738/0	27/07/2011	R\$ 191,53	186 * II
LZR0440	54940895C	5428/1	02/06/2009	R\$ 191,53	181 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZS0645	55070838B	5835/0	28/02/2009	R\$ 127,69	195
LZT6821	54942425C	7030/1	05/08/2011	R\$ 191,53	244 * I
LZW5343	55070420B	6050/1	19/09/2009	R\$ 191,53	208
MAD3189	54240510D	5541/2	03/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MAD6090	54240537D	5541/2	10/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MAX2194	54941029C	5835/0	25/03/2009	R\$ 127,69	195
MBS6423	54941481C	5185/1	31/10/2010	R\$ 127,69	167
MBX1481	54941439C	5541/1	22/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MBY0629	55071120B	5207/0	19/03/2009	R\$ 53,20	169
MCF9197	55070697B	6530/0	04/03/2009	R\$ 127,69	228
MCL3077	55070394B	5860/0	09/10/2009	R\$ 85,12	198
MCM3067	54941352C	5835/0	23/04/2009	R\$ 127,69	195
MCQ4553	54240188D	5541/2	16/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MCQ4553	54240285D	5541/2	06/06/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MCR0366	54940986C	5738/0	09/10/2009	R\$ 191,53	186 * II
MDS6948	54940981C	5541/1	01/10/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MDU1795	54940858C	5541/4	02/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MEI5769	54940583C	5878/0	20/03/2009	R\$ 85,12	199
MEI5769	55071125B	7048/1	26/08/2009	R\$ 191,53	244 * II
MEY6648	54940727C	7030/2	26/06/2009	R\$ 191,53	244 * I
MEY6648	54940728C	5835/0	26/06/2009	R\$ 127,69	195
MFP6632	54941176C	7056/1	23/11/2009	R\$ 191,53	244 * III
MFP6632	54941177C	5215/1	23/11/2009	R\$ 191,53	170
MFP6632	54941178C	7102/1	23/11/2009	R\$ 85,12	244 * VIII
MFP6632	55070091B	7030/2	23/11/2009	R\$ 191,53	244 * I
MFP6632	55070092B	7048/1	23/11/2009	R\$ 191,53	244 * II
MFP6632	55070094B	5215/2	23/11/2009	R\$ 191,53	170
MFP6632	55070096B	5835/0	23/11/2009	R\$ 127,69	195
MGH9109	54941034C	5738/0	27/03/2009	R\$ 191,53	186 * II
MGH9109	54941035C	5835/0	27/03/2009	R\$ 127,69	195
MGU6011	54941168C	7030/2	31/08/2009	R\$ 191,53	244 * I
MHD6174	54940849C	5541/4	27/02/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MHO5247	54942804C	5541/4	20/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 21 DE NOVEMBRO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Catanduvas

PREFEITURA

Lei Nº 2.335/2011, de 25 de novembro de 2011.

LEI Nº 2.335/2011, de 25 de novembro de 2011.

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE SALAS COMERCIAIS DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a concessão de exploração, com encargos, das salas comerciais do Terminal Rodoviário Municipal José Casagrande Filho, situado à Rua Wenceslau Braz, 1.850, Centro, nesta cidade de Catanduvas(SC), com as características e para as seguintes finalidades:

I - SALA 07 - com área útil de 26,40m² (vinte e seis metros e quarenta centímetros quadrados), com guichê, destinada exclusivamente para exploração dos serviços de agenciamento de viagens e similares, para disponibilização aos usuários do Terminal; e

II - SALA 08 - com área útil de 75,51m² (setenta e cinco metros e cinquenta e um centímetros quadrados), com salão principal, cozinha e depósito, destinada exclusivamente para exploração dos serviços de lanchonete para disponibilização dos usuários do Terminal.

Art. 2º A concessão de exploração de que trata a presente Lei será efetuada mediante processo licitatório na modalidade de concorrência tipo maior preço, em conformidade com o disposto na Lei 8.666 e suas alterações.

Parágrafo único. Constará no processo licitatório o valor mínimo da remuneração a ser paga mensalmente pela concessionária, no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais) para a Sala 07; e no importe de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para a Sala 08.

Art. 3º A concessão se dará pelo período de cinco (5) anos, podendo ser prorrogado por outros períodos, não podendo ultrapassar quinze (15) anos, quando se procederá a nova licitação.

§ 1º Constará no edital do processo licitatório, bem como no instrumento contratual da concessão, a faculdade de a Administração Municipal rescindir a qualquer tempo a concessão, sem que caiba qualquer tipo de indenização à Concessionária.

§ 2º O valor da remuneração a ser paga pela concessionária será reajustado anualmente de acordo com os índices de reajuste oficiais da locação publicadas pelo Governo Federal.

§ 3º As despesas de água, energia elétrica, limpeza e conservação, segurança, e as demais decorrentes da exploração do imóvel concedido, serão de exclusiva responsabilidade da concessionária.

§ 4º Não será permitida a comercialização pela concessionária de produtos oriundos de contrabando ou descaminho e ou ilegais.

Art. 4º Poderão participar do processo licitatório pessoas físicas e jurídicas, ficando aquelas obrigadas a constituir pessoa jurídica para exercer as atividades concedidas.

Parágrafo único. Não será permitida à concessionária a cessão para terceiros do objeto da concessão sem a expressa autorização do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Fiscal vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 25 de novembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada nesta data

Concórdia

PREFEITURA

Convocação para Assinatura de Contrato - Porto Seguro Cia de Seguros Gerais - PR 84/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2011 - PMC

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convocar o representante legal da empresa PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ sob nº 61.198.164/0001-60, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1489, Campos Elíseos, São Paulo, SP para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, nesta, para assinatura do Contrato originado através da licitação em referência.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 14.1 do edital acarretará na aplicação das penas prevista no item 16 do Edital.

Concórdia, SC, 28 de novembro de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Edital de Notificação Barragem de contenção das cheias

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos para a construção da Barragem de contenção das cheias, provenientes do Contrato nº 292.763-81/2009, no valor de R\$ 74.001,21 (setenta e quatro mil um real e vinte e um centavos).

Concórdia SC, 28 de novembro 2011.

JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto Nº 101/2011

DECRETO No 101 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e artigo 11 da Lei Municipal nº 934 de 07 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 15.000,00 para a seguinte dotação orçamentária:

Do: 98.00 - Encargos Gerais do Município

98.01 - Encargos Gerais do Município

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município

Modalidade de Aplicação: 469000 - 01.00 - 37 R\$ 15.000,00

Para: 98.00 - Encargos Gerais do Município

98.01 - Encargos Gerais do Município

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município

Modalidade de Aplicação: 329000 - 01.00 - 38 R\$ 15.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 24 de novembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Decreto Nº 102/2011

DECRETO No 102/2011, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 431/2000.

Considerando que exarou a vigência do Conselho nomeado pelo Decreto nº 195/2009:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, para comporem o Conselho Municipal Antidrogas de Cordilheira Alta, os seguintes conselheiros:

I - Representantes da Administração municipal:

a) Carmem Warkem - Representando a Secretaria Municipal de Saúde e Assis. Social;

b) Isadir da Rosa - Representando a Secretaria Municipal de

Educação;

c) Paulo Di Domenico - Representando a Secretaria Municipal de Cultura e Esportes;

d) Marga Mocellin Giacomini - Representando a Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento;

II - Representantes da Sociedade Civil:

a) Adriana Martini;

b) Eloa Guaragni;

c) Rosalino Moresco;

d) Auri Colpani;

III - Representantes de livre escolha do Prefeito Municipal:

a) Delegado de Polícia - Romeu Schindewein;

b) Polícia Militar - Angelo Santo Martins;

c) Autoridade Estadual de Ensino no Município - Terezinha Jagowski;

Art. 2º. O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

Art. 3º. Os membros do Conselho Antidrogas nomeados por este Decreto, exercerão suas atividades em caráter relevante, sem ônus para o Município.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 25 de novembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Decreto Nº 103/2011

DECRETO No 103 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e art. 8º da Lei Municipal nº 934 de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.000,00 para a seguinte dotação orçamentária:

09 - Fundo Municipal de Saúde

09.01 - Fundo Municipal de Saúde

09.01.10.301.2505.2.019-3.3.90.00 - 01.64 - 12 - Aplicações Diretas 9.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 01.64 - PAB.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 25 de novembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Decreto Nº 104/2011

DECRETO No 104 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e artigo 11 da Lei Municipal nº 934 de 07 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 8.400,00 para a seguinte dotação orçamentária:

Do: 09.00 - Fundo Municipal de Saúde

09.01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.2505.1.007 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública do Município

Modalidade de Aplicação: 337100 - 01.00 - 19 R\$ 8.400,00

Para: 09.00 - Fundo Municipal de Saúde

09.01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.2505.1.007 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública do Município

Modalidade de Aplicação: 339000 - 01.02 - 11 R\$ 8.400,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 25 de novembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Retifica Extrato ADM 107/2011

Retifica Extrato ADM: 107/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: SULBRINQUEDOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME

Licitação: Pregão Presencial n. 26/2011

Objeto: O objeto do presente contrato é Aquisição de brinquedos a serem instalados no colégio Municipal, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Vigência: 22/11/2011 a 31/12/2011

Valor: R\$ 23.810,00 (vinte e três mil e oitocentos e dez reais).

Dotação: 19-04.01-2.014-4.4.90.00.00.0 0.00.00-4.4.90.52.10.00.00.00.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Jaqueline Aparecida Schinaider Muniz da Silva.

Cordilheira Alta, 22 de novembro de 2011.

Notificação de Recebimento Recursos Federais 18/11/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 18/11/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		36.579,50
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	42.164,01
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	42.164,01
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	42.164,01
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - 60 %	25.298,41
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25%	10.541,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15%	6.324,60
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.848,29
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	2.848,29
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.708,97
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.139,32
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-8.432,80
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-8.432,80
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-8.432,80

Notificação de Recebimento Recursos Federais 21/11/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 21/11/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		14.084,82
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	12.661,87
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	24,37
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	24,37
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR - 60 %	14,62
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR - 25%	6,09
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR - 15%	3,66
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	11.950,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	5.250,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	6.700,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	687,50
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	687,50
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.427,82
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.427,82
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	856,69
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	571,13
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-4,87
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-4,87
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-4,87

Notificação de Recebimento Recursos Federais 22/11/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 22/11/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		12.540,52
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	8.310,44
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	8.310,44
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transf. do Salário-Educação	8.310,44
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.230,08
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	4.230,08
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	2.538,05
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.692,03

Notificação de Recebimento Recursos Federais 23/11/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 23/11/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		14.344,26
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	5.786,14
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	5.786,14
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	5.786,14
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	8.558,12
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	8.558,12
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	5.134,87
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	3.423,25

Corupá

PREFEITURA

Extrato do Contrato 169/11

EXTRATO DO CONTRATO 169/11

Processo de licitação nº 130/11

Modalidade Tomada de Preço nº 015/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: FATOR 3 ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA estabelecida na Cidade de Joinville - Santa Catarina, na Rua Três de Maio, 58-Sala 403 - CEP 89.201-030, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.020.495/0001-34.

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para construção de ponte de concreto armado sobre o Rio Pedra de Amolar, na Localidade de Pedra de Amolar no Município de Corupá, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos, conforme projeto arquitetônico, orçamento, cronograma, memorial descritivo e quantitativo anexos

Valor do Contrato: R\$ 546.435,40 (Quinhentos e Quarenta e Seis Mil, Quatrocentos e Trinta e Cinco Reais e Quarenta Centavos).

Data da Assinatura: 28/11/2011

Data da Vigência: 31/03/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 170/11

EXTRATO DO CONTRATO 170/11

Processo de licitação nº 131/11

Modalidade Tomada de Preço nº 016/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: FATOR 3 ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA estabelecida na Cidade de Joinville - Santa Catarina, na Rua Três de Maio, 58-Sala 403 - CEP 89.201-030, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.020.495/0001-34.

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para construção de ponte de concreto armado sobre o Rio Pedra de Amolar, na Localidade do Bairro João Tozini no Município de Corupá, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos, conforme projeto arquitetônico, orçamento, cronograma, memorial descritivo e quantitativo anexos.

Valor do Contrato: R\$ 854.438,30 (Oitocentos e Cinquenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Trinta Centavos).

Data da Assinatura: 28/11/2011

Data da Vigência: 31/03/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Audiência Pública

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Elaboração do Plano Diretor e Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Corupá -SC.

O Sr. Luiz Carlos Tamanini, Prefeito Municipal de Corupá, torna público que, a Primeira Audiência Pública - Apresentação do Diagnóstico, fica agendada para o dia 30 de novembro de 2011 (quarta-feira) às 19:00 horas, na Câmara de Vereadores de Corupá, nesta cidade, ficando assim convocados todas as associações representativas dos vários segmentos da comunidade e todos os interessados da população em geral.

E para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital de Convocação, que será publicado na Imprensa Local e afixado na sede da Prefeitura, na sede das Secretarias Municipais e em outros locais públicos, de forma a ser dada ao mesmo a mais ampla divulgação.

Corupá, 01 de novembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão 027/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 069/2011

Edital de Pregão Presencial nº 027/2011

Objeto: Aquisição de tubos em concreto para drenagem pluvial. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 09/12/2011.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal.

Forquilha

PREFEITURA

Portaria Nº. 364, de 26 de Outubro de 2011.

PORTARIA Nº. 364, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KARINA SIMON ALAMINI PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, NÍVEL 1, REFERÊNCIA "INICIAL" DO ANEXO IX.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751, de 20 de setembro de 2001, Lei nº 875, de 06 de junho de 2002, Lei nº 876, de 06 de junho de 2002 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002.

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Ivani Maria Iladi Matias está afastada para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, KARINA SIMON ALAMINI para ocupar o cargo de Professor de Ensino Fundamental, Nível 1, Referência "Inicial" do anexo IX da Lei Nº 875, de 06 de junho de 2002.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver afastada para tratamento de saúde.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 26 de outubro de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 26 de outubro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 365, de 31 de Outubro de 2011.

PORTARIA Nº. 365, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.
REDUZ CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA DIRLEI APARECIDA GOMES FERREIRA MARTINS PARA 20 HORAS SEMANAIS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 875, de 06 de junho de 2002 e Lei Municipal nº. 876, de 06 de junho de 2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica reduzida a carga horária da servidora DIRLEI APARECIDA GOMES FERREIRA MARTINS em 20 (vinte) horas, voltando a servidora à sua carga horária originária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 31 de outubro de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 31 de outubro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 366, de 31 de Outubro de 2011.

PORTARIA Nº. 366, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.
CONCEDE LICENÇA AOS SERVIDORES QUE RELACIONA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 78 da Lei Municipal nº. 487/98;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida licença aos servidores conforme tabela abaixo:

Cód.	Servidor	Cargo	Motivo do Afastamento	Data do Afastamento
1076	EDVALDO BATISTA SANGALETI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	AUXÍLIO DOENÇA	07.09.2011
2204	ELIZANDRA BERTTA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	AUXÍLIO DOENÇA	21.10.2011
802	JADNA REGINA VITALI KAMMER	MONITOR	AUXÍLIO DOENÇA	25.10.2011
275	MARA RUBIA PEDRO CAMILO	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	AUXÍLIO DOENÇA	13.10.2011
1553	MARIBEL MARTINELLO MARIANO	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	AUXÍLIO DOENÇA	23.09.2011
1889	MARIBEL MARTINELLO MARIANO	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	AUXÍLIO DOENÇA	23.09.2011
1519	MICHELE MORAIS BAESSO VELHO	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	AUXÍLIO DOENÇA	07.10.2011
2731	PATRICIA FRANCISCA MARTINS	AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	AUXÍLIO DOENÇA	27.10.2011
3211	ROSI CELIA PEREIRA FRASSON	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	AUXÍLIO DOENÇA	05.10.2011
966	VALDIR ALISDINO RABELLO	CARPINTEIRO	AUXÍLIO DOENÇA	13.09.2011

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de setembro de 2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 31 de outubro de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 31 de outubro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 367, de 1º de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 367, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FERNANDA KAJACZKOWSKI WINGERT PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, NÍVEL 1, REFERÊNCIA "INICIAL" DO ANEXO IX.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751, de 20 de setembro de 2001, Lei nº 875, de 06 de junho de 2002, Lei nº 876, de 06 de junho de 2002 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002.

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Ivani Maria Iladi Matias está afastada para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, FERNANDA KAJACZKOWSKI WINGERT para ocupar o cargo de Professor de Ensino Fundamental, Nível 1, Referência "Inicial" do anexo IX da Lei Nº 875, de 06 de junho de 2002.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver afastada para tratamento de saúde.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilhinha, 1º de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 1º de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 368, de 1º de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 368, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GABRIELLE DA ROSA MEZARI PARA OCUPAR O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, NÍVEL OAG-8.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação para o cargo de Agente Administrativo;

CONSIDERANDO que não tem lista de espera em concurso público;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, GABRIELLE DA ROSA MEZARI para ocupar o cargo de Agente Administrativo, Nível OAG-8.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até a realização de Concurso Público.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilhinha, 1º de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 1º de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 369, de 1º de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 369, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011.

NOMEIA, POR CONCURSO, FERNANDA MOTA MARCELINO PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NÍVEL ACS-1.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001 e seus anexos, e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO, que a servidora em questão foi classificada em 4º lugar no Concurso Público, Edital nº. 001/2009, de 28 de outubro de 2009, homologado em 22 de dezembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, por concurso, FERNANDA MOTA MARCELINO para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde, Nível ACS-1.

Art. 2º - A servidora nomeada terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

Parágrafo Único - Se a posse não se der no prazo legal, o ato de

nomeação será tornado sem efeito, e, sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 1º de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 1º de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 370, de 1º de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 370, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011.

EXONERA DO CARGO TEMPORÁRIO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE A SERVIDORA ADRIANA SCARPARI DANIEL.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora ADRIANA SCARPARI DANIEL do Cargo Temporário de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 1º de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 1º de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 371, de 04 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 371, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

NOMEIA, POR CONCURSO, ROSANGELE PAVAN SALVARO PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE NUTRICIONISTA, NÍVEL ANS-3.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001 e seus anexos, e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Nutricionista;

CONSIDERANDO, que a servidora em questão foi classificada em 2º lugar no Concurso Público, Edital nº. 001/2009, de 28 de outubro de 2009, homologado em 22 de dezembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, por concurso, ROSANGELE PAVAN SALVARO para exercer o cargo de Nutricionista, Nível ANS-3.

Art. 2º - A servidora nomeada terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

Parágrafo Único - Se a posse não se der no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 04 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 04 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 372, de 07 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 372, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

CONCEDE LICENÇA, A PEDIDO E SEM VENCIMENTOS, AO SERVIDOR RAUF JOÃO SOUZA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 78 da Lei Municipal nº. 487/1998;

CONSIDERANDO que o servidor do quadro efetivo Rauf João Souza, requereu licença sem vencimentos do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo para tratar de assuntos particulares;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida, a partir de 07 de novembro de 2011, licença, a pedido e sem vencimentos, pelo período de 02 (dois) anos, ao servidor RAUF JOÃO SOUZA do cargo de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º - Caso a licença seja cancelada, ou encerrado o prazo da licença disposto nesta Portaria, deverá o servidor retornar às suas atividades normais num prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de exoneração.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 07 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 373, de 07 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 373, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

CANCELA LICENÇA, SEM VENCIMENTOS, DO SERVIDOR EDSON LUIZ DOS SANTOS BITENCOURT.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 78 da Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998;

CONSIDERANDO que o servidor do quadro efetivo Edson Luiz dos Santos Bitencourt requereu licença sem vencimentos do cargo de Médico do PSF, com a possibilidade de, a qualquer tempo, solicitar seu cancelamento; e

CONSIDERANDO que o servidor solicitou o cancelamento da licença,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a licença sem vencimentos do servidor EDSON LUIZ DOS SANTOS BITENCOURT a partir do dia 07 de novembro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 07 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 374, de 07 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 374, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

EXONERA DO CARGO TEMPORÁRIO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE A SERVIDORA GIZIANE GONÇALVES ROCHA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora GIZIANE GONÇALVES ROCHA do Cargo Temporário de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 07 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 375, de 07 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 375, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

EXONERA DO CARGO TEMPORÁRIO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS A SERVIDORA VIVIAN DOS SANTOS MERENCIO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora VIVIAN DOS SANTOS MERENCIO do Cargo Temporário de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 07 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 376, de 07 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 376, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

EXONERA DO CARGO TEMPORÁRIO DE MÉDICO DO PSF O SERVIDOR VOLMAR GARBELOTTO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor VOLMAR GARBELOTTO do Cargo Temporário de Médico do PSF.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 07 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 377, de 07 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 377, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA GORETE DIAS FIGUEREDO PARA OCUPAR O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, NÍVEL TSA-5.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751, de 20 de setembro de 2001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação para o cargo de Agente de Serviços Gerais;

CONSIDERANDO que todos os aprovados para o cargo de Agente de Serviços Gerais - Braçal no Concurso 001/2009 já foram nomeados;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, MARIA GORETE DIAS FIGUEREDO para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível TSA-5.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até a realização de Concurso Público.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 07 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 378, de 07 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 378, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO RAFAEL DONDOSSOLA PARA OCUPAR O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, NÍVEL TSA-5.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751, de 20 de setembro de 2001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação para o cargo de Agente de Serviços Gerais;

CONSIDERANDO que todos os aprovados para o cargo de Agente de Serviços Gerais - Braçal no Concurso 001/2009 já foram

nomeados;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, temporariamente, RAFAEL DONDOSSOLA para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível TSA-5.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até a realização de Concurso Público.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 07 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 379, de 07 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 379, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO RAUF JOÃO SOUZA PARA OCUPAR O CARGO DE FISCAL DE OBRAS, NÍVEL OAG-9.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação para o cargo de Fiscal de Obras;

CONSIDERANDO que não tem lista de espera em concurso público;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, temporariamente, RAUF JOÃO SOUZA para ocupar o cargo de Fiscal de Obras, Nível OAG-9.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até a realização de Concurso Público.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 07 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 380, de 09 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 380, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2011.

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG-05, DIRETOR ADJUNTO DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, DA SERVIDORA KATIUCIA DE OLIVEIRA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 750, de 20 de setembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada, a partir do dia 09 de novembro de 2011, a Função Gratificada - FG-05, Diretor Adjunto de Escola de Educação Básica, concedida à servidora KATIUCIA DE OLIVEIRA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 09 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 381, de 09 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 381, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2011.

EXONERA DO CARGO TEMPORÁRIO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL A SERVIDORA LIZIENE DE FARIAS COLONETTE.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora LIZIENE DE FARIAS COLONETTE do Cargo Temporário de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 09 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 382, de 09 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 382, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDRESA LEANDRO VASSOLER DE SOUZA PARA OCUPAR O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NÍVEL ACS-1.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Isabel de Cesaro Cavalier que está afastada em razão de licença sem vencimentos;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, ANDRESA LEANDRO VASSOLER DE SOUZA para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde, Nível ACS-1.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver de licença sem vencimentos.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 09 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 383, de 10 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 383, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DA DIVISÃO DE TRÂNSITO O SERVIDOR ALEX CEDENIR DONATO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, e seus anexos,

CONSIDERANDO que o servidor Alex Cedenir Donato apresentou pedido de exoneração do Cargo Comissionado de Chefe da Divisão de Trânsito.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ALEX CEDENIR DONATO do Cargo Comissionado de Chefe da Divisão de Trânsito.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 10 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 384, de 10 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 384, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO TEMPORÁRIO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL A SERVIDORA RITA DE FATIMA CABRAL.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

CONSIDERANDO que a servidora Rita de Fátima Cabral apresentou pedido de exoneração do cargo temporário de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora RITA DE FATIMA CABRAL do Cargo Temporário de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 10 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 385, de 10 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 385, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

NOMEIA FISCAIS PARA ACOMPANHAMENTO DA PROVA REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ACT - ANO LETIVO DE 2012.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, Lei Municipal nº 751, de 20 de setembro de 2001, Lei nº 875, de 06 de junho de 2002, Lei nº 876, de 06 de junho de 2002 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeadas para a função de Fiscais para acompanhamento da prova referente ao processo seletivo simplificado de ACT - Ano letivo de 2012:

- a) Alessandra Luiz Beretta;
- b) Ana Cristina Casagrande Martins Mariot;
- c) Ana Lucia da Silva;
- d) Carlene da Silva Forgiarini;
- e) Daiana Candido da Silveira Minatto;
- f) Estela Forgiarini Alberton;
- g) Fabiane Venson;
- h) Fabíola Arns;
- i) Gladina Minatto;
- j) Hilda Junkes;
- k) Janaina Preis da Silva Motta;
- l) Kelly Karitiana Moro Scussel;
- m) Maria Zoleide Back;
- n) Nilva Junkes;
- o) Poliana Guisi Minatto;
- p) Rosane Gava Padoin;
- q) Rosemeri de Lucca Minatto;
- r) Sandra Helena M. Macarini;
- s) Sonia Regina Alaminini;
- t) Zilda Horr.

Art. 2º - O exercício da função de fiscal será considerado serviço público relevante sem ônus para o Município.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha, 10 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 386, de 11 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 386, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011.

CONCEDE À SERVIDORA JANETE TEIXEIRA DE OLIVEIRA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE CHEFE ADJUNTO DE SEÇÃO, FG-09.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 750, de 20 de setembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida, a partir de 1º de novembro de 2011, a função gratificada de Chefe Adjunto de Seção, FG09, à servidora JANETE TEIXEIRA DE OLIVEIRA.

Art. 2º - A servidora designada passará a perceber as vantagens da função, previstas na Lei Municipal nº. 750, de 20 de setembro de 2001 e alterações posteriores.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de novembro de 2011.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 11 de novembro de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 387, de 11 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 387, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011.
NOMEIA EVANDER ADERCI TOMAZI PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE TRÂNSITO, NÍVEL DAS-3.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado EVANDER ADERCI TOMAZI para ocupar o cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Trânsito, Nível DAS-3.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 11 de novembro de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 388, de 16 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 388, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011.
EXONERA DO CARGO TEMPORÁRIO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS A SERVIDORA EVA NELCI DA SILVA RAMOS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e

XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora EVA NELCI DA SILVA RAMOS do Cargo Temporário de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 16 de novembro de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 389, de 17 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 389, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.
EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO O SERVIDOR FABIO FERNANDES PAES.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que o servidor do quadro efetivo Fabio Fernandes Paes protocolizou pedido de exoneração do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado, a partir do dia 17 de novembro de 2011, a pedido, o servidor FABIO FERNANDES PAES do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 17 de novembro de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 17 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Ata do Edital de Tomada de Preços Nº. 112/PMF/2011

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 112/PMF/2011
TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 112/PMF/2011, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER

PROPOSTAS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA, CONSTRUÇÃO DE 01 (UM) CENTRO COMUNITÁRIO, 01 (UMA) PRAÇA DE LAZER, NO BAIRRO CIDADE ALTA, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA FNHIS - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº. 0352565-61/2011, FIRMADO JUNTO AO MINISTÉRIO DAS CIDADES, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS NA CIDADE DE FORQUILHINHA/SC.

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e oito do mês de novembro do ano de dois mil e onze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 112/PMF/2011. Abertos os trabalhos pela Presidente, Sra. Rejane Maria Loch, a mesma informou que não houve recurso acatado quanto à decisão proferida pela comissão quanto à fase de habilitação (envelope nº. 01), ata nº. 01 estando autorizado, assim, o prosseguimento do processo, abertura do envelope nº. 02 (proposta de preços). Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 - Das Propostas de Preços das licitantes TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME., SANERO CONSTRUÇÕES LTDA., ENGETON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., CONSTRUFASE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. e CARLESSI ENGENHARIA, COM. E CONST. LTDA., conforme habilitação estabelecida na Ata nº. 02, para as 14:00 horas do dia 29 de novembro de 2011, na Sala de reuniões desta Municipalidade. As empresas habilitadas serão comunicadas por FAX ou via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão. Forquilha, 28 de novembro de 2011.

REJANE MARIA LOCH
Presidente da Comissão de Licitações

RENATA PEREIRA
Secretária

JADNA COLOMBO PEREIRA
Membro

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0347/2011

DECRETO Nº 0347, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 14 da Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
07.01 - Educação Geral

12.362.0008.2.017 - Transporte Escolar do Ensino Médio
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas- Recurso 0.1.0200 (76) R\$ 10.00,00

Total R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417220101 - Cota Parte do ICMS R\$ 10.000,00

Total R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 28 DE NOVEMBRO DE 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Resolução CME Nº 004/2011

Resolução nº. 004/2011 do Conselho Municipal de Educação de Fraiburgo

O Conselho Municipal de Educação do município de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais (art. 3o, II e IV do regimento), em reunião realizada no dia 27/10/2011, RESOLVE:

Art. 1o.. Ficam aprovadas as novas grades curriculares, do ensino fundamental de 9(nove) anos, do ensino fundamental de 8(oito) anos e da Educação de Jovens e Adultos, a serem seguidas a partir do ano letivo de 2012, de acordo com os quadros abaixo especificados:

I - GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9(NOVE) ANOS

Com- po- nentes Cur- ricu- lares	Anos								
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
Língua Portuguesa	5	5	5	5	5	4	4	4	4
Matemática	5	5	5	5	5	4	4	4	4
Geografia	2	2	3	3	3	3	3	3	3
História	3	3	2	2	2	3	3	3	3
Ciências e Programas de Saúde	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Educação Física	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Língua Inglesa	X	X	X	X	X	2	2	2	2
Arte	3	3	3	3	3	2	2	2	2

Filosofia ou Teologia	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Carga Horária Semanal	25	25	25	25	25	25	25	25	25

II - GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 8(OITO) ANOS

Componentes Curriculares	Séries							
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Língua Portuguesa	5	5	5	5	4	4	4	4
Matemática	5	5	5	5	4	4	4	4
Geografia	2	2	3	3	3	3	3	3
História	3	3	2	2	3	3	3	3
Ciências e Programas de Saúde	3	3	3	3	3	3	3	3
Educação Física	3	3	3	3	3	3	3	3
Língua Inglesa	X	X	X	X	2	2	2	2
Arte	3	3	3	3	2	2	2	2
Filosofia ou Teologia	1	1	1	1	1	1	1	1
Carga Horária Semanal	25	25	25	25	25	25	25	25

III - GRADE CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE ALFABETIZAÇÃO

Língua Portuguesa
Matemática
Conhecimentos Gerais

IV - GRADE CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE 9(NOVE) ANOS

Ano	Língua Portuguesa	Matemática	História	Geografia	Ciências	Língua Inglesa	Arte	Filosofia ou Teologia	Educação Física	Total
6º	04	04	03	02	03	01	01	01	01	20
7º	04	04	03	02	03	01	01	01	01	20
8º	04	04	03	02	03	01	01	01	01	20
9º	04	04	03	02	03	01	01	01	01	20

V - GRADE CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE 8(OITO) ANOS

Série	Língua Portuguesa	Matemática	História	Geografia	Ciências	Língua Inglesa	Arte	Filosofia ou Teologia	Educação Física	Total
5ª	04	04	03	02	03	01	01	01	01	20
6ª	04	04	03	02	03	01	01	01	01	20
7ª	04	04	03	02	03	01	01	01	01	20
8ª	04	04	03	02	03	01	01	01	01	20

Art. 2o. A carga horária dos profissionais do magistério público municipal de Fraiburgo será de 20(vinte) horas semanais e 4(quatro) horas diárias, nos termos da legislação Federal, Estadual e Municipal em vigor.

§ 1º. Respeitado o interesse público, a carga horária dos profissionais do magistério poderá ser ampliada ou reduzida, com a consequente alteração da remuneração na mesma proporção.

§ 2º. A carga horária não poderá ser superior a 40 (quarenta) horas semanais, nem inferior a 12 (doze) horas semanais.

§ 3º. A fim de determinar adequação das quantidades de aulas semanais a serem prestadas pelos profissionais do magistério público municipal, especialmente para determinação da quantidade de turmas, poderá haver redução ou ampliação da carga horária, obedecidas as disposições constantes do Anexo I e II, partes integrantes da presente Resolução.

Art. 3º. Será assegurado aos servidores do magistério público municipal de Fraiburgo o período reservado a estudos, planejamento e avaliação, preparação de trabalho didático, reuniões pedagógicas, articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, inclusive intervalo de recreio, incluído na carga horária de trabalho, observando o percentual de interação com o aluno de 2/3(dois terços), sendo o restante (1/3) de horas atividades, nos termos do inciso V, do artigo 67, da Lei Federal 9394/96, Lei Federal 11.738/08 e dos Anexos I e II, partes integrantes da presente Resolução.

Parágrafo único. As horas atividades previstas neste artigo deverão obrigatoriamente ser cumpridas na unidade escolar e será incluído o período de recreio previsto no artigo 4º, desta Resolução.

Art. 4º. Para o ensino fundamental, as 4(quatro) horas diárias serão divididas em 5(cinco) aulas de 00:45 minutos cada, com 00:15 minutos de intervalo para recreio.

Parágrafo único. Para a Educação de Jovens e Adultos, no período noturno, serão 5(cinco) aulas de 00:40 minutos cada, com 00:10 minutos de intervalo para recreio.

Art. 5o. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução 005/2010, deste Conselho Municipal de Educação.

Publique-se e Registre-se.

Fraiburgo, 27 de outubro de 2011.

CONSELHEIROS:

Denilce Constantino

Maria Elizabete Olivo da Silva

Elisângela M^a. Barbosa Dalagnol

Neusa Terezinha Rossi Krüger

Sandra Cezária Ronchi Rocha

Joselita Lorencini

Nilfa de Fátima Xavier Donati

Sergio de Lorenzi

Rosa Prates

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

RESOLUÇÃO N. 004/2011 - ANEXO I - Ensino Fundamental

	Carga Horária	Hora Atividade	Aula Atividade	Total de Aulas	Turmas (1*)	Turmas (2*)	Turmas (3*)	Turmas (4*)	Turmas (5*)
Professor	40	13	14	36	36	18	12	9	-
Professor	39	13	14	35	35	-	-	-	7
Professor	38	13	13	34	34	17	-	-	-
Professor	37	12	13	33	33	-	11	-	-
Professor	36	12	13	32	32	16	-	8	-
Professor	35	12	12	31	31	-	-	-	-
Professor	34	11	12	30	30	15	10	-	6
Professor	33	11	12	29	29	-	-	-	-
Professor	31	10	11	28	28	14	-	7	-
Professor	30	10	11	27	27	-	9	-	-
Professor	29	10	10	26	26	13	-	-	-
Professor	28	9	10	25	25	-	-	-	5
Professor	27	9	10	24	24	12	8	6	-
Professor	26	9	9	23	23	-	-	-	-
Professor	25	8	9	22	22	11	-	-	-
Professor	24	8	9	21	21	-	7	-	-
Professor	22	7	8	20	20	10	-	5	4
Professor	21	7	7	19	19	-	-	-	-
Professor	20	7	7	18	18	9	6	-	-
Professor	19	6	7	17	17	-	-	-	-
Professor	18	6	6	16	16	8	-	4	-
Professor	17	6	6	15	15	-	5	-	3
Professor	16	5	6	14	14	7	-	-	-
Professor	15	5	5	13	13	-	-	-	-
Professor	13	4	4	12	12	6	4	3	-
Professor	12	4	4	11	11	-	-	-	-

Obs: A carga horária, horas atividades, aulas atividades e total de aulas, correspondem a um período SEMANAL.

* Correspondem a quantidade de aulas por disciplina aplicadas a cada turma prevista nos quadros a que se refere o artigo 1º, desta Resolução.

* Nas horas atividades estão computados o intervalo para recreio, previsto no artigo 4º, desta Resolução.

RESOLUÇÃO N. 004/2011 - ANEXO II - Educação de Jovens e Adultos

	Carga Horária	Hora Atividade	Aula Atividade	Total de Aulas	Turmas (1*)	Turmas (2*)	Turmas (3*)	Turmas (4*)	Turmas (5*)
Professor	18	6	7	18	18	9	6	-	-
Professor	17	6	7	17	17	-	-	-	-
Professor	16	5	7	16	16	8	-	4	-
Professor	15	5	6	15	15	-	5	-	3
Professor	14	5	6	14	14	7	-	-	-
Professor	13	4	5	13	13	-	-	-	-
Professor	12	4	5	12	12	6	4	3	-

Obs: A carga horária, horas atividades, aulas atividades e total de aulas, correspondem a um período SEMANAL.

* Correspondem a quantidade de aulas por disciplina aplicadas a cada turma prevista nos quadros a que se refere o artigo 1º, desta Resolução.

* Nas horas atividades estão computados o intervalo para recreio, previsto no artigo 4º, desta Resolução.

Resolução CMS Nº 008/2011

Resolução CMS nº. 008/2011

DISPÕE SOBRE AS DELIBERAÇÕES DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTE ANO, SENDO ESTA ORDINÁRIA.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971, de 03 de setembro de 2008 e no artigo 12º do Regimento Interno do Conselho,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR o Termo Aditivo de prorrogação do prazo do contrato nº. 0009/2010 de prestação de serviços no Sistema Único de Saúde - SUS da Reabilitar - Clínica de Fisioterapia e Reabilitação S/C Ltda., para o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, mantendo o teto físico e financeiro vigente;

Art. 2º - APROVAR o Plano de Ação Municipal de Vigilância Sanitária para o ano 2012;

Art. 3º - APROVAR concessão de subvenção social para o Hospital Divino Espírito Santo, para o ano de 2012, sendo o valor de R\$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais) no ano, a ser repassado em doze parcelas de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) por mês, entre os meses de janeiro a dezembro de 2012.

Fraiburgo (SC), 23 de novembro de 2011.

NILCE PINZ

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Esta resolução foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

SALIMARA CLAIR MOLIM

Secretária do Conselho Municipal de Saúde

Portaria Nº 2027/2011

PORTARIA N.º 2.027 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 31 de março de 2011 e Contrato Administrativo, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de INSTALADOR HIDRÁULICO, para atender excepcional interesse público, na área da SANEFRAI;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LINDOMAR PRATES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 423.311.109-72, contratado em caráter temporário na função de INSTALADOR HIDRÁULICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 31 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2028/2011

PORTARIA N.º 2.028 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 001 de 26 de maio de 2010 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE LEITURA E INSPEÇÃO, para atender excepcional interesse público, na SANEFRAI;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUIZ CARLOS COSTA DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 868.559.569-04, contratado em caráter temporário na função de AGENTE DE LEITURA E INSPEÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 31 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2029/2011

PORTARIA N.º 2.029 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001 de 26 de maio de 2010 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE LEITURA E INSPEÇÃO, para atender excepcional interesse público, na SANEFRAI;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de REGINALDO JOSÉ DE MELLO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 064.445.529-23, contratado em caráter temporário na função de AGENTE DE LEITURA E INSPEÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de dezembro de 2011 até 31 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2030/2011

PORTARIA N.º 2.030 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 003, de 02 de fevereiro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE OPERACIONAL, para atender excepcional interesse público, na área da SANEFRAI;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADELINO DE ASSIS MOTA RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 868.906.629-20, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 31 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2031/2011

PORTARIA N.º 2.031 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0028, de 20 de dezembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, para atender excepcional interesse público, na área da SANEFRAI;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALEXSANDRO DE VASCONCELOS IESBIK, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 057.091.299-76, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 31 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2032/2011

PORTARIA N.º 2.032 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005, de 18 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de TECNÓLOGO EM SANEAMENTO, para atender excepcional interesse público, na área da SANEFRAI;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVAN PADILHA DE GOES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 016.869.779-30, contratado em caráter temporário na função de TECNÓLOGO EM SANEAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 31 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2033/2011

PORTARIA N.º 2.033 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006, de 17 de dezembro de 2010 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE MÁQUINAS, para atender excepcional interesse público, na área da SANEFRAI;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVO PERETTI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 222.421.989-04, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 31 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2034/2011

PORTARIA N.º 2.034 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005, de 18 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de CALCETEIRO, para atender excepcional interesse público, na área da SANEFRAI;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JESUS DANILO ANTUNES LAC-CORT, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 261.992.110-49 contratado em caráter temporário na função de CALCETEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 31 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2035/2011

PORTARIA N.º 2.035 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0022, de 03 de agosto de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da SANEFRAI;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSEANA APARECIDA TOMCHAK, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 665.140.109-20 contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 31 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2036/2011

PORTARIA N.º 2.036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003, de 14 de fevereiro de 2011 e Contrato Administrativo, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE OPERACIONAL, para atender excepcional interesse público, na área da SANEFRAI;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JULIANO DE JESUS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 048.425.989-05, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 31 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2037/2011

PORTARIA N.º 2.037 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003, de 02 de fevereiro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE OPERACIONAL, para atender excepcional interesse público, na área da SANEFRAI;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LÉLIO BOTTCHEER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 141.831.969-49, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 31 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Republicação de Pregão Presencial Nº 0151/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0151/2011 - PMF

REPUBLICAÇÃO

O Município de Fraiburgo (SC), torna público a republicação do edital em epígrafe cujo objeto é aquisição de 01 (um) Veículo Novo, Fabricação Nacional, tipo VAN, para uso da Secretaria de Saúde. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:30 horas do dia 09/12/2011. Abertura: Às 10:30 horas do mesmo dia. Recursos: 9.409 - Convênio nº 13466/2011- 0 - Estado - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira e de contrapartida 1.200 - Recursos Próprios. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 24 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços Nº 0030/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0030/2011 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é contratação de empresa do ramo para construção das Quadras Esportivas para Futebol de Areia e Vôlei de Areia, no Centro, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), houve a participação da empresa, CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, não havendo recurso contra este julgamento, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇO, designado para dia 02/12/2011 às 15:00 horas.

Fraiburgo (SC), 25 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

TA 0458/2011

TERMO ADITIVO Nº 0458, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2011.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 0611/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/12/2010 a 28/02/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 23 de fevereiro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS COSTA DA SILVA

Contratado

Extrato de Edital de Notificação Nº 0001/2011EXTRATO DE EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 0001, DE 28 DE NO-
VEMBRO DE 2011.

O SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que ficam notificados todos os servidores públicos municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo de Professor, que a escolha das vagas remanescentes, nas unidades escolares de Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município de Fraiburgo, será realizada de acordo com os procedimentos estabelecidos no Edital de Notificação n. 0001/2011. Os professores efetivos terão entre os dias 05 de dezembro de 2011 e 12 de dezembro de 2011, impreterivelmente, no horário compreendido entre as 08:30 e 11:30 horas e 14:00 a 17:00 horas, para entregarem os requerimentos de vagas para mudança de unidade escolar, cientes que passarão a integrar a escolha de vagas remanescentes, de acordo com o Anexo I. A escolha de vagas será realizado no dia 15 de dezembro de 2011, a partir das 18:30 horas, diretamente na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, localizada no Paço Municipal, sito à Avenida Rio das Antas, n. 0185, Centro, Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3041.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

JUSSARA BRIDI

Diretora Geral de Coordenação Escolar

Extrato do Edital de Seleção ACT Nº 0036/2011

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0036 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

O Prefeito Municipal DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área da educação, para as funções públicas de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (Feminino) e AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (Feminino) do Quadro Geral e das Localidades de Faxinal dos Domingues, São Cristóvão, Lau Mello, X de Novembro, Pomifrai, Macieira e Faxinal dos Carvalhos. O preenchimento de vagas será para o ano letivo de 2012, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 29 de novembro de 2011 a 05 de dezembro de 2011, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), no Posto de Atendimento instalado no prédio da antiga FEAF, localizado na Rua Cruz e Souza, s/n., Centro, Fraiburgo, SC., de responsabilidade da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3041.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 172/2011

DECRETO N.º 172, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 20.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no Orçamento vigente:

10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE
15.000,00

15452312.042 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente 15.000,00
3.3.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00

12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 5.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 5.000,00
08244562.056 - Func. e Manut. do Fundo da Assistência Social 5.000,00
3.3.90.0.3.29.001001 - Aplicações Diretas 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de Novembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 29/11/2011, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Garuva

PREFEITURA

Extrato de Contrato FMAS N° 001/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO FMAS N° 001/2011

MODALIDADE: Tomada de Preços p/ Serviços FMAS n° 002/2011
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva/Fundo Municipal de Assistência Social
CONTRATADA: Hoeft & Hoeft Construções Civas Ltda

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, PARA A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA SOCIAL (CRAS), COM ÀREA DE 148,06 M², A SER EXECUTADO NA RUA EUGÊNIO AVANCI, CENTRO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 332.934 05/2010 - PROGRAMA FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CEF/PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

PRAZO: 90 (noventa) dias

VIGÊNCIA: 05/12/2011 à 04/03/2012

VALOR TOTAL: R\$ 131.479,70 (cento e trinta e um mil quatrocentos e setenta e nove Reais e setenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 25/11/2011.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Lei N.º. 3.375, de 23 de Novembro de 2011.

LEI N.º. 3.375, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

PROÍBE O CONSUMO DE CIGARROS, CIGARRILHAS, CHARUTOS, CACHIMBOS OU DE QUALQUER OUTRO PRODUTO FUMÍGENO, DERIVADO OU NÃO DO TABACO, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E CRIA AMBIENTES DE USO COLETIVO LIVRES DE TABACO.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas de proteção à saúde e de responsabilidade por dano ao consumidor para criação de ambientes de uso coletivo livres de produtos fumígenos.

Art. 2º Fica proibido no território do Município de Gaspar, em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco.

§ 1º Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos recintos de uso coletivo, total ou parcialmente fechados em qualquer dos seus lados por parede, divisória, teto ou telhado, ainda que provisórios, onde haja permanência ou circulação de pessoas.

§ 2º Para os fins desta Lei, a expressão "recintos de uso coletivo" compreende, dentre outros, os ambientes de trabalho, de estudo, de cultura, de culto religioso, de lazer, de esporte ou de entretenimento, áreas comuns de condomínios, casas de espetáculos, teatros, cinemas, bares, lanchonetes, boates, restaurantes, praças de alimentação, hotéis, pousadas, centros comerciais, bancos e similares, supermercados, açougues, padarias, farmácias e drogarias, repartições públicas, instituições de saúde, escolas, museus, bibliotecas, espaços de exposições, veículos públicos ou privados de transporte coletivo, pontos de ônibus, terminais rodoviários, viaturas oficiais de qualquer espécie e táxis.

Art. 3º Tratando-se de fornecimento de produtos e serviços, o empresário deverá cuidar, proteger e vigiar para que no local de funcionamento de sua empresa não seja praticada infração ao disposto nesta Lei.

Parágrafo único. O empresário omissor ficará sujeito às sanções previstas no artigo 56 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis na forma de seus artigos 57 a 60, sem prejuízo das sanções previstas na legislação sanitária.

Art. 4º Esta Lei não se aplica:

I - aos locais de culto religioso em que o uso de produto fumígeno faça parte do ritual;

II - às instituições de tratamento da saúde que tenham pacientes autorizados a fumar pelo médico que os assista;

III - às vias públicas e aos espaços ao ar livre;

IV - às residências; e

V - aos estabelecimentos específica e exclusivamente destinados ao consumo no próprio local de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, desde que essa condição esteja anunciada, de forma clara, na respectiva entrada.

Parágrafo único. Nos locais indicados nos incisos I, II e V deste artigo deverão ser adotadas condições de isolamento, ventilação ou exaustão do ar que impeçam a contaminação de ambientes protegidos por esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 23 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Decreto Nº 4.609, de 24 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº 4.609, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.
NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, os aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
Jorge Luis Rittner	Motorista	40h	12ª	Secretaria de Transportes e Obras
Ademir Correia	Motorista	40h	13ª	Secretaria de Transportes e Obras
Édio Luiz Espindola	Motorista	40h	14ª	Secretaria de Saúde

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de novembro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.606 de 24 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº. 4.606 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

SUBSTITUI MEMBRO REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – CMDIG.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDIG abaixo mencionado, conforme segue:

Representatividade	Novos Membros	Membros Substituídos
Aposentados de Gaspar Área Não-Governamental	Suplente: Eulina Nicoletti	Suplente: Elza Schmitt

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, alterando parcialmente os Decretos nº 4.363 de 10 de junho de 2011.

Gaspar, 24 de novembro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.608 de 24 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº. 4.608 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Substitui os membros conselheiros do órgão abaixo mencionado para comporem o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social:

Entidade Novos membros

Universidade Regional de Blumenau - FURB Titular: Márcia Cristina Sardá Espindola

Suplente: Yone Yara Pereira

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados no presente decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gaspar, 24 de novembro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Decreto Nº. 4.610, de 24 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº. 4.610, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO ABAIXO MENCIONADO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação do candidato Lauro Krick, para exercer o cargo de Motorista, nomeada pelo Decreto nº 4.593/2011, de 11 de novembro de 2011, em virtude de sua desistência expressamente manifestada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.611, de 24 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº. 4.611, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA ROSEMARLI ALBERICCI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV, da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada, a partir desta data, a vacância do cargo de provimento efetivo de Merendeira/Servente, da servidora ROSEMARLI ALBERICCI, lotada com 40 horas semanais na Secretaria de Educação, em decorrência de aposentadoria.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.582, de 24 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 2.582, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 04/2010, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE SINDICO DE LIMA JÚNIOR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 16 de dezembro de 2011, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 04/2010, instaurado para apurar a responsabilidade de SINDICO DE LIMA JÚNIOR.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de dezembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2.583, de 24 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 2.583, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA

COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº. 04/2010, INSTAURADA PARA APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, POR MEIO DO CONVÊNIO Nº. 1531/MDSSCF/2004, CUJO OBJETO ERA "REFORMA DAS CRECHES - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL TIA MARIA ELISA E CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL FÁTIMA REGINA".

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 02 de dezembro de 2011, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº. 04/2010, instaurada para apurar supostas irregularidades na administração de recursos federais repassados ao Fundo Municipal de Assistência Social, por meio do Convênio nº. 1531/MDSSCF/2004, cujo objeto era "Reforma das Creches - Centro de Desenvolvimento Infantil Tia Maria Elisa e Centro de Desenvolvimento Infantil Fátima Regina".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Aviso de Tomada de Preços Nº 171/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso de Tomada de Preços nº 171/2011

OBJETO: melhorias e ampliação da quadra de esportes da E.E.B. Ferandino Dagnoni, com cobertura da quadra. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até às 14h do dia 15/12/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 15/12/2011 às 14h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 28 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Aviso do Pregão Presencial Nº 168/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 168/2011

O OBJETO é a contratação de seguro para a frota municipal. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até às 14h do dia 12/12/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 12/12/2011 às 14h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital a partir das 12h do dia 29/11/2011 no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 28 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Aviso do Pregão Presencial Nº 169/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 169/2011

O OBJETO é a contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e vigilância patrimonial do Terminal Urbano Vereador Norberto Willy Schosslund. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 13/12/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 13/12/2011 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 24 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Guaramirim**PREFEITURA****Aviso de Licitação Nº 132/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 132/2011

Tipo : Menor Preço - Por item

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PAVER E MEIO FIO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Entrega dos Envelopes: 09/12/2011 às 14:00h

Abertura dos Envelopes: 09/12/2011 às 14:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

Guaramirim-SC, 25/11/2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO 39/2011

Objeto: Contratação de empresa, para a confecção e instalação de móveis planejados para as novas instalações das unidades de saúde dos bairros caixa d'água e corticeira.

Modalidade: Pregão Presencial Tipo: Menor Preço por Lote.

Processo de Licitação: 37/2011 - FMS.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM (SC)/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contratada: 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME.

CNPJ: 13.128.438/0001-00

Valor do Contrato: R\$: 19.440,00 (dezenove mil e quatrocentos e quarenta reais)

Data da Assinatura: 28/11/2011 Vigência 31/01/2012.

Guaramirim-SC, 28 de novembro de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste**PREFEITURA****Lei Complementar Nº 289/2011.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 289/2011.

AUTORIZA CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO À SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), faço saber a todos os habitantes de Herval d'Oeste (SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO entre o MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) e o SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, com sede à Rua Tiradentes, nº 123, centro de Joaçaba (SC), inscrita no CNPJ nº 84.591.890/0001-43, de uma área de 100,00ms2 (Cem metros quadrados), com a inscrição imobiliária nº 01.08.029.0187 e cadastro nº 3421 em nome do Município de Herval d'Oeste(SC), sem benfeitorias, pertencente a uma área maior, localizada no Loteamento Estação Luzerna em Herval d'Oeste (SC), conforme escritura pública registrada sob nº 17.241 no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba (SC).

Parágrafo único. O local exato para a construção do Reservatório de Água na área maior constante do mapa em anexo, será determinado pelo Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal em conjunto com um representante do SIMAE.

Art. 2º. O SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO utilizará o imóvel objeto desta Lei Complementar única e exclusivamente para construção do Reservatório de Água.

Art. 3º. Será gratuita a Concessão de Uso do imóvel objeto desta Lei Complementar, sendo que os investimentos com a construção, bem como as despesas com as ligações ou transferências de ligações de energia elétrica, telefone e água, e os pagamentos do respectivo consumo, ou gastos inerentes a qualquer tributo e outras despesas para a viabilização da obra, correrão à conta exclusiva do SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

Art. 4º. O prazo de Concessão de Uso de que trata a presente Lei Complementar será pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos quantos forem necessários, e o Município poderá rescindir o Termo de Concessão de Uso, se assim lhe convier, mediante notificação escrita por qualquer de suas modalidades, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem que caiba ao SIMAE qualquer tipo de indenização por quaisquer benfeitorias que tenham sido introduzidas no terreno as quais ficam definitivamente incorporadas ao mesmo.

Art. 5º. Para a construção deste Reservatório de Água, o SIMAE deverá respeitar as Normas de Proteção Ambiental, o Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Município de Herval

d'Oeste (SC) e o Ministério Público Estadual, bem como a Legislação municipal inerente ao caso.

Art. 6º. O Município de Herval d'Oeste e o SIMAE deverão celebrar o respectivo Termo de Concessão de Uso no prazo de 180 (cento e oitenta dias) contados da data de publicação desta Lei Complementar, aplicando-se como fundamentação legal o contido na Lei Orgânica do Município, Código Civil, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Art. 7º. Em caso da extinção do SIMAE, o objeto desta Lei Complementar reverterá automaticamente ao Patrimônio Municipal, inclusive com todas as benfeitorias sobre ele realizadas, não cabendo qualquer indenização.

Art. 8º. Fica vinculado a Celebração do presente Termo de Concessão de Uso a apresentação das Certidões Negativas de Débito Municipal, Estadual, Federal e da União, bem como certidões negativas do INSS e FGTS.

Art. 9º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 25 de novembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito

Lei Nº 2.901/2011.

L E I Nº 2901 /2011

"Altera o Art. 1º da Lei nº 2889/2011, de 24 de outubro de 2011, que "DÁ DENOMINAÇÃO EM VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA" e dá outras providências."

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal,

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º O Art. 1º da Lei nº 2889/2011, de 24 de outubro de 2011, que "DÁ DENOMINAÇÃO EM VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA", passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica denominada como sendo "TRAVESSA GENTIL LONGHINI", a via pública que liga a Avenida Beira Rio à Rua Dorival de Brito, no Bairro Centro, município de Herval d'Oeste, estado de Santa Catarina."

Art. 2º A "Travessa Gentil Longhini" é a constante do mapa em anexo, que fará parte integrante desta Lei.

Art. 3º Esta LEI entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste - (SC), em 25 de novembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

[illegible]

Portaria Nº 1071/2011

PORTARIA Nº. 1071/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão por Nova Habilitação Profissional, à Servidora MARIA CAROLINA PEREIRA (Matr. 2561), nascida aos 01/10/1982, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 2, Referência "B", do anexo XI, da LC 286/2011, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível - 6, Referência "A", do anexo XI, da LC 286/2011, a partir de 22 de novembro de 2011, tendo em vista a Conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu: Especialização em Gestão e Metodologia do Ensino Interdisciplinar, com fulcro no art. 30, da Lei Complementar 286/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste - (SC), em 24 de novembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Portaria DGP/SEAGP N.º 238/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 238, de 25 de novembro de 2011.

Dispõe sobre a demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2007, admitida em 26/02/2008, contrato nº 4074, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Deise Espezim Carvalho	Servente Merendeira	008.848.749-07	24/11/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 25 de novembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 239/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 239, de 25 de novembro de 2011.

Dispõe sobre a demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 01/2009, admitida em 01/07/2011, contrato nº 5885, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Cintia de Jesus	Servente Merendeira	023.683.629-32	23/11/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 25 de novembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 240/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 240, de 25 de novembro de 2011.

Dispõe sobre a admissão de Motorista Socorrista - SAMU, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Público, Edital nº 001/2010, para exercer o respectivo cargo/emprego público, conforme descrito a seguir, com remuneração proporcional consignada na legislação pertinente:

Nome	CPF	Admissão	Cargo/Emprego
Anicio Espindola de Souza	004.020.949-05	07/11/2011	Motorista Socorrista - SAMU

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de novembro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 25 de novembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 241/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 241, de 25 de novembro de 2011.
Dispõe sobre a admissão de Assistente Social, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público, Edital nº 001/2007, para exercer o respectivo cargo/emprego público, conforme descrito a seguir, com remuneração proporcional consignada na legislação pertinente:

Nome	CPF	Admissão	Cargo/Emprego
Edenisi Maria Francisco	034.089.669-82	03/11/2011	Assistente Social

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de novembro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 25 de novembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 242/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 242, de 25 de novembro de 2011.
Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2010, para exercer o respectivo cargo/emprego público, conforme descrito a seguir, com remuneração proporcional consignada na legislação pertinente:

Nome	CPF	Admissão	Cargo/Emprego
Mara dos Santos Rosa	775.374.830-00	04/11/2011	Servente Merendeira

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de novembro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 25 de novembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 243/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 243, de 25 de novembro de 2011.
Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2010, para exercer o respectivo cargo/emprego público, conforme descrito a seguir, com remuneração proporcional consignada na legislação pertinente:

Nome	CPF	Admissão	Cargo/Emprego
Maria Inês de Farias Ludmann	316.825.700-10	10/11/2011	Servente Merendeira

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de novembro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 25 de novembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 244/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 244, de 25 de novembro de 2011.
Dispõe sobre a admissão de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2010, para exercer o respectivo cargo/emprego público, conforme descrito a seguir, com remuneração proporcional consignada na legislação pertinente:

Nome	CPF	Admissão	Cargo/Emprego
Nazaré do Socorro Santos Tavares	224.513.152-53	01/11/2011	Professora

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de novembro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 25 de novembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 245/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 245, de 25 de novembro de 2011.
Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2010, para exercer o respectivo cargo/emprego público, conforme descrito a seguir, com remuneração proporcional consignada na legislação pertinente:

Nome	CPF	Admissão	Cargo/Emprego
Viviane Vieira de Souza	888.341.239-72	22/11/2011	Servente Merendeira

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de novembro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 25 de novembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 246/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 246, de 25 de novembro de 2011.
Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2010, para exercer o respectivo cargo/emprego público, conforme descrito a seguir, com remuneração proporcional consignada na legislação pertinente:

Nome	CPF	Admissão	Cargo/Emprego
Bruna Flor Soares	052.385.589-37	24/11/2011	Servente Merendeira

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de novembro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 25 de novembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 247/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 247, de 25 de novembro de 2011.
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2010, para exercer o respectivo cargo/emprego público, conforme descrito a seguir, com remuneração proporcional consignada na legislação pertinente:

Nome	CPF	Admissão	Cargo/Emprego
Luana Francisco de Souza	064.317.409-55	11/11/2011	Professora

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de novembro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 25 de novembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Iomerê

PREFEITURA

Decreto 1210/2011

DECRETO Nº. 1210 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 608/2010 de 24 de novembro de 2010, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 608/2010 de 24 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2007 Contribuição ao PASEP
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 7.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 24 de novembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1211/2011

DECRETO Nº. 1211 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011.

Suspende provisoriamente o Concurso Público previsto através do Edital nº. 002/2011 e dá providências.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Em virtude de decisão judicial proferida no processo nº 079.11.008061-9 que tramita na Segunda Vara da Comarca de Videira, fica suspenso provisoriamente o concurso público previsto através do Edital nº 002/2011, para prover as vagas existentes no quadro de funcionários da Prefeitura Municipal de Iomerê, previsto para o dia 27 de novembro de 2011, às 08h00, em Iomerê.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 25 de novembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1212/2011

DECRETO Nº. 1212 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011.

Suspende provisoriamente o Concurso Público previsto através do Edital nº. 001/2011 e dá providências.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Em virtude de decisão judicial proferida no processo nº 079.11.008061-9 que tramita na Segunda Vara da Comarca de Videira, fica suspenso provisoriamente o concurso público previsto através do Edital nº 001/2011, para prover as vagas existentes no quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, previsto para o dia 27 de novembro de 2011, às 08h00, em Iomerê.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 25 de novembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1213/2011

DECRETO Nº 1213 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

Fixa quantidade máxima de nitrogênio por proprietário de botijão de conservação no Programa de Melhoramento Genético.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 7º da Lei nº 584 de 28 de abril de 2010:

RESOLVE:

Art. 1º. Fixar para o ano de 2012 a quantidade máxima de 70 (setenta) litros de nitrogênio por proprietário de botijão de conservação de sêmen ou para terceiro que lhe preste o serviço, devendo estar devidamente cadastrado junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, referente ao Programa de Melhoramento Genético - PROMEGE na bovinocultura e amparado pela Lei nº 584 de 28 de abril de 2010.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Iomerê, 28 de novembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Irineópolis

PREFEITURA

Decreto Nº 2165/2011

Decreto nº 2165 /2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1541 de 21 de dezembro de 2010,
DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

02 - PODER EXECUTIVO

02.03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.90.00.00.00.00.0100 (8) Aplicações Direta R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0100 (12) Aplicações Direta R\$ 4.000,00

02.04 - SECRETARIA DA FAZENDA

2.004 - Manutenção da Secretaria da Fazenda

3.1.90.00.00.00.00.0100 (21) Aplicações Direta R\$ 2.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0100 (25) Aplicações Direta R\$ 5.000,00

T O T A L R\$ 12.000,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO

02.03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.3.90.00.00.00.00.0100 (11) Aplicações Direta R\$ 5.000,00

02.04 - SECRETARIA DA FAZENDA

2.004 - Manutenção da Secretaria da Fazenda

3.3.90.00.00.00.00.0100 (22) Aplicações Direta R\$ 7.000,00

T O T A L R\$ 12.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 25 de novembro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de homologação 47/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 47/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2011

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatorio em epigrafe e a adjudicação da empresa: Ivanete Fatima Lerin ME - Brinquedos Parana.

Irineópolis, 25 de novembro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de contrato 125/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 125/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: Janaina dos Santos Martins Zucco

Objeto: Aquisição de Moveis e Eletrodomésticos para escolas e creches da rede Municipal de Ensino e para Secretaria da Educação.

Valor: R\$ 262,00 (Duzentos e sessenta dois reais)

Vigência - 22.11.2011 a 29.02.2012

Base Legal - Processo Licitatorio 46/2011 - Pregão Presencial nº. 26/2011

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 121/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 121/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: Dismacenter Suprimentos para Informatica Ltda.

Objeto: Aquisição de Moveis e Eletrodomésticos para escolas e creches da rede Municipal de Ensino e para Secretaria da Educação.

Valor: R\$ 4.124,00 (Quatro mil cento e vinte quatro reais)

Vigência - 22.11.2011 a 29.02.2012

Base Legal - Processo Licitatorio 46/2011 - Pregão Presencial nº. 26/2011

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 122/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 122/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: Todt Comercial Ltda - ME

Objeto: Aquisição de Moveis e Eletrodomésticos para escolas e creches da rede Municipal de Ensino e para Secretaria da Educação.

Valor: R\$ 11.693,34 (Onze mil seiscentos noventa três reais e trinta quatro centavos)

Vigência - 22.11.2011 a 29.02.2012

Base Legal - Processo Licitatorio 46/2011 - Pregão Presencial nº. 26/2011

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 123/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 123/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: Marilda Salete Luz - ME

Objeto: Aquisição de Moveis e Eletrodomésticos para escolas e creches da rede Municipal de Ensino e para Secretaria da Educação.

Valor: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais)

Vigência - 22.11.2011 a 29.02.2012

Base Legal - Processo Licitatorio 46/2011 - Pregão Presencial nº. 26/2011

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 124/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 124/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: Papelaria São Bento Ltda.

Objeto: Aquisição de Moveis e Eletrodomésticos para escolas e creches da rede Municipal de Ensino e para Secretaria da Educação.

Valor: R\$ 7.370,00 (Sete mil trezentos setenta reais)

Vigência - 22.11.2011 a 29.02.2012

Base Legal - Processo Licitatorio 46/2011 - Pregão Presencial nº. 26/2011

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 126/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 126/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: 3A Comercio de Moveis e Refrigeração Ltda. ME

Objeto: Aquisição de Moveis e Eletrodomésticos para escolas e creches da rede Municipal de Ensino e para Secretaria da Educação.

Valor: R\$ 490,00 (Quatrocentos e noventa reais)

Vigência - 22.11.2011 a 29.02.2012

Base Legal - Processo Licitatorio 46/2011 - Pregão Presencial nº. 26/2011

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 127/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 127/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: Brufa Industria e Comércio de Moveis Escolares Ltda.

Objeto: Aquisição de Moveis e Eletrodomésticos para escolas e creches da rede Municipal de Ensino e para Secretaria da Educação.

Valor: R\$ 18.358,00 (Dezoito mil trezentos cinquenta oito reais)

Vigência - 22.11.2011 a 29.02.2012

Base Legal - Processo Licitatorio 46/2011 - Pregão Presencial nº. 26/2011

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 128/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 128/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: Úrsula Waldruff - ME - Comercial Bandeirante

Objeto: Aquisição de Moveis e Eletrodomésticos para escolas e creches da rede Municipal de Ensino e para Secretaria da Educação.

Valor: R\$ 11.523,00 (Onze mil quinhentos e vinte três reais)

Vigência - 22.11.2011 a 29.02.2012

Base Legal - Processo Licitatorio 46/2011 - Pregão Presencial nº. 26/2011

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 129/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 129/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: Ivanete Fatima Lerin ME - Brinquedos Parana

Objeto: Aquisição de Kit de Parque de Metal para as Escolas e

Creches da Rede Municipal.

Valor: R\$ 22.890,00 (Vinte dois mil oitocentos e noventa reais)

Vigência - 25.11.2011 a 30.03.2012

Base Legal - Processo Licitatorio 47/2011 - Pregão Presencial nº. 27/2011

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Itaiópolis**PREFEITURA****Extrato de Contrato**

Processo Licitatório nº 45/2011 - Pregão Eletrônico nº 25/2011,

Objeto: Aquisição de um caminhão novo, zero km, ano/modelo 2011, com tração 6 x 4, com caçamba basculante. CONTRATADA: Carboni Distribuidora de Veículos Ltda. CONTRATO Nº 96/2011, VALOR TOTAL: 215.190,00. PRAZO GARANTIA: 01 (um) ano. Itaiópolis, 09/11/2011, Helio César Wendt Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato

Processo Licitatório nº 45/2011 - Pregão Eletrônico nº 25/2011,

Objeto: Aquisição de uma minicarregadeira nova, fabricação 2011, equipada com vassoura e capinadeira. CONTRATADA: Novafrota Equipamentos S.A. CONTRATO Nº 97/2011, VALOR TOTAL: 111.550,00. PRAZO GARANTIA: 01 (um) ano. Itaiópolis, 16/11/2011, Helio César Wendt Prefeito Municipal.

Itapoá**PREFEITURA****Ata de Sessão Pública**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SC

Comissão Permanente de Licitação

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2011 - CREDENCIAMENTO DE PRODUTOR RURAL, AGRICULTOR FAMILIAR, ASSOCIAÇÕES OU COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

DATA 24/11/2011 16H30MIN

Licitação/Modalidade DISPENSA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 11/2011

PROC.º 98/2011

Nº 05/2011

OBJETO:

Chamamento público visando o Credenciamento de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando posterior aquisição de Gêneros e Produtos alimentícios da Agricultura Familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1298/2011. Observado que o edital do certame foi publicado em Diário dos Municípios, mural público municipal e site do Município: www.itapoa.sc.gov.br, no dia 03/11/2011, a fim de ampla divulgação. Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram o envelope de habilitação e proposta, os quais se encontravam devidamente lacrados. Protocolaram envelope da chamada pública os seguintes agricultores rurais familiar na pessoa física a saber:

Protocolo	Nome	Data	Horário
3814	ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO	24/11/11	08:09:14
Protocolo	Nome	Data	Horário
3815	IVO CECCATO	24/11/11	08:11:06
Protocolo	Nome	Data	Horário
3816	JOSÉ DONIZETE SPECK	24/11/11	08:12:22

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SC
Comissão Permanente de Licitação

Em seguida foram abertos os envelopes dos agricultores rurais familiar, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros. Neste ato constatou-se que todos os licitantes agricultores rurais estavam de acordo com o Edital, portanto considerados **HABILITADOS**, nesta fase. Passando a fase seguinte foram abertos os Envelopes de PROPOSTA. A CPL desclassificou as propostas dos seguintes agricultores: ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO e IVO CECCATO por não atenderem as exigências do Edital no que diz respeito ao Preço de referência - Anexo I do Edital. A proposta de venda apresentada pelo Sr. ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO referente aos produtos "cebolinha verde" e "salsinha" foram cotados com preço acima do praticado em mercado, conforme anexo I do Edital, portanto desclassificada a Proposta na integra. A proposta de venda apresentada pelo Sr. IVO CECCATO referente ao produto "Polpa de fruta natural" também está com preço acima do preço referencia do Edital - Anexo I, portanto desclassificado a Proposta. A CPL abriu a Proposta do Sr. JOSÉ DONIZETE, que foi achada conforme. Portanto fica o agricultor Rural Familiar JOSÉ DONIZETE SPECK Credenciado para fornecer o seguinte item:

PRODUTOR: JOSÉ DONIZETE SPECK

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	V.UNITÁRIO	V.TOTAL
03	Banana caturra, casca amarela não completamente madura, sem pontos pretos ou amolecidos.	kg	11.000	0,75	8.250,00

TOTAL: R\$ 8.250,00

A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Ciente do licitante do resultado supra, fica o mesmo notificado e abrindo prazo de direito de recurso previsto no art. 109 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
Presidente da CPL

JOSELENE G. N. CUNHA
Membro

GABRIELA DE MELO BARBERO RODRIGUES

Membo ADOC

MARIANGELA FARIA CAFIERO
Membo ADOC

Errata da Ata Nº 64/2011.

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA DA ATA Nº 64/2011.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: Pregão nº 36/2011 - Registro de Preço nº 30/2011 - Processo nº 89/2011.

OBJETO: Aquisição de seixo de cava para recuperação e manutenção de vias públicas não pavimentadas do município de Itapoá, conforme especificações do Anexo V do Edital.

O Município de Itapoá-SC torna público que na cláusula quarta onde lê-se:

4.3 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente, mediante requisição da Secretaria Municipal de Saúde, que automaticamente deverá emitir o empenho do objeto requisitado, com entrega no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do recebimento da solicitação, nos endereços indicados na emissão da ordem de entrega do produto/pedido de material/ou ordem de serviço.

Passa a vigorar da seguinte forma:

4.3 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente, mediante requisição da Secretaria Municipal de Obras, que automaticamente deverá emitir o empenho do objeto requisitado, com entrega no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do recebimento da solicitação, nos endereços indicados na emissão da ordem de entrega do produto/pedido de material/ou ordem de serviço.

Itapoá, 28 de novembro de 2011.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial

Joaçaba

PREFEITURA

Lei Nº 4.179 de 14 de Novembro de 2011.

LEI Nº 4.179 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011.

"ALTERA ARTIGOS QUE ESPECIFICA, DA LEI Nº 2.543 DE 13 DE ABRIL DE 1998, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE TURISMO DE JOAÇABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
LEI:

Art. 1º Fica alterado o artigo 4º da Lei Nº 2.543/1998, que trata da composição do Conselho Municipal de Turismo, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º O Conselho Municipal de Turismo é composto por instituições públicas e privadas, relacionadas a seguir, as quais indicarão um titular e um suplente para representá-las:

REPRESENTANTE DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS
a) Assessoria de Turismo;

b) Assessoria de Eventos;
c) Assessoria de Comunicação;
d) Gerência de Cultura e Esportes;
d) Intendência de Agricultura;
e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável;
f) Secretaria Municipal de Educação;
g) Secretaria Municipal de Infraestrutura;
h) Vigilância Sanitária do Município.
REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL
a) Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense - ACIOC;
b) Câmara de Dirigentes Lojistas de Joaçaba - CDL;
c) Fundação de Turismo Vale do Contestado - CONTTUR;
d) Liga Independente das Escolas de Samba de Joaçaba e Herval D'Oeste - LIESJHO;
e) Rota da Amizade Convention & Visitors Bureau;
f) Sindicato do Comércio Varejista de Joaçaba - SINDILOJAS;
g) Sindicato dos Hotéis, Bares e Restaurantes;
h) Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC.

Art. 2º Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 14 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.180 de 14 de Novembro de 2011.

LEI Nº 4.180 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011.

"AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE PERMISSÃO DE USO COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO MENINO DEUS, DE BEM PATRIMONIAL, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar TERMO DE PERMISSÃO DE USO com a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO MENINO DEUS, objetivando a Permissão de Uso de um Ginásio de Esportes junto à Escola Municipal Menino Deus, de propriedade do Município - Matrícula nº 22.334 do Registro Imóveis do 1º Ofício de Joaçaba.

Parágrafo único - O imóvel destinam-se única e exclusivamente às atividades educacionais, culturais, desportivas e de lazer da comunidade.

Art. 2º O prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso é de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, se do interesse das partes.

Art. 3º. Obriga-se a entidade beneficiária a promover a manutenção e conservação do imóvel, sob pena de rescisão unilateral do Termo de Permissão, independentemente de qualquer indenização, bem como responsabilização cível e criminal.

Art. 4º. O uso do imóvel objeto da presente permissão não poderá ser transferido a terceiros, no todo ou em parte.

Art. 5º. O não cumprimento pela entidade beneficiada de qualquer condição estabelecida na presente Lei ou no Termo de Permissão, acarreta a imediata revogação deste, independente de notificação.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 14 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.181 de 14 de Novembro de 2011.

LEI Nº 4.181 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011.

"DECLARA ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO FUTSAL - APAF - QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
LEI:

Art. 1º Fica declarada entidade de Utilidade Pública A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO FUTSAL - APAF -, com sede e foro no município de Joaçaba (SC).

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 14 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.182 de 14 de Novembro de 2011.

LEI Nº 4.182 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011.

"DECLARA ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA SANTO ANTONIO DO CARAGUATÁ QUE ESPECIFICA.."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica declarada entidade de Utilidade Pública A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA SANTO ANTONIO DO CARAGUATÁ, com sede e foro no município de Joaçaba (SC).

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 14 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.183 de 14 de Novembro de 2011.

LEI Nº 4.183 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011.

cria o CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - COTRAN, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art.1º Fica criado o Conselho Municipal de Trânsito, órgão colegiado com caráter deliberativo e permanente, de composição paritária entre Instituições Públicas e Sociedade Civil Organizada, vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º O Conselho Municipal de Trânsito é, no âmbito consultivo, o órgão colegiado de planejamento, orientação e coordenação do

trânsito do Município de Joaçaba.

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Trânsito:

- I. estudar, identificar e propor normas e procedimentos de curto, médio e longo prazo visando aperfeiçoamento dos serviços de trânsito e transporte coletivo e individual de passageiros;
- II. participar da formulação da política municipal do trânsito de Joaçaba, sugerindo modificações que venham beneficiar o sistema viário municipal;
- III. acompanhar a execução dessas políticas;
- IV. coordenar audiências públicas para os projetos de impacto;
- V. emitir parecer sobre implantação destes projetos no sistema de trânsito;
- VI. promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo COTRAN;
- VII. instituir grupos de trabalho ou comissões que atuarão como órgão auxiliar do conselho;
- VIII. solicitar as indicações para o preenchimento de cargo de conselheiro, nos casos de vacância e término do mandato;
- IX. opinar sobre regulamentação da política municipal de transporte coletivo de passageiros e serviços de táxi;
- X. discutir e aprovar normas para circulação de veículos de cargas especiais ou substâncias perigosas pelas vias municipais;
- XI. zelar pelo sistema municipal de trânsito e pela observância da legislação específica;
- XII. opinar sobre consultas e questões formuladas por autoridades particulares, relativas às normas de trânsito Municipal;
- XIII. colaborar nas articulações das atividades das repartições públicas e empresas de serviços públicos e particulares, em benefício da regularidade de trânsito;
- XIV. estudar e propor medidas administrativas, técnicas e legislativas, que as relacionem com a exploração dos serviços transportes terrestres e segurança do trânsito municipal em geral;
- XV. apreciar e resolver casos que lhe forem encaminhados, fundamentando as decisões.

Art. 4º A composição do Conselho Municipal de Trânsito será de forma paritária e pelas seguintes representações:

I - ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

- a) 01 Representante da 1ª Companhia da Polícia Militar;
- b) 01 Representante da Polícia Civil;
- c) 01 Representante do Corpo de Bombeiros Militar;
- d) 01 Representante da Polícia Rodoviária Federal;
- e) 01 Representante do Departamento de Trânsito do Município de Joaçaba;
- f) 01 Representante do Departamento de Trânsito do Município de Herval D'Oeste;
- g) 01 Representante da Secretaria de Gestão Financeira do Município de Joaçaba;
- h) 01 Representante da Secretaria de Infraestrutura do Município de Joaçaba;

II - ÓRGÃOS NÃO-GOVERNAMENTAIS:

- a) 01 Representante do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos de Joaçaba;
- b) 01 Representante do Lions Clube Joaçaba Cruzeiro;
- c) 01 Representante do Rotary Club Joaçaba;
- d) 01 Representante da Associação dos Despachantes de Trânsito do Vale do Rio do Peixe;
- e) 01 Representante da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Vale do Rio do Peixe;
- f) 01 Representante da Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense - ACIOC;
- g) 01 Representante do Clube de Diretores Lojistas - CDL do

Município de Joaçaba;

h) 01 Representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

Art. 5º O Conselho Municipal de Trânsito terá sua organização e normas de funcionamento, definidas em Regimento Interno aprovado pelo do Conselho.

Art. 6º O Conselho Municipal de Trânsito terá sua diretoria formada entre seus membros, por meio de eleição direta, para o mandato de 02 (dois) anos.

Art. 7º A Diretoria do Conselho Municipal de Trânsito será formada por 03 (três) membros: Presidente, Vice-Presidente e Secretário.

I. O Presidente é a autoridade administrativa superior do Conselho, cabendo-lhe dirigir as reuniões do Plenário, convocar as reuniões do conselho e exercer a representação externa, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e as resoluções expedidas pelo órgão.

II. No caso de falta ou impedimento, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente.

III. O Secretário é a responsável pelo suporte administrativo necessário ao funcionamento do Conselho, bem como a emitir os pareceres, resoluções e redigir as atas de reuniões do conselho.

Art. 8º As atividades dos membros do Conselho Municipal de Trânsito não serão remuneradas em razão da sua relevância social.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 895 de 03 de maio de 1978 e a Lei nº 900 de 12 de junho de 1978.

JOAÇABA(SC), em 14 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.184 de 22 de Novembro de 2011.

LEI Nº 4.184 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.580/90 QUE TRATA DO PAGAMENTO DE DIÁRIAS, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
L E I :

Art. 1º Fica alterado o inciso III do artigo 2º da Lei Nº 1.580 de 20 de abril de 1990, que trata do pagamento de diárias, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

()

III - Justificativa, firmada pelo servidor e deferida pelo Secretário da Pasta, acerca da urgência e inadiabilidade, bem como da conveniência do uso de veículo particular do servidor, que ficará autorizado desde que o mesmo comprove a contratação de Seguro Total do Veículo utilizado na viagem, fornecendo inclusive a PLACA do veículo.

Art. 2º Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 22 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.185 de 22 de Novembro de 2011.

LEI Nº 4.185 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

ALTERA O ARTIGO 1º E INSERE PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTGO 14 DA LEI 3.353 DE 22.04.2005 QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
L E I :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei Municipal nº 3353 que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a outorgar em regime de CONCESSÃO, o USO DOS ESPAÇOS E BENS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), a fim da exploração publicitária, por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando da execução de obras ou serviços de construção de abrigos de passageiros de ônibus, colocação de placas indicativas de logradouros; colocação de placas indicativas de identificação de bairro e/ou comunidade rural; placas indicativas de sinalização aérea; confecção e a colocação de guarnição para a segurança de pedestres; confecção e a colocação de painéis eletrônicos com relógio e calendário; confecção e a colocação de papelarias e lixeiras; confecção e instalação de bancos para uso público; manutenção e conservação de trevos de acesso e pontes; e vasos ornamentais nas praças e logradouros municipais.

Parágrafo Único - Para as medidas padrão das placas indicativas de logradouro e de placas indicativas de identificação de bairro e/ou comunidade rural a que se refere o “caput” deste artigo, o município editará norma técnica especificando as medidas e restringindo a publicidade a ¼ (um quarto) da medida total.”

Art. 2º Fica incluído parágrafo único ao art. 14 que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14 - Para efeitos desta Lei a empresa concessionária de Uso dos Bens Públicos, repassará mensalmente ao Município, 10% (dez por cento) do total arrecadado com a exploração das obras ou serviços, que será destinado pelo Poder Concedente à entidades sem fins lucrativos, de cunho assistencial e filantrópico, devidamente constituídas e com sede administrativa no Município de Joaçaba.

Parágrafo Único - Quando a concessão tratar de placas indicativas de logradouros e de denominação de bairro e/ou comunidade rural, nos termos do art. 1º da presente lei, caberá à concessionária a confecção, afixação e a correta conservação das referidas placas, mantendo o padrão de conservação estipulado pelo Município e sua reposição pelo desgaste do tempo.”

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 22 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Decreto Nº 3.940 de 18 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº 3.940 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art 1º Fica substituída a servidora ROSÂNGELA PELICIOILLI, pelo servidor FÁBIO AUGUSTO CONTE na Representatividade da Secretaria de Gestão Financeira junto a Comissão Municipal de Servidores Funerários, de que trata o Decreto nº 3.782/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 18 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Portaria n.º 3.545

PORTARIA N.º 3.545 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

“CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). IZOLDE GUILHERMINA WIEST COMINI, Auxiliar de Creche, do Centro de Educação Infantil Mundo Encantado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). IZOLDE GUILHERMINA WIEST COMINI, Auxiliar de Creche, no Centro Educacional Infantil Clara Zomkowsky, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Resolução 01/2011 da Secretaria Municipal de Educação, publicada em 01/06/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de julho de 2010.

RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.546

PORTARIA N.º 3.546 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

“CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). ROSANA SCHAUFFLER HEBERLE, Professor Licenciatura Plena, do Centro de Educação Infantil Mundo Encantado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). ROSANA SCHAUFFLER HEBERLE, Professor Licenciatura Plena, no Centro Educacional Infantil Clara Zomkowsky, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Resolução 01/2011 da Secretaria Municipal de Educação, publicada em 01/06/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.547

PORTARIA N.º 3.547 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). LEILA CEZAR, Professor Licenciatura Plena, do Centro de Educação Infantil Mundo Encantado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). LEILA CEZAR, Professor Licenciatura Plena, no Centro Educacional Infantil Clara Zomkowsky, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Resolução 01/2011 da Secretaria Municipal de Educação, publicada em 01/06/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.548

PORTARIA N.º 3.548 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). MARIZETE ROSSANA APARECIDA BRASIL, Professor Licenciatura Plena, do Centro de Educação Infantil Mundo Encantado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). MARIZETE ROSSANA APARECIDA BRASIL, Professor Licenciatura Plena, no Centro Educacional Infantil Clara Zomkowsky, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Resolução 01/2011 da Secretaria Municipal de Educação, publicada em 01/06/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.549

PORTARIA N.º 3.549 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). MARISETE VINGLA DE MATOS SCHALY, Professor Licenciatura Plena, do Centro de Educação Infantil Mundo Encantado, com carga horária de 40 (quarenta)

horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). MARISETE VINGLA DE MATOS SCHALY, Professor Licenciatura Plena, no Centro Educacional Infantil Clara Zomkowsky, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Resolução 01/2011 da Secretaria Municipal de Educação, publicada em 01/06/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.550

PORTARIA N.º 3.550 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). LUCIANE APARECIDA NARDI, Professor Licenciatura Plena, da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). LUCIANE APARECIDA NARDI, Professor Licenciatura Plena, no Centro Educacional Infantil Clara Zomkowsky, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Resolução 01/2011 da Secretaria Municipal de Educação, publicada em 01/06/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.551

PORTARIA N.º 3.551 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). CASSIA PICCOLI, Professor Licenciatura Plena, do Centro de Educação Infantil Mundo Encantado (20 horas) e Centro de Educação Infantil Tempo de Aprender (20 horas), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). CASSIA PICCOLI, Professor Licenciatura Plena, no Centro Educacional Infantil Clara Zomkowsky, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Resolução 01/2011 da Secretaria Municipal de Educação, publicada em 01/06/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,

obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.552

PORTARIA N.º 3.552 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

“CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). PATRICIA TEREZINHA MARTINAZZO DOS SANTOS, Professor Licenciatura Plena, da Escola Municipal Menino Deus, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). PATRICIA TEREZINHA MARTINAZZO DOS SANTOS, Professor Licenciatura Plena, na Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Resolução 05/2011 da Secretaria Municipal de Educação, publicada em 25/11/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 25 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.553

PORTARIA N.º 3.553 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

“CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). TANIA REGINA PIOVESAN BORTOLUZ, Professor Licenciatura Plena, da Escola Municipal Clara Zomkowsky, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). TANIA REGINA PIOVESAN BORTOLUZ, Professor Licenciatura Plena, na Escola Municipal Frida Regensburger, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Resolução 01/2011 da Secretaria Municipal de Educação, publicada em 01/06/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 25 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.554

PORTARIA N.º 3.554 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

“CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). ANGELICA BRANDINI DEMARTINI, Professor Licenciatura Plena, da Escola Municipal Clara Zomkowsky, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). ANGELICA BRANDINI DEMARTINI, Professor Licenciatura Plena, na Escola Municipal Frida Regensburger, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Resolução 01/2011 da Secretaria Municipal de Educação, publicada em 01/06/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 25 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.555

PORTARIA N.º 3.555 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

“CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). ZELIA APARECIDA MARTINS, Professor Licenciatura Plena, da Escola Municipal Clara Zomkowsky, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). ZELIA APARECIDA MARTINS, Professor Licenciatura Plena, no Centro Educacional Roberto Trompowsky, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Resolução 01/2011 da Secretaria Municipal de Educação, publicada em 01/06/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 25 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.556

PORTARIA N.º 3.556 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

“CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). JACQUELINE SALETE BAPTISTA RIGHI, Professor Licenciatura Plena, da Escola Municipal Clara Zomkowsky, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). JACQUELINE SALETE BAPTISTA RIGHI, Professor Licenciatura Plena, no Centro Educacional Roberto Trompowsky, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a

Resolução 01/2011 da Secretaria Municipal de Educação, publicada em 01/06/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 25 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.557

PORTARIA Nº 3.557 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

"CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 68 da Lei Complementar nº 76 e Anexo III da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) ELIEGE DE BRITO PINHEIRO CHIESA, Auxiliar de Serviços Interinos, em função da nova titulação de Ensino Médio, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 68, § 1º da Lei Complementar nº 76 e Anexo III da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 25 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.558

PORTARIA Nº 3.558 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

"CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 68 da Lei Complementar nº 76 e Anexo III da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) EDNA MARIA FAGANELLO, Professor Licenciatura Plena, em função da nova titulação de Pós-Graduação, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 68, § 1º da Lei Complementar nº 76 e Anexo III da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 25 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.544

PORTARIA Nº 3.544 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

"SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição

Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. Substitui servidores indicados, para compor a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar referente ao servidor JORGE ROBERTO SEBASTIÃO, conforme Memorando 083/2011 da Secretaria Municipal de Educação, bem como documentos anexos ao processo, nos termos do Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Membro: Sonia Ap. Pertto Zabott
Substituta: Ivana de F. Silva Machado

Membro: Ires Merlo Volpato
Substituta: Debora M. Crestani Tonet

Art. 2º. Ficando a presidência desta Comissão sob a responsabilidade do primeiro indicado.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Extrato Homologação PL 41 PP 34 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 41/2011/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 41/2011/FMS, nos seguintes termos:

- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 34/2011/FMS

Objeto a contratação de empresa especializada para a fabricação e montagem de móveis sob medida, destinados à estruturação da Farmácia Municipal e do Centro de Especialidades Médicas - CEM.

- Empresas Vencedoras:

IRE IND. E COM. DE MOVEIS E TRANSP. LTDA

VALOR R\$ 46.050,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 24 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

IMPRES

Portaria Aposentadoria 090/2011 - IMPRES

PORTARIA 090/2011 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do processo nº 88, de 18 de outubro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, a GENÉSIO NUNES DE AGUIAR, inscrito no CPF sob o nº 294.884.279-49, portador do RG nº 11/R 655.924, inscrito no PASEP sob o nº 102.74329.65-1, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, lotado na Diretoria Técnica, do quadro efetivo do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, matrícula funcional nº 22, nos termos do art. 3º, da Emenda

Constitucional nº 47/2005, c/c o art. 41-A, da Lei Complementar nº 099/2005.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) da última remuneração do servidor.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 53 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2011.

Joaçaba-SC, 28 de novembro de 2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

PLASS

Extrato de Contrato

PLASS

Extrato do contrato nº 21/2011

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: CLÍNICA ALUAR DE OLIVEIRA PINTO S/C LTDA

Data: 25/11/2011

Objeto: Prestação de serviços de clínica geral

Período: um ano podendo ser renovado automaticamente por mais quatro períodos iguais e sucessivos.

Extrato de Contrato

PLASS

Extrato do contrato nº 22/2011

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: CLÍNICA RODRIGUEZ LTDA

Data: 25/11/2011

Objeto: Prestação de serviços de ginecologia e obstetrícia

Período: um ano podendo ser renovado automaticamente por mais quatro períodos iguais e sucessivos.

Extrato de Contrato

PLASS

Extrato do contrato nº 23/2011

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: CLÍNICA WESOLOSKI LTDA

Data: 25/11/2011

Objeto: Prestação de serviços de odontologia, Raio-x odontológico e ortodôntico

Período: um ano podendo ser renovado automaticamente por mais quatro períodos iguais e sucessivos.

Lages

PREFEITURA

TP 20-2011 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Lages, torna público o lançamento do Edital:

MOD	Nº	Objeto	Abertura	
			Dia	Hora
TP	20/2011 PML	Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Ampliação e Reforma do Prédio da Sede do Aeroporto Federal de Lages, com fornecimento de material.	15/12/11	16:00

A retirada do Edital obter-se-á somente na Sala de Licitações, sito à Rua Benjamin Constant nº 13, ao custo de R\$ 10,00.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 25 de novembro de 2011.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Decreto nº 048/2011

DECRETO Nº 048/2011.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa, dada pela Lei Municipal nº 1.660/2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

04.00 - Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.010 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90 - Aplicação Direta - 0.1.0018 - R\$ 120.000,00

3.1.90 - Aplicação Direta - 0.1.0019 - R\$ 80.000,00

2.010 - Manutenção da Educação Infantil

3.1.90 - Aplicação Direta - 0.1.0018 - R\$ 60.000,00

3.1.90 - Aplicação Direta - 0.1.0018 - R\$ 40.000,00

TOTAL - R\$ 300.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o crédito suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta do provável excesso de arrecadação observando a tendência do exercício no valor de R\$



300.000,00 (trezentos mil reais), distribuídos da seguinte forma:

Transferência de Recursos do FUNDEB

FUNDEB - 60% - 0.1.0018 - R\$ 180.000,00

FUNDEB - 40% - 0.1.0019 - R\$ 120.000,00

TOTAL - R\$ 300.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. e Planej.

Decreto nº 049/2011

DECRETO Nº 049/2011

ALTERA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - HORÁRIO ESPECIAL DE VERÃO.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - O horário de funcionamento de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, da FAM-LM (Fundação Ambiental Municipal de Lauro Muller) e das Unidades de Saúde do município será das 07 (sete) horas às 13 (treze) horas.

Art. 2º - A jornada de 06 (seis) horas não será aplicada ao Hospital Municipal Henrique Lage; Escolas Municipais; Centros de Educação Infantil e os serviços essenciais de coleta de lixo.

Art. 3º - A administração reserva o direito de convocar os servidores beneficiados com o novo horário, para trabalhos extraordinários assim definidos pela mesma, convocando-os com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para o Município, respeitando a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 28/11/2011.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 040/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento, publicado no mural público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. e Planej.

Decreto nº 050/2011

DECRETO Nº 050/2011

CONSTITUI COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE PARA AVALIAÇÃO DOS VALORES MÍNIMOS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam substituídos e nomeados os membros da Comissão Municipal para Levantamento e Avaliação Patrimonial, composta pelos seguintes servidores:

GUSTAVO ALVES CAMACHO : PRESIDENTE

DENIS ASSIS DA SILVA : SECRETÁRIO

ADRIANO ARAÚJO : MEMBRO

PEDRO DELFINO ANTUNES : MEMBRO

VALMIR ROSA : MEMBRO

JOSÉ ARTUR FERNANDES : MEMBRO

RICARDO FONTANELLA : MEMBRO

Art. 2º - A comissão nomeada no artigo anterior, caberá as atribuições de efetuar o levantamento e avaliação de todo o patrimônio da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em.

LAURO MÜLLER, 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento, publicado no mural público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. e Planej.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto Nº 118 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE

DECRETO Nº 118 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º, Inciso III da Lei nº 778 de 20 de Dezembro de 2010:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, na dotação com a seguinte estrutura, no limite do respectivo valor:

Classificação Código Especificação Valor

Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 3.727,24

Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 3.727,24

Função 12 Educação 3.727,24
Sub-Função 362 Ensino Médio 3.727,24
Programa 04 Educação é Tudo 3.727,24
Projeto/Atividade 2.010 Transporte Escolar - Ensino Médio 3.727,24
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 3.727,24
Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 3.727,24
Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 3.727,24
Fonte de Recurso 0.3.0022 Transferência de Convênios - Educação 3.727,24
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 3.727,24

Art. 2º - Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, na seguinte fonte e respectivo valor:

Fonte Código Valor
Transferência de Convênios - Educação 0.1.0022 3.727,24
TOTAL DO SUPERAVIT FINANCEIRO 3.727,24

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 24 de Novembro de 2011.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios dia 29/11/2011.

Pregão Presencial Nº 029/2011 FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2011-FMS.

TIPO: "Menor Preço" (por item) OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de óleo diesel comum e gasolina comum, para abastecimento da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal para o ano de 2012, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Licitação nº 029/2011. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 13 de dezembro de 2011. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 28/11/2011.

VITOR NORBERTO ALVES
Secretário Municipal da Saúde.

Pregão Presencial Nº 090/2011 PMLL
MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2011-PMLL.

TIPO: "Menor Preço" (por item) OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de óleo diesel comum e gasolina comum, para abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal para o ano de 2012, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Licitação nº 090/2011. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 16:00 (dezesseis horas), do dia 13 de dezembro de 2011. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 28/11/2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Contrato Nº 079/2011 PMLL

CONTRATO Nº 079/2011

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2011, Aditivo de Quantidade.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl nº 20, inscrito no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, através de sua Prefeita Municipal, a senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na rua Marcionildo dos Santos, 1426, bairro Corticeira, cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 75.415.075/0002-13, neste ato representado pelo senhor Aguinaldo Morais Tavares, a seguir denominada CONTRATADA, e na presença das testemunhas abaixo, Resolvem as partes de comum acordo, celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2011, na forma das Cláusulas que seguem:

Considerando, o solicitado através do Protocolo/Processo Interno nº 2510/2011, onde solicita aditivo de quantidade, para abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, até 31/12/2011;

Considerando que, o município adquiriu no ano de 2011, um caminhão traçado 6x4 para a Secretaria da Agricultura e uma Kombi para a Secretaria da Educação;

Considerando que, nenhum veículo ou máquina foi vendido para dar em contrapartida, sendo assim aumentado o gasto com combustível;

Considerando, o Decreto nº 052/2011, Decreto nº 058/2011 e Decreto nº 065/2011, "Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município de Leoberto Leal afetada por enxurradas e inundações".

Considerando que, a empresa vencedora do certame licitatório vem cumprindo com suas obrigações constantes do Contrato nº 002/2011, não constando nada que desabone sua conduta;

Considerando, os competentes pareceres do Controle Interno e da Assessoria Jurídica do Município, aprovando o aditivo.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Pregão Presencial nº 071/2010, celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2011 - Quantidade, com fulcro no art. 65, da Lei nº 8666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Primeira do Contrato nº 002/2011, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I, com seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO".

I - "O aditivo de contrato tem por objeto, o acréscimo na quantidade, conforme preconiza o inciso I, "b" do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data com o acréscimo na quantidade de 28.000 litros de óleo diesel.

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Quantidade vincula as partes ao Contrato nº 002/2011, do Processo de Licitação, Pregão Presencial nº 071/2010.

CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam mantidas as demais Cláusulas Contratuais.

CLÁUSULA QUARTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA QUINTA - PUBLICAÇÃO. Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 23 de novembro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

CONTRATANTE

AGUINALDO MORAIS TAVARES

RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

CONTRATADO

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

CPF/MF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

CPF/MF nº 005.166.179-90

Contrato Nº 080/2011 PMLL

CONTRATO Nº 080/2011

Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2011, Aditivo de Quantidade.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl nº 20, inscrito no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, através de sua Prefeita Municipal, a senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **AUTO POSTO CAMILO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sito na rua Angelo Silva, 137, bairro Centro, cidade de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 05.385.866/0001-81, neste ato representado pelo senhor Abelardo Camilo da Cunha, a seguir denominada **CONTRATADA**, e na presença das testemunhas abaixo, Resolvem as partes de comum acordo, celebrar o Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2011, na forma das Cláusulas que seguem:

Considerando, o solicitado através do Protocolo/Processo Interno nº 2510/2011, onde solicita aditivo de quantidade, para abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, até 31/12/2011;

Considerando que, o município adquiriu no ano de 2011, um caminhão traçado 6x4 para a Secretaria da Agricultura e uma Kombi para a Secretaria da Educação;

Considerando que, nenhum veículo ou máquina foi vendido para dar em contrapartida, sendo assim aumentado o gasto com combustível;

Considerando, o Decreto nº 052/2011, Decreto nº 058/2011 e Decreto nº 065/2011, "Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município de Leoberto Leal afetada por enxurradas e inundações".

Considerando que, a empresa vencedora do certame licitatório vem cumprindo com suas obrigações constantes do Contrato nº 001/2011, não constando nada que desabone sua conduta;

Considerando, os competentes pareceres do Controle Interno e da Assessoria Jurídica do Município, aprovando o aditivo.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Pregão Presencial nº 071/2010, celebrar o Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2011 - Quantidade, com fulcro no art. 65, da Lei nº 8666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Primeira do Contrato nº

001/2011, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I, com seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO".

I - "O aditivo de contrato tem por objeto, o acréscimo na quantidade, conforme preconiza o inciso I, "b" do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data com o acréscimo na quantidade de 12.600 litros de óleo diesel.

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Quantidade vincula as partes ao Contrato nº 001/2011, do Processo de Licitação, Pregão Presencial nº 071/2010.

CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam mantidas as demais Cláusulas Contratuais.

CLÁUSULA QUARTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA QUINTA - PUBLICAÇÃO. Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 23 de novembro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

CONTRATANTE

ABELARDO CAMILO DA CUNHA

AUTO POSTO CAMILO LTDA

CONTRATADO

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

CPF/MF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

CPF/MF nº 005.166.179-90

Luzerna

PREFEITURA

Lei 1017

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

LEI Nº 1017 de 22 de novembro de 2011.

"DENOMINA VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art.1º- Fica denominada de **RUA EMÍLIO SÜRVES** aquela que tem início na Rua da Limeira e término em seu final, no Município de Luzerna(SC).

Art.2º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar conhecimento da presente Lei aos órgãos municipais, estaduais e federais que possuem cadastros de logradouros públicos, para inclusão da mesma em seu banco de dados.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de novembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Decreto 1402

DECRETO Nº 1402 de 18 de novembro de 2011.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art.18 da Lei nº 945 de 30 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica anulada parcialmente ou totalmente, nas Atividades e encargos especiais abaixo discriminadas, as Modalidades de Aplicação da despesa:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

02. GABINETE DO PREFEITO

Atividade - 0201.04.122.0004.2002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 989,99

04. ASSESSORIA JURÍDICA

Atividade - 0401.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 583,99

06.SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 7.588,99

Atividade - 0602.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Fazenda

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.600,00

Encargos Especiais - 0602.28.843.0000.0016 - Pagamento de Juros, Encargos e Amortização da Dívida Fundada Interna

Categoria Econômica - 3.2.90.00.00 - Aplicações Diretas - Juros e Encargos da Dívida

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.400,00

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.10.306.0043.2036- Programa da Merenda Escolar da Educação Básica

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Atividade - 0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das Atividades do Ensino Profissionalizante

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

10. ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Atividade - 1001.22.661.0058.2051 - Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 585,00

11.SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.26.782.0067.2060 - Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Atividade - 1101.15.452.0061.2055 - Manutenção da Capela Mortuária e do Cemitério Público Municipal

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 64 - Atenção Básica R\$ 30.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 63.747,97

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as Modalidades de Aplicação das despesas atribuídas às Atividades e encargos especiais abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

02. GABINETE DO PREFEITO

Atividade - 0201.04.122.0004.2002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 989,99

04. ASSESSORIA JURÍDICA

Atividade - 0401.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 583,99

06.SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 7.588,99

Atividade - 0602.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Fazenda

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.600,00

Encargos Especiais - 0602.28.843.0000.0016 - Pagamento de Juros, Encargos e Amortização da Dívida Fundada Interna

Categoria Econômica - 4.6.90.00.00 - Aplicações Diretas - Juros e Encargos da Dívida

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.400,00

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.10.306.0043.2036 - Programa da Merenda Escolar da Educação Básica

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Atividade - 0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das Atividades do Ensino Profissionalizante

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

10. ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Atividade - 1001.22.661.0058.2051 - Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 585,00

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.26.782.0067.2060 - Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Atividade - 1101.15.452.0061.2055 - Manutenção da Capela Mortuária e do Cemitério Público Municipal

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 64 - Atenção Básica R\$ 30.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 63.747,97

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de novembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Decreto 1403

DECRETO Nº 1403 de 24 de novembro de 2011.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2011".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art. 19 da Lei nº 945 de 30 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 9.305,00 (nove mil, trezentos e cinco reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2010, apurado na Fonte 00 - Recursos Ordinários, criando a Fonte e Valor no Orçamento do Município para 2011, atribuído à Atividade:

UNIDADE GESTORA - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade - 12.1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral

Modalidade de Aplicação - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte - 0.3.00 - Recursos Ordinários R\$ 9.305,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2010.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 24 de novembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Extrato da Portaria 154/11

Portaria nº 154/11 de 21/11/11 - "Exonera a pedido servidor que especifica". (SÉRGIO DEBUS, do emprego público de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1, Classe "A", do Grupo I - Atividades de Nível Auxiliar/ANA, a partir de 21/11/2011).

Extrato da Portaria 155/11

Portaria nº 155/11 de 24/11/11 - "Designa Fiscal Técnica Sanitarista "ad hoc", atribuindo-lhe poderes de fiscalização previstos pela legislação". (VERONILDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA, Técnica de Enfermagem no Programa Saúde da Família/PSF, 40 horas semanais, contratada pela Portaria nº 130 de 01 de junho de 2009, como Fiscal Técnica Sanitarista "ad hoc", atribuindo-lhe todos os poderes de fiscalização previstos pela legislação, a partir de 24/11/11).

Extrato de Portaria 153/11

Portaria nº 153/11 de 10/11/11 - Nomeia servidor que especifica (Nomeia GILMAR MOTTA, para exercer o emprego público efetivo de Operador de Máquinas II, Trator de Esteira, Nível 07, Classe "A", da Tabela de Cargos de Provimento Efetivo/Atividades de Nível Operacional/ANO, a partir de 10 de novembro de 2011)

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº 2327 de 23 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 2327 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre convocação e realização de Audiência Pública a ser realizada pelos Poderes Executivo e Legislativo e a população massarandubense na forma que especifica

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina e o Sr. José Osnir Ronchi, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições legais e com finalidade conjunta de atendimento a interesse de toda a coletividade Massarandubense e considerando que o Deputado Federal Dr. Arlindo Chinaglia propôs à Comissão Mista que analisa o Orçamento do Governo Federal para o exercício de 2012 que os Municípios com menos de 20.000 habitantes poderão pleitear a reserva orçamentária de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para obra ou serviço, mediante apresentação de projeto e dentre áreas específicas:

DECRETA:

Art. 1º A população Massarandubense fica convocada para participar e deliberar em Audiência Pública, a ser realizada no dia 28 de Novembro de 2011, às 18h30min, no Salão da Igreja Sagrado Coração de Jesus, sito à Rua Guarani-Mirim, sobre a escolha de "obra" ou "serviço" a ser objeto de pré-projeto, com custo igual ou inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a ser apresentado à Comissão Mista do Orçamento da Câmara de Deputados Federais, em Brasília-DF.

Art. 2º O pré-projeto deverá incidir exclusivamente sobre uma obra ou serviço, atendido o limite financeiro estabelecido no artigo anterior, em uma das seguintes áreas:

I- Saúde-Básica;

II- Infraestrutura sanitária;

Art. 3º Ficam designados para coordenação dos trabalhos os

seguintes servidores:

I - do Poder Executivo:

- a) Fabiano Spézia;
- b) Maurício Prawutski.

II - do Poder Legislativo:

- a) José Osnir Ronchi;
- b) Mauro Bramorski.

Art. 4º Os coordenadores da Audiência Pública poderão instituir metodologias de trabalho para o desenvolvimento das atividades a que lhes são delegadas competências por este ato.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da Audiência Pública correrão por conta de dotações orçamentárias do corrente exercício.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 08 DE NOVEMBRO DE 2011

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

JOSÉ OSNIR RONCHI

Presidente do Poder Legislativo

Publicado no expediente na data supra.

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

Ata de Registro de Preços Nº. 11/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2011

Processo Licitatório Nº. 103/2011

Pregão Presencial Nº. 43/2011

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 10 dias de Novembro do ano de 2011, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 103/2011 - Pregão Presencial Nº. 43/2011 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS/MAQUINA (ESCAVADEIRA HIDRAULICA E TRATOR DE ESTEIRA) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE MUNICIPAL, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
FROEHLICH & FROEHLICH LTDA, neste ato representado por DENIS FROEHLICH	09.420.711/0001-90
FREEDOM LOCACAO E TRANSPORTES LTDA - EPP, neste ato representado por LUCIANO THIESEN	01.776.983/0001-15

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. CONTRATAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA

PARA PRESTACAO DE SERVIÇOS DE HORAS/MAQUINA (ESCAVADEIRA HIDRAULICA E TRATOR DE ESTEIRA) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE MUNICIPAL, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora							
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
01	FROEHLICH & FROEHLICH LTDA	ESCAVADEIRA HIDRAULICA ACIMA DE 14 TONELADAS	HO-RAS	FROEHLICH	800h	118,5300	94.824,00
02	FROEHLICH & FROEHLICH LTDA	TRATOR DE ESTEIRA COM SISTEMA HIDRAULICO PARA LAMINA DE INCLINACAO E ANGULACAO HIDRAULICAS	HO-RAS	FROEHLICH	800h	139,9000	111.920,00

Total do Fornecedor: 206.744,00 (duzentos e seis mil, setecentos e quarenta e quatro reais)

Total Geral dos Itens: 206.744,00 (duzentos e seis mil, setecentos e quarenta e quatro reais)

Fornecedor	Item/Sub	Marca	Qtde	Unid	Preço Unitario	Preço Total
165514 - FREEDOM LOCACAO E TRANSPORT	1	FREEDOM	800h	HORAS	125,00	100.000,00
165514 - FREEDOM LOCACAO E TRANSPORT	2	FREEDOM	800h	HORAS	140,00	112.000,00
119954 - FROEHLICH & FROEHLICH LTDA	1	FROEHLICH	800h	HORAS	118,53	94.824,00
119954 - FROEHLICH & FROEHLICH LTDA	2	FROEHLICH	800h	HORAS	139,90	111.920,00
Total Geral --->			418.744,00			

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 206.744,00 (DUZENTOS E SEIS MIL E SETECENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.0. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.0. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração, que será o Órgão Gerenciador da presente

Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 103/2011 - Pregão Presencial Nº.

3.2. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 103/2011 - Pregão Presencial Nº. e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.0. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.1. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

Código Dotação	Descrição
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
001	GERENCIA DE AGRICULTURA
2076	Assistência ao produtor rural
33903999000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-P.JURIDICA
10000	Recursos Ordinários
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
001	GERENCIA DE AGRICULTURA
2076	Assistência ao produtor rural
33903999000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-P.JURIDICA
10000	Recursos Ordinários

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.0. O prazo de entrega será de 02 (DOIS) dias após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.1. Local de entrega: Prefeitura Municipal, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, na cidade de Massaranduba/SC.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.0. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação

e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, ao critério da Administração.

6.1. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1. Advertência;

6.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.6 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.7. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.8. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.9. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados

no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.0. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1. Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.3 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2011, Pregão Presencial nº. 43/2011, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 10 de Novembro de 2011.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
FROELICH & FROELICH LTDA, neste ato representado por DENIS FROELICH	09.420.711/0001-90
FREEDOM LOCACAO E TRANSPORTES LTDA - EPP, neste ato representado por LUCIANO THIESEN	01.776.983/0001-15

FROELICH & FROELICH LTDA

DENIS FROELICH

Contratada

Ata de Registro de Preços Nº. 12/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2011

Processo Licitatório Nº. 105/2011

Pregão Presencial Nº. 45/2011

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 10 de Novembro do ano de 2011, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 105/2011 - Pregão Presencial Nº. 45 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE, TRUCADO, COM CAPACIDADE MINIMA DE CARGA DE 10 M3, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO, COM MOTORISTA/OPERADOR E COMBUSTIVEL, PARA TRANSPORTE DE MACADAME, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
FROELICH & FROELICH LTDA, neste ato representado por DENIS FROELICH	09.420.711/0001-90
EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA OTTOMAR LTDA ME, neste ato representado por ADILSON JOSE OTTO	82.857.764/0001-62

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE, TRUCADO, COM CAPACIDADE MINIMA DE CARGA DE 10 M3, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO, COM MOTORISTA/OPERADOR E COMBUSTIVEL, PARA TRANSPORTE DE MACADAME, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de

Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora							
Item	Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
01	FRO-EHLICH & FRO-EHLICH LTDA	CAMINHÃO CACAMBA TIPO BASCULANTE, TRUCADO, COM CAPACIDADE MINIMA DE CARGA DE 10 M3, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO, COM MOTORISTA/ OPERADOR E COMBUSTÍVEL PARA TRANSPORTE DE MACADAME	KM RODADO	FRO-EHLICH	40.000	R\$ 3,25	R\$ 130.000,00
Total do Fornecedor: 130.000,00							
Total Geral dos Itens: 130.000,00							

Fornecedor	Item	Marca	Qtde	Unid	Preço Unitário	Preço Total
124265 - EXTRACAO E COMERCIO DE AREI	1	OTTO	40.000	KM RODAD	R\$ 5,15	R\$ 206.000,00
119954 - FROEHLICH & FROEHLICH LTDA	1	FRO-EHLICH	40.000	KM RODAD	R\$ 3,25	R\$ 130.000,00
Total Geral ---> 336.000,00						

1.2. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração, que será o Órgão Gerenciador da presente

Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 105/2011 - Pregão Presencial Nº. 45.

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 105/2011 - Pregão Presencial Nº. 45 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

Código Dotação	Descrição
04	SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVICOS URBANOS
003	GERENCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM
2086	Conservação de estradas vicinais
33903974000000	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS
10000	Recursos Ordinários
04	SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVICOS URBANOS
003	GERENCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM
2086	Conservação de estradas vicinais
33903974000000	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS
10000	Recursos Ordinários

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. O prazo de entrega será de 02 (dois) dias após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.2. Local de entrega: Prefeitura Municipal, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, na cidade de Massaranduba/SC.

5.3. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, ao critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a

Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de

tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº. 105/2011, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 10 de Novembro de 2011.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
FROELICH & FROELICH LTDA, neste ato representado por DENIS FROELICH	09.420.711/0001-90
EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA OTTOMAR LTDA ME, neste ato representado por ADILSON JOSE OTTO	82.857.764/0001-62

FROELICH & FROELICH LTDA

DENIS FROELICH

Contratada

Meleiro

PREFEITURA

Decreto n.º 071/2011.

DECRETO n.º 071/2011.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.520/2011, de 25 de Novembro de 2011.

D E C R E T A

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 220.710,00 (Duzentos e vinte mil e setecentos e dez reais), nestes termos:

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO

040112365.2017 - Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (60) R\$ 12.000,00

040227812.2018 - Manutenção do Esporte e Laser

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (70) R\$ 1.500,00

040313392.2046 - Manutenção Serviços Gerais/Cultura

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (80) R\$ 3.000,00

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060115452.2043 - Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvolvimento Urbano

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (110) R\$ 80.210,00

11 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

110120606.2038 - Manutenção dos Serviços/Promoção e Extensão Rural

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (141) R\$ 7.000,00

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110301.1020 - Aquis. Área, Construção e Ampliação de Unidade de Saúde.

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (1) R\$ 26.000,00

130110301.2022 - Manutenção da Ações Básica de Saúde

3.3.71.00.00.00.00.00.0080.0 - Transferências a Consórcios Públicos (14) R\$ 18.000,00

130110301.2023 - Manutenção do Programa ESF/PACS.

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (24) R\$ 70.000,00

130110304.2025 - Manutenção da Vigilância em Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (33) R\$ 3.000,00

Total R\$ 220.710,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações parciais e totais das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO

040112361.1007 - Aquis. Área, Constr. e Ampli. de Escolas Ensino Básico

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (10) R\$ 56.000,00

040227812.2018 - Manutenção do Esporte e Laser

3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 - Transferências a Inst. Privadas s/ Fins Lucr. (71) R\$ 1.500,00

040112364.2019 - Manut.de Outros Níveis de Ensino/Especial/Superior

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (67) R\$ 10.000,00

07 - SECRET. DE AGRIC. MEIO AMB. E DESENV. ECONOMICO

07022661.2048 - Manut. Dos Serviços Gerais/Industria e Comércio

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (120) R\$ 9.000,00

11 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

110120606.2038 - Manutenção dos Serviços/Promoção e Extensão Rural

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (144) R\$ 7.000,00

12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

120116482.2051 - Manutenção do Fundo Rotativo Habitacional

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (151) R\$ 2.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (152) R\$ 40.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (154) R\$ 3.000,00

120108244.2052 - Manutenção Do Fundo Municipal de Assistência Social

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (178) R\$ 5.000,00

120108243.2053 - Manutenção do Fundo Infância e Adolescência - FIA

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (182) R\$ 8.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (184) R\$ 8.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (186) R\$ 4.000,00

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110301.2024 - Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (29) R\$ 28.000,00
 130110304.2025 - Manutenção da Vigilância em Saúde
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (34) R\$ 15.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (39) R\$ 10.000,00
 130110305.2025 - Manutenção da Vigilância em Saúde
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (35) R\$ 4.210,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (40) R\$ 5.000,00
 130110301.2026 - Manutenção de Outros Programa de Saúde
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (52) R\$ 5.000,00
 Total R\$ 220.710,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Novembro de 2011.
 JONNEI ZANETTE
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
 Secret. Adm. e Finanças.

Monte Carlo

PREFEITURA

Edital do Pregão Presencial Nº 34/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO
 AVISO DE LICITAÇÃO
 PROCESSO LICITAÇÃO Nº 69/2011
 EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2011
 REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 13:45 horas do dia 09/12/2011 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, consoante as condições estatuidas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS

DE VALOR DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO, ENGRAXE, CONserto E MONTAGENS DE PNEUS, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA PARA FROTA DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO E DE SEUS FUNDOS, COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO. INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 08:00 às 17:30:00HS. TELEFONE/FAX: (049) 3546- 0194. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 25 de novembro de 2011.
 ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
 Prefeito Municipal

Nova Trento

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços Nº 015/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA DE NOVA TRENTINO

PROCESSO Nº 106/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2011

INTERESSADO: COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2011

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de 2011, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 24/11/2011, RESOLVE registrar os preços da empresa vencedora do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a prestação de Serviços Técnicos de Calceteiro, para execução de reparos no calçamento (paralelepípedos e lajotas) e meio fio em ruas da cidade, para atender necessidades da Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento para o ano de 2012.

Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço por Item, HOMOLOGADO a classificação da empresa conforme abaixo especificada, objeto de publicação prévia no Diário Oficial dos Municípios, respectivamente:

JOSÉ CARLOS BERNARDES - ME (06.072.790.0001-05)

Item	Qtde.	Unidade	ESPECIFICAÇÃO	VI. Unit.	VI. Total
1	3.000	M²	Serviço Técnico de Calceteiro para reparo de calçamento com paralelepípedos.	12,00	36.000,00
2	3.000	M²	Serviço Técnico de Calceteiro para reparo de calçamento com Lajotas.	11,00	33.000,00
3	1.500	ML	Serviço Técnico de Calceteiro para reparo de meio fios.	6,00	9.000,00

Valor Total homologado do Licitante: R\$ 78.000,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo

assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os serviços deverão ser executados conforme a necessidade da Municipalidade, nos endereços constantes das solicitações. Após efetuada a solicitação, os serviços deverão iniciar no prazo máximo de 05 (cinco) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 24 de novembro de 2011.
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI
Pregoeiro

Palhoça

PREFEITURA

Ato Nº. 593/2011.
ATO Nº. 593/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR DAINARA ESPINDOLA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível AD-ASS-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta, com efeitos a contar de 01/11/2011.

Palhoça, SC, em 31 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Ato Nº. 594/2011.
ATO Nº. 594/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR VALMIR IRINEU CHAVES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível AD-ASS-1, Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento da Agri-cultura e Pesca, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 01/11/2011.

Palhoça, SC, em 31 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 595/2011.
ATO Nº. 595/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR DAINARA ESPINDOLA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível AD-ASS-3, Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e De-creto nº. 1.299, de 01 de agosto de 2011, com efeitos a contar de 03/11/2011.

Palhoça, SC, em 31 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 596/2011.
ATO Nº. 596/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO ALEX SANDRO FOLSTER, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível AD-ASS-1, do Quadro de Pessoal da Superintendência da Água de Palhoça, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/11/2011.

Palhoça, SC, em 31 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 597/2011
ATO Nº. 597/2011

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor VI, Nível AD-ASS-6, do Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito, da Administração Direta, com efeitos a contar de 04/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 598/2011.
ATO Nº. 598/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO EDUARDO FRECCIA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor V, Nível AD-ASS-5, Quadro de Pessoal da Secretaria de Habitação e Projetos, da Administração Direta, com efeitos a contar de 04/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 599/2011.
ATO Nº. 599/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JONATA CELSO MACHADO, do cargo de Provimento em Co-missão de Assessor V, Nível AD-ASS-5, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Finanças, da Administração Direta, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 04/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 600/2011.
ATO Nº. 600/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MARIA HELENA THIESEN PEREIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor V, Nível AD-ASS-5, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta, com efeitos a contar de 30/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 601/2011.
ATO Nº. 601/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR VANIO JOSE AMARAL, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral, Nível AD-DG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Transportes e Defesa Civil, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar 30/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 602/2011.
ATO Nº. 602/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JANAINA PEREIRA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor V, Nível AD-ASS-5, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta, com efeitos a contar de 11/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 603/2011.
ATO Nº. 603/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR FÁBIO ASSING, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível AD-ASS-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta, com efeitos a contar de 01/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 605/2011.
ATO Nº. 605/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR CHARLANA DOLORES DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível AD-ASS-1, Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.299, de 01 de agosto de 2011, com efeitos a contar de 07/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 606/2011.
ATO Nº. 606/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR CAROLINE ARAUDI, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Finanças, da Administração Direta, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 01/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 609/2011.
ATO Nº. 609/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR CAROLINE ARALDI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Asses-sor V, Nível AD-ASS-5, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Finanças, da Administração Direta, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 03/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2892/2011.

PORTARIA Nº. 2892/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSIMERE MEIRA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vão Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/10/2011 a 14/12/2011, face ao impedimento da titular Arinalda Liberato, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2894/2011.

PORTARIA Nº. 2894/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CRISTIANE GONÇALVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação In-fantil, no (a) CEI Vão Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Qua-dro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/10/2011 a 14/12/2011, face ao impedimento da titular Adileisa Cruz, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2895/2011.

PORTARIA Nº. 2895/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR SILVANA SCHLICHTING, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vão Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 21/09/2011 a 04/12/2011, face ao impedimento da titular Elaine C. F. dos Santos, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2982/2011.

PORTARIA Nº. 2982/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº. 2057/2011 do (a) servidor (a) RA-FAEL SURIS DE MELLO, admitida em Caráter Temporário, em conformidade com a Lei N.º2559, de 19 de abril de 2007, no cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, pelo período de pelo período de 05/08/2011 a 15/12/2011.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2983/2011.

PORTARIA Nº. 2983/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº. 1083/2011 do (a) servidor (a) O-NESIA MARIA RAMOS, admitida em Caráter Temporário, em conformidade com a Lei N.º2559, de 19 de abril de 2007, no cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, pelo período de pelo período de 08/08/2011 a 15/12/2011.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2984/2011.
PORTARIA Nº. 2984/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº. 0405/2011 do (a) servidor (a) TA-NIA MARIA FRAGAS VELHO, admitida em Caráter Temporário, em conformidade com a Lei N.º2559, de 19 de abril de 2007, no cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, pelo período de pelo período de 01/07/2011 a 15/12/2011.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2985/2011.
PORTARIA Nº. 2985/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº. 1568/2011 do (a) servidor (a) ANA CLAUDIA DA LUZ, admitida em Caráter Temporário, em conformidade com a Lei N.º2559, de 19 de abril de 2007, no cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, pelo período de pelo período de 03/06/2011 a 15/12/2011.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2986/2011.
PORTARIA Nº. 2986/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº. 0405/2011 do (a) servidor (a) JUSSARA C. DE LIMA PEREIRA, admitida em Caráter Temporário, em conformidade com a Lei N.º2559, de 19 de abril de 2007, no cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, pelo período de pelo período de 01/07/2011 a 15/12/2011.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2987/2011.
PORTARIA Nº. 2987/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº. 0404/2011 do (a) servidor (a) E-LEDIR ENERITA RAULINO LEITE, admitida em Caráter Temporário, em conformidade com a Lei N.º2559, de 19 de abril de 2007, no cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, pelo período de pelo período de 01/07/2011 a 15/12/2011.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2988/2011.
PORTARIA Nº. 2988/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº. 0404/2011 do (a) servidor (a) RODRIGO SANTOS DA SILVA, admitida em Caráter Temporário, em conformidade com a Lei N.º2559, de 19 de abril de 2007, no cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, pelo período de pelo período de 01/07/2011 a 15/12/2011.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2989/2011.
PORTARIA Nº. 2989/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº. 0405/2011 do (a) servidor (a) ANGELA PICKLER, admitida em Caráter Temporário, em conformidade com a Lei N.º2559, de 19 de abril de 2007, no cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, pelo período de pelo período de 01/07/2011 a 15/12/2011.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2990/2011.

PORTARIA Nº. 2990/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº. 0405/2011 do (a) servidor (a) MARIANE ROSA BARBOSA, admitida em Caráter Temporário, em conformidade com a Lei N.º2559, de 19 de abril de 2007, no cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, pelo período de pelo período de 01/07/2011 a 15/12/2011.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2991/2011.

PORTARIA Nº. 2991/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROZELIA NILMA MARTINS, matrícula nº. 800900, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2003 a 21/03/2008, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 28/10/2011 a 28/12/2011.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2992/2011.

PORTARIA Nº. 2992/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor CLAUDIO CESAR DE SOUZA, ocupante do cargo de Médico, para atuar no Centro de Especialidades Médicas - CEM, em conformidade com a Lei nº. 080/2009, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 2995/2011.

PORTARIA Nº. 2995/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adriana Campos de Souza	Professor	180	31/08/11	
Adriana da Silva Espindola	Professor	06	31/08/11	I – M 25, II – Z 5
Adriana da Silva Espindola	Professor	08	06/09/11	I – M 25, II – Z 5
Adriana da Silva Espindola	Professor	30	13/09/11	I – M 25, II – Z 5
Adriana Schriaber Cardoso	ASG	10	18/09/11	I – T 23, II – S 85
Adriana Schriaber Cardoso	ASG	05	28/09/11	I – T 23, II – S 85
Aldemir Pio Martins	Motorista	90	17/09/11	I – M 25, II – M 19
Alessandra Lidia Vanelli e Silva	Agente Administrativo Auxiliar	60	08/09/11	I – F 33-1
Amália R. Oliveira da Silveira	Enfermeira	30	14/09/11	I – Z 54-0
Ana Claudia da Luz	Professor	05	19/09/11	I – O 20
Ângela Maria Sarmiento	ASO	60	16/09/11	I – G 56, II – S 63-5
Angélica da Rosa Mauricio	Professor	15	26/08/11	I – F 43-0, II – F 32-1, III – M 75-5
Angelita Pereira	Técnico em Educação	30	19/09/11	I – Z 76-3
Antonia S. Pinto de Souza	ASG	10	19/09/11	I – M 54-5
Carla A. A. Weingartner	Assessor I	15	09/09/11	I – Z 54-0
Claudineia D. Costa Oliveira	Professor	31	12/09/11	I – F 31-9
Cleusa da Silva	Técnico em Enfermagem	10	25/08/11	I – Z 76-3
Cristiano Mario da Silva Juchowicz	Enfermeiro	05	16/09/11	I – T 07
Dayana Cardoso de Souza	Professor	07	24/08/11	I – Z 54-0, II – R 02
Dayana Cardoso de Souza	Professor	08	06/08/11	I – Z 54-0, II – R 02
Deise Coimbra	Professor	15	30/08/11	I – Z 54-0, II – I 83

Deise Sonia Luz	Professor	10	29/08/11	I – F 41-1, II – F 32-1
Desdete Enair de Menezes	ASG	15	14/09/11	I – M 75-5
Edilene Maria Martins	Professor	30	31/08/11	I – M 54, II – S 92-5
Enezita Maria C. Oliveira	Agente Administrativo I	60	12/09/11	I – M 75-1, II – M 75-5
Etelvina Maria Wagner	Agente Administrativo Auxiliar	120	08/10/11	I – F 33-2
Fabricia Z Vieira	ASG	30	02/09/11	I – Z 54-0
Flavia Coelho	ASO	15	01/10/11	I – M 75-5
Geórgia C. Medeiros Andrade	Professor	15	01/09/11	I – M 54-5
Gilberto Fagundes	Dentista	30	30/08/11	I – M 65-9
Helena Maria Rosar	Professor	60	08/09/11	I – Z 54-0
Ivoneite Pierri da Silva	Professor	07	31/08/11	
Janice Assing	Assessor	15	05/09/11	I – F 41-1
Jaqueline Severino Amaral	Técnico em Enfermagem	07	07/09/11	I – M 10
Joice Maria da Silva	ASG	120	14/09/11	I – Z 54-0
Joziani Farias P. da Silva	ASG	05	15/08/11	I – Z 76-3
Jucileia Concilia da Silva	Professor	30	20/09/11	I – Z 76-3
Karine Z. Pereira Abramaurez	ACS	05	01/09/11	I – O 20, II – M 54
Kátia dos santos K. Marques	ASG	30	11/09/11	I – Z 54-0
Larissa da Silva Lopes	Assistente Administrativo	05	05/09/11	I – M 54-2
Laurita Maria da Silva Santos	Professor	120	10/09/11	I – M 17-9, II – F 23-9
Lenir Hilta da Silva Vieira	Merendeira	06	31/08/11	I – Z 76-3
Lilian aparecida da Luz	ASG	30	14/09/11	I – J 38
Lucia Isolina da Silva	Merendeira	07	20/09/11	I – M 25-5
Luiz Laércio de Jesus	Operador de Maquinas	120	02/09/11	
Luzia Aparecida R. de Abreu	Professor	15	29/08/11	I – M 75-4
Luzia Maria Porto	ASG	90	16/09/11	I – M 75-5, II – M 17-2
Mara Regina Oliveira	Professor	10	22/08/11	I – F 34-1, II – F 41-1
Marcos Antonio Coelho	Assessor	07	18/09/11	I – S 93-4
Marcos Antonio Coelho	Assessor	05	26/09/11	I – S 93-4
Maria Angerca Mendes	ASG	90	10/09/11	I – M 52, II – M 51
Maria C. dos Santos da Silva	Professor	60	02/09/11	I – M 25-5, II – M 54-4, M 77, III – M 65-9
Maria Cristina de Souza	ASG	10	16/09/11	I – G 56-0
Maria da Graça Sá	Agente Administrativo I	30	14/09/11	I – F 33
Maria de Fátima da Silva	Professor	30	12/09/11	I – M 54-5, II – M 53-1

Maria de Lourdes F. de Matos	ASG	90	07/09/11	I – M 54-5, II – M 75-1
Maria Regina R. Camargo	Professor	14	06/09/11	I – Z 76-3
Mariana de Souza	ASG	30	06/09/11	I – Z 54-0
Marilande Paim dos Santos	Professor	120	13/09/11	I – Z 54-0
Marilande Paim dos Santos	Professor	15	29/08/11	I – Z 54-0
Marilene Rosa Martins	ASG	15	09/09/11	I – M 65-9
Marisa Alvina S. Simoniotto	Professor	07	25/08/11	I – M 54-5
Maristela Terezinha Francener	Médico	15	08/09/11	I – F 43-9
Marlove Assing Martins	Professor	60	19/09/11	I – M 75-2, II – Z 54-0
Marlucy Silveira de Souza Zacchi	Supervisora Escolar	30	04/09/11	I – F 32-1
Marta Mara Martins Batisti	ASG	15	08/09/11	I – Z 76-3
Maura Helena de Melo	Professor	16	01/09/11	I – R 10, II – F 32
Micheli Lopes	Merendeira	30	14/09/11	I – G 56-0
Miriam Pereira	Professor	13	18/09/11	I – B 01
Nilva de Farias	ASO	30	01/09/11	I – M 72, II – M 81, III – M 47
Osvaldina Francisco de Souza	ASG	19	12/09/11	I – M 75-5
Osvaldina Francisco de Souza	ASG	30	26/09/11	I – M 75-5
Regina Duarte	ASG	180	29/08/11	I – Z 33
Rivelino da Silveira	Engenheiro	90	03/08/11	I – F 20
Rosa Maria de Souza	ASG	180	09/09/11	I – Z 33
Roseli Machado	ASG	60	01/09/11	I – S 66-1, II – Z 54-0, III – S 64-1
Sonia Adriana Cardoso	ASG	15	14/09/11	I – z 76-3
Suely da Silva Dias	Professor	60	12/09/11	I – Z 54-0
Tânia Britz Soares	Professor	15	14/09/11	I – N 83-2
Terezinha Florina C. Brito	Agente Administrativo Auxiliar	30	31/08/11	I – F 33
Úrsula Matos Martins	Professor	30	09/09/11	I – Z 54-0
Vanderleia de Souza Dias	Professor	15	30/08/11	I – F 83
Vera Lucia da M. Silva	Professor	15	13/09/11	I – M 52, II – M 53-1
Vera Lucia P. Campos	ASG	60	24/08/11	I – Z 54-0
Zilma Gorete da Silva	ASG	15	04/09/11	I – Z 54-0
Zilma Gorete da Silva	ASG	60	15/09/11	I – Z 54-0

Palhoça, SC, em 10 de outubro 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
 Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2996/2011.
 PORTARIA Nº. 2996/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora MARZIA NEUSA OCAMPOS, matrícula nº. 801077, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 04, item 03.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 05/10/2011, de acordo com às fo-lhas 06.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2997/2011.

PORTARIA Nº. 2997/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63, 64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ROCELITO SOUZA COELHO, matrícula nº. 800855, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultu-ra, a Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 02, item 03.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 14/09/2011, de acordo com às fo-lhas 12.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2998/2011.

PORTARIA Nº. 2998/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63, 64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora VALDESIA DE ESPINDOLA, matrícula nº. 800779, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultu-ra, a Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 11, item 03.

Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 14/09/2011, de acordo com às folhas 12.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2999/2011.

PORTARIA Nº. 2999/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63, 64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora IVANIA MARIA SOARES, matrícula nº. 800636, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, a Ad-ministração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 02, item 03.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 21/09/2011, de acordo com às fo-lhas 12.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3000/2011.

PORTARIA Nº. 3000/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63, 64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora SANDRA SCHMIDT WAGNER, matrícula nº. 800566, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultu-ra, a Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 04, item 03.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 09/10/2011, de acordo com às folhas 14.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3001/2011.
PORTARIA Nº. 3001/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora CRISTINA DA SILVA ALVES, matrícula nº. 800583, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 05, item 03.

Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 28/09/2011, de acordo com às folhas 06.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3002/2011.
PORTARIA Nº. 3002/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora HELLEN KULKAMP, matrícula nº. 400351, titular do cargo de ADE, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 06, item 03.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 28/09/2011, de acordo com às folhas 07.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3004/2011.
PORTARIA Nº. 3004/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO AMANDA V. H. MACHADO DUTRA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, com efeitos a partir de 01/11/2011.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3005/2011.
PORTARIA Nº. 3005/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO TIFFANY FLORIANO DE ANDRADE, para o-cupar o cargo da categoria funcional de Bioquímico, com carga horária de 30 (trinta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria Municipal de Saúde, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/09, homologado em 02/02/2010, de acordo com a Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 07/11/2011.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3006/2011.
PORTARIA Nº. 3006/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o decreto nº. 1.066, de 01 de março de 2010, VERA REGINA CASCAES, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2011.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3007/2011.
PORTARIA Nº. 3007/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art. 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Paula Cristina Kloppel	20	40	15/09/2011 a 15/12/2011
Elizabete Terezinha Metz	30	40	01/09/2011 a 15/12/2011

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3008/2011.
PORTARIA Nº. 3008/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PAMELLA TURAZZI RICKEN, de a-cordo com a Lei 073, de 17 de agosto de 2009 e Decreto nº. 1138 de 01 de julho de 2010, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 120 (cento e vinte) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, pelo período de 01/10/2011 a 01/11/2011.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3009/2011.
PORTARIA Nº. 3009/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JUSSARA FÁTIMA QUADROS BOTELHO, matrícula nº. 800651, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 17/10/2003 a 17/10/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/11/2011 à 01/12/2011.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3010/2011.
PORTARIA Nº. 3010/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RONALDO ZACCHI JUNIOR, matrícula nº. 500030, titular do cargo de Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita e Regularização Fundiária da Administração Direta, de a-cordo com o Artigo 101 da Lei 991/2000, referente ao quinquênio de 25/06/2003 a 25/06/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 16/11/2011 à 16/12/2011.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 3011/2011.
PORTARIA Nº. 3011/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO da servidora MARIA GORETI DOS PASSOS FABRE, matrícula nº. 800827, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 07 (sete) anos, 07 (sete) meses e 13 (treze) dias, de acordo com artigo 180, 181, 182 da lei nº. 096, de 15 de janeiro 2010, conforme certidão fornecida pelo INSS as folhas 02, com efeitos a contar de 13/09/2011.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3013/2011.
PORTARIA Nº. 3013/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DOLÁRIO WARMILING, matrícula nº. 500444, titular do cargo de Operador de Máquinas, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento de Agricultura e da Pesca, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 05/06/1995 a 05/06/2000, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 31/10/2011 à 31/11/2011.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 3015/2011.
PORTARIA Nº. 3015/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para WANICE PIERRI, matrícula nº. 300215, titular do cargo de Agente Administrativo I, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, Finanças e Orçamento, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 10/01/2002 a 10/01/2007, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 24/10/2011 à 24/11/2011.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 3016/2011.
PORTARIA Nº. 3016/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSE MARIA MAY ANTUNES, matrícula nº. 400010, titular do cargo de Bioquímico, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 06/07/1999 a 06/07/2004, por 01 (um) mês, referente ao quinquênio de 06/07/2004 a 06/07/2009, por 01 (um) mês com efeitos a contar de 01/12/2011 à 01/02/2012.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 3017/2011.
PORTARIA Nº. 3017/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE NOMEAR:

Artigo 1º. Ficam nomeados para exercer o cargo de Membros do Conselho Municipal do Con-tribuinte, de acordo com a Lei Complementar 025/2005 e artigo 6º. § 2º. da Lei nº. 2.771, de 31 de janeiro de 2008.

Conselheiros Titulares:

Josué da Silva Mattos, como Presidente do Conselho do Contribuinte;
Neidlen Hohensee Henrique (Assessora Iv), como Secretária do Conselho;
Geórgia Batista Martins (Fiscal de Tributos), representante do município;
Eunice Batista Martins (Fiscal de Tributos), representante do município;

Luiz Otávio Baach, representante da CDL de Palhoça;
Jairo Nadir Pereira, representante do Núcleo de Contadores de Palhoça.

Conselheiros Suplentes:

Mayara Catarina de Oliveira (Fiscal de Tributos), representante suplente do município;
Odilon Pedro Farias (Fiscal de Tributos), representante suplente do município;
Raquel Schmidt (Fiscal de Tributos), representante suplente do município;
Arlete Kuhnem, representante suplente da CDL de Palhoça;
Marlene Terezinha Mattos, representante suplente do Núcleo de Contadores de Palhoça;

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor em 01 de outubro de 2011.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 3018/2011.
PORTARIA Nº. 3018/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SABRINA DERLANDE DA ROSA, de acordo com a Lei 073, de 17 de agosto de 2009 e Decreto nº. 1138 de 01 de julho de 2010, para ocupar o cargo de Agente Administrativo II, com 120 (cento e vinte) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva - CENTRI, pelo período de 01/10/2011 a 31/12/2011.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3019/2011.
PORTARIA Nº. 3019/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, RO-BERTA CATIUSCA JAKOBY, matrícula nº. 128275, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2011.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3020/2011.
PORTARIA Nº. 3020/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, FLÁVIA CRISTINA SEBOLD, matrícula nº. 128395, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2011.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3021/2011.
PORTARIA Nº. 3021/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, RO-DRIGUES FAGUNDES, matrícula nº. 128379, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2011.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3022/2011.
PORTARIA Nº. 3022/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora PAULO HENRIQUE PEDROSO TRINDADE, Matrícula nº. 801643, ocupante da categoria funcional de Professor de Educação Especial, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o GE Professora Terezinha Maria Espindola Martins, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3023/2011.
PORTARIA Nº. 3023/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora DAIANE CAROLINE FERNANDES, Matrícula nº. 801840, ocupante da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o CEI Aprender Brincando, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3024/2011.
PORTARIA Nº. 3024/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora MICHELLE DE SOUZA, Matrícula nº. 801809, ocupante da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o CEI Vida Melhor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3025/2011.
PORTARIA Nº. 3025/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR NOMENCLATURA da Função de Confiança da servidora MARLI DE SÁ FEI-TOSA, do Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Direta desta Prefeitura, que deverá ser de Diretor do Meio Ambiente de acordo com o Decreto nº. 1320, de 11 de outubro 2011.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 3026/2011.
PORTARIA Nº. 3026/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DAYANA EBERT, do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, do CEN-TRI - de acordo com a Lei 073, de 17 de agosto de 2009, a contar de 01/11/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3027/2011.

PORTARIA Nº. 3027/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 86, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) ARION BET GODOI, matrícula nº. 401174, titular do cargo de Assis-tente Administrativo, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3028/2011.

PORTARIA Nº. 3028/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA ESPINDOLA MARTINS, matrícula nº. 400199, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 08/05/2002 a 08/05/2007, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 12/12/2011 à 12/01/2012.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 3029/2011.

PORTARIA Nº. 3029/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso

de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JULIO CESAR MACEDO, matrícula nº. 800476, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 19/05/2000 a 19/05/2005, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 19/10/2011 à 19/12/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3030/2011.

PORTARIA Nº. 3030/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ODETE MARIA DA ANUNCIAÇÃO FRANCK, matrícula nº. 800150, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 01/08/1993 a 01/08/1998, por 01 (um) mês e re-ferente ao quinquênio de 01/08/1998 a 01/08/2003, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 24/10/2011 à 24/12/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3031/2011.

PORTARIA Nº. 3031/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SILVIA MIRANDA HAMES, matrícula nº. 190056, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 14/02/2005 a 14/02/2010, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 31/10/2011 à 31/12/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3032/2011.

PORTARIA Nº. 3032/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JACKSON FILIPE DE ABREU, do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal Secretaria Municipal de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura, a contar de 01/11/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 3034/2011.

PORTARIA Nº. 3034/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR LUIZ HENRIQUE LEONARDO PEREIRA, do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Administração da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Direta Desta Prefeitura, a contar de 01/11/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3035/2011.

PORTARIA Nº. 3035/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº. 2896/2011 do (a) servidor (a) JU-LIANA BASTOS FERREIRA, admitida em Caráter Temporário, em conformidade com a Lei N.º2559, de 19 de abril de 2007, no cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, pelo período de 19/10/2011 a 14/12/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3036/2011.

PORTARIA Nº. 3036/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº. 2904/2011 do (a) servidor (a) MI-RIAN DE CASSIA AMARAL DA SILVA OLIVEIRA, admitida em Caráter Temporário, em conformidade com a Lei N.º2559, de 19 de abril de 2007, no cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, pelo período de 23/10/2011 a 14/12/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3037/2011.

PORTARIA Nº. 3037/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR TATIANI MEDEIROS, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, com efeitos a partir de 30/11/2011.

Palhoça, SC, em 31 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3038/2011.

PORTARIA Nº. 3038/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER o servidor GILSON FURTADO, Matrícula nº. 801727, ocupante da categoria funcional de Supervisor Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Escola Básica Laurita Wagner da Silveira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3039/2011.

PORTARIA Nº. 3039/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora NATHALIE CATARINA SCHADEN CRUZ, Matrícula nº. 801646, ocupante da categoria funcional de Professor Educação Especial, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Escola Básica Neri Brasileiro Martins, do Quadro de Pes-soal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº. 04/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3040/2011.

PORTARIA Nº. 3040/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora CLAUDIA ANDREIA MEISCHEIN VIEIRA, Matrícula nº. 801635, ocupante da categoria funcional de Professor Educação Especial, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o Grupo Escolar Professora Evanda Sueli Juttel Machado, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº. 04/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3041/2011.

PORTARIA Nº. 3041/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora IRENE MICHAELS KOVALENKO, Matrícula nº. 800343, ocupante da categoria funcional de Orientador Educacional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº. 04/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3042/2011.

PORTARIA Nº. 3042/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora JADNA MARTINS, Matrícula nº. 801597, ocupante da categoria funcional de Supervisor Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Escola Básica Reinaldo Weingartner, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº. 04/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3043/2011.

PORTARIA Nº. 3043/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER o servidor JULIO CESAR MACEDO, Matrícula nº. 800476, ocupante da categoria funcional de Orientador Educacional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o Grupo Escolar Guilherme Wiertorn Filho, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº. 04/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3044/2011.

PORTARIA Nº. 3044/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora NOELI TERESINHA DA SILVA, Matrícula nº. 801726, ocupante da categoria funcional de Orientador Educacional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Escola Básica Adriana Weingartner, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº. 04/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3045/2011.
PORTARIA Nº. 3045/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora ANDREIA PEREIRA DE SOUZA, Matrícula nº. 801836, ocupante da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o CEI Criança Esperança, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº. 04/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3046/2011.
PORTARIA Nº. 3046/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora ANDREIA SILVERIO, Matrícula nº. 801836, ocupante da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o CEI Anjinho da Guarda, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº. 04/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3047/2011.
PORTARIA Nº. 3047/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora CLEIA PEREIRA, Matrícula nº. 800774, ocupante da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o CEI Vovó Maria, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº. 04/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3048/2011.
PORTARIA Nº. 3048/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora MARIA APARECIDA BERRETA, Matrícula nº. 800806, ocupante da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o CEI Santa Marta, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº. 04/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3049/2011.
PORTARIA Nº. 3049/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora SELMA ZIMERMANN DOS ANJOS, Matrícula nº. 801841, ocupante da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o CEI Nova Esperança, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº. 04/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3050/2011.
PORTARIA Nº. 3050/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora SUELI LOPES FARIAS STEINBACH, Matrícula nº. 801869, ocupante da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o CEI Criança Esperança, do Quadro de Pessoal da Secretaria

de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº. 04/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3051/2011.

PORTARIA Nº. 3051/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARIA APARECIDA SOARES, titular do cargo de Agente Co-munitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Pre-ventiva da Administração Direta, com efeitos a partir de 04/11/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3052/2011.

PORTARIA Nº. 3052/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO RENATA WEINGARTNER DE MACEDO, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, com efeitos a partir de 04/11/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3053/2011.

PORTARIA Nº. 3053/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CINTIA CRISTIANE DE MATOS, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, com efeitos a partir de 04/11/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3054/2011.

PORTARIA Nº. 3054/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LILIANE OLIVIA MORGAM DE OLIVEIRA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, com efeitos a partir de 04/11/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3055/2011.

PORTARIA Nº. 3055/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ANDREIA ALTHOFF DE PINHO, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, com efeitos a partir de 04/11/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3056/2011.

PORTARIA Nº. 3056/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO GABRIELA OLIVEIRA DA COSTA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, com efeitos a partir de 04/11/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3057/2011.
PORTARIA Nº. 3057/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO PATRICIA REGINA MACHADO FONSECA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, com efeitos a partir de 04/11/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3058/2011.
PORTARIA Nº. 3058/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ANA PAULA HOFFMANN, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Administração Direta, com efeitos a partir de 03/11/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 3059/2011.
PORTARIA Nº. 3059/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MARCELO TEODORO MARTINS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Enfermeiro, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Central da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/09, homologado em 03/12/2009, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 07/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3060/2011.
PORTARIA Nº. 3060/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso

de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DEBORA LETICIA HERMANN, matrícula nº. 128298, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/11/2011.

Palhoça, SC, em 27 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3061/2011.
PORTARIA Nº. 3061/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO TATIARA FORMIGONI DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Reinaldo Weingartner, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010 conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 03/10/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3062/2011.
PORTARIA Nº. 3062/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO DÉBORA LETÍCIA HERMANN, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Técnico Pedagógico, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Reinaldo Weingartner, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010 conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 03/10/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3063/2011.
PORTARIA Nº. 3063/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MAR-COS MOSER, matrícula nº. 128363, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a con-tar de 04/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3065/2011.
PORTARIA Nº. 3065/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO CINTIA CRISTINA MATOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Básica da Barra do Aririú, da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/09, homologado em 03/12/2009, com efeitos a contar de 07/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3066/2011.
PORTARIA Nº. 3066/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO RENATA WEINGARTNER DE MACEDO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Básica do Médio Aririú, da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/09, homologado em 03/12/2009, com efeitos a contar de 07/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3067/2011.
PORTARIA Nº. 3067/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ELIZIANE DANIELA SCHALM, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (qua-renta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Básica do Brejarú, da Ad-ministração Direta desta Prefeitura, da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/09, homologado em 03/12/2009, com efeitos a contar de 07/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3068/2011.
PORTARIA Nº. 3068/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ANGENITA DE FÁTIMA MELO KRAUTZ, pa-ra ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Básica do Médio Aririú, da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/09, homologado em 03/12/2009, com efeitos a contar de 07/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3069/2011.
PORTARIA Nº. 3069/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MARIA APARECIDA SOARES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (qua-renta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Básica do Passa Vinte, da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, admitido através de Concurso

Público Edital nº. 001/09, homologado em 03/12/2009, com efeitos a contar de 07/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3070/2011.
PORTARIA Nº. 3070/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR POR CONCURSO KAROLINE MARLENE DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Pinheira da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/09, homologado em 03/12/2009, conforme a Lei nº. 3.002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 07/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3071/2011.
PORTARIA Nº. 3071/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR POR CONCURSO GORETE DIMON, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPS - Centro de Atenção Psicossocial da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/09, homologado em 03/12/2009, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 07/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 3072/2011.
PORTARIA Nº. 3072/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR POR CONCURSO CRISTINA DE OLIVEIRA PATTUSSI, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 07/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3073/2011.
PORTARIA Nº. 3073/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR POR CONCURSO CAROLINE DA SILVA PINTO ANDRADE, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Grupo Escolar Frei Damião, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 07/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3074/2011.
PORTARIA Nº. 3074/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR POR CONCURSO ANDREIA ALTHOFF DE PINHO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Básica do Alto Aririú, da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/09, homologado em 03/12/2009, com efeitos a contar de 07/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3075/2011.
PORTARIA Nº. 3075/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO RUAN PABLO SILVA LUCIANO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde Central da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/09, homologado em 03/12/2009, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 07/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3076/2011.

PORTARIA Nº. 3076/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LILIANE OLIVIA MORGAM DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Básica da Guarda do Cubatão, da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/09, homologado em 03/12/2009, com efeitos a contar de 07/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3077/2011.

PORTARIA Nº. 3077/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO JANETE ISABEL SIMÃO LEMSER, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Básica do Central, da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/09, homologado em 03/12/2009, com efeitos a contar de 07/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3078/2011.

PORTARIA Nº. 3078/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LUCIANA SOARES FREITAS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Básica do Passa Vinte, da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/09, homologado em 03/12/2009, com efeitos a contar de 07/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3079/2011.

PORTARIA Nº. 3079/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO GABRIELA OLIVEIRA DA COSTA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Básica da Pinheira, da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/09, homologado em 03/12/2009, com efeitos a contar de 07/11/2011.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Passo de Torres

PREFEITURA

Decreto Nº 183/2011

DECRETO Nº. 183 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIO COM O ESTADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 779/2011.

Art. 1º - Abre créditos adicionais suplementares ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, abaixo discriminado, no montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), no orçamento do Exercício de 2011:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 02 - Ensino Regular

Proj./Atividade: 1.013 - AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS E VEÍCULOS
4.4.90.00.00.00.00.0122 (21) - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
Total R\$ 60.000,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá pelo excesso de arrecadação de recursos de Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Educação - Convênio nº 11.865/2011-6.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres (SC), 18 de novembro de 2011.
EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 18 de outubro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 184/2011

DECRETO Nº 184, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

"ESTABELECE O CALENDÁRIO FISCAL NO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2012".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 481, da Lei Municipal Nº 167, de 15 de Dezembro de 1995;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o Calendário Fiscal para a Cobrança de tributos municipais abaixo especificados, para o exercício de 2012, com os Seguintes Vencimentos:

I - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU:

- a) Parcela Única com desconto de 20% (vinte pôr cento) com o pagamento até 31 de Janeiro de 2012;
- b) Parcela Única com desconto de 10% (dez por cento) com pagamento até 29 de fevereiro de 2012;

b) Em 4 (quatro) parcelas, com vencimentos:

- a) Primeira Parcela até 31 de janeiro de 2012;
- b) Segunda Parcela até 29 de fevereiro de 2012;
- c) Terceira Parcela até 30 de março de 2012;
- d) Quarta Parcela até 30 de abril de 2012;

Parágrafo Único: O Parcelamento deverá respeitar o disposto no artigo 234, da Lei 167, de 15 de Dezembro e o calendário previsto no item "b", inciso I do caput do Art. 1º.

II - Imposto sobre serviços de qualquer natureza ISSQN para estabelecimento fixo:

A) Parcela Única até 31 de Janeiro do corrente ano.

III - Taxa de Licença para localização:

a) Parcela Única até 31 de Janeiro do corrente ano.

IV - Taxa de limpeza e coleta de resíduos sólidos:

a) Serão as mesmas datas do vencimento do IPTU.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua Publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 18 de novembro de 2011.
EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de novembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei Nº 1.559, de 22 de Novembro de 2011. *Republicado por incorreção

*Republicado por incorreção

LEI Nº 1.559, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A PRESENTEAR AGENTES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, A EFETUAR DESPESAS COM AS COMEMORAÇÕES NATALINAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe Poder Executivo, autorizado a presentear, com a entrega de um "brinde", consistente em uma ave congelada, os agentes públicos da Administração Direta e Indireta, abrangidos os servidores nomeados em caráter efetivo e em comissão, os contratados em caráter temporário, incluídos os agentes de saúde, os servidores estaduais que vêm desempenhando funções no Município, e os membros do Conselho tutelar da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado, através do Chefe do Poder Executivo, a realizar gastos para execução das seguintes atividades alusivas às comemorações natalinas de 2011:

I - compra de brinquedos para distribuição às crianças de 0 (zero) a 10 (dez) anos de idade, nos festejos que o Município promoverá alusivos ao natal 2011;

II - compra e distribuição de lanches e refrigerantes para cada participante dos festejos de que trata o inciso anterior;

III - compra de material e despesas com serviços de iluminação, ornamentação da cidade se despesas com ornamentação da noite natalina;

IV - prêmio concurso "melhor ornamentação residência, vitrine e empresa" alusiva ao natal 2011;

V - contratação banda musical e grupos teatrais para animação da noite natalina;

VI - alimentação dos componentes da banda musical e grupo teatral.

Parágrafo único. Os gastos para os fins do disposto nos artigos 1º e 2º desta lei ficam limitados em R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista no atual orçamento.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC, 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria N.º 254, de 01 de Novembro de 2011.

PORTARIA N.º 254, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011.

DESIGNA PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE E SECRETÁRIO DAS CÂMARAS DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 858, de 16 de dezembro de 1997, com redação dada pela Lei nº 1.364, de 07 de julho de 2009, e Lei nº 1481, de 09 de março de 2011,

Considerando o disposto no § 7º do art. 1º da Lei 858/97;

Considerando o disposto no Decreto nº 3.469, de 01 de novembro de 2011;

Considerando que as Câmaras elegeram seus respectivos presidentes,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar as seguintes pessoas para presidência, vice-presidência e secretaria do Conselho Municipal de Educação:

I - Câmara de Educação Básica:

a) Presidente: Rosângela Gallas, brasileira, ocupante do cargo efetivo de professora;

b) Vice-Presidente: Ivânia Beal Bressan, brasileira, ocupante do cargo efetivo de professora;

c) Secretário: Ademilson Antônio Einsweiler, brasileiro, cupante do cargo de diretor da Escola de Educação Básica Professora Maura de Senna Pereira

II - Câmara do FUNDEB

a) Presidente: Veronice Fritzen, brasileira, ocupante do cargo efetivo de professora;

b) Angela Maria Mazureck Rabuske, brasileira, ocupante do cargo de diretora da educação infantil do Centro Educacional Pe. Trudo Plessers.

c) Maira Mattana Mariani, brasileira, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Cadastro Geral.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto - SC, 01 de novembro de 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 261, de 22 de Novembro de 2011

PORTARIA Nº 261, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 018/2011 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão comissão de licitações, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 018/2011, modalidade TOMADA DE PREÇOS, e adjudica o objeto licitado à empresa CONSEST PRÉ MOLDADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.281.254/0001-37, referente à construção de 05 casas populares, pelo valor global de R\$ 93.803,70 (noventa e três e oitocentos e três reais e setenta centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 22 DE NOVEMBRO DE 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 043/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 043/2011 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 12/12/2011, licitação modalidade Pregão Presencial n. 043/2011, visando à aquisição de 172 (cento e setenta e duas) horas de serviço/máquina, tipo escavadeira hidráulica. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 12/12/2011, até às 09:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:30hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 044/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 044/2011

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 12/12/2011, licitação modalidade Pregão Presencial nº 044/2011. Objeto: Aquisição de Pedra Brita para a Secretaria de Transportes e Obras.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 12/12/2011, até às 14:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2011

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Aviso de Chamada Pública Nº 004/2011

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

ESTADO DE SANTA CATARINA

CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2011 PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - CONFORME LEI 11.947/2009

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 13/12/2011, seleção de proposta, visando à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura e do empreendedor familiar rural para as escolas do município.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 13/12/2011, até às 09:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 29 DE NOVEMBRO DE 2011.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Chamamento Publico 003/2011

O objeto do presente processo licitatório é o Credenciamento de Pessoas Jurídicas, para a prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames laboratoriais constantes da Tabela de Procedimentos SIA/SUS, por valores iguais aos definidos na tabela vigente, e em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

Porto União

PREFEITURA

Lei Nº 3.934/2011

LEI Nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Dispõe sobre a reorganização funcional, estabelece o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Porto União, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, insculpidas no artigo 64, Inciso III e artigo 84, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, submete à apreciação dessa Egrégia Câmara de Vereadores o seguinte PROJETO DE LEI:

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído, nos termos desta Lei, o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores Públicos ocupantes de Cargos de Provimento Efetivo da Administração Direta e Indireta do Município de Porto União, excetuados os integrantes do Magistério Público Municipal sujeitos a Lei nº 3.885, de 22 de junho de 2011.

Parágrafo único. O Regime Jurídico Municipal é o Estatutário, estabelecido pela Lei nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, e suas alterações.

Art. 2º Os princípios gerais do Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, referentes à Administração de Pessoal são os seguintes:

- I- valorização dos servidores públicos municipais, estabelecidos nesta Lei;
- II- aumento da produtividade e eficiência na prestação dos serviços públicos;
- III- profissionalização e aperfeiçoamento do servidor;
- IV- fortalecimento do sistema de mérito na função pública;
- V- conduta funcional pautada em normas éticas;
- VI- fixação da quantidade de servidores de acordo com as reais necessidades de funcionamento de cada órgão administrativo;
- VII- sistematização e consolidação das normas atinentes ao servidor público municipal.

SEÇÃO II

DOS CONCEITOS

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se:

- I- INGRESSO: exclusivamente por Concurso Público Municipal de provas ou de provas e títulos;
- II- CARREIRA: é a possibilidade de desenvolvimento e valorização individual por promoção e progressão;
- III- PLANO DE CARREIRA: conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura de classes e referências, o sistema de remuneração e o desenvolvimento dos profissionais;
- IV- CARGO PÚBLICO: é o conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor e estão organizados em grupos no plano de carreira;
- V- CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO: é o cargo provido em caráter permanente, após aprovação em concurso público municipal de provas e/ou provas e títulos;
- VI- CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO EM EXTINÇÃO – ISOLADO:

são os que integram o Quadro de Servidores porém, extinguem-se quando vagarem;

VII- FUNÇÃO: é o conjunto de atribuições que a Administração confere a cada categoria funcional, ou confere-se individualmente a determinados servidores para a execução de serviços eventuais;

VIII- GRUPO OCUPACIONAL: conjunto de cargos públicos agrupados de acordo com a formação exigida para o cargo, representados pelas siglas: GA (Grupo de Apoio), GO (Grupo Operacional), GAD (Grupo Administrativo), GTA (Grupo Técnico Administrativo), GP (Grupo Profissional) e GIE (Grupo Isolado em Extinção);

IX- QUADRO: é o conjunto de servidores pertencentes à administração direta e indireta do Município de Porto União;

X- VENCIMENTO: retribuição pecuniária devida ao servidor pelo efetivo exercício do cargo com a classe e referência em que se encontrar enquadrados, constante nos anexos I, II e III desta Lei;

XI- REMUNERAÇÃO: retribuição pecuniária devida ao servidor pelo efetivo exercício do cargo com a classe e referência em que se encontrar enquadrado, acrescida das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias estabelecidas em Lei;

XII- VANTAGEM: é o valor que integra a remuneração constituída de vantagens pecuniárias de adicionais de caráter permanente ou temporário, ou ainda Função Gratificada;

XIII- ADICIONAIS: acréscimos financeiros concedidos a título definitivo ou transitório, pela decorrência do tempo de serviço; pelo desempenho de funções especiais; pelas condições anormais em que se realiza o serviço ou em razão de condições pessoais do servidor;

XIV- FUNÇÃO GRATIFICADA: vantagem concedida ao servidor efetivo, em caráter temporário, pelo exercício de função de maior responsabilidade ou complexidade, do que aquela para a qual foi nomeado o servidor;

XV- TABELA DE VENCIMENTO: quadro onde estão estabelecidos os vencimentos devidos aos servidores;

XVI- CLASSE: é a posição horizontal, identificada por números de 01 a 15, sendo respectivamente a inicial e a final, conforme anexo I desta Lei, que corresponderá à faixa salarial ocupada pelo servidor na tabela de vencimentos, de acordo com a promoção por titulação;

XVII- REFERÊNCIA: é a posição vertical, identificada por letras de A a M, sendo respectivamente a inicial e a final, conforme anexo I desta Lei, que corresponderá à faixa salarial ocupada pelo servidor na tabela de vencimentos, de acordo com a Progressão Funcional por Desempenho e aperfeiçoamento;

XVIII- INTERSTÍCIO: é o intervalo de tempo que deve ocorrer para que o servidor possa postular as promoções e progressões constantes nesta Lei.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA DO PLANO DE CARREIRA

SEÇÃO I

DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art 4º Os cargos de provimento em comissão são aqueles constantes de Lei Municipal específica, que define o número de vagas e o vencimento, bem como são declarados de livre nomeação e exoneração de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, e são destinados às atribuições de Direção, Chefia e Assessoramento.

SEÇÃO II

DOS GRUPOS OCUPACIONAIS

Art. 5º Os cargos de provimento efetivo estão distribuídos em Grupos Ocupacionais, relacionados no Anexo II da presente Lei, organizados de acordo com a natureza profissional e o grau de escolaridade, exigidos para o cargo, conforme discriminado abaixo:

I- GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO (GA): compreende os cargos de apoio operacional exigindo-se a 4ª série do Ensino Fundamental;

II- GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL (GO): compreende os

cargos de apoio operacional exigindo-se o Ensino Fundamental completo;

III- GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO (GAD): compreende os cargos de apoio administrativo exigindo-se o Ensino Médio Completo e curso complementar para a capacitação profissional para o exercício do cargo (se for o caso);

IV- GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO (GTA): compreende os cargos que executam atividades administrativas ou técnicas, exigindo-se o Ensino Médio Completo e/ou Curso Técnico específico para o cargo que pretende desempenhar;

V- GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL (GP): compreende os cargos de alta complexidade, exigindo-se formação de Ensino Superior, com registro no órgão de classe competente, quando o exercício do cargo assim o exigir.

Art. 6º Os cargos de provimento em extinção estão no GRUPO OCUPACIONAL ISOLADO EM EXTINÇÃO (GIE), o qual compreende os cargos constantes do Anexo III, da presente Lei, e extinguem-se quando houver a respectiva vacância.

Art. 7º Para efeito do enquadramento serão utilizadas as tabelas constantes dos Anexos I a III da presente Lei.

CAPÍTULO III

DO ENQUADRAMENTO DOS PROFISSIONAIS NO PLANO

Art. 8º Os servidores já efetivos na data da promulgação desta Lei, serão enquadrados na Tabela de Vencimentos quando da implantação desta Lei, na classe correspondente à titulação que possui atualmente no quadro de pessoal, mediante apresentação de comprovantes de escolaridade à comissão específica, e na referência indicada pela seguinte contagem de tempo:

I- até 03 (três) anos – na referência “A”;

II- de 03 (três) a 09 (nove) anos – na referência “B”;

III- mais de 09 (nove) até 18 (dezoito) anos – na referência “C”;

IV- mais de 18 (dezoito) anos – na referência “D”.

§ 1º Para fins do enquadramento previsto no “caput” deste artigo, será formada Comissão Especial, nomeada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, a qual terá a responsabilidade de analisar a documentação relativa à escolaridade dos servidores.

§ 2º Os servidores efetivos na data da promulgação desta Lei, que não tenham o mínimo de escolaridade exigido para o cargo, devem ser enquadrados na classe inicial e na referência, de acordo com o tempo de serviço conforme o “caput” deste artigo.

§ 3º Os profissionais que se encontram em estágio probatório, na data da promulgação desta Lei, serão enquadrados na classe e referência iniciais do cargo para o qual prestaram concurso.

§ 4º O servidor que já contar com tempo de serviço ininterruptos na Administração Pública do Município de Porto União devidamente comprovado, deverá utilizar-se do mesmo para fins de enquadramento na referência definida nos incisos anteriores.

CAPÍTULO IV

DO PLANO DE CARREIRA

SEÇÃO I

DO DESENVOLVIMENTO

Art. 9º As possibilidades de carreira, de acordo com o respectivo cargo, estão classificadas em: Promoção Funcional por Titulação e Progressão Funcional por Aperfeiçoamento e Desempenho, conforme segue:

I- Promoção Funcional por Titulação: compreende o conjunto de Classes, indicadas pelos números de 01 a 15, na Tabela de

Vencimentos, que visa incentivar a formação e o desenvolvimento intelectual, possibilitando o desenvolvimento na carreira, de acordo com o grau de escolaridade, observada a escolaridade mínima exigida para o cargo;

II- Progressão Funcional por Desempenho e Aperfeiçoamento: compreende o conjunto de Referências, indicadas pelas letras de A a M, na tabela de vencimentos, que visa a incentivar a melhoria do desempenho e dos resultados individuais e coletivos, possibilitando o crescimento na carreira, por ocasião de avaliações e desempenho e de participação em cursos de aperfeiçoamento profissional.

SEÇÃO II DA PROMOÇÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO

Art. 10. A Promoção por Titulação é a passagem de uma classe para a outra, na mesma referência e será concedida ao servidor público estável, mediante comprovação de habilitação obtida em instituição educacional credenciada.

§ 1º A promoção funcional por titulação ocorrerá anualmente, observada a autorização legal e a disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários quando a municipalidade abrirá, através de edital, o processo de seleção.

§ 2º Será nomeada comissão especial composta por servidores do quadro de pessoal do Município, que analisará a documentação apresentada pelos servidores candidatos a Promoção Funcional por Titulação.

§ 3º A comissão que realizará o processo de Promoção por titulação prevista no parágrafo anterior, será composta por:

- I- Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura;
- II- Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade;
- III- Diretor de Recursos Humanos;
- IV- Representante do Sindicato da Classe;
- V- 01 (um) servidor efetivo representante de cada Secretaria Municipal.

§ 4º Os servidores pertencentes aos grupos ocupacional GA, GO, GAD, GTA e GIE, que irão postular promoção por titulação, deverão apresentar original do Diploma ou Histórico Escolar ou Certificado de Conclusão de Curso, acompanhadas de cópias que serão autenticadas e protocoladas pela Comissão Especial, respeitando-se a exigência mínima para o desempenho do cargo.

§ 5º Os servidores pertencentes ao grupo ocupacional GP e os cargos do Grupo Ocupacional GTA, que exigem formação técnica, que irão postular promoção por titulação, deverão apresentar o original do Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso, que deverá ter correlação com o cargo ocupado pelo candidato, acompanhadas de cópias que serão autenticadas e protocoladas pela comissão especial, podendo esta, indeferir os se o conteúdo não se relacionar as suas funções, respeitando-se a exigência mínima para o desempenho do cargo.

Art. 11. Serão considerados certificados de escolaridade:

- I- Certificado de conclusão da 4ª série do Ensino Fundamental;
- II- Certificado de conclusão do Ensino Fundamental;
- III- Certificado de conclusão do Ensino Médio completo e/ou ou Técnico;
- IV- Certificado de conclusão do Ensino Superior;
- V- Certificado de conclusão do Ensino de Pós-Graduação – Especialização;
- VI- Certificado de conclusão do Ensino de Pós-Graduação – Mestrado;
- VII- Certificado de conclusão do Ensino de Pós-Graduação – Doutorado;

VIII- Certificado de conclusão do Ensino de Pós-Graduação- Pós-Doutorado

Art. 12. Ao ingressar no quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, os servidores serão enquadrados na classe e referência iniciais do Grupo Ocupacional a que pertencem, conforme estabelecido na Tabela I e II, independente de já terem formação superior exigida para o cargo e respeitados a ordem das Classes conforme os Certificados de Escolaridade, constantes do Art. 11, desta Lei.

Art. 13. A mudança de classe se dará por Promoção na Carreira, em função de sua titulação, que corresponde ao avanço para a próxima classe na Tabela de Vencimentos, e ocorrerá na mesma referência em que se encontra o profissional à época da promoção, não sendo cumulativos vários cursos no mesmo nível.

Art. 14. O profissional só poderá postular acesso para a próxima classe, após permanecer, no mínimo, por 01 (um) ano em cada uma delas.

Art. 15. O processo de promoção por titulação será aberto no mês de outubro a dezembro de cada ano, e terá seus efeitos pecuniários a partir de janeiro do ano seguinte.

Art. 16. Somente serão aceitos certificados fornecidos por instituições públicas ou privadas, devidamente credenciadas pelo MEC e Conselho Estadual de Educação e documentos fornecidos pelos Conselhos de Classe.

Art. 17. Interrompe a contagem do tempo de promoção por titulação, para o servidor que no interstício:

- I- tiver 05 (cinco) ou mais faltas injustificadas, sequenciais ou não, sendo que para cada falta citada, como penalidade, o servidor deixará de contar no interstício o período de 30 (trinta) dias;
- II- responder processo administrativo disciplinar, se declarado culpado, pelo tempo de duração do respectivo processo administrativo e dos efeitos da condenação administrativa;
- III- responder processo judicial, se declarado culpado por sentença transitada em julgado, pelo tempo de duração do respectivo processo e dos efeitos da condenação;
- IV- sofrer advertências e suspensões, no seguintes termos:
 - a) para cada advertência o servidor deixará de contar no interstício, o período de 30 (trinta) dias;
 - b) para cada suspensão o servidor deixará de contar no interstício, o período de 180 (cento e oitenta) dias;
- V- estiver afastado sob Licença sem Vencimentos, pelo tempo de duração da respectiva Licença.

Art. 18. Não se concederá promoção por titulação ao servidor:

- I- aposentado pelo Regime Próprio do Município;
- II- em Estágio Probatório.

Art. 19. O exercício de Cargo em Comissão e de Mandato Classista não impede a ascensão na carreira por titulação.

SEÇÃO III DA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E APERFEIÇOAMENTO

Art. 20. A Progressão Funcional por Desempenho e Aperfeiçoamento é a passagem de uma referência para outra, sempre na mesma classe e será concedida ao servidor público estável, por ocasião da avaliação de desempenho e da participação em cursos de aperfeiçoamento profissional.

Art. 21. A efetivação da Progressão Funcional por Aperfeiçoamento e Desempenho se dará na seguinte proporção: 70% para a Avaliação de Desempenho e 30% para o Aperfeiçoamento.

Parágrafo único. A cada três (03) anos a carga horária dos cursos de aperfeiçoamento será somada à avaliação de desempenho e, se obtida as pontuações mínimas exigidas nos artigos 38 e 41 desta Lei, o servidor fará o avanço.

Art. 22. O profissional só poderá postular acesso para a próxima referência, após permanecer, no mínimo, por 03 (três) anos em cada uma das referências, ressalvados os direitos adquiridos em legislações anteriores, no momento do enquadramento.

Art. 23. A Progressão Funcional por Desempenho e Aperfeiçoamento ocorrerá anualmente, observada a autorização legal e a disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários, quando a municipalidade, abrirá através de Edital, o processo de seleção.

Parágrafo único. A Comissão responsável pelo processo e por homologar a documentação referente a Progressão funcional dos servidores, será composta de acordo com o § 3º do Artigo 10, desta Lei.

Art. 24. O primeiro processo de progressão de que trata esta Seção somente se dará após 03 (três) anos da publicação do ato de enquadramento dos profissionais nesta Lei.

Art. 25. O processo de Progressão por Aperfeiçoamento e Desempenho será aberto no mês de julho de cada ano, e terá efeitos pecuniários a partir de janeiro do ano seguinte.

Art. 26. Interrompe a contagem do tempo para a progressão funcional por aperfeiçoamento o servidor que no interstício:

- I- tiver 05 (cinco) ou mais faltas injustificadas, sequenciais ou não, sendo que para cada falta citada, como penalidade, o servidor deixará de contar no interstício o período de 30 (trinta);
- II- responder processo administrativo disciplinar, se declarado culpado, pelo tempo de duração do respectivo processo administrativo e dos efeitos da condenação administrativa;
- III- responder processo judicial, se declarado culpado por sentença transitada em julgado, pelo tempo de duração do respectivo processo e dos efeitos da condenação;
- IV- sofrer advertências e suspensões:
 - a) para cada advertência o servidor deixará de contar no interstício, o período de 30 (trinta) dias;
 - b) para cada suspensão o servidor deixará de contar no interstício, o período de 180 (cento e oitenta) dias;
- V- estiver afastado sob Licença sem Vencimentos, pelo tempo de duração da respectiva Licença.

Art. 27. Não terão direito à Progressão Funcional por Aperfeiçoamento, os servidores:

- I- aposentados pelo Regime próprio do Município.
- II- não tenham alcançado a estabilidade no cargo.

Art. 28. O exercício de Cargo em Comissão não impede a ascensão na carreira por Aperfeiçoamento.

SUBSEÇÃO I DOS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO POR DESEMPENHO

Art. 29. O servidor será avaliado anualmente e no mês em que completar o anuênio de sua posse, a comissão responsável pela avaliação deverá obrigatoriamente entregar a ficha de avaliação, para fazer o respectivo assentamento na ficha funcional.

§ 1º A comissão responsável de que trata o caput deste artigo será composta por:

- a) pelo chefe imediato do Servidor;
- b) 01 (um) servidor indicado pelo Sindicato;
- c) 01 (um) servidor da área de atuação do avaliado, indicado pela Diretoria de Recursos Humanos;

d) 01 (um) servidor indicado pelo avaliado.

§ 2º A comissão de que trata o parágrafo primeiro, deverá ser composta por equipe multidisciplinar, devidamente qualifica para tal.

Art. 30. A atuação do servidor será avaliada nos seguintes critérios:

- I- cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo;
- II- produtividade no trabalho, com base em padrões previamente estabelecidos de qualidade e de economicidade;
- III- assiduidade;
- IV- disciplina

§ 1º Para a avaliação do critério "cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo", serão considerados os seguintes fatores:

- I- espírito de cooperação;
- II- disciplina no Trabalho;
- III- cumprimento do dever e responsabilidade;
- IV- presteza.

§ 2º Para a avaliação do critério "produtividade no trabalho, com base em padrões previamente estabelecidos de qualidade e de economicidade", serão considerados os seguintes fatores:

- I- administração do tempo;
- II- uso adequado dos materiais e equipamentos de serviços;
- III- qualidade do trabalho;
- IV- produtividade do trabalho.

Art. 31. O servidor durante todo o período compreendido entre as avaliações anuais estará sendo avaliado no critério "assiduidade", que considerará a ocorrência de faltas, durante os períodos de avaliação, que será pontuada com base na tabela prevista no Anexo VI, os quais serão deduzidos do total de pontos obtidos na avaliação dos requisitos estabelecidos no Art. 33, desta lei.

Parágrafo único. Independentemente da época em que seja apontado o fato de que trata o "caput" deste artigo, este será apurado através de Inquérito Administrativo, conforme Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 32. Será avaliado durante todo o período do estágio probatório no critério de disciplina nos termos do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 33. Para apuração dos fatores previstos no artigo 30 desta Lei, será utilizado o método dos fatores Descritivos, através da aplicação de fichas de verificação, compostas por questões, cujas definições são:

a) Espírito de Cooperação:	Disponibilidade em cooperar com os colegas nas situações de trabalho, objetivando resultados conjuntos satisfatórios.
b) Disciplina no trabalho:	Considera a ordem necessária para a realização do trabalho, o atendimento às normas e a manutenção da sequência e execução objetivando resultados.
c) Cumprimento de Dever e Responsabilidade:	Procura avaliar a dedicação, o cuidado e o valor que o servidor atribui às atividades pelas quais é responsável.
d) Presteza:	Disponibilidade do avaliado, tendo em vista as necessidades da repartição, do trabalho e do grupo com o qual colabora.

e) Administração do Tempo:	Leva em consideração a capacidade do servidor em ordenar a realização de suas tarefas e cumprir os prazos estabelecidos para sua entrega.
f) Uso Adequado dos Materiais e Equipamentos de Serviços:	Avalia o uso dos recursos de que o servidor dispõe para a execução de suas tarefas, bem como os cuidados que tem quanto a sua conservação e economia.
g) Qualidade do Trabalho:	Resultado do trabalho em relação ao capricho, precisão, clareza e ausência de erros, bem como, cumprimento dos prazos estabelecidos.
h) Produtividade no Trabalho:	Volume de serviço em condições normais. Rapidez e eficiência no trabalho

§ 1º Fica assegurado o direito ao servidor cujo desempenho será avaliado, o acompanhamento do Preenchimento de sua avaliação quanto aos critérios estabelecidos neste artigo.

§ 2º A avaliação será homologada pela autoridade imediatamente superior, dela dando-se ciência ao interessado.

§ 3º Caso o servidor esteja vinculado diretamente ao Secretário, caberá à Comissão de Avaliação de Desempenho a homologação da mesma.

§ 4º O servidor será notificado do resultado de sua avaliação, podendo requerer reconsideração da pontuação e dos conceitos a ele atribuídos, para a autoridade que o homologou, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, decidindo-se o pedido em igual prazo.

Art. 34. Fica estabelecida a competência da Comissão de Avaliação para o julgamento do recurso de que trata o artigo anterior, ressaltando-se quando a avaliação for por ela homologada, cabendo neste caso, a análise do recurso pelo Secretário Municipal, titular da pasta a que o servidor estiver vinculado.

Art. 35. O padrão adotado para o Grau dos critérios previstos no artigo 33, nos termos previsto no método de fatores descritivos é o seguinte:

I- Grau 1: o avaliado já apresenta falhas inaceitáveis em relação a um comportamento específico;

II- Grau 2: o avaliado não chegou a atingir os limites da normalidade exigida, possuindo ainda algumas falhas que podem ser corrigidas no futuro;

III- Grau 3: o avaliador já se encontra acima da média de desempenho aceitável para o fator;

IV- Grau 4: o funcionário atingiu plenamente o desempenho esperado como "ideal" para o fator.

Art. 36. Para o cálculo da pontuação obtida pelo servidor nos fatores previsto no artigo 33 desta Lei, serão utilizadas as tabelas constantes no Anexo VI e VII.

Parágrafo único. Os pesos dos fatores, atribuídos aos cargos constantes no Quadro de Pessoal do Município foram dispostos em conformidade com as peculiaridades e carreiras que lhe são pertinentes.

Art. 37. Para o cálculo da pontuação final obtida pelo servidor na avaliação de seu desempenho, deverão ser somados os pontos obtidos nos fatores, após a multiplicação pelo peso correspondente.

Art. 38. Será considerado de desempenho suficiente na avaliação, o servidor que obtiver acima de 240 (duzentos e quarenta)

pontos, após a somatória prevista no artigo anterior.

§ 1º Para que seja considerado apto, no critério desempenho, para progressão o servidor deverá totalizar 240 (duzentos e quarenta) pontos de média após as três últimas avaliações.

§ 2º O servidor que obtiver o conceito de desempenho insuficiente, em qualquer uma das avaliações, deverá receber acompanhamento especial por parte da Diretoria de Recursos Humanos, devendo ser tomadas às medidas necessárias para o seu aprimoramento.

Art. 39. O servidor que, face ao interesse e oportunidade do município, tiver de ser removido do seu local de trabalho, será avaliado em seu desempenho, quando de sua saída do local onde estiver lotado, não interrompendo a periodicidade prevista no artigo 29, desta Lei.

Parágrafo único. A avaliação realizada no local para onde tiver sido designado o servidor será considerada oficial, sendo a do ato de transferência apenas instrumento informativo para a futura chefia.

SUBSEÇÃO II DOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Art. 40. Os servidores que irão postular Progressão Funcional, deverão apresentar a original dos Títulos de Aperfeiçoamento, acompanhadas de cópias que serão autenticadas e protocoladas pela Comissão Especial formada de acordo com o § 3º do artigo 10, desta Lei.

§ 1º A Comissão avaliará se os cursos de aperfeiçoamento são correspondentes ao cargo que o candidato atua, podendo indeferirlos, se o conteúdo não se relacionar diretamente as suas funções, bem como analisará a ficha funcional do servidor a fim de apurar se o postulante atingiu resultado mínimo exigido nas avaliações de desempenho.

§ 2º A cada 03 (três) anos, a carga horária dos cursos será somada e, obtida a pontuação mínima definida, conforme artigo 41, desta lei.

§ 3º Terminado o processo, a Comissão Especial emitirá parecer e divulgará a relação dos profissionais que obtiveram a progressão, identificando sua nova referência.

§ 4º O servidor que se sentir prejudicado no processo, terá o prazo de 05 (cinco) dias, após o deferimento ou indeferimento do processo, para apresentar recurso à Comissão.

§ 5º Passado o prazo recursal o Prefeito Municipal homologará o processo através de ato próprio.

Art. 41. Para fins do somatório de horas do aperfeiçoamento, referentes aos 30% (trinta por cento) do índice de evolução do servidor, será considerado no interstício, um somatório mínimo de:

I- GA: 25 (vinte e cinco) horas de aperfeiçoamento, podendo ser um único curso ou cursos cumulativos no período, com carga horária mínima de 04 (quatro) horas;

II- GO: 35 (trinta e cinco) horas de aperfeiçoamento, podendo ser um único curso ou cursos cumulativos no período, com carga horária mínima de 04 (quatro);

III- GAD e GTA: 50 (cinquenta) horas de aperfeiçoamento, podendo ser um único curso ou cursos cumulativos no período, com carga horária mínima de 04 (quatro);

IV- GP: 70 (setenta) horas de aperfeiçoamento, podendo ser um único curso ou cursos cumulativos no período, com carga horária mínima de 04 (quatro);

V- GIE: 35 (trinta e cinco) horas de aperfeiçoamento, podendo ser um único curso ou cursos cumulativos no período, com carga

horária mínima de 04 (quatro);

§ 1º Os cursos especificados em dias, serão transformados em horas, considerando-se um dia 08 (oito) horas.

§ 2º Para fins de contagem de cursos de aperfeiçoamento, o servidor poderá usar a sua segunda Pós Graduação, desde que não seja a mesma que usou para fins de Promoção Funcional.

Art. 42. Para efeito da concessão da Progressão Funcional por Desempenho e Aperfeiçoamento, serão válidos e aceitos os cursos iniciados e realizados a partir dos últimos (04) anos anteriores à publicação desta Lei.

CAPÍTULO V DA TABELA DE VENCIMENTOS

Art. 43. A Tabela de Vencimentos é composta por números arábicos de "01" a "15", que indicam as Classes de Vencimentos para cada cargo e letras de "A" a "M", que correspondem às Referências relativas às progressões funcionais, que consta do Anexo I da presente Lei.

Art. 44. A tabela de vencimentos está definida de acordo com o grau de complexidade e exigibilidade de formação curricular dos cargos, considerando-se os valores iniciais praticados no município, quando da implantação desta Lei.

CAPÍTULO VI DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 45. As Funções Gratificadas, criadas exclusivamente para servidores efetivos do quadro de Pessoal do Município de Porto União, constitui uma vantagem acessória e não incorporável ao vencimento do servidor, atribuída em razão do exercício de funções de maior responsabilidade ou complexidade do que aquela para a qual foi nomeado o servidor.

Art. 46. Os percentuais mensais aplicáveis sobre o salário base dos Servidores, quando do exercício das Funções Gratificadas, bem como as Secretarias aos quais fazem parte, estão discriminados no Anexo V, da presente Lei.

Art. 47. É proibido o pagamento de horas extras aos servidores que desempenham Função Gratificada, porquanto a natureza de tais funções, eventualmente demanda jornada de trabalho além do horário normal de expediente.

Art. 48. As funções gratificadas de que trata a presente Lei são de livre designação e dispensa, concedidas e revogadas através de Portaria do Prefeito Municipal, dentre os servidores do Quadro Efetivo do Município.

CAPÍTULO VII DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 49. A carga horária normal dos servidores municipais de Porto União, fica definida como sendo de 40 (quarenta) horas semanais com intervalo ou 30 (trinta) horas semanais ininterruptas, com exceções nas definidas nos parágrafos deste artigo.

§ 1º A carga horária do cargo de Médico, exceto o Plantonista, e de Cirurgião-Dentista será de 05 (cinco) horas e 10 (dez) horas semanais, respectivamente.

§ 2º A carga horária poderá ser alterada, para fins de suprir as necessidades do Sistema Municipal de Saúde, de forma a ampliar e também não interromper a assistência à saúde da população, mediante remuneração correspondente ao percentual de cada

carga horária, considerando o nível e classe inicial para o cargo, explicitadas nas respectivas tabelas, conforme Tabela VIII desta Lei.

§ 3º A variação da carga horária poderá ocorrer a qualquer tempo, por ato do Secretário Municipal da Pasta, conjuntamente com o Chefe do Poder Executivo, devidamente fundamentado em razões de interesse público e na necessidade da alteração.

§ 4º Para os servidores ocupantes dos cargos de Médico e Cirurgião Dentista, que estão enquadrados na carga horária semanal prevista no parágrafo 1º deste artigo, a Promoção Funcional por Titulação e a Progressão Funcional por Desempenho e Aperfeiçoamento só se dará sobre a carga horária efetiva.

§ 5º O servidor cuja carga horária for alterada na forma definida no § 2º deste artigo, deverá manifestar por escrito a sua concordância formal, por ocasião do aumento do número de horas trabalhadas, não havendo direito adquirido a nova carga horária, a qual poderá ser reduzida a qualquer tempo, independentemente de concordância do servidor.

§ 6º Sobre a alteração da carga horária de que trata o parágrafo anterior não incidirá desconto previdenciário, ficando somente como base para IRRF e média de férias e 13º salário.

Art. 50. Para o cargo de Médico Plantonista, sua remuneração será variável de acordo com o tipo e a quantidade de plantões realizados pelo profissional durante o mês, conforme tabela constante do Anexo IV, da presente Lei.

CAPÍTULO VIII DAS VANTAGENS

Art. 51. Ficam asseguradas aos servidores todas as vantagens constantes na Lei nº 2.055, de 20 de outubro de 1994 e suas alterações, sem prejuízo do previsto nesta Lei.

Art. 52. Fica estabelecida a data de publicação desta Lei para iniciar a contagem de tempo referente às vantagens nela instituídas, garantindo-se todos os benefícios até agora recebidos pelos Servidores da Municipalidade.

CAPÍTULO IX DO TREINAMENTO

Art. 53. Fica institucionalizado como atividade permanente da Prefeitura, o treinamento de seus servidores.

Art. 54. O treinamento deverá ser sempre de caráter objetivo e será ministrado:

- I- sempre que possível, diretamente pela Prefeitura, utilizando servidores de seu quadro e recursos humanos locais;
- II- através da contratação de serviços de entidades especializadas;
- III- mediante o encaminhamento de servidores a organizações especializadas, sediadas no Município ou não.

Parágrafo único. Os treinamentos ministrados e pagos pela Prefeitura Municipal, serão computados na contagem para a progressão funcional por aperfeiçoamento, se tiver frequência do servidor, de 100% (cem por cento).

Art. 55. As Chefias de todos os níveis hierárquicos participarão dos programas de treinamento:

- I- identificando e estudando as áreas mais carentes de treinamento, no âmbito dos respectivos órgãos, e propondo as medidas necessárias;
- II- facilitando a participação de seus subordinados nos programas de treinamento;

III- desempenhando, dentro dos programas, atividades de instrutores de treinamento;
IV- submetendo-se aos programas de treinamento adequados às suas atribuições.

CAPÍTULO X DOS PENSIONISTAS E INATIVOS

Art. 56. Aos servidores Inativos e Pensionistas que percebem seus vencimentos do Município, serão aplicados os critérios previstos no Estatuto aprovado pela Lei Municipal nº 783/72, cujos direitos lhes ficam assegurados.

Art. 57. As vantagens adicionais decorrentes da presente Lei não se aplicam aos Servidores Inativos e Pensionistas.

CAPÍTULO XI DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 58. Nenhum servidor poderá perceber vencimento superior ao do Cargo de Prefeito Municipal, conforme Art. 37 da Constituição Federal.

Art. 59. Os quadros de Vencimentos, Grupos Ocupacionais dos Cargos, constantes dos Anexos I, II e III, fazem parte integrante da presente Lei.

Art. 61. O Quadro de Vagas, tipo e valor de plantões dos Médicos Plantonistas, constantes no Anexo IV, faz parte integrante da presente Lei.

Art. 62. A Tabela de Funções Gratificadas, constante no Anexo V, faz parte integrante da presente Lei.

Art. 63. A Tabela para a Avaliações de Desempenho, são as constantes no Anexo VI e VII, faz parte integrante da presente Lei.

Art. 64. A Tabela para alteração de Carga Horária do Médico e Cirurgião Dentista são as constantes no Anexo VIII, faz parte integrante da presente Lei.

Art. 65. A Tabela de Vencimentos constante do Anexo I desta Lei, será reajustada de acordo com as leis específicas que concederem reajustes aos servidores públicos do Município, observado o artigo 37, incisos X e XI da Constituição Federal, limitado ao percentual de comprometimento da receita do Município.

Art. 66. As atribuições dos cargos de Provimento Efetivo serão definidas em Regulamento, através de Decreto.

Art. 67. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a expedir os Atos Administrativos Complementares, necessários à plena execução desta Lei.

Art. 68. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de Dotações Próprias consignados no Orçamento do Município.

Art. 69. Revogam-se as Leis Municipais nºs 2.104, de 30 de maio de 1995; 2.421, de 13 de maio de 1999; 3.091, de 19 de setembro de 2005; 3.724, de 25 de março de 2010; 3.725, de 25 de março de 2010; 3.726, de 25 de março de 2010; 3.792, de 17 de agosto de 2010; 3.805, de 16 de setembro de 2010; 3.893, de 06 de julho de 2011; 3.894, de 06 de julho de 2011; 3.901, de 15 de julho de 2011; 3.902, de 15 de julho de 2011, e demais disposições em contrário.

Art. 70. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

ANEXO I

TABELA VENCIMENTOS

Referência □	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Classe □													
01	625,00	631,25	637,56	643,94	650,38	656,88	663,45	670,08	676,79	683,55	690,39	697,29	704,27
02	687,50	694,38	701,32	708,33	715,42	722,57	729,80	737,09	744,46	751,91	759,43	767,02	774,69
03	756,25	763,81	771,45	779,17	786,96	794,83	802,77	810,80	818,91	827,10	835,37	843,72	852,16
04	831,88	840,19	848,60	857,08	865,65	874,31	883,05	891,88	900,80	909,81	918,91	928,10	937,38
05	915,06	924,21	933,46	942,79	952,22	961,74	971,36	981,07	990,88	1.000,79	1.010,80	1.020,91	1.031,12
06	1.006,57	1.016,63	1.026,80	1.037,07	1.047,44	1.057,91	1.068,49	1.079,18	1.089,97	1.100,87	1.111,88	1.123,00	1.134,23
07	1.107,23	1.118,30	1.129,48	1.140,78	1.152,18	1.163,71	1.175,34	1.187,10	1.198,97	1.210,96	1.223,07	1.235,30	1.247,65
08	1.217,95	1.230,13	1.242,43	1.254,85	1.267,40	1.280,08	1.292,88	1.305,81	1.318,86	1.332,05	1.345,37	1.358,83	1.372,41
09	1.339,74	1.353,14	1.366,67	1.380,34	1.394,14	1.408,08	1.422,16	1.436,39	1.450,75	1.465,26	1.479,91	1.494,71	1.509,66
10	1.473,72	1.488,45	1.503,34	1.518,37	1.533,56	1.548,89	1.564,38	1.580,02	1.595,82	1.611,78	1.627,90	1.644,18	1.660,62
11	1.621,09	1.637,30	1.653,67	1.670,21	1.686,91	1.703,78	1.720,82	1.738,03	1.755,41	1.772,96	1.790,69	1.808,60	1.826,68
12	1.783,20	1.801,03	1.819,04	1.837,23	1.855,60	1.874,16	1.892,90	1.911,83	1.930,95	1.950,26	1.969,76	1.989,46	2.009,35
13	1.961,52	1.981,13	2.000,94	2.020,95	2.041,16	2.061,57	2.082,19	2.103,01	2.124,04	2.145,28	2.166,74	2.188,40	2.210,29
14	2.157,67	2.179,25	2.201,04	2.223,05	2.245,28	2.267,73	2.290,41	2.313,31	2.336,45	2.359,81	2.383,41	2.407,24	2.431,32
15	2.373,44	2.397,17	2.421,14	2.445,35	2.469,81	2.494,51	2.519,45	2.544,65	2.570,09	2.595,79	2.621,75	2.647,97	2.674,45

$\Delta\%$ Referência = 1,0% (um por cento) — $\Delta\%$ Classe = 10% (dez por cento)

- ANEXO II

GRUPOS OCUPACIONAIS

I – GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO (GA)

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto

Carga Horária: 40 horas semanais

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe inicial	Classe final
Agente de Serviços Públicos Nível 01	40	110	01	08
Agente de Serviços Públicos Nível 02	40	120	01	08
Motorista de Veículos Pesados	40	25	03	10

II – GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL (GO)

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo

Carga Horária: 40 horas semanais

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe inicial	Classe final
Auxiliar Administrativo	40	40	02	08
Auxiliar Esportivo	40	01	01	07
Carpinteiro	40	05	02	08
Marceneiro	40	02	02	08
Mecânico de Veículos Leves	40	02	03	09
Mecânico de Veículos Pesados	40	04	03	09
Operador de Máquinas Pesadas	40	23	04	10
Pedreiro	40	17	02	08

III – GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO (GAD)

Escolaridade: Ensino Médio Completo e Curso de Capacitação para exercício do cargo (se for o caso)

Carga Horária: 40 horas semanais

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe inicial	Classe final
Auxiliar de Cirurgião Dentista	40	10	04	09
Motorista de Veículos Leves	40	25	03	08
Telefonista/Recepcionista	30	03	03	08

IV – GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO (GTA)

Escolaridade: Ensino Médio Completo ou Técnico (conforme o cargo)

Carga Horária: 40 horas semanais

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe Inicial	Classe Final
Agente Municipal de Trânsito	40	20	07	12
Agente Administrativo	40	20	07	12
Auxiliar de Enfermagem	40	50	06	11
Desenhista	40	03	06	11
Fiscal de Tributos	40	06	07	12
Fiscal de Obras e Posturas	40	01	07	12
Técnico em Agropecuária	40	04	07	12
Técnico em Contabilidade	40	02	07	12
Técnico em Prótese Dentária	40	01	07	12
Técnico em Higiene Dental	40	04	07	12
Técnico em Informática	40	04	07	12
Técnico em Segurança do Trabalho	40	02	07	12
Técnico em Agrimensura	40	01	07	12
Técnico Florestal	40	01	07	12

V – GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL (GP)

Escolaridade: Ensino Superior Completo, registro no conselho de classe, se for o caso.

Carga Horária: 40 horas semanais

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe Inicial	Classe Final
Advogado	40	04	11	15
Arquiteto	40	02	11	15
Assistente Social	40	12	11	15
Analista de Controle Interno	40	01	11	15
Auditor Fiscal	40	01	11	15
Biólogo	40	01	11	15
Cirurgião Dentista	10	16	11	15
Contador	40	01	11	15
Enfermeiro	40	10	11	15
Engenheiro Agrônomo	40	01	11	15
Engenheiro Florestal	40	01	11	15
Engenheiro Civil	40	03	11	15
Farmacêutico	40	03	11	15
Fisioterapeuta	40	04	11	15
Fonoaudiólogo	40	02	11	15
Médico (todas as especialidades)	05	32	11	15
Médico Auditor	05	01	11	15
Médico Plantonista	-	20	11	15
Médico Veterinário	40	02	11	15
Nutricionista	40	02	11	15
Psicólogo	40	05	11	15
Psicólogo com Especialização em Saúde Mental	40	01	11	15
Sanitarista	40	01	11	15
Profissional de Saúde com Especialização em Medicina Complementar/Alternativa - MS	20	02	11	15
Terapeuta Ocupacional	40	02	11	15

ANEXO III

VI – GRUPO OCUPACIONAL ISOLADO EM EXTINÇÃO (GIE)

Escolaridade mínima:

01 – Ensino Superior Completo

02 – Ensino Médio Completo

03 - Ensino Fundamental Completo

04 - Ensino Fundamental Incompleto

Cargo	Carga Horária	Escolar.	Vagas	Classe Inicial	Classe Final
Agente Comunitário de Saúde	40	02	06	01	06
Agente Educacional	40	02	02	07	12
Administrador de Cemitério	40	03	01	01	07
Atendente Infantil	40	02	06	01	06
Agente Social	40	02	01	01	06
Auxiliar de Biblioteca	40	02	01	01	06
Auxiliar de Contabilidade	40	02	01	04	09
Auxiliar de Serviço Social	40	02	02	02	07
Auxiliar de Tesouraria	40	02	01	04	09
Borracheiro	40	04	01	01	08
Escriturário Datilógrafo	40	02	02	02	07
Guardião	40	04	02	01	08
Merendeira	40	04	04	01	08
Marroeiro	40	04	01	01	08
Operador de Perfuratriz	40	04	01	04	10

Técnico em Inseminação	40	03	01	01	07
Zelador	40	04	03	01	08

ANEXO IV

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
MÉDICO PLANTONISTA

Vagas: 20	Com 01 (um) plantonista	Com 01 (um) plantonista	Com 02 (dois) plantonistas	Com 01 (um) plantonista
Horas Plantão	03 hrs	06 hrs	06 hrs	06 hrs madrugada
Valor Horas Plantão	R\$ 145,82	R\$ 583,28	R\$ 291,64	R\$ 359,18
Horário de Plantão	07 hs às 10 hs 10 hs às 13 hs 13 hs às 16 hs 16 hs às 19 hs	19 hs às 01 hs	19 hs às 01 hs	01 hs às 07 hs

ANEXO V

FUNÇÃO GRATIFICADA

- Secretaria Municipal de Planejamento

Denominação	Nº de Gratif.	Percentual
Responsável Técnico pela Emissão de ART e pela elaboração de Projetos, Execução e ou Fiscalização de Obras de Engenharia	03	30%

- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Denominação	Nº de funções	Percentual
Responsável Operacional de Serviços Administrativos	01	30%
Responsável pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	01	30%
Responsável pelo Centro de Atendimento Especializado - CREAs	01	30%
Responsável Técnico pela Emissão de Laudos Sociais	04	30%

- Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Denominação	Nº de funções	Percentual
Responsável Operacional do Recursos Humanos	01	30%
Responsável pelos Esportes	01	30%
Responsável pelo Expediente	01	30%
Responsável Operacional de Serviços Administrativos	02	30%
Responsável pelo Centro de Processamento de Dados – CPD	01	30%

- Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade

Denominação	Nº de funções	Percentual
Responsável pela Contabilidade	03	30%
Responsável pelo Controle de Arrecadação	01	30%
Responsável pela Pagadoria	01	30%
Responsável pela Fiscalização Tributária	03	30%

- Secretaria Municipal de Educação

Denominação	Nº de funções	Percentual
Responsável por Licitações	01	30%
Responsável pelo Compras	01	30%
Responsável Técnico pela Emissão de Laudos Sociais	01	30%
Responsável pelos Conselhos	01	30%

- Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Denominação	Nº de funções	Percentual
Responsável pela Equipe de Trabalho	08	30%

- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Denominação	Nº de funções	Percentual
Responsável pelo Controle e Emissão de Notas Fiscais do Produtor	01	30%

- Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo

Denominação	Nº de funções	Percentual
Responsável Operacional de Serviços Administrativos	01	30%

- Secretaria Municipal de Saúde

Denominação	Nº de funções	Percentual
Responsável pela Atenção à Saúde	01	30%
Responsável pela Educação em Saúde	01	30%
Responsável pela Vigilância Epidemiológica	01	30%
Responsável pela Saúde Bucal	01	30%
Responsável pela autorização de internação hospitalar e procedimentos de alto custo	01	30%
Responsável por Serviço Administrativo da Saúde	02	30%
Responsável pela Farmácia	01	30%
Responsável pelo Serviço Social	01	30%
Responsável por Programas Institucionais	06	30%

ANEXO VI

FATORES	OPERACIONAL "GA" e "GO"	TECNICO "GAD" e "GTA"	SUPERIOR "GP"
Espírito de Cooperação:	8	14	19
Disciplina no trabalho:	11	11	3
Cumprimento do Dever e Responsabilidade:	14	8	11
Presteza:	17	17	22
Administração do Tempo:	3	3	8
Uso Adequado dos Materiais e Equipamentos de Serviço:	6	6	6
Qualidade do Trabalho:	22	22	17
Produtividade no Trabalho:	19	19	14

ANEXO VII

Tipo da ausência	Pontos correspondentes por eventos	NÚMERO DE AUSÊNCIA
ABONADA	- 0,50 (meio)	X
INJUSTIFICADA	- 1,50 (um e meio)	X

	Grau 1 – O avaliado já apresenta falhas inaceitáveis em relação a um comportamento específico;	Grau 2: O avaliado não chegou a atingir os limites da normalidade exigida, possuindo ainda algumas falhas que podem ser corrigidas no futuro.	Grau 3: O avaliado já se encontra acima da média de desempenho aceitável para o fator.	Grau 4: O funcionário atingiu plenamente o desempenho esperado como "ideal" para o fator.
a) Espírito de Cooperação:				
b) Disciplina no trabalho:				
c) Cumprimento de Dever e Responsabilidade:				
d) Presteza:				
e) Administração do Tempo:				
f) Uso Adequado dos Materiais e Equipamentos de Serviços:				
g) Qualidade do Trabalho:				
H) Produtividade no Trabalho				

ANEXO VIII

CARGAS HORÁRIAS E RESPECTIVAS RENUMERAÇÕES DE PROFISSIONAIS MÉDICOS

Faixas de Cargas Horárias	5 Horas Semanais	10 Horas Semanais	15 Horas Semanais	20 Horas Semanais	25 Horas Semanais	30 Horas Semanais	35 Horas Semanais	40 Horas Semanais
Remunerações Correspondentes (R\$)	1.621,09	Mais 1.458,98	Mais 1.296,87	Mais 1.134,76	Mais 1.134,76	Mais 1.134,76	Mais 1.296,87	Mais 1.458,98
Percentuais Correspondentes	100% Da classe Inicial para o cargo	+ 90% Da classe Inicial para o cargo	+ 80% Da classe Inicial para o cargo	+ 70% Da classe Inicial para o cargo	+ 70% Da classe Inicial para o cargo	+ 70% Da classe Inicial para o cargo	+ 80% Da classe Inicial para o cargo	+ 90% Da classe Inicial para o cargo

CARGAS HORÁRIAS E RESPECTIVAS RENUMERAÇÕES DE PROFISSIONAIS CIRURGIÃOS-DENTISTAS

Faixas de Cargas Horárias	10 Horas Semanais	15 Horas Semanais	20 Horas Semanais	25 Horas Semanais	30 Horas Semanais	35 Horas Semanais	40 Horas Semanais
Remunerações Correspondentes (R\$)	1.621,09	Mais 729,49	Mais 648,43	Mais 567,38	Mais 567,38	Mais 648,43	Mais 729,49

Decreto Nº 695/2011

DECRETO Nº 695, de 23 de novembro de 2011.

Aprova loteamento, autoriza o Executivo Municipal a receber por doação área de terras, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Artigo 84, Inciso I, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 025, de 13 de abril de 2007, no seu Artigo 91, § 1º,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o "Loteamento Araucária", de propriedade Sra. Jayle Cristine Abbas e Sr. Licymar Hugo Ulrich, localizado no Bairro Cidade Nova, neste Município, composto de 01(uma) gleba transcrita no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 19.939.

Art. 2º A área de terras ora parcelada apresenta 21.300,00m2 (vinte e um mil e trezentos metros quadrados), inteiramente parcelada.

Parágrafo Único. Resumo Geral do Quadro de Áreas:

I- sistema viário (destinado ao Poder Público) 2.124,00m2 (dois mil, cento e vinte e quatro metros quadrados), sendo:
a) rua projetada, ora denominada de Rua Leno Tonial com 2.124,00m2;

II- área pública institucional (destinada ao Poder Público), 1.070,90m2 (um mil e setenta metros e noventa decímetros quadrados);

III- área verde com 4.260,10m2 (quatro mil, duzentos e sessenta metros e dez decímetros quadrados);

IV- área correspondente a 13.845,00m2 .

V- compõe-se o loteamento de uma área com 13.845,00m2, sendo:

1. Lote 01 com 475,00m2;
2. Lote 02 com 447,98m2;
3. Lote 03 com 462,00m2;
4. Lote 04 com 462,00m2;
5. Lote 05 com 462,00m2.
6. Lote 06 com 462,00m2;
7. Lote 07 com 462,00m2;
8. Lote 08 com 462,00m2;
9. Lote 09 com 462,00m2;
10. Lote 10 com 462,00m2.
11. Lote 11 com 462,00m2;
12. Lote 12 com 695,23m2;
13. Lote 13 com 547,83m2;
14. Lote 14 com 559,55m2;
15. Lote 15 com 556,60m2.
16. Lote 16 com 557,65m2.
17. Lote 17 com 562,47m2;
18. Lote 18 com 559,65m2;
19. Lote 19 com 462,00m2;
20. Lote 20 com 462,00m2;
21. Lote 21 com 462,00m2.
22. Lote 22 com 450,26m2.
23. Lote 23 com 462,00m2;
24. Lote 24 com 422,60m2;
25. Lote 25 com 513,80m2;
26. Lote 26 com 513,87m2;
27. Lote 27 com 479,73m2.
28. Lote 28 com 500,56m2.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a averbar as áreas especificadas nos Incisos I, II e III do Parágrafo Único do artigo precedente junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Porto União, sendo incorporadas ao Patrimônio do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão à conta do Loteador.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 23 de novembro de 2011.

RENATO STASIACK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 696/2011

DECRETO Nº. 696, de 25 de novembro de 2011.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis

Municipais nºs 3.775, de 07 de julho de 2010 (LDO) e 3.830, de 26 de novembro de 2010 (LOA),

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Assistência Social a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 35.174,00 (Trinta e cinco mil, cento e setenta e quatro reais):

ORGÃO ORGÃO 1500 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE 1501 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATIVIDADE 2.060 - Manutenção FNAS Apoio a Criança e ao Idoso
MODALIDADE 3390 - 200 - Aplicações Diretas 6 2.000,00

ATIVIDADE 2.077 - Manutenção FNAS - CREAS
MODALIDADE 3390 - 210 - Aplicações Diretas 7 16.000,00

ATIVIDADE 2.083 - Manutenção Programa PAIF
MODALIDADE 3390 - 213 - Aplicações Diretas 9 17.174,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 35.174,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro do Exercício de 2010, na Fonte 100 - Recursos Livres no valor de 15.228,00 (Quinze mil, duzentos e vinte e oito reais); na Fonte 210 - FNAS - CREAS, no valor de R\$ 15.663,00 (Quinze mil, seiscentos e sessenta e três reais) e na Fonte 213 - CRAS - PAIF no valor de R\$ 4.283,00 (Quatro mil, duzentos e oitenta e três reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 25 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretária Municipal de Administração Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 697/2011

DECRETO Nº 697, de 25 de novembro de 2011.

Dispõe sobre férias coletivas e estabelece outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º FÉRIAS COLETIVAS aos servidores do quadro de pessoal da administração pública direta, autárquica ou fundacional do Município de Porto União no período de 23 de dezembro de 2011 a 21 de janeiro de 2012, ressalvadas as peculiaridades de cada setor.

Art. 2º Recomenda aos Secretários Municipais e aos dirigentes de órgãos ou entidades da administração direta, autárquica ou fundacional para que, durante todo período estabelecido no caput do artigo 1º seja preservado o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 25 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RREO Anexo XVI 5º BIMESTRE 2011

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	27.846.200,00	27.846.200,00	22.339.866,39	80,23
Impostos	4.300.000,00	4.300.000,00	4.121.863,09	95,86
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.600.000,00	2.600.000,00	2.381.616,85	91,60
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	370.000,00	370.000,00	399.632,03	108,01
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	970.000,00	970.000,00	984.763,94	101,52
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	360.000,00	360.000,00	355.850,27	98,85
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.047.000,00	1.047.000,00	808.818,52	77,25
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	96.000,00	96.000,00	70.345,73	73,28
Dívida Ativa dos Impostos	568.000,00	568.000,00	513.147,38	90,34
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	383.000,00	383.000,00	225.325,41	58,83
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	22.499.200,00	22.499.200,00	17.409.184,78	77,38
Da União	13.799.200,00	13.799.200,00	10.456.859,07	75,78
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	13.715.200,00	13.715.200,00	10.396.906,83	75,81
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	34.000,00	34.000,00	29.771,14	87,56
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	50.000,00	50.000,00	30.181,10	60,36
Do Estado	8.700.000,00	8.700.000,00	6.952.325,71	79,91
Cota-Parte do ICMS	7.000.000,00	7.000.000,00	5.081.506,09	72,59
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	100.000,00	100.000,00	103.041,94	103,04
Cota-Parte do IPVA	1.600.000,00	1.600.000,00	1.767.777,68	110,49
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	25.870.640,00	25.870.640,00	19.367.277,64	74,86
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-4.499.840,00	-4.499.840,00	-3.483.237,13	77,41
TOTAL	49.217.000,00	49.217.000,00	38.223.906,90	77,66

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	7.271.000,00	7.515.000,00	6.507.475,93	86,59
Pessoal e Encargos Sociais	4.937.000,00	4.987.000,00	4.525.196,39	90,74
Outras Despesas Correntes	2.334.000,00	2.528.000,00	1.982.279,54	78,41
DESPESAS DE CAPITAL	229.000,00	405.000,00	120.013,50	29,63
Investimentos	229.000,00	405.000,00	120.013,50	29,63

Continua 1/2

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	229.000,00	405.000,00	120.013,50	29,63
Investimentos	229.000,00	405.000,00	120.013,50	29,63
TOTAL (IV)	7.500.000,00	7.920.000,00	6.627.489,43	83,68

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	7.500.000,00	7.920.000,00	6.627.489,43	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.650.000,00	2.945.000,00	2.222.481,13	33,53
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.650.000,00	2.945.000,00	2.222.481,13	33,53
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	4.850.000,00	4.975.000,00	4.405.008,30	66,47

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $< \frac{V - VI}{I}$ ²	19,72
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	5.837.000,00	6.083.000,00	5.283.078,81	79,71
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.362.000,00	1.496.000,00	1.125.047,78	16,98
Vigilância Sanitária	169.000,00	169.000,00	102.002,72	1,54
Vigilância Epidemiológica	132.000,00	172.000,00	117.360,12	1,77
TOTAL	7.500.000,00	7.920.000,00	6.627.489,43	100,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

PORTO UNIAO, 25/11/2011

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR. INTERNO CRA/SC 18935

Rio do Sul

PREFEITURA

Edital de Alteração do Pregão presencial 130/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE ALTERAÇÃO

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. Milton Hobus, comunicam aos interessados que fica alterado a redação do Preâmbulo do Edital - DATAS, LOCAL E HORÁRIOS, do Edital de Pregão Presencial Nº 130/2011, que passa a ter a redação abaixo, permanecendo inalteradas os demais itens:

“ DATAS, LOCAL E HORÁRIOS

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.574/0001-06, com sede a Praça 25 de Julho, 01 - Centro, Rio do Sul, através do Pregoeiro Oficial do Município, regularmente nomeado (a) por Sua Excelência o Prefeito Constitucional do Município, formalizado pela Decreto nº 1582, de 15 de dezembro de 2010, torna público a quem possa interessar que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do Tipo MAIOR OFERTA, sob regime de execução de empreitada por Preço Global, destinada à CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BANCARIA PARA PROCESSAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SANTA CATARINA, de conformidade com o Termo de Referência, às 14 horas, do dia 30 de novembro de 2011, na sede da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sita a Praça 25 de Julho, 01, Rio do Sul - SC, de conformidade com os termos deste Edital e seus anexos que integrarão o processo administrativo licitatório instaurado sob o nº de ordem 130/2011.

Rio do Sul, 25 de novembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Edital de Alteração do Pregão presencial 130/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE ALTERAÇÃO

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. Milton Hobus, comunicam aos interessados que fica alterado a redação do Preâmbulo do Edital - DATAS, LOCAL E HORÁRIOS, do Edital de Pregão Presencial Nº 130/2011, que passa a ter a redação abaixo, permanecendo inalteradas os demais itens:

“ DATAS, LOCAL E HORÁRIOS

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.574/0001-06, com sede a Praça 25 de Julho, 01 - Centro, Rio do Sul, através do Pregoeiro Oficial do Município, regularmente nomeado (a) por Sua Excelência o Prefeito Constitucional do Município, formalizado pela Decreto nº 1582, de 15 de dezembro de 2010, torna público a quem possa interessar que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do Tipo MAIOR OFERTA, sob regime de execução de empreitada por Preço Global, destinada

à CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BANCARIA PARA PROCESSAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SANTA CATARINA, de conformidade com o Termo de Referência, às 14 horas, do dia 30 de novembro de 2011, na sede da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sita a Praça 25 de Julho, 01, Rio do Sul - SC, de conformidade com os termos deste Edital e seus anexos que integrarão o processo administrativo licitatório instaurado sob o nº de ordem 130/2011.

Rio do Sul, 25 de novembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Extrato de Edital 56/2011 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS MÉDICOS - Nº 56/2011 - FMS

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, inscrito no CNPJ sob nº. 10.469.199/0001-55, torna público para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/93, estará recebendo a partir do dia 29/11/2011, no período das 07:30 às 11:30, e das 12:30 às 16:30 horas, no endereço rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul/SC, CEP 89.160-000, sala 110, Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, propostas de prestadores de serviços pessoa física e/ou jurídica, para prestar atendimento ambulatorial em consultas/atendimentos médicos aos usuários do Sistema Único de Saúde-SUS no município de Rio do Sul. O edital completo pode ser solicitado pelo fone (47) 3531 1449 ou e-mail sau.dvcaa@riodosul.sc.gov.br

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Credenciamento:

Anexo I - Documentação necessária para Credenciamento;
Anexo II - Minuta de contrato;
Anexo III - Declaração de retirada de edital;
Anexo IV - Requerimento;
Anexo V- Declaração de concordância;

I - DO OBJETO

1.1- O objeto do presente Edital tem por finalidade o credenciamento de prestadores “pessoa física e/ou jurídica” para prestar atendimento ambulatorial em consultas/atendimentos médicos na especialidade Infectologia, em regime de pró-labore (por produção), para os usuários do SUS no município de Rio do Sul, conforme minuta de contrato constante no ANEXO II deste edital.

Descrição	Consultas / Mês	Valor Unitário
Consulta Médica em Atenção Especializada	300	R\$ 18,00

Rio do Sul, 28 de novembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Resultado Final Concurso Interno Remoção
CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO (POR CONCURSO E POR PERMUTA) - ANO 2011

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do município de Rio do Sul - SC, com base no Art. 20-B da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores, mediante as condições estipuladas no edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO o RESULTADO FINAL do Concurso Interno de Remoção (Por Concurso e por Permuta) - Ano 2011, do Magistério Público Municipal.

EDUCAÇÃO INFANTIL

CLAS-SIF.	NOME	PÓS GRADUAÇÃO	HABILITAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO	HORAS DE APERFEIÇOAMENTO	DATA NASCIMEN-TO
01	Ligia Helena Naschenverg Molinari	Específica	Pedagogia	23a 8m 16d	44h	07/12/1963
02	Irene de Fátima Kowalski da Cruz	Específica	Pedagogia	13a 6m 10d	256h	03/07/1969
03	Beatriz Neckel	Específica	Pedagogia	9a 6m 25d	632h	11/07/1980
04	Wilmara Adriana Stadnik Bublitz	Específica	Pedagogia	9a 5m 15d	690h	13/07/1974
05	Elisete Bechtold Pamplona	Específica	Pedagogia	9a 4m 4d	174h	21/08/1964
06	Roseli Strey	Específica	Pedagogia	8a 8d	466h	19/02/1970
07	Franciane Oliveira Gorges	Específica	Pedagogia	7a 8m 4d	660h	12/02/1980
08	Ariana Ledra Gorges	Específica	Pedagogia	4a 8m 16d	44h	11/02/1984
09	Claudiane Andréa Feller Tonet		Pedagogia	8a 9m 7d	68h	29/01/1980
10	Tânia Aparecida Sandi Szuta		Magistério	19a 7m 13d	12h	27/11/1963
11	Mara Rubia Ernst		Magistério	10a 9m 22d	84h	06/08/1977

ENSINO FUNDAMENTAL

CLAS-SIF.	NOME	PÓS GRADUAÇÃO	HABILITAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO	HORAS DE APERFEIÇOAMENTO	DATA NASCIMEN-TO
01	Marinei Aparecida Silva Costa	Específica	Pedagogia	23a 7m 16d	54h	09/06/1968

EDUCAÇÃO FÍSICA

CLAS-SIF.	NOME	PÓS GRADUAÇÃO	HABILITAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO	HORAS DE APERFEIÇOAMENTO	DATA NASCIMEN-TO
01	Roberto Mafli	Específica	Educação Física	11a 7m 18d	58,5h	30/12/1964
02	Ana Paula Rosa Graciotin	Específica	Educação Física	8a 4m 9d	680h	28/12/1978

PEDAGOGOS

CLAS-SIF.	NOME	PÓS GRADUAÇÃO	HABILITAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO	HORAS DE APERFEIÇOAMENTO	DATA NASCIMEN-TO
01	Lair Becker	Específica	Pedagogia	8a 1m 26d	392h	10/01/1955

Rio do Sul, 25 de novembro de 2011.
MILTON HOBUS
 Prefeito Municipal

JOSE E. R. THOMÉ
 Secretário Municipal de Administração

JANARA APARECIDA MAFRA
 Secretária Municipal de Educação

Instrução Normativa Nº 0003/2011

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 0003/2011

Dispõe sobre a documentação necessária para a nomeação e designação de cargos em comissão no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina.

O Secretário de Administração do Município de Rio do Sul, considerando, o na Lei 5.209 de 01/11/2011, publicada em 14/11/2011, esclarece:

Art. 1º A partir de 23/11/2011, o nomeado ou designado para exercer atividades em cargos em comissão na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, obrigatoriamente antes da posse, terá ciência das restrições e declarará por escrito que não se encontra inserido nas vedações do Art. 1º da Lei 5.209 de 01/11/2011, mediante assinatura da Declaração modelo constante no Anexo I da presente Instrução Normativa, bem como deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios:

- I - Certidão Negativa Criminal;
- II - Certidão Negativa Civil;
- III - Certidão de Quitação Eleitoral;
- IV - Certidão de Antecedentes Eleitorais;
- V - Certidão Negativa do Conselho Profissional ao qual é, ou foi inscrito.

Art. 2º O previsto no inciso V do artigo anterior, caberá nos casos do nomeado ou designado ser detentor de curso superior completo em que existe um conselho regulamentador da respectiva profissão.

Art. 3º Aquele que tiver restrições nas certidões apresentadas estará impossibilitado de assumir cargo em comissão de livre nomeação e exoneração junto ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. Excetua-se das disposições contidas no caput deste artigo, as restrições que não geram impedimento para o exercício de atividade, em conformidade com o disposto no Art. 1º e incisos da Lei 5.209 de 01/11/2011.

Art. 4º Fica autorizado o Departamento de Recursos Humanos do Município, promover as diligências necessárias com vistas a obtenção das respectivas certidões mencionadas nos incisos I à V do Art. 1º, da presente Instrução Normativa, aos atuais ocupantes de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração vinculado ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. Comprovada a existência de restrição nas certidões citadas dos incisos I à V do Art. 1º deste Ato Normativo, deverá ser promovida a exoneração do servidor do cargo em comissão,

conforme disposto no Art. 4º da Lei 5.209 de 01/11/2011.

Art. 5º Os casos omissos e as dúvidas surgidas em decorrência da aplicação desta Instrução Normativa serão dirimidos pela Procuradoria Jurídica do Município.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de novembro de 2.011.

JOSÉ EDUARDO ROTHARTH THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Anexo I - (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 0003/2011, de 23/11/2011)

DECLARAÇÃO - NOMEAÇÃO E DESIGNAÇÃO CARGO EM COMISSÃO

Eu _____, brasileiro, estado civil _____, portador do CPF _____, residente e domiciliado na rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, não estar inserido nas hipóteses descritas na Lei 5.209, de 01 de novembro de 2011, bem como que estou ciente das restrições impostas pela citada lei para assumir cargo em comissão no âmbito da administração direta ou indireta deste município.

Declaro ainda, sob pena do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações constantes desta são a expressão da verdade, pelas quais me responsabilizo criminalmente.

Anexo a este os seguintes documentos comprobatórios:

I - Certidão Negativa Criminal;

II - Certidão Negativa Civil;

III - Certidão de Quitação Eleitoral;

IV - Certidão de Antecedentes Eleitorais;

V - Certidão Negativa do Conselho Profissional, caso couber.

Local e Data: Rio do Sul, ____/____/____.

Assinatura: _____.

São Bento do Sul

PREFEITURA

Resumido Edital Pregão Eletrônico 386/2011

EDITAL DE PREGÃO Nº. 386/2011

TIPO ELETRÔNICO

JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração e do Pregoeiro Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam a Lei 8.666/93 de 21/06/93, que receberá até às 13h00min do dia 08 de dezembro de 2011 propostas para:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA

O recebimento será exclusivamente por meio de sistema eletrônico www.bll.org.br.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura

Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00 horas. Ou ainda pelos sites pelo endereço: www.saobentodosul.sc.gov.br ou www.bll.org.br.

São Bento do Sul, 29 de novembro de 2011.

TIAGO MARTINHUK

Pregoeiro Municipal

MARCO RODRIGO REDLICH

Secretário de Administração

Resumido Edital Pregão Presencial 16/2011 da Fundação Municipal de Desportos

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO Nº. 16

MENOR PREÇO POR ITEM

A Fundação Municipal de Desportos do Município de São Bento do Sul, estado de Santa Catarina, através do Diretor Presidente e do Pregoeiro Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 de 17/07/2002 e 8.666/93 de 21/06/93, que receberá até às 13:45 horas do dia 12 de dezembro de 2011, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS 0 KM PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00.

O edital estará disponível no site: www.saobentodosul.sc.gov.br

São Bento do Sul, 29 de novembro de 2011.

TIAGO MARTINHUK

Pregoeiro Municipal

MARCO RODRIGO REDLICH

Secretário de Administração

Resumido Edital Pregão Presencial 388/2011

EDITAL DE PREGÃO Nº. 388 /2011

MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração e do Pregoeiro Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 de 17/07/2002 e 8.666/93 de 21/06/93, que receberá até às 09:30 horas do dia 12 de dezembro de 2011, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO 0 KM ANO/MODELO 2012 PARA A 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR - SÃO BENTO DO SUL CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00.

O edital estará disponível no site: www.saobentodosul.sc.gov.br

São Bento do Sul, 29 de novembro de 2011.

TIAGO MARTINHUK

Pregoeiro Municipal

MARCO RODRIGO REDLICH

Secretário De Administração

IPRESBS**Portaria IPRESBS Nº 556/2011**

PORTARIA IPRESBS Nº 556/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 03/12/2011 a 15/02/2012, à servidora BERNADETE MARIA STIEGLER STUY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 18/11/2011 a 02/12/2011, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/12/2011.

São Bento do Sul, 25/11/2011.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 552/2011

PORTARIA IPRESBS Nº. 552/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 26/11/2011 a 27/01/2012, concedido à servidora OTILIA SCHOFFEL PSCHIEDT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Prático de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 131/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/11/2011.

São Bento do Sul, 25/11/2011.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 553/2011

PORTARIA IPRESBS Nº. 553/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 17/11/2011 a 27/04/2012, concedido à servidora TEREZINHA GUZATTO PEDROZO, ocupante do cargo de

provimento efetivo de Prático de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 076/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/11/2011.

São Bento do Sul, 25/11/2011.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 554/2011

PORTARIA IPRESBS Nº. 554/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 22/11/2011 a 21/12/2011, concedido à servidora VERA APARECIDA RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 422/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/11/2011.

São Bento do Sul, 25/11/2011.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 555/2011

PORTARIA IPRESBS Nº. 555/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 26/11/2011 a 30/03/2012, concedido à servidora CLEIDE MARSI SOARES DA ROSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (área de atuação 4), lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 435/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/11/2011.

São Bento do Sul, 25/11/2011.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 557/2011

PORTARIA IPRESBS Nº. 557/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no

uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 15/11/2011 a 13/01/2012, concedido à servidora APARECIDA MARIA DE BRITO COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Especial (área de atuação 1), lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 464/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/11/2011.

São Bento do Sul, 25/11/2011.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 558/2011

PORTARIA IPRESBS Nº. 558/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 12/11/2011 a 16/12/2011, concedido à servidora SONIA APARECIDA ROTTER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (área de atuação 2), lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 447/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/11/2011.

São Bento do Sul, 25/11/2011.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

SAMAE**Dispensa de Licitação**

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DO OBJETO: O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE torna público, para quem possa interessar, que conforme autorização do Art.24, Inciso IV da Lei 8.666/93 de 21/06/1993, adquiriu diversos materiais elétricos e serviços de engenharia elétrica, conforme Autorizações de Fornecimento nº's: 1671 e 1672/2011.

DO VALOR: R\$ 9.315,97 total.

CONTRATADA: ROSEMARY FURST XAVIER BRANCO ME.

São Bento do Sul, 28 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****Decreto Nº 4.315, de 28 de Novembro de 2011.**

DECRETO Nº 4.315, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

Declara de Utilidade Pública bem imóvel, para fins de avaliação, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a necessidade do Município de avaliação do imóvel de matrícula nº 11.007 (onze mil e sete), do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, de propriedade da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, cujo bem o Município pretende permutar com outro bem imóvel de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste - SC;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública parte do lote colonial rural nº 1-B (UM-B), com área de 5.084,57m² (cinco mil, oitenta e quatro metros e cinquenta e sete centímetros quadrados), situado na Fazenda Saudades, em São Lourenço do Oeste - SC, de propriedade da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, com matrícula nº 11.007 (onze mil e sete), do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Ficam os servidores públicos municipais autorizados a penetrar no imóvel declarado de utilidade pública a fim de promover as medições e levantamentos que se fizerem necessários.

§ 1º Fica designado o Senhor EDUARDO BRATTI, brasileiro, Engenheiro Civil da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE, inscrito no CREA-SC sob nº 048003-9, para expedir Laudo de Avaliação do imóvel de que trata o art. 1º, deste Decreto.

§ 2º O Engenheiro deverá entregar o Laudo de Avaliação no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de publicação deste Decreto.

§ 3º Os serviços de elaboração do Laudo de Avaliação mencionados no art. 1º dar-se-ão de forma não onerosa ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 28 de novembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 17/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 13/12/2011, às 13:45 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2011 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PREGÃO PRESENCIAL Nº 15- OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PARA PACIENTES. Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 15/2011 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 13/12/2011, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2011 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PREGÃO PRESENCIAL Nº 13 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS. Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitações 146/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 12/12/2011, às 8:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2011, PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2011 - OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E SEGURANÇA DO EVENTO REVEILLON 2011/2012, A SER REALIZADO NA PRAÇA DA LIBERDADE, EM SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2011 A PARTIR DAS 22:00 HORAS.. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitações Nº 16/2011 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 13/12/2011, às 10:40 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2011 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PREGÃO PRESENCIAL Nº 14- OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, PARA AMBULATÓRIO. Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Extrato de Dispensa de Licitação 145/2011

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 145/2011

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

CNPJ nº 83.021.873/0001-08

RANZAN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Inscrita no CNPJ sob o nº 85.262.749/0001-60.

FORNECEDOR: VISOLI IND E COM DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Inscrita no CNPJ sob o nº 78.517.737/0001-73.

FORNECEDOR: VETERINÁRIA E CLINICA DR LEO LTDA ME

Inscrita no CNPJ sob o nº 83.685.099/0001-30.

FORNECEDOR: CALVES MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA

Inscrita no CNPJ sob o nº 83.133.133/0001-09.

FORNECEDOR: ALEXANDRE PANSERA & CIA LTDA EPP

Inscrita no CNPJ sob o nº 10.693.709/0001-60.

Total: R\$ 18.374,64 (dezoito mil trezentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.390.00.00.00.00.00.01.000. D-14

Fundamento Legal: Lei n.8.666/93, art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LONA PRETA PARA ATENDER A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR VENDAVAL E CHUVA COM GRANIZO, DECRETO Nº 4.263 DE 2011. Vigência: Da data da assinatura do contrato, até 31 de dezembro de 2011.

São Lourenço do Oeste - SC

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Extrato de Inexigibilidade de Licitação

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 148/2011

Contratada a seguinte empresa: VILLAR COMERCIO E PROMOÇÕES ARTISTICAS LTDA

CNPJ: 01.982.675/0001-46

Fundamento Legal: Lei n.8.666/93, art. 25, inciso III.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A BANDA "ALMA SERRANA", A SE REALIZAR NO DIA 31 DE DEZEMBRO, EM COMEMORAÇÃO DO REVEILLON.

Valor Total: R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

Vigência: de 28 a 31 de dezembro de 2011.

São Lourenço Do Oeste - SC

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Extrato do Convênio Nº 15202/2011-1 - ESED 11130113.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 15202/2011-1 - ESED 11130113.

Origem: Lei 9.394/1996 e Decreto Estadual nº 502, de 16 de setembro de 2011.

Conveniente: Secretaria de Estado da Educação - SED, CNPJ nº 82.951.328/0001-58.

Conveniada: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF 83.021.873/0001-08.

Objeto: Atendimento do Ensino Fundamental, por meio da implantação do Programa de Parceria Educacional Estado-Município, mediante a assunção total ou parcial dos alunos do Ensino Fundamental da rede estadual pelo Município, conforme previsto no inciso V, do art. 11, da Lei 9.394/96 e disciplinado pelo Decreto Estadual nº 502, de 16 de setembro de 2011.

Data da assinatura: 17 de novembro de 2011.

Vigência: Da data de publicação no Diário Oficial do Estado até 31 de dezembro de 2016.

Signatários: Marco Antonio Tebaldi - Secretário de Estado da Educação - pelo Conveniente e Tomé Francisco Etges, Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pela Conveniada.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Avisa do equívoco publicado no dia 24/11/2011 da abertura do Processo Nº 11.2011

ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO

Á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA juntamente com o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Avisa do equívoco publicado no dia 24/11/2011 da abertura do Processo nº 11.2011. MODALIDADE: Pregão Presencial.

Passa-se a ler o novo objeto:

A presente licitação tem como objeto a contratação de serviço administrativo de gerenciamento, manutenção de sistema e demais requisitos necessários ao fornecimento de auxílio alimentação, por meio magnético para atender aos Servidores do Fundo Municipal de Saúde nos termos da Lei Municipal n.º 646 de 22 de novembro de 2011, conforme especificação do Edital.

A nova Data de Abertura dos envelopes passa-se a ser Dia 09/11/2011 às 14:30h

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, da 13:00h às 19:00h , ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e R. 203. São Pedro de Alcântara, 25/11/2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Dispensa Nº 09/2011-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 9/2011 - DL Processo Nr.: 49/2011 Data: 25/11/2011
	Folha: 1/4

Fornecedor: LIVRARIAS MOHR LTDA Endereço: AV. NEREU RAMOS 3335 SL4 Cidade: ITAPEMA - SC CNPJ: 07.261.562/0001-38	Código: 11431 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: aquisição de livros para suprir as necessidades do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Álcool, Cigarro e Drogas. Autor: Jairo Bouer . Editora Panda Books	UN	23,90	23,90
2	1,00	Coleção Valores. Autor: Claire Llewellyn e Mike Gordon. Editora Scipione	UN	262,80	262,80
3	1,00	Biblioteca Larousse: Corpo Humano. Editora Larousse do Brasil, Autor: Larousse Junior.	UN	42,00	42,00
4	1,00	O grande dilema de um pequeno Jesus. Autor: Júlio Emílio Braz. Editora Larousse do Brasil	UN	25,90	25,90
5	1,00	Quando a família está com problemas - As crianças podem aprender a lidar com a tristeza decorrente da adição às drogas e ao álcool. Autor: Marge Heegaard. Editora Artmed	UN	36,00	36,00
6	1,00	Quando alguém muito especial morre - As crianças podem aprender a lidar com a tristeza. Autor: Marge Heegaard. Editora Artmed	UN	36,00	36,00
7	1,00	Quando Alguém tem uma Doença Muito Grave - As crianças podem aprender a lidar com a perda e a mudança. Autor: Marge Heegaard. Editora Artmed	UN	32,00	32,00
8	1,00	Quando os pais se separam - As crianças podem aprender a lidar com a tristeza do divórcio. Autor: Marge Heegaard. Editora Artmed	UN	32,00	32,00
9	1,00	Quando Um dos Pais Casa Novamente - As Crianças Podem Aprender a Lidar com a Mudança Familiar. Autor: Marge Heegaard. Editora Artmed	UN	32,00	32,00
10	1,00	Os meus, os teus, os nossos - Lidando com os desafios da família moderna. Autor: Gladis Brun. Editora Larousse	UN	39,90	39,90
11	1,00	As mudanças no ciclo de vida familiar. Autor: Betty Carter e Mônica McGoldrick. Editora Artmed	UN	107,00	107,00
12	1,00	Família e... comunicação, divórcio, mudança, resiliência, deficiência, lei, bioética, doença, religião e drogadição. Autor: Ceneide M de Cerverny. Editora Casa do Psicólogo	UN	59,00	59,00
13	1,00	Castelo de cartas. Autor: Gary Chapman. Editora Mundo Cristão	UN	24,90	24,90
14	1,00	As Cinco Linguagens do Amor. Autor: Gary Chapman. Editora Mundo Cristão	UN	24,90	24,90
15	1,00	Cinco Linguagens do Amor das crianças. Autor: Gary Chapman. Editora Mundo Cristão	UN	29,90	29,90
16	1,00	Sem tempo para ser criança: a infância estressada. Trad. Magda França Lopes. Editora Artmed	UN	78,00	78,00
17	1,00	Entendendo a Rivalidade Entre Irmãos: O método Brazelton. T. Berry Brazelton e Joshua D. Sparrow. Editora Artmed	UN	32,00	32,00
18	1,00	O que as crianças realmente querem que o dinheiro não compra. Autor: Betsy Taylor. Editora Sextante	UN	29,90	29,90
19	1,00	Criando Adolescentes. Autor: Michel Carr-Greg. Editora Fundamento	UN	39,40	39,40
20	1,00	Criando meninos. Autor: Steve Biddulph. Editora Fundamento	UN	39,40	39,40
21	1,00	Criando meninas. Autor: Gisela Preuschoff. Editora Fundamento	UN	39,40	39,40
22	1,00	É claro que eu amo você... Agora vá para o seu quarto. Autor: Diane Levy. Editora Fundamento	UN	38,00	38,00
23	1,00	Aconselhamento psicológico centrado na pessoa. Autor: Henriette Tognetti Penha Morato. Editora Casa do Psicólogo	UN	175,00	175,00
24	1,00	Psicoterapia e Consulta Psicológica. Autor: Carl Rogers. Editora Martins Fontes	UN	79,50	79,50
25	1,00	Grupos de Encontro. Autor: Carl Rogers. Editora Martins Fontes	UN	40,40	40,40
26	1,00	Psicoterapia de grupo - Teoria e Prática. Autor: Irvin D. Yalom & Modyn Leszcz. Editora Artmed	UN	125,00	125,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201

C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nr.: 9/2011 - DL

Processo Nr.: 49/2011

Data: 25/11/2011

Folha: 2/4

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
27	1,00	Grupoterapias: Abordagens Atuais. Autor: Luiz Carlos Osorio. Editora Artmed	UN	89,00	89,00
28	1,00	O ciclo da Autossabotagem. Autor: Stanley Rosner. Editora Best Seller	UN	29,90	29,90
30	1,00	Crianças e adolescentes vulneráveis. Autor: Maria Lucrécia Zavaschi. Editora Artmed	UN	75,00	75,00
32	1,00	Violência sexual contra crianças e adolescentes. Autor: Maria Regina Fay de Azambuja; Maria Helena Mariante Ferreira & Cols. Editora Artmed	UN	84,00	84,00
33	1,00	Feridas invisíveis. Autor: Mary Susan Miller. Editora Summus	UN	63,90	63,90
34	1,00	Mediação familiar transdisciplinar. Autor: Malvin Muszkat. Editora Summus	UN	28,00	28,00
35	1,00	Crianças no labirinto das acusações. Autor: Marcia Ferreira Amendola. Editora Juruá	UN	44,90	44,90
36	1,00	Psicologia - Abordagens atuais. Autor: Willian E. Glassmann e Marilyn Hadad. Editora Artmed	UN	128,00	128,00
37	1,00	A dinâmica da Participação local no Brasil. Autor: Leonardo Avitser. Editora Cortez	UN	49,00	49,00
38	1,00	Estimulação Precose: Inteligência Emocional e Cognitiva (São 3 volumes) Editora: Grupo Cultural Tradutora: Adiana de Almeida Navarro	UN	129,90	129,90
39	1,00	Abuso sexual em meninos - A violência Intrafamiliar. Autor: Moacyr Ferreira Pires Filho. Editora Juruá	UN	29,90	29,90
40	1,00	Abuso sexual doméstico. CRAMI / Campinas. Editora Cortez	UN	20,00	20,00
41	1,00	Como educar sem usar a violência. Autor: Dora Lorch. Editora Summus	UN	40,90	40,90
42	1,00	Abuso sexual - A justiça interrompe a violência. Helenice Gama Dias de Lima; Liana Fortunat Costa. Editora Liber Livro	UN	28,00	28,00
43	1,00	Violência dói e não é direito. Autor: Lilia Blima Schraiber; Ana Flávia P. L. D'Oliveira. Editora Unesp	UN	25,00	25,00
44	1,00	Crianças vítimas de abuso sexual. Autor: Marceline Gabel. Editora Summus	UN	57,90	57,90
45	1,00	O conluio do silêncio. Autor: Vicente de Paula Faleiros e Altair Maced Loureiro. Editora Roca	UN	41,00	41,00
46	1,00	Tudo é linguagem. Autor: Françoise Douth. Editora Martins Fontes	UN	46,50	46,50
47	1,00	Michaelis Língua Portuguesa - Dicionário Escolar: Nova Ortografia + CD-ROM. Editora Melhoramentos	UN	36,00	36,00
48	1,00	Abrigo Comunidade de Acolhida e Socioeducação. Autor: Myrian Veras Baptista (Org). Editora Instituto Camargo	UN	145,00	145,00
49	1,00	Gestão Pública de Serviços Sociais. Autor: Samira Kauchakje. Editora IBPEX	UN	35,00	35,00
50	1,00	Serviços de Proteção Social. Egli Moniz. Editora Cortez	UN	45,00	45,00
51	1,00	O tempo das Redes. Autor: T. A Borzel.	UN	45,00	45,00
52	1,00	Dinâmicas Criativas - Um caminho para a transformação de grupos. Autor: Adriana Friedmann. Editora Vozes	UN	33,00	33,00
53	1,00	Dinâmicas de Grupos - Crescimento e integração. Autor: Giovanna Leal Borges. Editora Vozes	UN	20,00	20,00
54	1,00	Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: Caminhos da Construção Democrática. Autor: Raquel Raichelis. Editora Cortez	UN	35,00	35,00
55	1,00	Gestalt-terapia - teoria, técnicas e aplicações. Autor: Irma Lee Shepherd e Joen Fagan. Editora Zahar	UN	96,00	96,00
56	1,00	De pessoa a pessoa - psicoterapia dialógica. Autor: Richard Hycner. Editora Summus	UN	42,90	42,90
57	1,00	Relação e cura em Gestalt-terapia. Autor: Richard Hycner. Editora Summus	UN	50,90	50,90
58	1,00	Descobrimos crianças - a abordagem gestáltica com crianças e adolescentes. Autor: Violet Oaklander. Editora Summus	UN	75,90	75,90
59	1,00	Ego, fome e agressão - uma revisão da teoria e do método de Freud. Autor: Frederick Salomon Perls. Editora Summus	UN	77,90	77,90
60	1,00	Gestalt-terapia - um caminho de volta para casa. Autor: Beatrice Marinho Paulo. Editora Impetus	UN	85,00	85,00
61	1,00	Psicologia na prática jurídica - A criança em foco. Autor: Beatrice Marinho Paulo. Editora Impetus	UN	49,00	49,00
62	1,00	Representações sociais de lei, crime e injustiça em adolescentes. Autor: Maria S. De Stefano Menin. Editora Mercado de letras	UN	35,00	35,00

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nr.: 9/2011 - DL

Processo Nr.: 49/2011

Data: 25/11/2011

Folha: 3/4

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
63	1,00	Psicologia jurídica - Temas de aplicação II. Autor: Maria C. N. De Carvalho e Cols. Editora Juruá	UN	47,40	47,40
64	1,00	Aprendendo a ser e a conviver. Autor: Margarida Serrão e Maria Clarice Baleeiro. Editora FTD	UN	74,00	74,00
65	1,00	A técnica na psicanálise infantil. Autor: Antonino Ferro. Editora Imago	UN	57,00	57,00
66	1,00	A busca da elegância em psicoterapia - uma abordagem gestáltica com casais, famílias e sistemas íntimos. Autor: Joseph Zinker. Editora Summus	UN	69,90	69,90
67	1,00	Processo criativo em Gestalt-terapia. Autor: Joseph Zinker. Editora Summus	UN	66,90	66,90
69	1,00	A construção do psicoterapeuta - uma abordagem gestáltica. Autor: Beatriz Helena Paranhos Cardella. Editora Summus	UN	53,90	53,90
70	1,00	A arte de restaurar histórias - o diálogo no caminho pessoal. Autor: Jean Clark Juliano. Editora Summus	UN	38,90	38,90
71	1,00	Psicodiagnóstico em Gestalt-terapia. Autor: Adelma Pimentel. Editora Summus	UN	61,90	61,90
72	1,00	Psicoterapia de curta duração na abordagem Gestáltica - elementos para a prática clínica. Autor: Ênio Brito Pinto. Editora Summus	UN	44,90	44,90
73	1,00	Gestalt-terapia - o processo grupal. Autor: Jorge Ponciano Ribeiro. Editora Summus	UN	44,90	44,90
74	1,00	Gestalt-terapia - refazendo um caminho. Autor: Jorge Ponciano Ribeiro. Editora Summus	UN	34,90	34,90
75	1,00	Gestalt e grupos - uma perspectiva sistêmica. Autor: Therese Amelie Tellegen. Editora Summus	UN	32,90	32,90
76	1,00	Eu e Tu. Autor: Autor: Martin Buber. Editora Centauro	UN	40,00	40,00
77	1,00	Sobrevivência Emocional - as dores da infância revividas no drama adulto. Autor: Rosa Cukier. Editora Ágora	UN	32,90	32,90
78	1,00	Grupo - fugacidade, ritmo e forma - processo de grupo e facilitação na Psicologia Humanista. Autor: Afonso Henrique Lisboa da Fonseca. Editora Summus	UN	44,90	44,90
79	1,00	A fenomenologia das psicoses. Autor: Arthur Tatossian. Editora Escuta	UN	66,20	66,20
80	1,00	A linguagem dos sentimentos. Autor: David Viscott. Editora Summus	UN	34,90	34,90
81	1,00	Perdas necessárias. Autor: Judith Viorst. Editora Melhoramentos	UN	45,00	45,00

JUSTIFICATIVA:

Artigo 24 da Lei 8.666/93:

É dispensável a licitação.

- I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10 % (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para os serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

TEXTO

Devido a duas tentativas de contratação e ambas frustradas.

SCHROEDER, 25 de Novembro de 2011

 FELIPE VOIGT
 PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Nr.: 9/2011 - DL****Processo Nr.: 49/2011****Data: 25/11/2011**

Folha: 4/4

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER , 25 de Novembro de 2011

Valor da Despesa: 4.333,00 (quatro mil trezentos e trinta e três reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMETNO DO DOCUMENTO FISCAL

Dispensa Nº 54/2011-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nr.: 54/2011 - DL

Processo Nr.: 167/2011
Data: 28/11/2011

Folha: 1/2

Fornecedor: TECNOFOGOS COMERCIAL LTDA

Código: 9861

Endereço: RUA 7 DE SETEMBRO, 2511

Cidade: BLUMENAU - SC

CNPJ: 02.543.496/0002-56

Inscrição Estadual:

254.085.890

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para realização de show pirotécnico a ser realizado no Auto de Natal, no dia 10 de dezembro de 2011, no Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Kit de fogos de artifícios composto por: 936 tiros de canhão com (2X468) EFEITOS ESPECIAIS rajada rápida de tiros com resposta de cores -altura média 25m , 360 mini morteiros de 3/4 (apito gaiato 2X180) EFEITO ESPECIAL rajada rápida de apito gaiato- altura média 25m, 02 morteiros de 3" vaso verde EFEITO super jato de cor verde tipo gêiser- altura média 25m, 02 morteiros de 3" vaso lilás EFEITO super jato de cor lilás tipo gêiser- altura média 25m, 36 morteiros de 1,5" folha seca (01X36) EFEITO abre chorão com efeitos crackling na pontas- altura média 30m, 36 morteiros de 1,5" spetacle (1X36) EFEITO traçante especial c/ multi riscos azuis- altura média 30m, 36 morteiros de 1,5" giralíder (1X36) EFEITO sobe c/ giratório prata c/ tiro titânico no final- altura média 30m, 50 morteiros de 1,5 multishow de cores (2X25) EFEITO subida traçante de crackling e abertura com bombas coloridas- altura média 30m, 12 morteiros de 3" cores EFEITO bombas com 12 variações de cores e efeitos diferentes- altura média 60m, 1 morteiro de 4" cores EFEITO bomba com efeito chorão- altura média 80m.	UN	2.500,00	2.500,00

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do incís artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

TEXTO

O OBJETO REFERE-SE AO EVENTO DE AUTO DE NATAL A SER REALIZADO NO DIA 10 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO DE 2011.□□□□□□□□□□

SCHROEDER, 28 de Novembro de 2011

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 54/2011 - DL****Processo Nr.:** 167/2011**Data:** 28/11/2011

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 23 de Novembro de 2011

Valor da Despesa: 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Extrato Contrato Nº 35/2011-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 35/2011-FAS

Dispensa de licitação nº. 08/2011-FAS

Processo nº. 48/2011-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: IECLB PARÓQUIA DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.362.299/0001-84, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3339, Centro, na cidade de Schroeder/SC.

Objeto: Constitui o presente contrato a Locação de espaço físico Salão Comunitário da IECLB - Igreja Paróquia de Schroeder, Comunidade Bom Pastor de Schroeder I, localizado no endereço: Rua Rio de Janeiro, s/n, Bairro de Schroeder I, no Município de Schroeder/SC, sendo:

Item	Descrição	Unidade	Qtde.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Locação de espaço físico Salão Comunitário da IECLB - Igreja Paróquia de Schroeder, Comunidade Bom Pastor de Schroeder I, localizado no endereço: Rua Rio de Janeiro, s/n, Bairro de Schroeder I, no Município de Schroeder/SC.	Mês	12	500,00	6.000,00
VALOR TOTAL R\$					6.000,00

Valor do contrato: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Data da Assinatura: 24/11/2011 - Vigência: 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 193/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 193/2011-PMS

Inexigibilidade de Licitação nº. 08/2011-PMS - Processo nº. 164/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.096.738/0001-55, estabelecida na Rua Sete de setembro, nº 877, 1º andar, sala 101, Centro, na cidade de Marechal Candido Rondon,, Estado do Paraná, CEP: 85.960-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de assinatura da revista Amigos da Natureza para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, no período de 12 meses, conforme segue:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Assinatura da revista Amigos da Natureza para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, no período de 12 meses.	10	Assinatura	63,00	630,00

Total R\$ 630,00

Valor do contrato: R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais).

Data da Assinatura: 28/11/2011 - Vigência: 28/11/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 194/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 194/2011-PMS

Processo Licitatório nº. 149/2011-PMS - Pregão Presencial nº. 68/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EMME PRÉ-FABRICADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 78.841.087/0001-17, estabelecida na Rua Tiradentes, nº. 408, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Constitui o objeto do presente do presente contrato a aquisição de galerias pré-fabricadas de concreto para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Galerias pré-fabricadas de concreto, tamanho 6,00 m X 3,00 m (interno) X 1,00 m de comprimento. Composto por 02 (duas) partes (duplo "U"), Espessura 20 cm (paredes) e 30 cm (tampa e fundo). Aterro: 0,50 a 2,50 m. Peso 14,95 toneladas o conjunto. Tráfego CLASSE 30. Posto no local da obra no Município de Schroeder.	04	Unidade	7.790,00	31.160,00

TOTAL R\$ 31.160,00

Valor do contrato: R\$ 31.160,00 (trinta e um mil, cento e sessenta reais).

Data da Assinatura: 28/11/2011 - Vigência: 01 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A11/2011 - FAS

TERMO ADITIVO Nº. A11/2011 - FAS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 20/2010-FAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt, e,

CONTRATADA: IECLB PARÓQUIA DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.362.299/0001-84, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3339, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo senhor Jandir Fritzke, inscrito no CPF sob o nº. 710.480.579/68, portador da carteira de identidade nº. 1.981.643-0-SSP-SC.

Considerando o Contrato nº. 20/2010-FAS, celebrado em 24 de maio de 2010, decorrente da Dispensa de Licitação nº. 5/2010-FAS, Processo nº. 15/2010-FAS, para locação de imóvel para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, para o período de maio a dezembro de 2010, sendo: Imóvel em alvenaria com 259,83m³, subdividido em 05 salas, 02 banheiros, 01 cozinha e uma área aberta para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3329, Centro, na cidade de Schroeder/SC.

Considerando a necessidade da locação de forma contínua e também considerando o disposto no artigo 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como por expressa previsão contratual. Ainda a revisão está prevista na cláusula 8.1.1 do respectivo contrato, conforme parecer da procuradoria municipal;
Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária 47 do ano de 2012.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria de Saúde e Assistência Social no mensal de R\$ 1.115,00 (um cento e quinze reais), totalizando o valor de R\$ 13.380,00 (treze mil e trezentos e oitenta reais) para o ano de 2012.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA/LOCADORA e CONTRATANTE/LOCATÁRIA, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Segunda (do valor do contrato), item 2.1 alterando o valor do contrato para R\$ 33.600,00 (Trinta e três mil e seiscentos), aditivada a quantidade de 12 meses, totalizando o valor por mês R\$ 1.115,00 (um cento e quinze reais), totalizando o valor de R\$ 13.380,00 (treze mil e trezentos e oitenta reais), sendo:

Item	Descrição	Unidade	Qtde.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Imóvel em alvenaria com 259,83m³, subdividido em 05 salas, 02 banheiros, 01 cozinha e uma área aberta para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3329, Centro, na cidade de Schroeder/SC	Mês	12	1.115,00	13.380,00

VALOR TOTAL R\$ 13.380,00

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Décima Primeira (da vigência) no item 11.1 do contrato nº 20/2010-FAS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º. de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 20/2010-FAS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 25 de novembro de 2011.

CONTRATADA:

IECLB PARÓQUIA DE SCHROEDER

JANDIR FRITZKE

CPF nº. 710.480.579/68

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

2ª _____

Nome: Orlando Tecilla

Nome: Marilene Busch

CPF nº. 311.753.079-34

CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A2/2011-FIA

TERMO ADITIVO Nº. A2/2011-FIA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 4/2010 - FIA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt, e,

CONTRATADA: GEANETE CACILDA GNEIPEL FIEDLER, inscrita no CPF sob o nº. 907.950.329-00, portadora da carteira de identidade nº. 4.723.587-0-SSP-SC, residente na Avenida Marechal Castelo Branco, nº. 3668, Centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 04/2010 - FIA, celebrado em 06 de maio de 2010, proveniente do processo nº 03/2010-FIA, Dispensa de Licitação nº. 01/2010 - FIA, em que consta como objeto a locação de imóvel de alvenaria com 90 m²

para atender as necessidades do Conselho Tutelar da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, sendo: Imóvel de alvenaria com 90 m², subdivido em 06 (seis) salas, 01 (um) banheiro e 01 (uma) varanda para atender as necessidades do conselho tutelar da secretaria de saúde e assistência social da prefeitura Municipal de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando a necessidade da locação de forma contínua e também considerando o disposto no artigo 57, §1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como por expressa previsão contratual, conforme parecer da procuradoria municipal;

Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária 414 do ano de 2012.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria de Saúde e Assistência Social no mensal de R\$ 700,00 (setecentos reais), totalizando o valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) para o ano de 2012.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação da locação do imóvel, objeto do contrato celebrado com a senhora GEANETE CACILDA GNEIPEL FIEDLER, esta denominada como CONTRATADA/LOCADORA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Segunda (do valor do contrato), item 2.1 alterando o valor do contrato para R\$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais), aditivada a quantidade de 12 meses, totalizando o valor por mês R\$ 700,00 (setecentos reais), totalizando o valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), sendo:

Item	Descrição	Unidade	Qtde.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Imóvel de alvenaria com 90 m², subdivido em 06 (seis) salas, 01 (um) banheiro e 01 (uma) varanda para atender as necessidades do conselho tutelar da secretaria de saúde e assistência social da prefeitura Municipal de Schroeder/SC, no período de maio a dezembro de 2010.	Mês	12	700,00	8.400,00

VALOR TOTAL R\$ 8.400,00

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Décima Primeira (da vigência) no item 11.1 do contrato nº 04/2010-FIA, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º. de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 04/2010-FIA, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 25 de novembro de 2011.

CONTRATADA:

GEANETE CACILDA GNEIPEL FIEDLER

CPF nº. 907.950.329-00

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____

Nome: Marilene Busch

CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A73/2011 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A73/2011 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 100/2011-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt, e,

CONTRATADA: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.719.963/0001-77, estabelecida na Rua Getulio Vargas, nº 2729, Centro, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.103-400, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhora Cristiane Longhi Tortelli inscrita no CPF sob o nº. 924.808.370-68, portadora da carteira de identidade nº. 6.564.264-SESPDC/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 100/2011-PMS, celebrado em 24 de maio de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 61/2011 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 29/2011-PMS, para contratação de empresa especializada em serviços de monitoramento eletrônico ininterrupto, através de sistema de alarme tele monitorado mediante sinais por linha telefônica, a serem realizados em Unidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer no mensal de R\$ 3.168,00 (Três mil, cento e sessenta e oito reais), totalizando o valor de R\$ 34.848,00 (trinta e quatro mil, oitocentos e quarenta e oito reais), para o ano de 2012.

Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária 10, 274, 284 e 350 do ano de 2012.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, bem como nas disposições contratuais, conforme parecer da Procuradoria.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) nos itens de 01 a 11, sendo aditivada a quantidade de 12 meses cada item, totalizando o valor do item R\$ 5.280,00 (cinco mil, duzentos e oitenta reais), e na Cláusula Quarta (do valor do contrato), item 4.1, alterando o valor do contrato para R\$ 58.080,00 (cinquenta e oito mil e oitenta reais), sendo:

ITEM	DESCRIÇÕES	Quant. Detetores	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁ- RIO	VALOR TOTAL R\$
1	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPÉUZINHO VERMELHO, Rua 03 DE OUTUBRO, 261 (01 Central de alarme; 01 Teclado; 12 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12 detetores	12	Mês	264,00	3.168,00
2	C.E.I. PROFESSORA CRISTIANE ZERBIN, Rua MARIO ZERBIN, 60 (01 Central de alarme 738; 01 Teclado; 07 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	07 detetores	12	Mês	264,00	3.168,00
3	E.M.E.F. SANTOS TOMASELLI, Rua CANDIDO TOMASELLI, 884 (01 Central de alarme 728; 01 Teclado; 07 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	07 detetores	12	Mês	264,00	3.168,00
4	JARDIM DE INFANCIA ABELINHA FELIZ, Rua ERICH FROEHNER, 4013 (01 Central de alarme; 01 Teclado; 06 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	06 detetores	12	Mês	264,00	3.168,00
5	ESCOLA MUNIC. CLARICE LANGE JACOBI, Rua RIO DE JANEIRO (01 Central de alarme 738; 01 Teclado; 11 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12 detetores	12	Mês	264,00	3.168,00

6	ESCOLA MUNICIPAL EMILIO DA SILVA, RUA PAULO JAHN, 215 (01 Central de alarme 728; 01 Teclado; 12 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	11 detetores	12	Mês	264,00	3.168,00
7	ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA, Rua ITROUPAVA AÇU (01 Central de alarme 728; 01 Teclado; 08 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	14 detetores	12	Mês	264,00	3.168,00
8	C.E.I. MUNICIPAL GIRASSOL, Rua GUILHERME ZASTROW, 58 (01 Central de alarme 738; 01 Teclado; 12 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12 detetores	12	Mês	264,00	3.168,00
9	ESCOLA MUNICIPAL SARITA BECK REZENDE, Rua DOM PEDRO, 820 (01 Central de alarme 748; 01 Teclado; 14 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	08 detetores	12	Mês	264,00	3.168,00
10	ESCOLA MUNICIPAL FRIDA HEIN KRAUSE, Rua MAL. CASTELO BRANCO, 8382 (01 Central de alarme 738; 01 Teclado; 12 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12 detetores	12	Mês	264,00	3.168,00
11	BIBLIOTECA MUNICIPAL CRUZ E SOUZA, Rua Paulo Jahn (01 Central de alarme 728; 01 Teclado; 05 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	05 detetores	12	Mês	264,00	3.168,00
VALOR TOTAL R\$						34.848,00

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta (da vigência) no item 14.1 do contrato nº 100/2011-PMS, prorrogando-se o

termo final de vigência do contrato de 1º. de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 100/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 25 de novembro de 2011.

CONTRATADA:

CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

Cristiane Longhi Tortelli

CPF nº. 924.808.370-68

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____	2ª _____
Nome: Orlando Tecilla	Nome: Marilene Busch
CPF nº. 311.753.079-34	CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A75/2011 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A75/2011 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 116/2011-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt, e,

CONTRATADA: ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.103.065/0001-01, estabelecida na Rua João Maluta Junior, nº. 1455, Sala 03, Centro, Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Ademir Augusto Noernberg, inscrito no CPF sob o nº. 093.085.809-30, portador da carteira de identidade nº. 374.825.1-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 116/2011-PMS, celebrado em 15 de julho de 2011, proveniente da Modalidade Tomada de Preços nº. 06/2011-PMS, Processo nº. 87/2011-PMS, para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), para a reforma da cobertura com área de 460,00m² e repintura interna e externa da Escola Municipal Rui Barbosa, localizada na Rua 23 de março, Itoupava-açu, no município de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando a solicitação da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para supressão no valor de R\$ 12.977,00 (doze mil novecentos e setenta e sete reais), soma dos itens não executados, sendo R\$ 8.844,00 (oito mil e oitocentos e quarenta e quatro reais) de mão-de-obra e R\$ 4.133,00 (quatro mil cento e trinta e três de material), conforme Parecer do Setor de Engenharia em anexo.

Considerando a solicitação da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de aditivo no valor de R\$ 11.861,00 (sete mil

quatrocentos e quarenta e seis reais e nove centavos), sendo R\$ 5.213,00 (cinco mil duzentos e treze reais) de mão-de-obra e R\$ 6.648,00 (seis mil seiscentos e quarenta e oito reais) de material, conforme Parecer do Setor de Engenharia em anexo.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Adilson Gorniack, CREA-SC 027.947-3, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme anexo a este processo.

Considerando-se que a supressão pretendida enquadra-se nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria.

Considerando a aprovação do aditivo de supressão pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Quarta (do valor do contrato), item 4.1, alterando o valor do contrato para R\$ 69.723,40 (sessenta e nove mil, setecentos e vinte e três reais e quarenta centavos).

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 166/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 28 de novembro de 2011.

CONTRATADA:

ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA

Ademir Augusto Noernberg

CPF nº. 093.085.809-30

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____	2ª _____
Nome: Orlando Tecilla	Nome: Marilene Busch
CPF nº. 311.753.079-34	CPF nº. 037.813.699-27

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 48/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2011**Número do Registro de Preços: 30/2011****Data do Registro: 29/08/2011****Válido até: 29/08/2012**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de óleo diesel para suprir as necessidades das frotas das Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tur

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo Diesel - Manter em regime de comodato o tanque c/ capacidade de no mínimo 10.000 litros, bomba de abastecimento, filtros e demais acessórios necessários para o abastecimento. Efetuar a instalação dos equipamentos (tanque, bomba e filtro), sem ônus e custos adicionais e prestando assistência técnica gratuita, enquanto durar o fornecimento. Entregas em caminhões tanque lacrados e aferidos pelo INMETRO. Entrega parcelada, mínimo 3.000 litros.	LT	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA (10452)	Petrobrás	0	1,8600	1

SCHROEDER, 29 de Agosto de 2011.

Termo Aditivo Nº. A74/2011 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A74/2011 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 66/2011-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt, e,

CONTRATADA: IECLB PARÓQUIA DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.362.299/0001-84, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3339, Centro, na cidade de Schroeder/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA/LOCADORA neste ato representada pelo senhor IVANILDO MANSKE, portador da carteira de identidade nº. 1.355.143-SSP-SC, inscrito no CPF nº. 533.693.869-68.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 66/2011-PMS, celebrado em 05 de abril de 2011, proveniente da Dispensa de licitação nº. 19/2011-PMS, Processo nº. 55/2011-PMS, para a locação de imóvel urbano com 749,32 m² para ser utilizado em realização de eventos exclusivos da administração municipal de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer no mensal de R\$ 523,50 (Quinhentos e vinte e três reais e cinquenta centavos), totalizando o valor de R\$ 6.282,00 (seis mil, duzentos e oitenta e dois reais) para o ano de 2012.

Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária 79 do ano de 2012.

Considerando-se que pode ser prorrogado, nos termos da cláusula contratual específica, e do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) no item 01 aditivada a quantidade de 12 meses, totalizando o valor do item R\$ 523,50 (quinhentos e vinte e três reais e cinquenta reais), totalizando o valor do item R\$ 6.282,00 (seis mil, duzentos e oitenta e dois reais) e na Cláusula Segunda (do valor do contrato), item 2.1, alterando o valor do contrato para R\$ 10.782,00 (dez mil, setecentos e oitenta e dois reais), sendo:

Item	Descrição	Unidade	Qtde.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Locação de imóvel urbano com 749,32 m², composto por dois salões, sanitários (masculino e feminino), área de circulação, dois bares, um palco com camarim, dispensa, churrasqueira, cozinha equipada com um fogão a lenha, um fogão a gás industrial, um fogão a gás, dois freezers, duas geladeiras, mesas, cadeiras, louças e talheres, sendo utilizado para realização de eventos exclusivos da administração municipal de Schroeder, como conferências, reuniões e outros.	Mês	12	523,50	6.282,00

VALOR TOTAL R\$ 6.282,00

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Décima Primeira (da vigência e da renovação) no item 11.1 do contrato nº 66/2011-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º. de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 66/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 25 de novembro de 2011.

CONTRATADA:

IECLB PARÓQUIA DE SCHROEDER

IVANILDO MANSKE

CPF nº. 533.693.869-68

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____

Nome: Marilene Busch

CPF nº. 037.813.699-27


Timbó

PREFEITURA

Decreto Nº 2526, de 1º de Novembro de 2011

DECRETO Nº 2526, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 120.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.491, de 13 de dezembro de 2010 e Lei nº 2531, de 25 de outubro de 2011,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

99.99.099.999.9999.9999. RESERVA DE CONTINGENCIA
 99.99.099.999.9999.9999. RESERVA DE CONTINGENCIA
 99.99.099.999.9999.9999. RESERVA DE CONTINGENCIA
 900000.00 RESERVA DE CONTINGENCIA
 990000.00 RESERVA DE CONTINGENCIA
 999900.00 RESERVA DE CONTINGENCIA
 0.10000 VINCULO LIVRE 120.000,00
 TOTAL 120.000,00
 RESUMO
 0.10000 VINCULO LIVRE 120.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), autorizado

pela Lei nº 2531, de 25 de outubro de 2011, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.10.008.244.0086.2270. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

16.10.008.244.0086.2270. APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DPTO E DOS EQUI SOCIAIS

16.10.008.244.0086.2270. MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 30.000,00

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 20.000,00

TOTAL 50.000,00

16.11.008.244.0087.2274. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

16.11.008.244.0087.2274. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA

16.11.244.0087.2274. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 20.000,00

TOTAL

16.11.008.244.0087.2278. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

16.11.008.244.0087.2278. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA

16.11.008.244.0087.2278. MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 50.000,00

TOTAL 50.000,00

RESUMO - FMAS

0.10000 VINCULO LIVRE 120.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2527, de 1º de Novembro de 2011

DECRETO Nº 2527, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 170.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

02.03.006.182.0013.2010. SECRETARIA DA ARTICULACAO

POLITICA E INSTITUCIONAL

02.03.006.182.0013.2010. DEFESA CIVIL

02.03.006.182.0013.2010. MAN. DA DEFESA CIVIL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 135.000,00

TOTAL 135.000,00

07.01.015.121.0040.2082. SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE

07.01.015.121.0040.2082. PLANEJAMENTO URBANO

07.01.015.121.0040.2082. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 5.000,00

TOTAL 5.000,00

08.01.015.452.0050.2092. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.01.015.452.0050.2092. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.01.015.452.0050.2092. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 30.000,00

TOTAL 30.000,00

TOTAL GERAL 170.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2438, de 07 de Novembro de 2011

PORTARIA No 2438, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Professor C

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Mônica Zafanelli da Cruz Lima (Aposentadoria de Ivone Nasato)	12/02/72	668680250/68	20h	07/11/2011 a 16/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 07 de novembro de 2011; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2439, de 08 de Novembro de 2011

PORTARIA No 2439, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Luana Santos Nascimento Vicente (Aumento do número de alunos)	29/03/87	059.650.729-10	44h	08/11/2011 a 16/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 08 de novembro de 2011; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2440, de 10 de Novembro de 2011

PORTARIA No 2440, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Amarildo Diogo Correia (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Proc.Seletivo)	09/09/69	704.931.119/72	44h	10/11/2011 a 01/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de novembro de 2011; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SS

Portaria No 2442, de 11 de Novembro de 2011

PORTARIA No 2442, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Amplia a carga horária efetiva de servidoras ocupantes do cargo efetivo de Professor-Educação Infantil, a contar de 1º de novembro do corrente.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º AMPLIAR a carga horária efetiva de Servidoras ocupantes do cargo efetivo de Professor, lotadas na Secretaria Municipal de Educação - Educação Infantil, a contar de 1º de novembro do corrente, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	DE	PARA
Anna-Maria Keutmann Teske	20h/a	40h/a
Cristiane Margareth Reichel	20h/a	40h/a
Rita de Cássia de Andrade Damke	20h/a	40h/a
Rosane Ramos Gonzaga	20h/a	40h/a

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de novembro de 2011; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó, em exercício

Portaria No 2443, de 11 de Novembro de 2011

PORTARIA No 2443, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Katiana Aparecida Vicente (Aumento do número de alunos)	21/10/81	032.972.359-69	44h	11/11/2011 a 20/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria No 2444, de 11 de Novembro de 2011

PORTARIA No 2444, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Romário Greter, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 10 de novembro do corrente.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal ROMARIO GRETER, contratado temporariamente para o cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1697, de , de 16/11/2010, alterado pelas portarias nº 1712, de 23/11/2010; nº 1913, de 22/02/2011; nº 2196, de 29/06/2011 e nº 2329, de 31/08/2011, a contar de 10 de novembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria No 2445, de 11 de Novembro de 2011

PORTARIA No 2445, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Cristiano Luiz Rodrigues, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 03 de novembro do corrente.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal CRISTIANO LUIZ RODRIGUES, contratado temporariamente para o cargo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1359, de 1º de junho de 2010, alterado pelas Portarias nº 1460, de 19/07/2010; nº 1614, de 30/09/2010; nº 1712, de 23/11/2010; nº 1913, de 22/02/2011, nº 2196, de 29/06/2011 e nº 2329, de 31/08/2011, a contar de 03 de novembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria No 2441, de 11 de Novembro de 2011

PORTARIA No 2441, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Concede Pensão Por Morte a Hella Kegel, na qualidade de viúva do ex-servidor público inativo Ingo Kegel.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 184 da Lei Complementar nº 01/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 e artigos 71 a 81 da Lei Complementar nº 136, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 153, de 18/06/99 e nº 260, de 18/02/2004, c/c artigo 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a HELLA KEGEL, brasileira, nascida em 02/10/1940, portadora do CPF nº 039.625.899-96, RG nº 3R.389.065, na qualidade de viúva, residente na rua 951, Beco 961, 50, Centro, Balneário Camboriú-SC, a PENSÃO POR MORTE do ex-servidor público inativo INGO KEGEL, com proventos integrais correspondentes a R\$ 1.326,12 (um mil e trezentos e vinte e seis reais e doze centavos), a contar da data do óbito, ocorrido em 15 de outubro de 2011, conforme Processo FUNPREV-061/2011.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó, em exercício

Portaria Nº 2436, de 03 de Novembro de 2011

PORTARIA Nº 2436, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor lotado na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor abaixo relacionado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

(Fundo Municipal de Trânsito)

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Marcos Roberto da Silva	2388/2011	03/12/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 03 de novembro de 2011; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2437, de 1º de Novembro de 2011

PORTARIA Nº 2437, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Adriana Lopes Alegri	2412/2011	01/12/2011
Danieli Minini dos Santos	2412/2011	01/12/2011
Denilson Silva de Souza	2381/2011	01/12/2011
Desiree Caroline Dallabona	2381/2011	01/12/2011
Gerson Jair Kohls	2412/2011	01/12/2011
José Alberto Dantas	2381/2011	01/12/2011
Maria Ana Gamarra Ramirez	2412/2011	01/12/2011
Maria Girola Felippi	2412/2011	02/12/2011
Paolo Piermarini	2381/2011	01/12/2011
Rafaela Aparecida Petermann	2381/2011	01/12/2011
Sarita Lucia machado Zumach	2281/2011	07/12/2011
Silvia Cecília Laemmel Tenchena	2412/2011	01/12/2011
Suely Ittner Herweg	2381/2011	01/12/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do

Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de novembro de 2011; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Aviso Pregão Nº 05_2011 AQUISIÇÃO de CESTAS BÁSICAS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL PREGÃO Nº 000005/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Timbó através do Fundo Municipal de Assistência Social torna público, de acordo com a Lei nº. 8.666/93, que fará realizar "Pregão", do tipo Menor Preço, para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS (SACOLÃO), LEITE INTEGRAL E RECARGA DE GÁS DE COZINHA P13, A SEREM DISTRIBUÍDAS ÀS FAMÍLIAS CARENTES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE TIMBÓ E QUE ESTÃO CADASTRADAS JUNTO À ASSISTÊNCIA SOCIAL, OU POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL..O edital encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações, sala nº. 1, na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, disponível também na Internet, no seguinte endereço www.timbo.sc.gov.br Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até 13 de dezembro de 2011 as 14:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Timbó, no endereço acima mencionado, com participação aberta às proponentes e ao público.

TIMBO (SC), 28/11/2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

CÂMARA MUNICIPAL**Edital de Audiência Pública**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

O Prefeito do Município de Timbó/SC e o Presidente da Câmara de Vereadores, no uso de suas atribuições legais, CONVOCAM toda a comunidade, incluindo-se os agentes públicos, as instituições sociais e movimentos populares, associações representativas dos vários segmentos da comunidade, associação de moradores, entidades de classe, entidades acadêmicas, organizações não-governamentais e populares, à participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA para definição da Emenda de Iniciativa Popular em benefício do Município de Timbó/SC no Projeto de Lei Orçamentária da União para o Exercício de 2012, dentre as seguintes ações:

- 8581 - Estruturação da Rede de Serviços da Atenção Básica de Saúde;
- 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos;
- 8933 - Serviço de Atenção as Urgência e Emergências na rede Hospitalar.

A audiência definirá a prioridade de investimentos no Município de Timbó/SC, e será realizada no dia 01 de dezembro de 2011, às 16 horas, no plenário do Poder Legislativo Municipal, situado na Rua Germano Brandes Sênior - 711 sala 10, na cidade de Timbó/SC.



Timbó, 25 de Novembro de 2011.
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

ISMAEL MAAS
Presidente da Câmara de Vereadores

SAMAE

Aviso Carta Convite 00061-2011 de Prestação de Serviços de Desenvolvimento de Gestão de Pessoas com Qualidade e Elaboração de Plano de Metas ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO EDITAL CARTA CONVITE PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 00061/2011 AVISO DE LICITAÇÃO

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que fará realizar "CARTA CONVITE PARA COMPRAS E SERVIÇOS", do tipo Menor Preço, pelo total geral objetivando a Contratação DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS COM QUALIDADE E ELABORAÇÃO DE PLANO DE METAS para melhorar os índices de satisfação dos usuários dos serviços prestado pelo SAMAE.

O edital deverá ser solicitado ao Departamento de Licitações, Rua Duque de Caxias, 56 - Centro, Timbó/SC das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira ou por e-mail be-
atris@samaetimbo.com.br.

Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até 08 de dezembro de 2011, até as 08h50 minutos, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Timbó, no Departamento de Compras sala nº 1, na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, com participação aberta às proponentes e ao público.

TIMBO (SC), 25 de novembro de 2011.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Tunápolis

PREFEITURA

Revogação do Processo 65/2011

Considerando o ofício datado de 27 de outubro de 2011 e encaminhado pelo Ministério da Integração Nacional que informa sobre o cancelamento do Convênio nº 725523/2009-MI, celebrado entre o Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil e Prefeitura Municipal de Tunápolis;
As partes, em comum acordo e com fulcro no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93 rescindem o contrato nº 56/2011, oriundo do Processo Licitatório nº 65/2011, modalidade Tomada de Preço nº 04/2011.
Diante da rescisão amigável, deixa-se da aplicação de penalidades.

Termo de Recisão de Contrato.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Tunápolis
TERMO DE RECISÃO DE CONTRATO.
Processo licitatório nº 65/2011
Tomada de Preço para compras e serviços de engenharia nº 04/2011

Considerando o ofício datado de 27 de outubro de 2011 e encaminhado pelo Ministério da Integração Nacional que informa sobre o cancelamento do Convênio nº 725523/2009-MI, celebrado entre o Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil e Prefeitura Municipal de Tunápolis;

Considerando o disposto no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, que determina: "Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser: II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

Considerando que não houve execução da obra.

As partes, em comum acordo e com fulcro no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93 rescindem o contrato nº 56/2011, oriundo do Processo Licitatório nº 65/2011, modalidade Tomada de Preço nº 04/2011.

Diante da rescisão amigável, deixa-se da aplicação de penalidades.

Tunápolis - SC, 22 de novembro de 2011.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

De acordo:

Construções Ltda -ME
Clemente Aloizio Berwanger
Procurador

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Termo Aditivo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: POLETTO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: Suprime parte da obra e acresce outra, conforme especificado nas planilhas que integram o presente Aditivo.

VALOR: Em razão da supressão de parte da obra, fica reduzido o valor contratual em R\$ 6.361,20 (seis mil trezentos e sessenta e um reais e vinte centavos); e em razão do acréscimo de obra, fica aumentado o valor contratual em R\$ 97,00 (noventa e sete reais). Assim, considerando a redução e o acréscimo o valor do contrato passa a ser de R\$ 97.351,80 (noventa e sete mil trezentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 90/2011.

Vargeão, SC, 25 de novembro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extratos de Contratos

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADO: FIORINDO DIAS DE ALMEIDA
OBJETO: Prestação de serviços de auxílio e manutenção das decorações de fim de ano na Praça Municipal do Município de Vargeão,

SC.
VALOR: R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais) mensais por 2 meses.
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 152/2011.

Vargeão, SC, 23 de novembro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADO: ADIEL BRUCHEZ
OBJETO: Prestação de serviços de auxílio e manutenção das decorações de fim de ano na Praça Municipal do Município de Vargeão, SC.
VALOR: R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais) mensais por 2 meses.
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 153/2011.

Vargeão, SC, 23 de novembro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Lei Nº 2.658/11

LEI N.º 2.658/11, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Ginásio Esportivo Medalhão, localizado no Bairro Cidade Alta, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela Associação Bíblica e Cultural de Videira, inscrita no CNPJ nº 78.487.931/0001-53, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de novembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO
AUTORIZADO PELA LEI Nº

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito

Municipal; e do outro lado, ASSOCIAÇÃO BÍBLICA E CULTURAL DE VIDEIRA, com sede na Rua Osvaldo Cruz, nº 220, inscrita no CNPJ sob o nº 78.487.931/0001-53, neste ato representada pelo seu presidente Sr. VALMIR LUCAS DE MELLO, acordam e ajustam, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.658/11, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Ginásio de Esportes Medalhão, pela Associação Bíblica e Cultural de Videira, com a finalidade de realização de uma Assembléia, a ocorrer nos dias 07 e 08 de janeiro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

- I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.
- II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, nos dias 07 e 08 de janeiro de 2012.
- III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:
 - a. Serviço de segurança no local do evento;
 - b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
 - c. Fica vedado a instalação de palcos ou similares, bem como objetos e/ou equipamentos que possam danificar a quadra;
 - d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
 - e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
 - f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
 - g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
 - h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.
- IV. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente nos dias 07 e 08 de janeiro de 2012, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

VALMIR LUCAS DE MELLO
Presidente da Associação Bíblica e Cultural de Videira

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

Lei Nº 2.659/11

LEI Nº 2.659/11, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza baixar, desafetar e alienar, pela oferta de melhor preço, através de licitação pública, equipamentos e bens públicos inservíveis que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a baixar, desafetar do cadastro dos bens patrimoniais e alienar, com base em prévia avaliação, através de licitação pública, pela oferta de melhor preço e no estado em que se encontram os seguintes bens:

1) 1 (um) Transformador Elétrico 150KVA (tensão primária 23,1 e tensão secundária 380/220 voltz - modelo antigo)

Número do Patrimônio: 21.348

2) 1 (uma) Retroescavadeira Case 580L

Ano: 2001

Frota: 96

Número do Patrimônio: 21.350

3) 1 (uma) Ensiladeira junil - mod. 4.100

Frota: 93

Número do Patrimônio: 21.400

4) 1 (um) Britador Ambulante de Mandíbulas (Faço - mod. 4320 - movido a tomada de força)

Frota: 79

Número do Patrimônio: 21.401

5) Aproximadamente 5.000 Kg de Sucata de Ferro

Número do Patrimônio: 21.402

6) Aproximadamente 4.000 Litros de Óleo Queimado (usado)

Art. 2º Os critérios para a alienação dos bens descritos no art. 1º da presente Lei obedecerão ao disposto na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Art. 3º Os recursos resultantes da alienação dos bens, a que se refere a presente Lei, serão contabilizados e aplicados de acordo com as disposições legais pertinentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Lei Nº 2.660/11

LEI Nº 2.660/11, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

Cria cargos efetivos que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores

aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados, na Estrutura Administrativa do Município, além dos já existentes, mais 02 (dois) cargos de provimento efetivo de Técnico de Nível Superior - E-PE-ANS- I-A, com as atribuições funcionais constantes do Anexo I que faz parte integrante desta lei.

§ 1º A investidura no cargo, a que se refere o caput deste artigo, dependerá de prévia aprovação em Concurso Público, nos termos da Legislação vigente.

§ 2º Para provimento dos cargos com concurso público em vigência, assegurar-se-á o direito de convocação aos candidatos aprovados, até a expiração do prazo do respectivo concurso, os quais serão convocados conforme a necessidade, obedecendo a ordem de classificação.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação própria do orçamento municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

ANEXO I

LEI Nº 2.660/11

DESCRIÇÃO DO CARGO

CARGO	NÍVEL
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR.	E-PE-ANS-I-A

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Desenvolver atividades relacionadas à administração financeira, de recursos humanos, material, organização e métodos e demais áreas administrativas, elaborando pareceres, projetos e planos de ação, objetivando o aprimoramento das rotinas, procedimentos administrativos e o aumento da eficiência dos serviços, elaborar proposta orçamentária anual e plurianual de investimentos e de custeios de acordo com a realidade Municipal.

EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES

Atribuições:

1. Executar atividades de administração e coordenação, relacionadas a levantamento, pesquisas, análises, interpretação de dados, elaborando pareceres, projetos e planos de ação concernentes à organização e métodos, administração financeira, material e de recursos humanos, além de outras atividades administrativas afins;
2. Analisar sistemas, métodos e rotinas de trabalho, elaborando, planos e desenvolvendo projetos para a simplificação e racionalização de rotinas e procedimentos administrativos;
3. Coordenar, orientar e/ou elaborar estudos relativos a padronização e racionalização de impressos e formulários, recomendando sua implantação e prestando assistência aos usuários;
4. Orientar e/ou elaborar planos, desenvolver atividades relativas à movimentação de materiais, níveis de estoque, pontos de suprimentos, padronização de materiais, pesquisa de mercado,

compras, arranjo físico do almoxarifado e patrimônio;

5. Realizar e apresentar estudos para a elaboração da proposta orçamentária anual e plano plurianual de investimentos, a partir do conhecimento da realidade econômico-financeira da Prefeitura;

6. Realizar e apresentar estudos para a elaboração da programação financeira anual, calculando, especificando e fazendo previsão de receita e despesa;

7. Acompanhar a execução orçamentária, analisando o comportamento da receita e da despesa e propondo medidas corretivas, quando da ocorrência de desvios dos padrões estabelecidos;

8. Orientar e/ou elaborar planos e desenvolver atividades relacionadas à análise, descrição, especificação e avaliação de cargos, pesquisas salariais, redigindo as instruções necessárias para a implantação ou aperfeiçoamento de sistema de classificação de cargos, salários e carreiras;

9. Elaborar estudos pertinentes a recrutamento e seleção, treinamento, promoção e demais aspectos da administração de pessoal utilizando seus conhecimentos técnicos e compilando dados para definir metodologia, formulários e instruções a serem utilizadas;

10. Fazer levantamento da capacidade ociosa da Prefeitura de modo a atender de forma eficiente as demandas atuais e futuras;

11. Coletar, estudar e conhecer a legislação e demais normas institucionais, ligadas à área em que atua;

12. Participar das atividades de previsão financeira durante as negociações salariais;

13. Verificar a solvência financeira e a capacidade de endividamento da Administração Municipal;

14. Desenvolver atividades relacionadas com administração e legislação de pessoal, administração patrimonial e de material, transportes internos, cadastro imobiliário, administração tributária, administração financeira, execução orçamentária, licitação e contratos.

15. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;

16. Executar outras atividades correlatas.

ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

- Escolaridade: Nível Superior em Administração, Contabilidade, Direito ou Economia.
- Remuneração Inicial: R\$ 2.676,85.
- Carga Horária: 40 h (quarenta) semanais.
- Observação:

Lei Nº 2.661/11

LEI Nº 2.661/11, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.035 - Manutenção do Ensino de 0 a 6 anos
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 220.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 230.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 450.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil

2.035 - Manutenção do Ensino de 0 a 6 anos
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 450.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 450.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.662/11

LEI Nº 2.662/11, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E RECREATIVA VIDEIRENSE - AERV.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Educativa e Recreativa Videirense - AERV, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 13.477.370/0001-66, com sede à Rua José Dall Pizzol, nº 131, Bairro Farroupilha, município de Videira (SC).

Art. 2º Assegura-se a Associação as vantagens e direitos da Legislação pertinente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.663/11

LEI Nº 2.663/11, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação
02 - Departamento de Ensino Fundamental
2.033 - Manutenção do FUNDEB - Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0010.0 Aplicações Diretas

1.100.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.037 - Manutenção do FUNDEB - Ensino Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0010.0 Aplicações Diretas
1.100.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 2.200.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Lei Nº 2.664/11

LEI Nº 2.664/11, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a parcelar aporte financeiro perante o Regime Próprio de Previdência Social Municipal administrado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Videira - INPREVID e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar, nos termos desta Lei, o valor do aporte financeiro perante o Regime Próprio de Previdência Social administrado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Videira - INPREVID, apurado em 30 de novembro de 2010.

Art. 2º O aporte do Poder Executivo Municipal refere-se a insuficiência de cobertura das Provisões Matemáticas do Regime Próprio de Previdência Social administrado pelo INPREVID, apurada pela Avaliação Atuarial de novembro de 2010.

Art. 3º O valor nominal do aporte necessário para 30 de novembro de 2010 é de R\$ 43.242.177,57 (quarenta e três milhões duzentos e quarenta e dois mil cento e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos).

Art. 4º O valor atual do aporte apurado para 31 de dezembro de 2011 será parcelado em 420 (quatrocentos e vinte) meses consecutivos, pelo Sistema Francês de Amortização, com atualização monetária pela variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE.

Parágrafo único. A taxa de juros utilizada no financiamento para apuração das parcelas devidas será de 6% ao ano ou a sua equivalente mensal.

Art. 5º As parcelas para pagamento da amortização e dos juros terão vencimento no último dia de cada mês, com prazo de

pagamento prorrogado até o dia 10 do mês subsequente ao de competência, sem encargos adicionais, vencendo-se a primeira parcela em 31/01/2012 e a última em 31/01/2047.

Art. 6º No período de diferimento, 30/11/2010 a 31/12/2011, o valor total do aporte será atualizado considerando a variação acumulada do INPC e juros de 0,4867551% ao mês.

Art. 7º No caso de atraso no pagamento da parcela mensal, serão cobrados os correspondentes juros de 0,4867551% ao mês e a atualização pela variação do INPC, considerando o prazo decorrido desde a data de vencimento da parcela e a data do efetivo pagamento.

Art. 8º Em caso de extinção do INPC, mudança de sua metodologia de cálculo ou inaplicabilidade em decorrência de reforma econômica, deverá ser fixado um indicador substitutivo, compatível com as necessidades atuariais do INPREVID.

Art. 9º Se os critérios de parcelamento previstos nesta Lei resultarem em desequilíbrio financeiro-atuarial do plano de custeio do INPREVID, estes deverão ser objeto de repactuação com base em parecer atuarial.

Art. 10 Em decorrência da reavaliação atuarial, o saldo devedor referente ao aporte financeiro parcelado, conforme o disposto nesta Lei, poderá ser revisto a qualquer tempo.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Lei Nº 2.665/11

LEI Nº 2.665/11, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio com a Associação Recreativa Cultural de Handebol Videirense - ARCHAVI e a repassar-lhe contribuição financeira que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Associação Recreativa Cultural de Handebol Videirense - ARCHAVI, nos termos da minuta em anexo que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos esportivos da referida Associação, o desenvolvimento da prática do Handebol em todos os níveis sociais e em especial a aquisição de material esportivo.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) a serem pagos em parcela única no decorrer do presente exercício.

Parágrafo Único O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º Para atender as despesas decorrentes da presente Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar, até o montante de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício anterior, a seguinte dotação orçamentária:
02 - Gabinete do Prefeito Municipal
01 - Assessoria de Gabinete
2.003 - Contribuições
3.3.50.00.00.00.00.00.0.3.0000 - Aplicações Diretas

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário

Videira, 23 de novembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
LEI Nº 2.665/2011

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e a ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL DE HANDEBOL VIDEIRENSE - ARCHAVI, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede no Município de Videira, SC, CNPJ nº 11.800.710/0001-12, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 2.428/10, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de 2011, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, e a ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL DE HANDEBOL VIDEIRENSE - ARCHAVI, resolvem, nos termos da Lei nº 2.665/11, celebrar o presente Convênio, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a manutenção e a consecução dos objetivos esportivos da referida Associação, o desenvolvimento da prática do handebol em todos os níveis sociais, em especial a aquisição de material esportivo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA e F.M.E.V

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
II- repassar o valor de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ARCHAVI

I- preparar novos atletas para representarem o Município em competições a nível regional, estadual e nacional;

II- promover a integração entre o esporte e a comunidade;
III- incentivar a educação;
IV- afastar crianças, jovens e adolescentes das ruas, das drogas e de qualquer outro tipo de vício;
V- proporcionar o aperfeiçoamento físico e intelectual do atleta;
VI- promover competições em nosso Município, divulgando o Handebol;
VII- divulgar o nome do Município e da F.M.E.V, adotando um uniforme padrão, sendo que todos os atletas da ARCHAVI deverão obrigatoriamente utilizá-lo em todos e quaisquer eventos dos quais participem ou estejam envolvidos;
VIII- participar, em nome do Município de Videira, dos eventos oficiais da FESPORTE: OLESC, Joguinhos e JASC, nas fases classificatórias Regional e Estadual;
IX- Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2011, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de 2011.
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL DE HANDEBOL VIDEIRENSE - ARCHAVI
Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Lei Nº 2.666/11

LEI Nº 2.666/11, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
2.047 - Manutenção da Iluminação Pública



3.3.71.00.00.00.00.00.0.3.0001.0 195.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 195.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2010.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário

Videira, 23 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Lei Nº 2.667/11

LEI N.º 2.667/11, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar convênio com a Liga Esportiva Videirense, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Liga Esportiva Videirense, nos termos da minuta em anexo e que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação das convenientes na realização de eventos esportivos, em diversas modalidades do esporte amador local, durante o ano em curso.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a serem pagos em parcela única, no decorrer do presente exercício.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º Para atender as despesas decorrentes da presente Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar, até o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício anterior, a seguinte dotação orçamentária:

02 - Gabinete do Prefeito Municipal

01 - Assessoria de Gabinete

2.003 - Contribuições

3.3.50.00.00.00.00.00.0.3.0000 - Aplicações Diretas

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO

LEI Nº 2.667/2011

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE, entidade civil, com sede no Município de Videira, SC, CNPJ nº 78.511.466/0001-49, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 1.555/2005, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de 2011, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e a LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE, resolvem, nos termos da Lei nº 2.667/11, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente convênio a cooperação das convenientes na realização de eventos esportivos, em diversas modalidades do esporte amador local, durante o ano em curso.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;

II- repassar a importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) aprovada pela Lei autorizativa do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE

I- Cooperar nos eventos esportivos promovidos pela Fundação Municipal de Esportes, especialmente com os serviços da arbitragem e correlatos que se fizerem necessários, arcando com todos os encargos trabalhistas e sociais correspondentes;

II- Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de 2011.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE
Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Decreto Nº 9.863/11

DECRETO Nº 9.863/11, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.457/10, de 15 de dezembro de 2010.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 92.000,00 (Noventa e dois mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
2.047 - Manutenção da Iluminação Pública
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0014.0 92.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 92.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 9.864/11

DECRETO Nº 9.864/11, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.661/11, de 23 de novembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.035 - Manutenção do Ensino de 0 a 6 anos

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 220.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 230.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 450.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.035 - Manutenção do Ensino de 0 a 6 anos
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 450.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 450.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 9.865/11

DECRETO Nº 9.865/11, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.665/11, de 23 de novembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

02 - Gabinete do Prefeito Municipal
01 - Assessoria de Gabinete
2.003 - Contribuições
3.1.50.00.00.00.00.00.0.3.0000 - Aplicações Diretas 9.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 9.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 9.866/11

DECRETO Nº 9.866/11, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.666/11, de 23 de novembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
2.047 - Manutenção da Iluminação Pública
3.3.71.00.00.00.00.00.0.3.0001.0 195.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 195.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretario de Administração

Decreto Nº 9.867/11

DECRETO Nº 9.867/11, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.667/11, de 23 de novembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

02 - Gabinete do Prefeito Municipal
01 - Assessoria de Gabinete
2.003 - Contribuições
3.1.50.00.00.00.00.00.0.3.0000 - Aplicações Diretas 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 10.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretario de Administração

Portaria Nº 0866/11

PORTARIA nº 0866/11

Nomeia Agente Operacional de Vigilância

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,
NOMEAR

JORECI MENDES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Operacional de Vigilância, nível E-PE-OPE-I-A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Anulação Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 160/2011

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 160/2011, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO PONTO A PONTO DE SINAIS DE VÍDEO E DADOS POR FIBRA ÓTICA, PARA VÍDEO MONITORAMENTO ELETRÔNICO NO QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR, foi anulada. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 25 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Aplicação Penalidade TP 25-2008 - Cancelamento

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 25/2008

Tendo em vista a manifestação da empresa ADEMIR LUIZ BOGONI - FI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.004.044/0001-17, contra a aplicação de penalidade no processo licitatório Tomada de Preços nº 25/2008, comprometendo-se a regularizar as infiltrações recorrentes que se verificaram na obra

objeto do processo licitatório no prazo aproximado de 120 dias, julgo o referido recurso PROCEDENTE, cancelando a penalidade aplicada e publicada nas datas de 26/10/2011 e 27/10/2011 no Diário Catarinense, DOE/SC e DOM/SC, respectivamente, estando apta para participar de licitações e contratar com a Administração Pública do Município de Videira.

Videira, 25 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 168/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 168/2011 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA SEREM UTILIZADOS NA RECONSTRUÇÃO DA RESIDÊNCIA DO SR. CLEITON SCATOLIN, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2.638/11. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 13 de Dezembro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9032/3566-9012/3566-9034.

Videira/SC, 25 de Novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 77/2011 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2011 - FMS

O Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 77/2011-FMS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EPI's - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA OS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 14 de Dezembro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30 hrs. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 25 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato n. 0602/2011

Extrato do Contrato n. 0602/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EUNICE DA APARECIDA SALES DE QUADROS

CPF: 917.176.209-49

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA MARIA LUIZA SOARES

VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2011 a 30 de setembro de 2011

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0616/2011

Extrato do Contrato n. 0616/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DIVA MARIA BOM GUSE

CPF: 758.000.049-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA MARIZETE GIANELLO TROMBETTA

VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2011 a 30 de novembro de 2011

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.470,91 (Um mil, quatrocentos e setenta reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato n. 0626/2011

Extrato do Contrato n. 0626/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GENIFER NAYMA PERAZZOLI

CPF: 085.895.639-01

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 19 de setembro de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: PROFESSORA MG02

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 15 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 445,49 (Quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e nove centavos)

Extrato do Contrato n. 0634/2011

Extrato do Contrato n. 0634/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: BHARBARA CECCON DE MELO

CPF: 022.186.510-17

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 16 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 367,73 (Trezentos e sessenta e sete reais e setenta e três centavos)

Extrato do Contrato n. 0635/2011

Extrato do Contrato n. 0635/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GESICA PEREIRA FERREIRA

CPF: 075.638.519-92

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CLEMEN-TINA SANTINA DEMENEK

VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0636/2011

Extrato do Contrato n. 0636/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA CARMEN CORDEIRO DOS SANTOS
CPF: 736.101.279-53
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 16 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0638/2011

Extrato do Contrato n. 0638/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: IVANILDE ALVES DE GOIS DALLARIVA
CPF: 490.440.959-00
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA BERNADETTE RETTORE LEMOS MORAES
VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.470,91 (Um mil, quatrocentos e setenta reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato n. 0643/2011

Extrato do Contrato n. 0643/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GISLAINE FERREIRA
CPF: 064.972.939-06
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IVETE ZILDA GALLI
VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0648/2011

Extrato do Contrato n. 0648/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: PATRÍCIA DE OLIVEIRA
CPF: 060.038.109-98
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA TEREZINHA SOVRANI
VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 27 de outubro de 2011
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0652/2011

Extrato do Contrato n. 0652/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: NILSON DE OLIVEIRA
CPF: 347.531.509-25
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0657/2011

Extrato do Contrato n. 0657/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: MÁRCIO RICARDO BONDAN
CPF: 739.756.059-87
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0658/2011

Extrato do Contrato n. 0658/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: SERGIO ANTONIO OZELAMI
CPF: 848.897.809-04
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 20 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HANDEBOL
LOCAL: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.470,91 (Um mil, quatrocentos e setenta reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato n. 0661/2011

Extrato do Contrato n. 0661/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: JOSÉ VILMAR LOPES
CPF: 548.229.049-20
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 20 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - FUTEBOL
LOCAL: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 735,46 (Setecentos e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos)

Extrato do Contrato n. 0664/2011

Extrato do Contrato n. 0664/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JANINE LOUISE DA SILVA
CPF: 037.803.439-16
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 30 de novembro de 2011
FUNÇÃO: MÉDICO - ESF
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 10.906,51 (Dez mil, novecentos e seis reais e cinquenta e um centavos)

Extrato do Contrato n. 0665/2011

Extrato do Contrato n. 0665/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SAMANTA DE SOUZA

CPF: 030.340.189-32
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA DOROTI SALETE LHEWICHESKI
VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0666/2011

Extrato do Contrato n. 0666/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CÉLIA APARECIDA NUNES NEGRETTI
CPF: 005.860.719-62
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA LINDAMIR CORREA DA ROCHA
VIGÊNCIA: de 20 de outubro de 2011 a 28 de novembro de 2011
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0667/2011

Extrato do Contrato n. 0667/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SIMONE APARECIDA QUEIROZ MEZAROA
CPF: 006.039.829-99
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA LUCIA BIRNFELD PASQUALI
VIGÊNCIA: de 20 de outubro de 2011 a 21 de novembro de 2011
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0670/2011

Extrato do Contrato n. 0670/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FABIANE FRENZEL
CPF: 066.312.789-02
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA GERMANI PADILHA DOS SANTOS
VIGÊNCIA: de 06 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: PROFESSORA MG02
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.187,97 (Um mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos)

Extrato do Contrato n. 0672/2011

Extrato do Contrato n. 0672/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FABIANA APARECIDA ZANCANELLI MACAGNAN
CPF: 057.437.479-54
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELISANGELA RIBEIRO DA SILVA
VIGÊNCIA: de 10 de outubro de 2011 a 31 de outubro de 2011
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte

e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0673/2011

Extrato do Contrato n. 0673/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARISLENY DE PAULA MORAES DE OLIVEIRA
CPF: 097.119.826-84
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR DANIEL MAURICIO KUHN
VIGÊNCIA: de 19 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ENSINO INFANTIL/FUNDAMENTAL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.103,18 (Um mil, cento e três reais e dezoito centavos)

Extrato do Contrato n. 0674/2011

Extrato do Contrato n. 0674/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DEIZE ELOUIZE PRESTES GOUVEIA
CPF: 437.566.629-34
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 15 de outubro de 2011 a 30 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Termo Aditivo n. 0672/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0672/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FABIANA APARECIDA ZANCANELLI MACAGNAN
CPF: 057.437.479-54
VIGÊNCIA: de 01 de novembro até 03 de novembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo de Rescisão n. 0125/2011

Extrato do Termo de Rescisão n. 0125/2011
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0450/11
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: OLÍVIO REICHARDT
CPF: 296.654.349-34
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado
VIGÊNCIA: A partir 01 de novembro de 2011.

Extrato do Termo de Rescisão n. 0132/2011

Extrato do Termo de Rescisão n. 0132/2011
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0398/10
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MÁRCIA TEREZINHA KONIG CERVINSKI
CPF: 664.884.949-53
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 26 de novembro de 2011.

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto Nº 088/2011

DECRETO N.º 088/2011

DENOMINA UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pelo Inciso VI, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada e denominada a Escola Municipal Barra da Prata, localizada no Distrito de Barra da Prata, neste Município de Vitor Meireles.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 25 DE NOVEMBRO DE 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Decreto Nº 089/2011

DECRETO Nº 089/2011

RECEBE EM DOAÇÃO COM ENCARGO BEM IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Municipal de nº 0805, de 10 de novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Recebe em doação com encargo, o seguinte imóvel de propriedade da Associação dos Citricultores de Vitor Meireles, inscrita no CNPJ sob n. 05.155.666/0001-32, conforme descrição:

“O terreno urbano, situado no lado par da Estrada Geral Pratinha, a 01 km da vila de Barra da Prata, localidade de barra da Prata, município de Vitor Meireles, Comarca de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, contendo a área de 3.352,00 m² (três mil trezentos e cinquenta e dois metros quadrados), confrontando ao NORTE, com o Rio da Prata, em 70,00 metros; ao SUL, com a Estrada, em 79,00 metros; ao LESTE, com terras de Helena Manerich, em 70,00 metros; e ao OESTE, com terras de Pedro Malczewski, em 20,00 metros; sem benfeitorias”. Matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Getúlio, no livro 2-RG, sob n. 1.605”.

Art. 2º - Fica declarado de utilidade pública o imóvel objeto da presente doação, para fins de construção de um galpão para realização da triagem, classificação e carregamento da produção de citruss.

Art. 3º - Após a construção do galpão descrito no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a promover a concessão de uso do

imóvel objeto da doação, pelo prazo de 30 (trinta) anos, para a Associação dos Citricultores de Vitor Meireles, inscrita no CNPJ sob n. 05.155.666/0001-32, como encargo pela doação do imóvel. Art. 4º - No termo de concessão firmado entre o Município e a Cessionária, deverão estar especificadas as condições de uso do bem, e as obrigações da Cessionária inerentes ao uso do imóvel, devendo a Cessionária ser responsável pelo pagamento das taxas de água, energia elétrica, limpeza do imóvel, bem como manutenção e reforma do prédio.

Art. 5º - As despesas decorrentes do presente decreto correrão por conta das dotações do orçamento vigente há época da execução da obra.

Art. 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 25 de novembro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Consórcios

ARIS

Processo de Licitação Nº 035/2011 - Pregão Nº 06/2011

Aviso de Licitação nº 035/2011

Pregão nº 06/2011

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, por intermédio de seu Diretor-geral, Sr. Marcos Fey Probst, torna público que fará realizar no dia 09/12/2011, às 9h horas, licitação na modalidade pregão, forma presencial, tipo menor preço, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE ESPECIFICAMENTE DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO, conforme especificações constantes no Termo de Referência - ANEXO I do Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 8h30min do dia 09/12/2011;
- Limite para entrega dos envelopes de proposta e habilitação: 8h55min do dia 09/12/2011;

- Limite para impugnação ao edital: às 17h30 do dia 07/12/2011;
- Abertura da sessão pública do pregão: às 9h do dia 09/12/2011.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3248-0263

- E-mail: diretor@aris.sc.gov.br

- Site: www.aris.sc.gov.br

- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis 28 de novembro de 2011.

MARCOS FEY PROBST

Diretor-geral da ARIS

CINCO**Extrato de Termo Aditivo TA.AT11CINCO29**

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO ADITIVO Nº TA.AT11CINCO29

Fornecedor: PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos. Ajustam e contratam o acréscimo nas quantidades para os ITENS 47, 58, 76, 200, 473 e 485, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 24.11.2011. Validade: 24.11..2011 a 31.01.2012. PAL nº: 0008/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0004. Registro de Preços nº: 0005.

Fraiburgo (SC), 25 de novembro de 2011
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato de Termo Aditivo TA.AT11CINCO30

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT11CINCO30

Fornecedor: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos. Ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para os ITEM 222, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 24.11.2011. Validade: 24.11.2011 a 31.01.2012. PAL nº: 0008/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0004. Registro de Preços nº: 0005.

Fraiburgo (SC), 25 de novembro de 2011
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato de Termo Aditivo TA.AT11CINCO31

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO Nº TA.AT11CINCO31

Fornecedor: MEDICAMENTOS DE AZ LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos. Ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 14, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 24.11.2011. Validade: 24.11.2011 a 31.01.2012. PAL nº: 0008/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0004. Registro de Preços nº: 0005.

Fraiburgo (SC), 25 de novembro de 2011
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato de Termo Aditivo TA.AT11CINCO32

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO Nº TA.AT11CINCO32

Fornecedor: DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITAL-RES LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em

contratações futuras de Medicamentos. Ajustam e contratam o acréscimo nas quantidades para os ITENS 46 e 438, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 24.11.2011. Validade: 24.11.2011 a 31.01.2012. PAL nº: 0008/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0004. Registro de Preços nº: 0005.

Fraiburgo (SC), 24 de novembro de 2011
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato de Termo Aditivo TA.AT11CINCO33

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO Nº TA.AT11CINCO33

Fornecedor: A.G. KIENEN & CIA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos. Ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 87, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 24.11.2011. Validade: 24.11.2011 a 31.01.2012. PAL nº: 0008/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0004. Registro de Preços nº: 0005.

Fraiburgo (SC), 24 de novembro de 2011
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato de Termo Aditivo TA.AT11CINCO34

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO DÉCIMO SÉTIMO ADITIVO Nº TA.AT11CINCO34

Fornecedor: PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos. Ajustam e contratam o acréscimo nas quantidades para os ITENS 18 e 343, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 24.11.2011. Validade: 24.11..2011 a 31.01.2012. PAL nº: 0008/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0004. Registro de Preços nº: 0005.

Fraiburgo (SC), 25 de novembro de 2011
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

CIS/AMAUC**Aviso de Licitação**

CIS AMAUC - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense - Concórdia SC
AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense - CIS AMAUC, associação pública com personalidade jurídica de direito público, estabelecido à Rua Atalípio Magarinos, 277, 2º andar, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Presidente a Sra. Adelaide Salvador, Prefeita Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, usando a competência delegada pela legislação em vigor, torna público que se acha aberta, a licitação 100/2011 na modalidade Pregão Presencial 100/2011, do tipo menor preço por Item, objetivando o Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para

as Farmácias Básicas dos Municípios de Ipumirim, Irani, Jaborá, Lindoia do Sul, Paial, Peritiba e Xavantina, conforme relação constante nos Anexos do Edital.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 100/2011 - Pregão Presencial 100/2011. Registro de Preços 01/2011, julgamento menor preço por Item.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação deverão ser entregues na sede do CIS Amauc, situada a Rua Atalípio Magarinos 277, 2º Andar, Centro, Cidade de Concórdia, no horário e dias de expediente do Consórcio, de segundas a sextas-feiras, das 8h às 11h30min, e das 13h30min às 17h, tendo como limite máximo as 08h30min do dia 14/12/2011.

Informações complementares:

O Edital completo e informações complementares poderão ser solicitadas junto à sede do CIS AMAUC, sito a Rua Atalípio Magarinos nº 277, 2º Andar, Centro, Município de Concórdia, de segunda a sexta em horário de expediente, ou pelo fone (49) 3442-1034.

O Edital completo poderá ser obtido através do site www.amauc.org.br, ou também pelos e-mails vanderlei@amauc.org.br; rh@amauc.org.br; secretaria@amauc.org.br;

Município de Concórdia - SC em 25 de Novembro de 2011.

ADELAIDE SALVADOR

Presidente do CIS AMAUC

CIS/AMREC

Aviso de Licitação Município de Criciúma.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

CISAMREC - CONSÓRCIO INTERM. DE SAÚDE DA AMREC

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial 384/CISAMREC/2011

OBJETIVO: Registro de preços de medicamentos, através de empresas do ramo pertinente, para aquisições futuras e eventuais, destinados ao atendimento às necessidades da rede básica municipal de saúde dos 11 Municípios da AMREC consorciados.

DATA DE ABERTURA: Dia 07 de dezembro de 2011 às 13:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Logística do Município de Criciúma, no pavimento superior do Edifício sede da Municipalidade na Rua Domênico Sonego, 542, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3431.0359 ou fone/fax 3431.0356, ou no site www.criciuma.sc.gov.br ou através do endereço eletrônico editais@criciuma.sc.gov.br

Paço Municipal Marcos Rovaris, 21 de outubro de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Presidente do Consórcio

NELI SEHNEM DOS SANTOS

Pregoeira

Município de Criciúma

Ata Assembléia Geral de 19/09/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

CISAMREC- Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC

CNPJ. 13.791.885/0001-36

ATA DA SEGUNDA ASSEMBLÉIA GERAL DO CISAMREC -AMREC - 19/09/2011.

Aos dezoito dias de setembro de 2011, no plenarinho da AMREC, as 16 horas, realizou-se a assembléia geral dos prefeitos com a

seguinte pauta: Aprovação do orçamento do CISAMREC para o ano de 2011 e Previsão Orçamentária do CISAMREC para o ano de 2012. Participantes: Hélio Bunn, Prefeito de Lauro Muller e Presidente do Conselho executivo CISAMREC; João Réus Rossi, Prefeito de Treviso e Presidente do Conselho Fiscal CISAMREC; Douglas Gleen Warmeling, Prefeito de Siderópolis; Nilso Bortolotto, Prefeito de Cocal do Sul; Rogério José Frigo, Prefeito de Nova Veneza; Jacinto Redivo, Prefeito de Orleans; Baltazar Rocha, Secretário de Administração Morro da Fumaça; Ademir Brandieli Pedro - Secretário Administração e Finanças Forquilha; Silvio Ávila Júnior - Secretário de Saúde de Criciúma; Eno Steiner - Diretor Executivo AMREC; Jacimar Torres - Contador AMREC; Daníria N.S. da Rocha - Diretora Executiva CISAMREC; Margarete M.P.Biléssimo - Assessora CISAMREC. Hélio Bunn faz abertura da reunião agradecendo a presença de todos. Fala da responsabilidade de todos pelo andamento das atividades do CISAMREC e pede apoio e agilidade diante das solicitações da Diretora Executiva aos municípios: lei de suplementação orçamentária 2011, contrato de rateio, contrato de programa e depósito das parcelas da parte fixa-manutenção. Jacimar apresenta planilha com proposta orçamentária 2011, contendo o valor correspondente a cada município referente a parte fixa, ao valor de R\$ 0,041 per capita/mês. Distribuição conforme os elementos- 3171-pessoal-R\$ 11.466/mês (R\$ 68.796,00/ano); 3371- manutenção R\$ 3.220/mês (R\$ 19.320,00/ano); 4471- investimentos R\$ 1.314,00/mês (R\$ 7.884,00/ano) totalizando um orçamento de R\$ 16.000,00/mês e R\$ 96.000,00/ano). Jacimar informa que o repasse dos municípios para o CISAMREC é em forma de contribuição. Com relação a proposta orçamentária para 2012 a despesa com manutenção do CIS parte fixa ficou em R\$ 0,053 per capita/mês para cada município, faltando detalhar qual o valor que cada município irá destinar para compras de consultas especializadas e procedimentos, que o CISAMREC irá disponibilizar aos municípios através de credenciamento. Final de outubro haverá uma nova reunião para definir o valor total do CIS para 2012. Com relação aos medicamentos o CIS fará a licitação e a entrega será efetuada em cada município, ficando o município também responsável pelo pagamento, estoque, conferência e solicitação aos fornecedores. Todos os prefeitos e representantes aprovaram as proposições. O Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Assembléia. E por assim ter sido designado, eu, Jacimar Alexandre Torres, declaro como autênticos os fatos acima narrados.

Avenida Santos Dumont, 855 - Bairro Milanese - Criciúma SC. - CEP. 88.803-200- fone: 48-3438-6146- cisamrec@amrec.com.br